

ISSN versão impressa 1519-6240
ISSN versão *on-line* 2358-1042

LINGUAGEM
ESTUDOS e PESQUISAS

Revista do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado
em Estudos da Linguagem – da Unidade Acadêmica Especial de
Letras e Linguística Letras da Regional Catalão - UFG

Linguagem - Estudos e Pesquisas
Volume 18, n. 2 - Catalão-GO/2014

ISSN versão impressa 1519-6240
ISSN versão *on-line* 2358-1042

LINGUAGEM - ESTUDOS E PESQUISAS

Revista do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Estudos da
Linguagem – da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da
Regional Catalão – UFG

Julho-dezembro/2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA

Reitor da Universidade Federal de Goiás

Orlando Afonso Valle do Amaral

Diretor da Regional Catalão/UFV

Thiago Jabur Bittar

Coordenador do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Estudos da Linguagem

Grenissa Bonvino Stafuzza

Chefe do Departamento de Letras da Regional Catalão/UFV

Alexander Meireles da Silva

Editores Responsáveis

Braz José Coelho e Maria Helena de Paula

Organizadores deste Número

Maria Helena de Paula, Odair Luiz Nadin e Vanessa Regina Duarte Xavier

Comissão Editorial: Alexander Meireles da Silva; Antônio Fernandes Júnior; Braz José Coelho; Grenissa Bonvino Stafuzza; Luciana Borges; Maria Helena de Paula, Ozíris Borges Filho

Conselho Editorial e Científico: Alexander Meireles da Silva (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão); Alicia Duhá Lose (CNPq-Faculdade Mosteiro São Bento da Bahia/Universidade Federal da Bahia); Antônio Fernandes Júnior (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão); Aparecida Negri Isquierdo (CNPq/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Universidade Estadual de Londrina); Braz José Coelho (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão); Cleudemar Alves Fernandes (Universidade Federal de Uberlândia); Grenissa Bonvino Stafuzza (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão); Henrique Silvestre Soares (Universidade Federal do Acre); Luciana Borges (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão); Luzmara Cursino Ferreira (Universidade Federal de São Carlos); Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (CNPq/Universidade de São Paulo); Márcio Luiz Corrêa Vilaça (Universidade de Grande Rio); Maria Cândida Trindade Seabra (Universidade Federal de Minas Gerais); Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora, Portugal), Maria Helena de Paula (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão); Odair Luiz Nadin (Universidade Estadual Paulista-Araraquara); Ozíris Borges Filho (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), Phablo Roberto Marchis Fachin (Universidade de São Paulo); Regma Maria dos Santos (Universidade Federal de Uberlândia/Universidade Federal de Goiás).

Conselho Consultivo: Antônio Donizete Pires (Universidade Estadual Paulista - Araraquara); Dominique Maingueneau (Université Paris Est Créteil Val de Marne); Leo M. Wetzels (Vrije Universiteit Amsterdam - Holanda); Márcia Elizabeth Bortone (Universidade de Brasília); Maria Dolores A. Ramírez (Universidade Estadual Paulista - Araraquara); Maria Imaculada Cavalcante (Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão); Patrick Charaudeau (Université Paris Nord - Paris XIII); Sílvio de Almeida Toledo Neto (Universidade de São Paulo); Solange Fiuza Cardoso Yokozawa (Universidade Federal de Goiás); Sonia Branca-Rosoff (Université Sorbonne Nouvelle/Paris III).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL
DE LETRAS E LINGUÍSTICA

LINGUAGEM – ESTUDOS e PESQUISAS

Apoio:



Linguagem – Estudos e Pesquisas é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Estudos da Linguagem, da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da Regional Catalão, da Universidade Federal de Goiás.

Endereço para correspondência

Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística – Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Sala 2, Bloco E – CEP: 75.704-020 – Caixa Postal 56 – Setor Universitário – Fone (64) 3441-5304/3441-5356. Catalão-Goiás-Brasil.

Linguagem – Estudos e Pesquisas pode ser acessada no sítio: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/lep/index>

Editores responsáveis

Braz José Coelho e Maria Helena de Paula

Organizadores deste número

Maria Helena de Paula, Odair Luiz Nadin e Vanessa Regina Duarte Xavier

Diagramação

Jozimar Luciovanio Bernardo, Maria Gabriela Gomes Pires e Maria Helena de Paula

Revisão dos abstracts

Fabíola Sartin Dutra Parreira

Revisão dos resúmenes

Odair Luiz Nadin

Revisão dos originais:

Os organizadores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (GPT/BSCAC/UGF)

L755Linguagem – estudos e pesquisas / Revista do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Estudos da Linguagem, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da Regional Catalão – UFG. – Vol. 18, n. 2 (jul./dez. 2014). – Catalão: Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Departamento de Letras, 1997-
v.: il.; 21 cm.

Semestral

Publicado pela Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da Regional Catalão – UFG, 1997-2011; pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Estudos da Linguagem, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da Regional Catalão – UFG, 2011-

Editores responsáveis: Braz José Coelho e Maria Helena de Paula.

Organizadores: Maria Helena de Paula, Odair Luiz Nadin e Vanessa Regina Duarte Xavier

Descrição baseada em: Vol. 18, n. 2 (jul./ dez. 2014).

ISSN: 1519-6240 (versão impressa)

ISSN: 2358-1042 (versão *on-line*)

1. Letras – Periódicos. I. Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Instituto de Letras e Linguística. II. Título.

CDU: 8 (05)

Aceitam-se colaborações e solicita-se permuta

We Ask For Exchange

On demanche échange

Pédese canje

Tiragem deste volume: 200 exemplares

SUMÁRIO

Editorial

Maria Helena de Paula

Odair Luiz Nadin

Vanessa Regina Duarte Xavier.....13

Texto da autora convidada

1. “Gíria portuguesa” e brasileirismos nos inícios do século XX: o dicionário de Alberto Bessa

Maria Filomena Gonçalves17

Dossiê Temático *Estudos do Léxico*

2. A lexicultura no português de Moçambique

Alexandre Timbane43

3. Palavras-testemunho do período franquista: uma análise da unidade léxica *paz*

Andréia C. Roder Carmona-Ramires

Vanderci de Andrade Aguilera.....61

4. Intersecção entre os campos do saber: Toponímia, Geografia e Geografia Linguística

Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias

Márcia Zamariano.....81

5. Os nomes da terra Serigy: os topônimos de Sergipe del Rey nas cartas de sesmarias (1594-1623)

Cezar Alexandre Neri Santos

Lêda Corrêa.....97

6. A metáfora na tessitura semântica dos compostos criados por João Cabral de Melo Neto

Gisele Alves.....119

7. Formas de tratamento em traduções de “The Adventures of Tom Sawyer”: relações sociais e afetivas

Giselle Olivia Mantovani Dal Corno

Fernanda Bondam Soppelsa.....133

8. Frequências de verbos em corpora de jornais populares: dados para atividades ensino com os jornais “Diário gaúcho” e o “The sun”

Maria José Bocorny Finatto

Aline Maciel Pereira..... 149

9. Os adjetivos com formação em “-vel”: a proposta de verbete para um dicionário bilíngue

Vivian Orsi

William Tacone Bergamini.....167

Artigos de temática livre

10. O que torna uma análise discursiva? Percurso histórico de compreensão

Carine Fonseca Caetano de Paula

Antônio Fernandes Júnior183

11. A linguagem e a contingência do humano

João Paulo Ayub205

12. O sujeito feminista pela narradora de Lya Luft

Marlene Rodrigues Brandolt.....221

CONTENTS

Editors Note

Maria Helena de Paula

Odair Luiz Nadin

Vanessa Regina Duarte Xavier.....13

Guest author article

1. **“Portuguese slang” and brasilian words at the beginning of the 20th century: the dictionary of Alberto Bessa**
Maria Filomena Gonçalves17

Lexicon studies Thematic Dossier

2. **The lexiculture in portuguese of Mozambique**
Alexandre Timbane43
3. **Word-witness of the franco period: an analysis of the lexical unit *peace***
Andréia C. Roder Carmona-Ramires
Vanderci de Andrade Aguilera.....61
4. **Intersection between the fields of knowledge: Toponymy, Geography and Language Geography**
Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias
Márcia Zamariano.....81
5. **The Serigy *land* names: the place names of Sergipe del Rey in sesmarias letters (1594-1623)**
Cezar Alexandre Neri Santos
Lêda Corrêa.....97
6. **Metaphor in semantic fabric of compounds created by João Cabral de Melo Neto**
Gisele Alves.....119
7. **Forms of address in translations of “The Adventures of Tom Sawyer” into Portuguese: social and affective relations**
Giselle Olivia Mantovani Dal Corno
Fernanda Bondam Soppelsa.....133

8. Verb frequencies in popular newspapers corpora: data for didactic activities with the “Diário gaúcho” and “The sun”

Maria José Bocorny Finatto

Aline Maciel Pereira..... 149

9. The adjectives formed on “-vel”: a proposal of an entry for a bilingual dictionary

Vivian Orsi

William Tacone Bergamini.....149

General Thematic Articles

10. What makes an analysis discursive? Historical jour of understanding

Carine Fonseca Caetano de Paula

Antônio Fernandes Júnior183

11. The language and the human contingency

João Paulo Ayub205

12. The feminist subject by Lya Luft's narrator

Marlene Rodrigues Brandolt.....221

ÍNDICE

Editorial

Maria Helena de Paula

Odair Luiz Nadin

Vanessa Regina Duarte Xavier.....13

Textos de autora invitada

- 1. La “jerga portuguesa” y los “brasileirismos” en los inicios del siglo XX: el diccionario de Alberto Bessa**
Maria Filomena Gonçalves17

Dossier temático de Estudios del léxico

- 2. La lexicultura en el portugués de Mozambique**
Alexandre Timbane43
- 3. Palabras-testigo del período franquista: un análisis de la unidad léxica paz**
Andréia C. Roder Carmona-Ramires
Vanderci de Andrade Aguilera.....61
- 4. Intersección entre los campos de conocimiento: toponimia con la Geografía y la Geografía Lingüística**
Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias
Márcia Zamariano.....81
- 5. Los nombres de la tierra Serigy: los topónimos de Sergipe del Rey en las cartas de sesmarias (1594-1623)**
Cezar Alexandre Neri Santos
Lêda Corrêa.....97
- 6. Metáfora en el tejido semántico de los compuestos creados por João Cabral de Melo Neto**
Gisele Alves.....119
- 7. Formas de tratamiento en traducciones de “The Adventures of Tom Sawyer”:** relaciones sociales y afectivas
Giselle Olivia Mantovani Dal Corno
Fernanda Bondam Soppelsa.....133

- 8. Frecuencias verbales en corpora de la prensa popular: datos para actividades didácticas con los diarios “Diario gaúcho” y “The sun”**
Maria José Bocorny Finatto
Aline Maciel Pereira..... 149
- 9. Adjetivos con formación en “-vel”:** la propuesta de entrada para un diccionario bilingüe
Vivian Orsi
William Tacone Bergamini.....167

Artículos de temas libres

- 10. ¿Qué convierte un análisis en discursivo? Recorrido histórico de comprensión**
Carine Fonseca Caetano de Paula
Antônio Fernandes Júnior183
- 11. El lenguaje y la contingencia del humano**
João Paulo Ayub205
- 12. El sujeto feminista por la narradora de Lya Luft**
Marlene Rodrigues Brandolt.....221

EDITORIAL

A Palavra é a Pedra de Toque da Linguagem Humana
(BIDERMAN, 1998, p. 81)¹.

E é de “Palavra”, de “Linguagem” e de “Discurso” que trata o presente volume da Revista Linguagem – Estudos e Pesquisas. Este volume, 18 - número 2, dedica sua primeira Seção à “Palavra”, ou seja, aos Estudos do Léxico em suas múltiplas interfaces com outras áreas do conhecimento. A segunda Seção, de temática livre, reúne três artigos em torno de questões discursivas e literárias.

A Primeira Seção inicia-se com o texto da autora convidada deste número, a Profa. Dra. Maria Filomena Gonçalves, do Departamento de Linguística e Literaturas da Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora, que nos brinda com um estudo sobre palavras e expressões que receberam a alcunha de brasileirismos no dicionário “A gíria portuguesa. Esboço de dicionário de ‘calão’”, de Alberto Bessa. Seu trabalho é de natureza lexicográfica, visto que se baseia no confronto dos dados com obras lexicográficas portuguesa e brasileira.

Na sequência, sete autores mostram, a partir de diversas perspectivas teórico-metodológicas, a questão da “Palavra”.

Em “A Lexicultura no Português de Moçambique”, Alexandre Timbane apresenta uma reflexão sobre “a interação entre o léxico e a cultura no seio de uma comunidade linguística”. O autor identifica e analisa “traços léxico-culturais” em um *corpus* composto por dois jornais moçambicanos (“Notícias” e “Verdade”) para explicar “a ligação entre o léxico e a cultura tendo em conta os contextos socioculturais”. Dentre suas conclusões, o autor destaca a interação existente entre o português de Moçambique e as diversas línguas *bantu* moçambicanas, o que contribui para certo distanciamento dessa com as outras variedades do português.

¹ BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da Palavra. In. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, 1998. Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/Biderman1998_0.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

O texto seguinte trata de “Palavras-testemunho”. Nesse artigo, Andreia Carmona-Ramires e Vanderci Aguilera discorrem sobre os sentidos relacionados à unidade léxica *PAZ* veiculados no jornal espanhol “La Vanguardia” publicado nos anos de 1940 e 1975. Esses dois anos são relevantes para aquele país em virtude de ser o primeiro o ano de início do período ditatorial de Franco e o segundo o ano de sua morte e transição para o sistema de governo monárquico. A partir de um *corpus* de textos jornalísticos do período supramencionado, a autora desenvolve, à luz dos princípios teórico-metodológicos da Lexicologia e da Semântica Lexical, interessante reflexão histórica sobre os sentidos da unidade léxica “Paz” naquele período.

A intersecção entre diferentes campos do conhecimento é o tema do texto de Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias e Márcia Zamariano. Intitulado “A intersecção entre os campos do saber: Toponímia, Geografia e Geografia Linguística”, as autoras discorrem, entre outros aspectos, sobre a natureza interdisciplinar da Toponímia, pois está em sua essência completar-se com a “busca de informações nos campos temáticos de outras disciplinas.”. O objetivo desse artigo é, assim, “discutir a questão dos princípios teóricos da Toponímia, da Geografia e Geografia Linguística” e as intersecções existentes entre eles.

Também de Toponímia trata o artigo seguinte de Cezar Alexandre Neri Santos e Lêda Corrêa. Em seu texto, intitulado “Os nomes da Terra Serigye: os topônimos de Sergipe del Rey nas Cartas de Sesmarias (1594-1623), os autores discorrem sobre “os nomes de lugares inscritos nas certidões de cartas de sesmarias da capitania de Sergipe Del Rey emitidas entre 1594 e 1623”. Essa “nominata” é descrita e analisada, segundo os autores, por meio de sua etimologia com o objetivo de observar “padrões motivadores dos nomes geográficos sergipanos no período colonial”.

O texto seguinte aborda a questão da Metáfora. Em seu artigo “A Metáfora na tessitura semântica dos compostos criados por João Cabral de Melo Neto”, Gisele Alves nos apresenta resultados de sua pesquisa de doutoramento na qual descreveu e analisou palavras compostas criadas pelo poeta supracitado. Essa descrição e análise, a partir do princípio da coindexação semântica de Rio-Torto (2010), observaram os “processos semânticos invocados no sentido de estabelecer a coerência e unidade semântica das criações lexicais, surgindo com isso a instauração de efeitos de sentido originais e inéditos” que permeiam a poesia de Melo Neto, com especial atenção à Metáfora.

Na sequência, Giselle Olivia Mantovani Dal Corno e Fernanda Bondam Soppelsa, em seu artigo “Formas de Tratamento em traduções de “The adventures of Tom Sawyer”: relações sociais e afetivas”, apresentam uma interessante análise da tradução da obra “The adventures of Tom Sawyer” focalizando as “formas de tratamento empregadas pelos personagens principais” já que Mark Twain, autor da obra, é “conhecido pelo seu estilo coloquial e pelo *local colorism*”. Dentre suas conclusões, as autoras destacam que “as escolhas lexicais para formas de tratamento podem revelar diferentes graus de afetividade e hierarquia social” e que em alguns casos nas traduções brasileiras ocorre um “processo de domesticação” (VENUTTI, 1998).

Vivian Orsi e William Tacone Bergamini, em “Os adjetivos com formação em ‘-vel’: a proposta de verbete para um dicionário bilíngue”, apresentam um estudo dos adjetivos em ‘-vel’ e ‘-bile’ em português e italiano respectivamente com o objetivo, entre outros, de “verificar se esses adjetivos sufixados são formados a partir de verbos transitivos”. A partir dos princípios teórico-metodológicos da Lexicologia e da Lexicografia, os autores apresentam exemplos, suas traduções em língua portuguesa e um “pequeno vocabulário composto de doze verbetes” formados por um adjetivo em português e a proposta de correspondente em italiano. Os autores apresentam, também, “exemplo-contexto dos usos em ambas as línguas”.

Para encerrar a Seção sobre Estudos do Léxico desse volume da Linguagem – Estudos e Pesquisas, Maria José Finatto, no texto “Frequências de verbos em corpora de jornais populares: dados para atividades ensino com os jornais Diário Gaúcho e o The Sun” apresenta instigante contribuição para atividades contrastivas aplicáveis a cursos de Letras português-inglês, tomando como base princípios da Linguística de Corpus em “uma observação de verbos mais empregados em amostras de textos do jornal popular Diário Gaúcho (DG) e do tabloide britânico The Sun em contraponto com usos em corpora gerais”, sensibilizando-se com a recente discussão sobre pesquisas com corpora nos cursos de Letras do Brasil.

A Seção de Temática Livre do presente número está formada por três artigos. No primeiro, sob o título de “O que torna uma análise discursiva? Percurso histórico de compreensão”, Carine Fonseca Caetano de Paula e Antônio Fernandes Júnior abordam a “necessidade de compreender a Análise do Discurso como um campo teórico-metodológico” e de “buscar pela especificidade daquilo que a torna

propriamente discursiva, diferenciando-a de outros tipos de análise”. Para isso, os autores discutem sobre o “modo de operar da análise discursiva” a partir da perspectiva pecheutiana, apresentando-a como uma análise crítica na qual se enfatiza a relação entre Discurso e História.

O segundo, de autoria de João Paulo Ayub, cujo título é “A linguagem e a contingência do humano”, discute o “caráter *não fixado* da natureza humana a partir de considerações sobre o domínio contingente da linguagem”. O autor demonstra que “a reflexão acerca da linguagem abre um leque considerável de opções para o aprofundamento” de pesquisas nessa temática e destaca “algumas contribuições dos campos de estudo da literatura, da educação e da antropologia”.

O terceiro e último artigo dessa Seção, que também encerra o presente número da Revista Linguagem, toma como objeto de análise “O sujeito feminista pela narradora de Lya Luft”. Nesse texto, Marlene Rodrigues Brandolt discute “uma narrativa reveladora das transformações do sujeito feminista e do ato de criação” na obra *O rio do meio* (1996) de Lya Luft. A autora traça “uma perspectiva da construção do eu no feminismo” e aborda a questão a partir do conceito de “relação dialética” baseada em Hegel, na questão da recepção de Wolfgang Iser e Paul Ricoeur e a partir da visão de autoras como Claudia de Lima Costa e Maria Célia Detoni.

Assim, “de Palavras, de Linguagem e de Discurso” está constituído o volume 18, número 2, da Revista Linguagem: Estudos e Pesquisas. Que os artigos aqui apresentados suscitem em estudantes, professores e pesquisadores o interesse por essas temáticas que poderão trazer à luz novos conhecimentos sobre as “*Palavras*, as *Linguagens* e os *Discursos* nossos de cada dia”.

Maria Helena de Paula
Odair Luiz Nadin
Vanessa Regina Duarte Xavier
Dezembro de 2014.

“GÍRIA PORTUGUESA” E BRASILEIRISMOS NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX: O DICIONÁRIO DE ALBERTO BESSA

“PORTUGUESE SLANG” AND BRASILIAN WORDS AT THE BEGINNING OF THE 20th CENTURY: THE DICTIONARY OF ALBERTO BESSA

LA “JERGA PORTUGUESA” Y LOS “BRASILEIRISMOS” EN LOS INÍCIOS DEL SIGLO XX: EL DICCIONARIO DE ALBERTO BESSA

*Maria Filomena GONÇALVES**

Resumo: Neste artigo analisamos um *corpus* extraído de “A gíria portuguesa. Esbôço de dicionário de ‘calão’”, obra publicada em 1901 por Alberto Bessa (1861-1938), jornalista e escritor português. O nosso *corpus* reúne 365 palavras e expressões que apresentam a marca “brasileirismo” (braz.) naquele dicionário. Bessa baseou-se em fontes escritas (antigas e modernas) – livros e jornais –, levando igualmente em consideração a “tradição oral”. O objectivo deste trabalho é analisar aquelas unidades para verificar quais são, até aos nossos dias, realmente distintivas do Português Brasileiro. Com este propósito, as palavras e expressões foram organizadas de acordo com os campos semânticos mais representados e, por outro lado, foram examinadas em função da sua tipologia (unidades simples, compostas, expressões fraseológicas). Do mesmo modo, foram identificados e analisados os brasileirismos de origem africana e indígena. Os dados do *corpus* foram confrontados com a lexicografia portuguesa e brasileira, de maneira a ser determinada a vitalidade dos brasileirismos assinalados por Bessa nos inícios do século XX.

Palavras-chave: Gíria portuguesa; Brasileirismos; Gíria brasileira; Lexicografia; Fraseologia.

Abstract: This article focuses on the analysis of a *corpus* compiled from *A gíria portuguesa. Esbôço de um dicionário de “calão”*, published in 1901 by Alberto Bessa (1861-1938), a Portuguese journalist and writer. The *corpus* is constituted by 365 words and phrases that are identified as Brazilian (“braz.”) in this dictionary, which is based on written sources (old and modern) – books and newspapers – and on “oral tradition”. The analysis conducted aims at examining which of those units have been characteristic of Brazilian Portuguese as yet. To achieve this purpose, the words and phrases were grouped according to their most represented semantic fields and

* Departamento de Linguística e Literaturas da Escola de Ciências Sociais, na Universidade de Évora. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Fundação para a Ciência e Tecnologia CIDEHUS-UEF/FCT – Évora - Portugal. Contato: mfg@uevora.pt.

analysed according to their typology (e.g. simple and complex units, phraseology). Similarly, the “brasileirismos” (Brazilian words) of African and indigenous origin were also identified and analysed. The data selected were compared to the Portuguese and Brazilian lexicography in order to determine the vitality of the “brasileirismos” listed by Bessa at the beginning of the 20th century.

Keywords: Portuguese slang; Brazilian word; Brazilian slang; Lexicography; Phraseology.

Resumen: En este artículo analizamos un *corpus* extraído de “A gíria portuguesa. Esboço de dicionário de ‘calão’”, obra publicada en 1901 por Alberto Bessa (1861-1938), periodista y escritor portugués. El *corpus* reúne 365 palabras y expresiones que presentan la marca “brasileirismo” (*braz.*). Basado en fuentes escritas (antiguas y modernas) –libros y periódicos–, Bessa también atendió a la “tradición oral”. El objetivo de este trabajo es analizar esas unidades para averiguar cuáles de ellas son realmente distintivas del portugués brasileño hasta nuestros días. Con este propósito, las palabras y expresiones fueron organizadas según los campos semánticos más representados y, por otro lado, fueron examinadas en función de su tipología (simple, compuestas, fraseológicas). Fueron identificados y analizados, asimismo, los “brasileirismos” de origen africano e indígena. Los datos del *corpus* fueron contrastados con la lexicografía portuguesa y brasileña para determinar la vitalidad de los “brasileirismos” señalados por Bessa en los inicios del siglo XX.

Palabras-clave: Jerga portuguesa; “Brasileirismos”; Jerga brasileña; Lexicografía; Fraseología.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar um *corpus* extraído da obra intitulada “A gíria português. Esboço de dicionário de ‘calão’”, publicada em 1901 por Alberto Bessa, jornalista e escritor português que compilou palavras e frases pertencentes àquelas formas de variação linguística. Dada a natureza do fenómeno em causa no dicionário de Bessa, torna-se necessário clarificar os conceitos associados aos dois termos presentes no título – gíria e calão –, para se determinar se nos inícios do século XX estes teriam as acepções recolhidas na lexicografia atual. A partir da conceptualização e dos pressupostos decorrentes dos estudos da variação linguística e da sociolinguística, nos parágrafos seguintes elucidam-se o conceito atual de gíria e de calão, para depois se passar em revista algumas das antigas definições lexicográficas daquelas palavras.

É hoje consensual que o termo “gíria” pertence ao âmbito do que se conhece como variação social, recebendo acepções que têm em comum o facto de atenderem ao fator “grupo social”. Com efeito, como denominação das variações linguísticas associadas à especificidade técnica ou sócio-cultural de uma profissão ou uma atividade (a gíria estudantil, por ex.), gíria equivale a “jargão”¹, mas designa igualmente os usos linguísticos de um grupo que cultiva, deliberadamente, o hermetismo (a gíria dos ladrões, por ex.). Embora os leigos vejam na linguagem técnica uma “gíria”, a verdade é que as “linguagens técnicas” (ou “tecnolectos”) e as gírias não devem confundir-se, visto estas serem “códigos forjados por determinados grupos com o objetivo de se tornarem completamente ininteligíveis para os não iniciados” (FERREIRA *et al.*, 199X, p. 281), implicando por isso “modificações no léxico ou na configuração ou ordem das sílabas para que os enunciados se tornem incompreensíveis”², ao passo que aquelas (as linguagens técnicas), que não procuram voluntariamente o hermetismo, se caracterizam por possuírem um conjunto de termos próprios, vale dizer, uma “terminologia”. Também é de evitar a confusão entre gíria e “calão”, ainda que as obras lexicográficas não raro remetam de um termo para o outro³ –, criando no consulente a ideia (errónea) de uma total equivalência sinonímica, quando o “calão”, na verdade, se inclui entre os “registos” ou “níveis” linguísticos porque depende quer da situação discursiva, quer de aspectos pragmáticos. A gíria situa-se, pois, na esfera “diatrática” ou “sociolectal”, enquanto que o calão é manifestação da variação disfásica ou “idiolectal”. Porém, como “gíria” também pode denominar um “registro informal”, que se distingue por possuir um “vocabulário rico em idiomatismos metafóricos, jocosos, elípticos, ágeis e mais efêmeros que os da língua tradicional” (HOUAISS, 2001), a remissão lexicográfica da gíria para o calão (ou vice-versa), é compreensível,

¹ Provém do francês antigo “jargon”. Houaiss (2001) define-o como um “código linguístico próprio de um grupo sociocultural ou profissional com vocabulário especial, difícil de compreender ou incompreensível para os não-iniciados; gíria” e como “linguajar destinado a não ser entendido senão por um grupo, em especial o que adota determinadas convenções”.

² Em Portugal, o *laín*te, gíria dos antigos vendedores ambulantes de Castanheira de Pera, é um caso de gíria nessa acepção (FERREIRA, 1985).

³ Em Houaiss (2001), calão tem a acepção de “linguajar rude, grosseiro”, remetendo depois geringonça, gíria”, sem qualquer marca específica.

conquanto o segundo termo comporte uma conotação pejorativa – linguagem grosseira e rude⁴ –, traço que não é necessariamente partilhado pelos termos da gíria.

Feitas as precisões conceptuais, importa igualmente passar em revista os antecedentes do registo lexicográfico da unidade “gíria”, assim como o tipo de palavras ou expressões por ela abrangidos.

Segundo Houaiss (2001), “gíria” tem a primeira atestação nos “Apólogos Dialogais” (1649-1666), de D. Francisco Manuel de Melo; contudo, o primeiro registo lexicográfico dever-se-á a D. Rafael Bluteau (1638-1734) que, além de incluir aquela palavra na nomenclatura do “Vocabulario Portuguez, e Latino” (1712-1721), oferece 44 exemplos⁵, alguns dos quais ainda ocorrem no dicionário da gíria publicado por Alberto Bessa em 1901.

No século XVI, a gíria era conhecida como “germania”, palavra oriunda da língua espanhola na qual denominava a “irmandade de corporações de Valencia e Maiorca, existente durante a guerra que promoveram contra os nobres”, passando a significar, por extensão, um “conjunto de rufiões, ladroagem” (HOUAISS, 2001), sendo também referida como “geringonça”⁶. A partir do século XVII, ambas as palavras foram substituídas por gíria, se bem que este vocábulo continuasse associado à expressão linguística de indivíduos praticantes de atividades pouco respeitadas pela sociedade ou, mesmo, de delinquência, consoante se desprende das definições seguintes: “linguagem de marotos” (BLUTEAU, 1713, IV, p. 75), “de marotos, ou brejêiros” (MONTE CARMELO, 1767, p. 613); “dialecto” (i.e. variedades social) usado em Lisboa entre os “homens a que chamaõ de

⁴ Esta conotação é reforçada quando se trata de “baixo calão”, expressão que designa uma linguagem particularmente grosseira ou obscena.

⁵ Algumas dessas palavras remontam à “germania” do século XVI e XVII, consoante nos informa Adolfo Coelho (1892, p.93) em estudo sobre a história do calão. Segundo este filólogo, “artife” (i.e. pão), “calcorrear” (i.e. correr), “calcos” (i.e. sapatos), “cria” (i.e. carne), “falso” (i.e. lenço), “justa” (i.e. casaca), “marca” (i.e. puta), palavras indicadas por Bluteau, pertencem à germania.

⁶ Segundo Houaiss (2001) é uma “linguagem vulgar, informal; calão, gíria”. Em 1848, Perestrelo da Câmara (1810-1854), natural da Ilha da Madeira, referia-se a “barbara geringonça” como “linguagem ininteligível, corrupta, algaravia. Dialecto, gíria ou germania convencional, de ciganos ou ladrões, para se entenderem entre si” (CÂMARA, 1848, p. 78).

ganhar”⁷ (ARGOTE, 1715, p. 300). A definição de Argote é relevante porquanto parece circunscrever o fenómeno à capital do reino, o que permite concluir que, já em Setecentos, devido à variedade demográfica e à dinâmica social das urbes, a gíria era um fenómeno de cariz urbano.

Às 44 palavras e expressões da gíria portuguesa arroladas por Bluteau, o ortografista Monte Carmelo (1767, p. 613) acrescentou novas unidades, a saber: *Arames* (Espada), *Calmar* (Espancar), *Galga* (fome), *Gizar* (Furtar). *Ganchorra* (Mão), *Giropa* (Caldo), *Minas de caroço* (Muito, ou muita fazenda), *Rafa* (Fome), *Rafar* (Sumir, Furtar), *Rifar* (Furtar), *Safar* (Sumir, ou Furtar), *Surrar* (Furtar). Destas unidades, sobressaem as quatro últimas, as quais, por serem equivalentes de “furtar”, atestam a íntima conexão entre a gíria e as atividades de certos grupos sociais. Curiosamente, duas das unidades apontadas por Bluteau (1713, p. 75) – *purrio* (bêbado) e *rustir* (comer) – têm, no rol de Alberto de Bessa, marca de “brasileirismo” (cf. 2).

Segundo Morais Silva (1813, p. 88), cuja definição de “gíria” (ou “gira”) amplia as anteriores, esta era a “linguagem de garotos, siganos, e ladrões, pella qual elles se entendem, usando de termos inventados, ou dando novo sentido aos usuáes”. Na 9ª edição do Dicionário de Morais⁸, que não está datada mas será de finais do século XIX, aos grupos sociais anteriores acrescentam-se os “vadios”; “Germânia, calão, gira” são apontados como equivalentes da palavra gíria e, o que é mais relevante, já sublinha que muitos dos seus “termos estão hoje introduzidos na linguagem comum popular e alguns vão neste Dicionario com a designação de plebeus” (p. 96). No mesmo período, Adolfo Coelho (s.d., p. 701), definindo gíria como a “linguagem usada por ladrões, e fadistas, etc.”, fazia corresponder esse termo à “phraseologia particular de uma profissão ou arte”, vale dizer, a uma terminologia específica. Em 1892, o mesmo autor expõe ambas as

⁷ A fala dos ciganos recebe a mesma designação: “E assim também os Siganos tem outra espécie de Giria, porque se entendem huns com os outros” (ARGOTE, 1725, p. 300).

⁸ Da 8ª edição (1890, p. 96), consta apenas o seguinte: “O mesmo que gira§ fig. Circumlocução affectada, no discurso. § (t. vulgar) ‖ Astucia, malicia, destreza”.

acepções em obra dedicada à língua dos ciganos⁹, esclarecendo o seguinte:

Calão, gira, gíria ou *geringonça* são os termos com que em português se designa o vocabulário especial dos criminosos de profissão, fadistas, contrabandistas, garotos e outra gente de hábitos duvidosos, que por aquelle meio buscam não ser entendidos da sociedade geral. Por extensão dão-se ainda aquelles mesmos nomes à terminologia especial de uma classe, de uma profissão licita, e sobretudo ao conjuncto de termos particulares, muitas vezes de character comico, que usam certos grupos sociaes, como os estudantes, os actores, os pintores, ospedreiros, os typographos, os soldados (COELHO, 1892, p. 55).

Este breve excurso histórico em torno da “gíria” permite confirmar que esta palavra, inicialmente reservada à expressão de grupos marginalizados ou discriminados (ladrões, vadios, fadistas, etc.), passou a designar a terminologia própria da atividade de certos de grupos sociais. Ao longo do século XX, estas são, quer no Brasil, quer em Portugal, as acepções registadas em dicionários de referência, como é o caso do “Aurélio”¹⁰ (FERREIRA, 1975, p. 688) e do “Houaiss electrónico” (2001), obra em que o vocábulo “calão”¹¹, com

⁹ De acordo com Preti (2000, p. 59), no Brasil, a influência cigana na formação das gírias terá sido menor do que nas lusas: “Ao contrário de Portugal, pequena foi a influência da língua cigana nesse vocabulário, restringindo-se às primeiras décadas do século XX e, com o passar dos anos, pode-se dizer que, praticamente, desapareceu, em virtude da presença cada vez menor desse povo nas cidades brasileiras. O que se pode dizer é que historicamente há um fundo comum entre gíria portuguesa e brasileira, e o fenômeno, como sempre, é de natureza urbana”.

¹⁰ Aí se encontram as seguintes acepções: “1. Linguagem de malfeitores, malandros, etc., com qual procuram não ser entendidos pelas outras pessoas; calão. 2. Linguagem peculiar àqueles que exercem a mesma profissão ou arte; jargão: a gíria dos artistas.. 3. Linguagem que, nascida num determinado grupo social, termina estendendo-se, por sua expressividade à linguagem familiar de todas as camadas sociais. 4. Palavra ou expressão de gíria: Usa muitas gírias nas conversas: Bacana é gíria. S.m. Bras. Amaz. Aquele que conhece dialetos indígenas”.

¹¹ De acordo com Houaiss (2001), provém do “cigano *caló* 'preto' e, por designação deles próprios, 'cigano', pelo esp. *caló* (1790, 1800), tomado como se terminasse em *-ón*; da designação dos ciganos, a palavra passou à língua que usavam e depois à gíria; cp. *Calô~2*”

datação de 1873¹², ainda recebe a definição de “linguajar rude, grosseiro; geringonça, gíria”. Ora, o simples uso do verbo “linguajar”, além de revelar a persistência de um preconceito contrário aos ensinamentos da atual sociolinguística, faz alinhar o dicionário Houaiss, ao menos neste aspecto, com a perspectiva de obras como “O linguajar carioca” (1922), de Nascentes, e o “Linguajar de criminosos e policiais” (1949), de Corialiano Nogueira Cobra (*apud* PRETI, 2000, p. 62).

No que tange à “gíria brasileira”, é de notar que o interesse pelo assunto parece ser diretamente proporcional à crescente repercussão social do fenómeno no Brasil, conforme comenta Dino Preti (2000, p. 62), um dos linguistas que mais se dedicou ao estudo do assunto:

O interesse pelo estudo da gíria cresceu, a recolha de vocábulos se intensificou e, além de dicionários, alguns regionais, misturando falares típicos de certas regiões com vocabulários de grupos sociais restritos, aparecem estudos do fenómeno gírio despojados dos velhos preconceitos, natural consequência, também, das novas correntes lingüísticas, em especial da sociolinguística, com a teoria referente às variações representadas pelos dialetos sociais.

A afinidade entre o significado original “gíria” e a aceção de “calão” fazem com que, pelo menos para os leigos, esses domínios não sejam fáceis de destringir, tanto mais que ambos cabem na chamada “linguagem popular”, *lato sensu*, aqui residindo a explicação para o facto de Alberto Bessa incluir esses termos no título do seu dicionário: “A gíria portuguêsã: esboço de um dicionário de ‘calão’”. Essa “linguagem popular” é profícua em tabus (GUÉRIOS, 1956; PRETI, 1984), eufemismos, assim como em preconceitos e juízos de valor (BAGNO, 1999; TUSÓN, 2003), traços que também estão subjacentes à gíria e ao calão. Refletindo embora o preconceito lingüístico do seu tempo, com o seu dicionário Alberto Bessa pretende mostrar que “os termos da gíria são precisos para dar energia e graça ao que se pretende exprimir” (BESSA, 1901, p. 8).

Com este pano de fundo, passamos à análise do contributo de Alberto Bessa para o estudo da gíria portuguesa e, em particular, para o

¹² Esta data corresponde ao 2º volume do Grande Dicionário Português ou Thesouro da Língua Portuguesa (1871-1874), de Fr. Domingos Vieira.

conhecimento da gíria brasileira e dos brasileirismos, assinalados pelo autor com a marca de uso “Braz. Brasileiro”.

1 Alberto Bessa e a “Gíria Portuguêsa” (1901)

Para se compreender o valor documental de “A gíria portuguêsã. Esbôço de um dicionario de ‘calão’”, importa conhecer, antes de mais, alguns dados biográficos do seu autor, bem como a justificação de um dicionário deste género.

Famoso jornalista da transição do século XIX para o século XX, Alberto Bessa nasceu em 1861 na cidade do Porto, onde viria a fundar e dirigir vários jornais, tendo-se notabilizado igualmente pela fundação da Associação da Imprensa Portuguesa. Morreu em Lisboa, no ano de 1938.

Nas “Palavras Preliminares”, Bessa expõe os motivos que o levaram a compilar palavras e expressões da gíria e do calão:

Desde muito novo me interessaram os estudos das diversas particularidades da língua portugueza, pelas suas origens e pelos seus adágios, provérbios, rifões e anexins, de que penso não haver outra língua que tão larga copia possua. Sob influencia d’esta ideia, de há anos que comecei colleccionando todas s frases e termos que a linguagem popular do nosso paiz emprega frequentemente, com o fim, que sempre supuz e ainda hoje suponho interessante e útil, de as dar a publico por meio de um dicionario onde, com relativa facilidade, podessem os estudiosos encontrar as diversas significações por mim recolhidas da tradição oral, da consulta de livros de escriptores antigos e modernos e ainda de documentos cuja authenticidade não podesse ser posta em duvida (BESSA, 1901, p. 2).

Bessa assume-se devedor, em especial, do trabalho que o Dr. José Maria de Queiroz Veloso (1860-1852), médico pela Escola do Porto e seu companheiro de atividade jornalística, havia publicado em Novembro de 1890, na Revista de Portugal, sob o título de “A gíria (Vocabulario, etymologia e historia)”, e bem assim do “Diccionario de Vocabulos exquisitos que o uso tem feito admitir, por Aleixo Alonso” (pseudónimo de Salema Garção), saído dos prelos em Lisboa, em 1885. Às palavras e expressões arroladas naquelas e em outras obras, confessa Bessa ter acrescentado muitas mais, duplicando, em certas letras, o

volume dos verbetes. Por outro lado, importa esclarecer que o modelo linguístico vigente em 1901, data da publicação do dicionário de Alberto Bessa, era o “método histórico-comparativo” (GONÇALVES, 2013), cuja aplicação assentava na existência de acervos documentais que, por comparação filológica, permitissem a reconstrução dos estados pretéritos da língua. É neste contexto ideológico que devem ser entendidas as palavras de Teófilo Braga (1843-1924), escritor e político português, no prefácio intitulado “Sobre a Linguagem da gíria em Portugal”, no qual enaltecia os méritos da obra prefaciada e o seu valor para os propósitos da filologia moderna:

O trabalho do sr. Alberto Bessa vem ampliar quanto possível o Dicionario da gíria portugueza, pela compilação dos elementos oraes que tem constatemente coligido. Sómente sobre um vasto catalogo é que se podem aplicar com segurança os processos de comparação histórica e filológica (BRAGA, 1901, p. XXX).

A despeito da resenha histórica de Teófilo Braga (1901, p. VII-XXXI) acerca das acepções da palavra gíria até ao século XIX, Bessa não esclarece, por sua vez, o “seu” conceito de gíria e de calão, nem tampouco informa o leitor sobre a técnica lexicográfica adotada na elaboração do dicionário. Apresenta, contudo, uma “explicação das abreviaturas” que correspondem a 25 “marcas de uso” (uma para cada grupo social e respetiva gíria), entre elas a marca: “Braz. Brasileiro, calão recolhido, em grande parte, no folheto ‘A gíria Brasileira, por J. F.’ (Bahia, 1899)”. Estas iniciais devem ser, na verdade, um erro de leitura, já que a obra, cujo título completo é “A gíria brasileira: collecção de annexins, adagios, rifões e locuções populares por J. T.” (Bahia: Diario da Bahia, 1899), foi escrita por José Nepomuceno Torres (Salvador, 1855 - Salvador, 1913). Bessa refere-se a ela como um simples “folheto”, denominação pouco adequada para uma obra extensa (234 páginas). Por outro lado, Bessa nada diante quanto aos critérios que, a partir da obra de Nepomuceno Torres, presidiram à seleção das 265 unidades “brasileiras” incluídas no dicionário.

As marcas lexicográficas usadas por este autor correspondem aos seguintes grupos sociais e suas atividades: *Acad.. Academico ou calão das escolas*; *Ald. Aldeão* ou “calão das aldeais; *Canon.*

Canonico ou gíria de padres; Com. Calão comercial; Eleit. – Eleitoral gíria de galopins¹³; Fad. Fadista ou calão do Bairro Alto, Alfama e Mouraria; Fam. Familiar ou gíria domestica; Gat. Gatunos ou calão de criminosos: Inf. Infantil ou gíria de crianças; Jog. Jogador ou calão de batoteiros; Jorn. Jornalístico ou calão da imprensa; Jud. Judicial ou calão dos tribunaes; Mar. Marítimo ou gíria de marinheiro; Milit. Militar, ou calão de soldado; Taur. Tauromachico ou calão de toureiro; Theat. Theatral ou gíria de bastidores, Velocyp. Velocipedico ou gíria de cyclista. Acrescem-se ainda: Desc. Termos cuja veracidade não pude constatar por mim próprio; Ant. Antigo ou cahido em desuso; Equit. Equitação ou hippico; Parl. Parlamentar; Pop. Popular ou vulgarissimo; Prof. Profissional; Typ. Typographo.

Não obstante mencionar o “calão” e a “gíria”, a marca “Braz. Brasileiro” nada esclarece, por si só, a respeito dos grupos sociais ou profissionais visados, pelo que, dado o objetivo do dicionário de Bessa, aquela marca parece traçar sobretudo um diferencial entre a gíria portuguesa e a brasileira, destriça que é sublinhada por meio de um jogo de equivalências semânticas (cf. 2.3.).

2 A marca de uso “braz. brasileiro”

No dicionário de Alberto Bessa são 365 as entradas – lexicais ou fraseológicas – portadoras da marca “Braz. Brasileiro”. Com efeito, o *corpus* inclui não só substantivos, adjetivos, verbos mas também unidades que cabem na “fraseologia”¹⁴, termo que, tomado aqui em sentido amplo, compreende unidades complexas de diversas categorias formais, estruturais (estruturas sintáticas) e semânticas, abrangendo locuções (verbais e prepositivas, por exemplo), colocações¹⁵ e enunciados fraseológicos (parémias ou provérbios¹⁶). No que diz respeito à microestrutura, importa de salientar que os verbetes

¹³ Segundo Houaiss (2001), “galopim” tem duas acepções que coincidem com a marcação lexicográfica de Bessa: 1. “indivíduo maroto, travesso, brincalhão”; 2. “m.q. *galopim eleitoral*”.

¹⁴ Não sendo objetivo deste trabalho discutir o conceito de “fraseologia”, como disciplina afim das ciências do léxico, nem tampouco as diferentes perspectivas teóricas em torno das “unidades fraseológicas”, “fraseologismos” ou “frasesmas”, remetemos apenas para a referência, já consagrada, de Corpas Pastor (1996).

¹⁵ É a designação de certas combinações de palavras de classes distintas.

¹⁶ Na obra de Bessa, este tipo é pouco abundante.

contemplam os seguintes elementos: entrada destacada em negrito, seguida da marca de uso (entre parênteses e itálico), e da definição ou unidades lexicais equivalentes, separados uns dos outros por ponto e vírgula. Casos há em que, numa mesma entrada, o autor oferece duas marcas de uso, conforme se observa em “**Manja** (*pop.*) Comida. (*braz.*) – Brincadeira infantil”

Os exemplos abaixo servem de ilustração tanto dos diferentes tipos de entrada (simples, complexa, fraseológica) como da organização e extensão da microestrutura:

- (1) **Chumbinho** (*braz.*) – Moéda de nickel.
- (2) **Chumbinho amarello** (*braz.*) – A libra esterlina.
- (3) **Comer aráras** (*braz.*) – Ser victima de qualquer logro; deixar-se iludir.
- (4) **Marombado** (*braz.*) – Fica indeciso, sem saber que fazer ou que dizer.
- (5) **Cova de caco** (*braz.*) – Cova de ladrões.
- (6) **Gente por bôrra** (*braz.*) – Em grande quantidade.
- (7) **Légua de beïço** (*braz.*) – Mal medida; menos de légua.
- (8) **Mijar na escova** (*braz.*) – Faltar á palavra dada; roer a córda.
- (9) **Sentir as dores antes do parto** (*braz.*) – Pessoa tímorata; assustadiça.
- (10) **Querer cobrir o sol com uma peneira** (*braz.*) – Pretender esconder o que toda a gente conhece¹⁷.
- (11) **Enquanto Braz é thesoureiro** (*braz.*) – O mesmo que enquanto é tempo ou ocasião propicia.
- (12) **Olho no padre, olho na missa** (*braz.*) – Prestar atenção a tudo; não deixar escapar nada¹⁸.

Algumas das entradas assinaladas com “Braz. brasileiro” não são, em bom rigor, do âmbito da gíria, antes se tratando de brasileirismos¹⁹ comuns, vale dizer, palavras do léxico brasileiro cuja

¹⁷ A expressão não é propriamente brasileira, pois ainda hoje se encontra na fraseologia portuguesa, com um verbo distinto, porém, equivalente: “Querer tapar o sol a peneira”.

¹⁸ Na verdade, esta expressão tem as características formais, semânticas de um provérbio (CORPAS PASTOR, 1996, p. 147-169).

¹⁹ Também prescindimos da discussão em torno conceito de brasileirismo. Tomamo-lo como denominação de palavra própria do Português falado no Brasil, tendo origem indígena, africana ou, ainda, de portuguesa, e que no Brasil, por um processo de

circulação não se restringe a um grupo social determinado ou a uma atividade específica, consoante exemplificam as duas seguintes, uma de origem africana, a outra de origem tupi:

(13) **Moqueca** (*braz.*) – Guisado de peixe²⁰.

(14) **Xará** (*braz.*) – Homônimo; pessoa que tem o mesmo nome²¹.

Com efeito, o *corpus* inclui vários brasileirismos de origem indígena e africana, os quais, embora fossem próprios de um registo informal (HOUAISS, 2001), em 1901 não seriam exclusivos de um grupo social específico, nem teriam propriamente uma conotação negativa. São de origem indígena os seguintes:

(15) **Pereba** (*braz.*) – Erupção herpética a que vulgarmente se dá o nome de sarna²².

(16) **Pirocar** (*braz.*) – Esfolar; descascar²³.

Têm origem africana, por sua vez, os indicados abaixo:

(17) **Gangana** (*braz.*) – Mulher de idade provectora²⁴.

(18) **Quitandê** (*braz.*) – Feijão verde²⁵.

“ressemantização”, passou a designar objetos ou realidades da natureza ou cultura locais.

²⁰ Em Houaiss (2001), este brasileirismo tem 1836 como 1ª atestação, coincidindo a definição deste dicionário com a de Bessa.

²¹ Segundo Houaiss (2001), que atesta a palavra em 1899, denomina a “pessoa com nome de batismo idêntico ao de outra; xarapim, tocaio”.

²² Com atestação em 1749, Houaiss (2001), situando a palavra no registo informal, define-a como “m.q. *sarna*”.

²³ Baseado em Nascentes, o dicionário Houaiss (2001), no qual a 1ª atestação da palavra é de 1899, indica como étimo “piroca”, do tupi *pi'roka* 'calvo, pelado'. Neste como em outros casos, 1899 é data da publicação do Dicionário de Cândido de Figueiredo que, curiosamente, é a fonte lexicográfica de Houaiss para inúmeros brasileirismos, não obstante estarem já atestados em textos históricos do século XVI (GONÇALVES & MURAKAWA, 2012).

²⁴ Esta palavra tem origem no quimbundo “*ngana* 'senhora’”, significa “mulher idosa” e, de acordo com Houaiss (2001) está atestada em 1877.

²⁵ Atestada em 1899 (HOUAISS, 2001), a palavra é originária do quimbundo “*kitande* 'feijão descascado e cozido’” e tanto no Brasil como em Angola denomina um “feijão verde miúdo, sem casca, que se usa para fazer sopa e outros pratos”. Já constava do rol de brasileiros de Beaurepaire-Rohan (1889, p. 122) e de (SOARES, 1955, p. 120).

- (19) **Mazanxa** (*braz.*) – Indolente; desequilibrado; matuto²⁶.
(20) **Mazombo** (*braz.*) – Sorumbático; triste; concentrado²⁷.
(21) **Xingar** (*braz.*) – Fazer zombaria; o mesmo que o nosso troçar²⁸.

Além dos brasileirismos de origem indígena e africana, existem muitos outros cuja etimologia é ainda, à luz da lexicografia atual, “obscura”, situação que corresponde aos seguintes exemplos:

- (22) **Rochina** (*braz.*) – Farinha²⁹.
(23) **Pileque** (*braz.*) – Embriaguez leve; *alegróte*³⁰.

Por outro lado, alguns dos brasileirismos assinalados por Bessa são-no por terem adquirido no Brasil um significado próprio, associados a derivados sufixais (aumentativos ou diminutivos) de uma palavra portuguesa (cf. quadro 1), à “composição” lexical (quadro 2) ou a certas combinações sintagmáticas (cf. quadro 3).

Quadro 1 – Brasileirismos – unidades derivadas

Bichaço (*braz.*) – Homem de grande importância; o mesmo que o nosso *trunfo*³¹.

Bicheiro (*braz.*) – Jogador da chamada loteria dos bichos³².

²⁶ Com datação de 1899, Houaiss (2001) atribui-lhe origem no quimbundo “*zonza* andar devagar, ser moleirão” e várias acepções: “**1.** diz-se de ou pessoa preguiçosa, mole, dada à indolência; **2** que ou quem é tonto, simplório; tolo, parvo, pateta; **3.** que ou o que tem falta de jeito, de destreza; desajeitado, desastrado”.

²⁷ Como designação do “filho de pais estrangeiros, sobretudo de portugueses, que nasce no Brasil”, a palavra está atestada pelo menos desde 1716 e, segundo Houaiss (2001), tem também uma acepção que coincide com a de Alberto Bessa: “diz-se de ou indivíduo sorumbático, taciturno, mal-humorado”.

²⁸ Segundo Houaiss (2001), é palavra oriunda do quimbundo “*xinga* ‘insultar, ofender, blasfemar’”, tem atestação no século XVII e significa “agredir por meio de palavras insultuosas, injuriosas; ofender, descompor, destratar, afrontar”.

²⁹ Em Houaiss (2001), que coloca a 1ª atestação em 1899, é a designação de uma “variedade de mandioca”.

³⁰ Denominação do “estado de bêbedo; bebedeira”, com atestação em 1899 (HOUAISS, 2001). Consta da nomenclatura de Beaurepaire-Rohan (1889, p. 112) como equivalente de “*camoeca*, ligeira embriaguez”.

³¹ Não consta da nomenclatura de Houaiss (2001).

³² Com atestação em 1913, segundo Houaiss (2001) é o “banqueiro de jogo do bicho ou preposto seu que recebe as apostas”.

Filhote (*braz.*) – Inexperiente; novo no officio³³.

Fogueteiro (*braz.*) – O que pratica acções deshonestas³⁴.

Ladrãozinho (*braz.*) – Menino bonito; rapaz elegante; provocador³⁵.

Sanfonada (*braz.*) – Cantiga sem tom nem som; coisa mal feita³⁶.

Treiteiro (*braz.*) – Trapaceiro; mentiroso (talvez do treteiro?).

Quadro 2 – Brasileirismos: unidades compostas ou complexas

Áz de cópas (*braz.*) – O annus. (É termos largamente usado em todo o paiz e no Brazil).

Baba-de-moça (*braz.*) – Dôce de coco

Bate-bôcca (*braz.*) – Descompostura; disputa; tróca de palavras ásperas; ralhos, etc.³⁷.

Bôde de bicheira (*braz.*) – Pessoa preguiçosa; que anda sempre a encostar-se; mólle; indolente

Cara-dura (*braz.*) – Physionomia sem expressão; typo anthropatico³⁸.

Casa de purgar (*braz.*) – Barriga.

Gaveta de sapateiro (*braz.*) – Diz-se de qualquer movel que se encontra em desalinho; mal arrumada.

Mel de coruja (*braz.*) – Logro; engano; ludíbrio.

Pão de milho (*braz.*) – Cincoenta espigas.

Pão com rosca (*braz.*) – Marido e mulher.

Pé de moleque (*braz.*) – Bôlo de farinha de mandioca³⁹.

Piolho-de-cobra (*braz.*) – Discurso ou conversa interminável.

Roupa de Bechior (*braz.*) – Velha, usada.

³³ A palavra já se regista em 1713, mas sem a aceção apontada por Bessa.

³⁴ Em Houaiss (2001) figura como denominação do registo informal para quem é “contador de vantagens”.

³⁵ Não registado em Houaiss (2001).

³⁶ Em Houaiss (2001) não figura esta aceção.

³⁷ Em Houaiss (2001), a 1ª atestação é de 1913, significando: “discussão agressiva, troca de palavras ásperas; bate-barba, dize-tu-direi-eu”.

³⁸ Com datação de 1913 e uma conotação pejorativa (HOUAISS, 2001), este brasileirismo denomina “quem não tem escrúpulos ou timidez; atirado, cara-de-pau, cara-lisa, cara-seca”. Com idêntico significado consta de Macedo Soares (1955, p. 110).

³⁹ Com datação de 1899, em Houaiss (2001) designa um “bolo feito de mandioca, fubá, coco e açúcar”. Em Macedo Soares (1955, p. 77), o nome de um “dôce feito de amendoim torrado e melado. Rb. Bôlo de mandioca mole, ovos, leite de côco, castanhas pisadas, erva-doce e outras especiarias, que é características das festas de São João. BR dá como peculiar a Pernamb. E Alagoas [...]”.

Toma-larguras (*braz.*) – Sicario; espião e ainda adulator⁴⁰.

Umbigo de freira (*braz.*) – Biscoito especial para chá.

2.1 Principais campos semânticos

Quer se trate de verdadeira gíria, quer simplesmente de léxico e fraseologia de cariz familiar, informal ou coloquial, quer, ainda de expressões do calão, a “linguagem popular” dicionarizada por Alberto Bessa é extremamente rica, nela avultando, tanto pela quantidade como pela variedade, palavras e expressões pertencentes, entre muitos outros, aos seguintes campos semânticos: a mentiar/mentir e o engano/enganar (quadro 3); a bebida e o estado de embriaguez (quadro 4); a comida e o ato de comer (quadro 5); a mulher e sua caracterização (quadro 6); o homem e sua caracterização (quadro 7); a desordem, o motim (quadro 8).

Quadro 3 – Denominações para engano/enganar e logro/ser enganado

Cômer araras (*braz.*) – Ser vítima de qualquer logro; deixar-se iludir.

Comer bola (*braz.*) – Deixar-se iludir por alguém.

Engambellar (*braz.*) – Illudir; ridicularizar.

Engarapar (*braz.*) – O mesmo que seduzir; illudir.

Fazer do ceu cebola (*braz.*) – Enganar grosseiramente (O nosso *gato por lebre*).

Pegar na isca (*braz.*) – Cahir no logro; deixar-se iludir.

Quadro 4 – Denominações para comida e o ato de comer

Pipinar (*braz.*) – Debicar: comer aos bocadinhos

Manjuba (*braz.*) – comida

Paçoca (*braz.*) – Guisado de carne, farinha e torresmos⁴¹.

Pixé (*braz.*) – Comida esturrada; cheiro exquisito e desagradável⁴².

Quenga (*braz.*) – Guizado⁴³.

⁴⁰ Com as marcas de “brasilismo”, “jocosismo” e “diacronismo”, em Houaiss (2001) tem 1877 como datação e denomina um “criado do paço; talaveira”.

⁴¹ De origem tupi, segundo Houaiss (2001), este termo de culinária tem registo em 1873 e designa a “carne assada, desfiada, pilada e socada com farinha de mandioca ou de milho”.

⁴² Macedo Soares (1950, p. 98) assinala que “pixé” “É voc. comum aos diversos dialetos da língua tupi, e era particularmente consagrado ao cheiro de peixe assado”. De acordo com este lexicógrafo, em geral, “pixé” designa “maus cheiros”.

Quadro 5 – Denominações para a bebida, o estado de embriaguez e o ato de beber

Apontar o dia (*braz.*) – Beber em jejum. (O mesmo que o nosso *mata-bicho*)⁴⁴.

Brilhatura (*braz.*) – Bebedeira.

Brocha (*braz.*) – Bebedeira.

Caixa d’água (*braz.*) – Bêbado; embriagado habitualmente.

Chuva (*braz.*) – Embriaguez.

Dôce (*braz.*) – Ebrio; embriagado

Encachaçar-se (*braz.*) – Embriagar-se com cachaça.

Estar na chuva (*braz.*) Embriagado; ébrio.

Giribita (*braz.*) – Aguardente

Montado na ema (*braz.*) – Ebrio; embriagado.

Mamarrote (*braz.*) – Bom bebedor; que anda sempre a beber⁴⁵.

Mandureba (*braz.*) – aguardente de canna.

Mordido (*braz.*) – Ebrio; bêbedo.

Patricia (*braz.*) – Aguardente de cana.

Pileque (*braz.*) – Embriaguez leve; *alegróte*.

Pórrio (*braz.*) – Bebida especial servida em copo⁴⁶.

Prégo (*braz.*) – Casa de empréstimos sobre penhores. (*Braz.*) – Mistura de bebidas alcoólicas.

Tomar um prego (*braz.*) – Beber um cálix de aguardente

Quebrar a munheca (*braz.*) – Beber até se embriagar.

Resaca (*braz.*) – Bebedeira; embriaguez.

Tomar um prego (*braz.*) – Beber um cálix de aguardente.

Tomar uma abrideira (*braz.*) – Bebida antes de comer.

Triscando e lambendo (*braz.*) – Embriagado.

⁴³ Para Houaiss (2001), que atesta a palavra em 1899, é regionalismo baiano da culinária que designa a “galinha cozida com quiabo”. Parece ter origem no quimbundo “*kienga tacho*”.

⁴⁴ Como 1ª acepção de “mata-bicho”, Houaiss (2001) oferece a indicada por Bessa, porém sem marca de brasileirismo; a 2ª acepção, marcada como brasileira, corresponde a “dose de bebida alcoólica, esp. aquela tomada em jejum; aguardente de cana; cachaça”.

⁴⁵ Em Houaiss (2001) está atestado em 1845, sendo equivalente de “mamador”, i.e. “bebedor”.

⁴⁶ Com o significado de “bebado”, “purrio” aparece em Bluteau (1713, p. 75) como unidade pertencente à gíria.

Vinagreira (*braz.*) – Embriaguez.

Quadro 6 – A mulher e sua caracterização

Capôna (*braz.*) – Beata.

Cuca (*braz.*) – Mulher velha; coisa repelente; feia⁴⁷.

Faceira (*braz.*) – Mulher presumida; vaidosa; enfatuada⁴⁸.

Da pá virada (*braz.*) – Mulher perigosa e insolente; virago⁴⁹.

Gangana (*braz.*) – Mulher de idade propecta.

Muruxaba (*braz.*) – Mulata prostituta⁵⁰.

Quadro 7 – O homem e sua caracterização

Binga (*braz.*) – Chifre; homem casado a quem a esposa atraíçoa.

Caipóra (*braz.*) – Homem infeliz; sem sorte; desastrado.

Cuba (*braz.*) – Influente político; homem de importância⁵¹

Homem atôa (*braz.*) – Sem valimento; sem importância; nullo.

Homem de pé rapado (*braz.*) – Rustico; ignorante.

Homem dos pés queimados (*braz.*) – O que nada pôde fazer; que nada vale; que nada tem.

Homem tarujo (*braz.*) – De importância; e valimento.

Monarca (*braz.*) – Camponez; homem rude; pacóvio⁵².

Parrudo (*braz.*) – Homem de baixa estatura⁵³.

Pé de boi (*braz.*) – Homem ajuisado; prudente; serio e grave⁵⁴.

⁴⁷ Em Houaiss (2001), esta palavra tem atestação em 1899. Recebe marca de regionalismo do Nordeste brasileiro com o significado de “mulher feia e velha”.

⁴⁸ Esta unidade já consta da nomenclatura de Bluteau (1713).

⁴⁹ A expressão consta de Houaiss (2001) para referir, no uso informal, alguém “que é buliçoso, brincalhão ou desordeiro, turbulento ou licencioso, debochado”.

⁵⁰ De acordo com Houaiss (2001) equivale a “murixaba”, palavra que, por sua vez, é marcada como regionalismo nordestino para denominar a “mulher com quem se tem um relacionamento extraconjugal mais ou menos estável; amante”, a” meretriz”.

⁵¹ Segundo Houaiss (2001), que não apresenta datação, é um regionalismo pernambucano para “indivíduo influente, poderoso; cuebas, mancueba”.

⁵² Figura, em Houaiss (2001), como regionalismo baiano para “pessoa conservadora”; como brasileirismo do registo informal também significa “antiquado, antigo (diz-se de hábitos ou costumes)”.

⁵³ Tem atestação em 1813 (HOUAISS, 2001), designando o que é “rasteiro como as parras, “homem baixo e atarracado”.

⁵⁴ Em Macedo Soares (1955, p. 77) está definido como “Homem simples e honrado; homem de bem, de antes quebrar que torcer, firme nos seus princípios e nos seus tratos, homem de palavra. HOMON.: port. aferrado aos costumes antigos, inimigo de modas e inovações; burguês. Aul. **Pé-de-cabra.** o brasileiro; **pé-de-chumbo.** o

Retacado (*braz.*) – Homem baixo e gordo⁵⁵.

Socado (*braz.*) – Bem provido de carnes. Homem alentado.

Toupeira (*braz.*) – Homem estúpido.

Urco (*braz.*) – Homem alto; comprido e esguio⁵⁶.

Quadro 8 – A desordem, o motim

Bérebére (*braz.*) – Tumulto; o mesmo que a nossa *bernarda*⁵⁷.

Haja (*braz.*) Tumulto ou desordem em que entra em cena o pau.

Ribombo (*braz.*) – Pancadaria; desordem.

Rolo (*braz.*) – Tumulto; desordem.

Fazer rôlo (*braz.*) – Armar desordem.

Pocêma (*braz.*) - Barulheira; algazarra; motim⁵⁸.

2.2 Unidades ou expressões fraseológicas

No *corpus* extraído do dicionário de Alberto Bessa avultam as unidades fraseológicas, não só pelo seu elevado número mas também pela sua variedade, ainda que as mais abundantes sejam as expressões verbais, das quais vale a pena destacar as que incluem o verbo “andar” (cf. abaixo).

Quadro 8 – Expressões ou locuções verbais

Andar com a sélla na barriga (*braz.*) – Passar fome; sentir necessidades.

Andar com o bode amarrado pelo rabo (*braz.*) – Enfezado; rachítico; desfalecido⁵⁹.

português”. Com a marca de registo informal, em Houaiss (2001), porém, figura como “pessoa apegada aos antigos costumes, avessa a inovações”.

⁵⁵ Com datação de 1899, em Houaiss (2001) recebe marca de regionalismo de Goiás, equivalente de “retaco”.

⁵⁶ Em Houaiss (2001), figura como regionalismo do Rio Grande do Sul, para “grande e belo (diz-se de cavalo)” e, por extensão, mas com sentido pejorativo, “bem nutrido, gordo”.

⁵⁷ Conforme definição de Houaiss (2001), foi um “movimento revolucionário ocorrido em Braga (Portugal) em 1862” e, por extensão, “insurreição popular; motim, desordem”. Tem atestação em 1871.

⁵⁸ Com origem no “tupi “*po'sema* 'grito indígena', segundo AGC e conforme Nascentes, 'mão saindo”, em Houaiss (2001) recebe 1659 como datação.

Andar de teiró (*braz.*) O mesmo que *andar de rixa*.

Andar na brócha (*braz.*) – Ébrio.

Andar na éma (*braz.*) – Ébrio⁶⁰.

Andar na pindaíha (*braz.*) – Sem dez reis; sem recursos⁶¹.

Andar na quebradeira (*braz.*) – A passeiar; na vadiagem; sem ter que fazer. (O mesmo que o nosso *andar de costas direitas*).

Andar na ressaca (*braz.*) – Embriagado; aturdido; sem ter conhecimento do que faz.

Andar no cavallo dos frades (*braz.*) – A pé.

Andar no ganço (*braz.*) – Ébrio⁶².

Andar n’um cortado (*braz.*) – Mettido em trabalhos; a braços com dificuldades.

Andar trincádo (*braz.*) – Indisposto com alguém; amuado.

Também se registam locuções brasileiras com os verbos fazer, ter e tomar, conforme ilustram as seguintes: **Fazer discurso aos peixes** (*braz.*) – Vomitar; **Fazer pratinho** (*braz.*) – Divertir-se á custa alheia⁶³; **Fazer rôlo** (*braz.*) – Armar desordem; **Fazer vispora** (*braz.*)

⁵⁹ Também no uso informal, esta expressão tem como variante abreviada “amarrar o bode” que significa “ficar sério; ficar de cara amarrada ficar irritado, mal-humorado” (HOUAISS, 2001).

⁶⁰ Com o mesmo significado, Houaiss (2001) regista esta locução como regionalismo do Norte e Nordeste do Brasil.

⁶¹ Com este mesmo significado, a expressão foi registada por Beaurepaire-Rohan (1889, p. 112). Como nome de uma fruta ou de um animal, “pindaíba” atesta-se em 1585; porém, consoante informa Houaiss (2001), não existe consenso quanto à origem da expressão “andar na pindaíba”: “(...) segundo Nascentes, ela refere-se à necessidade de pescar para comer; Teodoro Sampaio diz que é alusão à má fortuna de quem se vê reduzido à vara do anzol para viver; para Silveira Bueno “o nosso indígena dependia da vara de pescar para o seu sustento e quando tal instrumento não servia, não apanhava peixes, considerava-se o índio na miséria, na falta do seu meio principal de sustento”; há ainda quem considere possível a relação com o fato de o fruto dessas plantas ter pouca polpa e/ou de o ouriço-do-mar ter pouca carne; Nei Lopes prefere partir do quimb. *mbinda* 'miséria' + *uaíba* 'feia' > *mbindaíba* > *pindaíba*; adp. ao port. [...]”.

⁶² Segundo Houaiss (2001), no uso informal, “ganço” significa “bebedeira, carraspana”.

⁶³ Com este mesmo significado, a expressão consta do rol de Câmara (1848, p. 157): “Fazer *pratinho* d’alguem (Escarneçê-lo, divertir-se á custa d’elle em sociedade, ridicularisa-lo).

– Fugir⁶⁴; **Ter baratas no papo** (*braz.*) – Vontade de falar; **Tomar maca** (*braz.*) – Apanhar uma sova valente.

Do ponto de vista semântico, a maioria das unidades fraseológicas inscreve-se em campos como os relativos à malandrice, à esperteza, ao engano, à mentira, ao insulto, à perseguição, à fuga, ao jogo e à morte, âmbitos representados no quadro abaixo.

Quadro 9 – Outras locuções verbais

Abrir o chambre (*braz.*) – Largar a correr.

Apanhar a tabóca (*braz.*) – Sofrer uma decepção, um contratempo.

Assar na ponta do dêdo (*braz.*) – Agilidade; intrepidez.

Cacarejar e não pôr ovo (*braz.*) – Prometter e não cumprir

Ceiar com Christo (*braz.*) – Morrer

Chamar a Deos compadre (*braz.*) – Jactar-se d’aquilo que assim não é.

Dar as tintas (*braz.*) – Pagar a despeza de uma pandega.

Descosêr as orelhas (*braz.*) – Dizer a alguém coisas desagradáveis.

Levar camarço (*braz.*) – Perder ao jogo.

Levar taboca (*braz.*) – Ficar logrado⁶⁵.

Meter a mão na lata (*braz.*) – Esbofetear; ir á cara a alguém.

Morrer na casca (*braz.*) – Abortar

Pagar o Filippe (*braz.*) – Perder uma aposta.

Passar sem muda (*braz.*) – Diz-se do individuo que anda sempre com o mesmo fato.

Passar alguém ao chão (*braz.*) – Atirar alguém ao chão.

Por a bocca no mundo (*braz.*) – Mentir; caluniar.

Quebrar a botica (*braz.*) – Destruir qualquer coisa.

Roer os ossos (*braz.*) – Ficar sem o lucro de qualquer trabalho.

Saber onde aperta o sapato (*braz.*) – Compreender a causa de qualquer efeito.

Sahir a pórcã mal capada (*braz.*) – Enganar-se nos cálculos; contar com uma coisa e suceder outra.

Tabaquear o caso (*braz.*) – Divertir-se á custa de alguém que está

Vender bulas falsas (*braz.*) – Dizer mentiras.

⁶⁴ “Vispora” é brasileirismo da gíria do jogo e significa o mesmo que “loto” (HOUAISS, 1899). Segundo Houaiss, está atestado em 1899.

⁶⁵ “Taboca” e “levar taboca” figuram em Beaurepaire-Rohan (1889, p. 133) com o significado apontado pelo português Alberto Bessa.

2.3 Correspondência entre expressões brasileiras e portuguesas

No dicionário de Alberto Bessa são de realçar, igualmente, as remissões de unidades e expressões brasileiras para as correspondentes portuguesas, o que demonstra, mais uma vez, a enorme riqueza da informação compilado pelo jornalista português e a utilidade desta para o conhecimento tanto do léxico como da fraseologia de um lado e de outro do Atlântico. A equivalência faz-se, em geral, mediante a expressão “o mesmo que a nossa”, consoante fica exemplificado no quadro a seguir.

Quadro 10 – Equivalências entre PB e PE

Chapetonada (*braz.*) – Asneira; graçola; o mesmo que a nossa *bernardice*⁶⁶.

Fazer do ceu cebola (*braz.*) – Enganar grosseiramente (O nosso *gato por lebre*).

Andar na quebradeira (*braz.*) – A passeiar; na vadiagem; sem ter que fazer. (O mesmo que o nosso *andar de costas direitas*).

Apontar o dia (*braz.*) – Beber em jejum. O mesmo que o nosso *mata-bicho*).

Bichaço (*braz.*) – Homem de grande importância; o mesmo que o nosso *trunfo*⁶⁷.

Samba (*braz.*) – Baile ordinário; bailarico; o nosso *salsifré*⁶⁸.

Mitrado (*braz.*) – Astucioso; esperto; inteligente; fino. (o mesmo que o nosso *matreiro*).

Pinga-fôgo (*braz.*) – Homem de mau genio. (o nosso *espirra canivetes*)⁶⁹.

⁶⁶ Assinalado como regionalismo do Rio Grande do Sul, em Houaiss (2001) tem atestação em 1899, e designa o “ato, dito ou comportamento próprio de chapetão; tolice, asneira”, e, ainda, o “erro, engano”. Macedo Soares (1955, p. 125), que também a define como “engano”, acrescenta a expressão “pagar chapetonada”, i.e. “sair de modo contrário ao que se esperava”.

⁶⁷ Palavra da gíria do jogo, “trunfo” é a carta de um naípe e, em sentido figurado, uma “pessoa influente na sociedade, na política” (HOUAISS, 2001).

⁶⁸ Num registo informal, “Salsifré” é o nome de um “baile popular; bailarico” (HOUAISS, 2001). Em Houaiss, 1899 é a datação desta unidade.

⁶⁹ Sem datação, em Houaiss (2001) “pinga-fogo” denomina “que ou aquele que provoca confusões ou brigas; provocador, valentão”. Com atestação em 1727, “espirra-canivetes” designa um “indivíduo nervoso, irritadiço, estourado”.

Tabaré (*braz.*) – O mesmo que o nosso *palonso*; sertanejo⁷⁰.

Urubú (*braz.*) – Homem que acompanha os enterros, conduzindo uma tocha ou brandão; o mesmo que o nosso *gato pingado*⁷¹.

Xingar (*braz.*) – Fazer zombaria; o mesmo que o nosso troçar.

Conclusão

O *corpus* extraído de “A gíria português. Esbôço de um dicionário de ‘calão’” (1901) pôs de manifesto toda a riqueza lexical e fraseológica da obra de Alberto Bessa, autor que, ciente do papel que este género de palavras e expressões cumpre quer na linguagem do dia-a-dia, quer na língua literária, se dedicou a respigá-las em várias fontes e a registar as que ia ouvindo. Na impossibilidade de apresentarmos, neste artigo, as 365 unidades coligidas no dicionário de Bessa, seleccionámos uma amostra dessas unidades para permitisse ilustrar os aspetos estruturais e semânticos mais relevantes ou curiosos da obra em apreço.

Tal como julgamos ter demonstrado com os exemplos seleccionados para este trabalho, o acervo de Bessa traduz, por um lado, a criatividade do léxico e da fraseologia brasileira e, por outro, as diferenças que, nesses âmbitos como em outros, evidentemente já em 1901 distinguiram o Português Brasileiro do Português Europeu. Ficou também demonstrado que nem tudo quanto Bessa assinalou como “brasileiro”, certamente estribado em fontes que assim o indicavam, de facto era “brasileirismo”, já que algumas unidades e expressões portadoras da marca “Braz. Brasileiro, na verdade eram partilhadas (e algumas o são até hoje) pelas duas variedades nacionais do Português. Por último, mas nem por isso menos importante, realçamos o facto de este trabalhado ter posto em evidência as limitações da lexicografia contemporânea, em termos de cronologia lexical e fraseológica, dado que, para muitas unidades da amostra, o dicionário Houaiss (2001) oferece datações desajustadas da realidade histórica do léxico e da

⁷⁰ Com datação de 1711, em Houaiss (2001), esta palavra de origem tupi designa, num sentido pejorativo, o “soldado inexperiente, ingénuo”, e por extensão, “qualquer pessoa acanhada” ou, ainda, o “caipira”, acepção que Houaiss situa em 1899.

⁷¹ Segundo Houaiss (2001), num registo informal e com sentido pejorativo, é regionalismo do Maranhão, que provém do tupi. Usado na linguagem informal, “gato-pingado” não apresenta marca de brasileiro em Houaiss.

fraseologia e, por outro lado, não contempla muitas palavras e expressões que aparecem na nomenclatura de Alberto Bessa.

Em suma, com este trabalho mostrámos que obras como a do jornalista português são um relevante alfofre dos estudos lexicológicos e fraseológicos (se não da própria história da língua), pondo de manifesto a importância e grande utilidade do seu estudo à luz das atuais ciências do léxico.

Referências

ARGOTE, D. Jerónimo Contador de. *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portuguesa [...]*. Lisboa Occidental: Na Officina da Musica, 1725.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: edições Loyola, 1999.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde. *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BESSA, André. *A gíria portuguesa. Esbôço de um dicionario de “calão”. Contendo uma larga copia e phrases empregadas na linguagem popular de Porugal e Brazil. Com as respectivas significações, colhidas na tradição oral e em documentos, livros e jornaes antigos e modernos, incluindo muitas palavras ainda não citadas como de “gíria” em dicionário algum [...]*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1901.

BLUTEAU, D. Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. 8 Tomos. Tomos I, II, 1712; III, IV, 1713; V, 1716; VI, VII, 1720; VIII, 1721. Tomos I-IV, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Tomos V-VIII. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva.

BRAGA, Teófilo. Sobre a linguagem da gíria em Portugal. In: BESSA, Alberto. *A giria portuguêsza. Esbôço de um dicionario de “calão”*. Lisboa: Livraria Central de gomes de Carvalho Editor, p. VII-XXXI.

CÂMARA, P. Perestrelo da. *Collecção de provérbios, adágios, rifãos, anexins e idiotismos da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1848.

COELHO, Francisco Adolfo. *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portuguesa*. Lisboa: P. Plantier-Editor. s.d.

COELHO, Francisco Adolfo. *Os ciganos de Portugal – Com um estudo sobre o calão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

CORPAS PASTOR, Gloria. *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Manuela Barros. O laínte. Breve apresentação de uma gíria. *Revista Lusitana* (Nova Série), n. 6, p. 25-52, 1985.

FERREIRA, Manuela Barros *et al.* “Variação linguística: perspectiva dialectológica”. In: FARIA, Isabel Hub *et al.* (Org.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 479-502.

GONÇALVES, Maria Filomena Sobre a projecção do método histórico-comparativo na gramática elementar portuguesa: a “Grammatica Portugueza Elementar fundada sobre o methodo historico-comparativo” (1876)”. In: CASANOVA, Emili; RIGUAL, Cesáreo Calvo (Ed.). *Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas*. v. VII. Berlin/Boston: W. de Gruyter, 2013. p. 561-571.

GONÇALVES, Maria Filomena; Clotilde de Almeida Azevedo MURAKAWA. Os Tratados da Terra e Gente do Brasil do P. Fernão Cardim: contributos do missionário eborense para o Dicionário Histórico do Português do Brasil (sécs. XVI-XVIII). In: PEREIRA, S. Marques; VAZ, Francisco (Coord.). *Universidade de Évora (1559-2009). 450 Anos de modernidade educativa*. Lisboa: Chiado Editora, 2012. p. 303-321.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. *Tabus linguísticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1956.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Instituto Houaiss da Língua Portuguesa/Editora Objetiva. CDrom.

MONTE CARMELO, Fr. Luís do. *Compendio de Orthografia* [...]. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

NASCENTES, Antenor. A gíria carioca. In: *Estudos Filológicos*: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003. p. 593-598.

PRETI, Dino. *A linguagem proibida*: um estudo sobre a linguagem erótica. São Paulo: Editora Queiroz, 1984.

PRETI, Dino. Dicionários de gíria. *Alfa – Revista de Linguística*, São Paulo, v. 44: p. 57-73, 2000. Disponível em: <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/4199/3795>>.

RIBEIRO, João. *Dicionário de frases feitas*. Estudo conjectural de locuções, ditados e provérbios (com uma introdução de Joaquim Ribeiro), 3. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

SILVA, António de Morais. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 8. ed. revista e melhorada. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense de A. A da Silva Lobo. 2 v. s.d.

SILVA, António de Morais. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 9. ed. Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense de Santos, Vieira & Commandita. v. 2. s.d.

SILVESTRE, João Paulo. Palavras tabu e eufemismos nos dicionários de Bento Pereira e Rafael Bluteau. In: FERREIRA, António Manuel (Coord.). *Percursos de Eros. Representações do erotismo*. Aveiro: Associação Labor de Estudos Portugueses, 2003, p. 223-229.

Disponível em:
<http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/palavras_tabu_dicionarios.pdf>.
Acesso em: 10 set. 2014.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Dicionário Brasileiro da Língua Português*. Elucidário etimológico crítico das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou neles vem com forma ou significação diferente (1875-1888). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1954.

TORRES, João Nepomuceno. *A Gíria Brasileira*: coleção de anexins, adágios, rifões e locuções populares. Bahia: [s.e.], 1899.

TUSÓN, Jesús. *Los prejuicios lingüísticos*. 2. ed. Barcelona: Octaedro, 2003.

VIEIRA, Fr. Domingos. *Grande Diccionario Portuguez, ou Thesouro da Língua Portuguesa*. Porto: Editores, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes. 4 vols. 1871-1874.

Recebido em: 15/10/2014

Aceito em: 16/10/2014

A LEXICULTURA NO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

THE LEXICULTURE IN PORTUGUESE OF MOZAMBIQUE

LA LEXICULTURA EN EL PORTUGUÉS DE MOZAMBIQUE

*Alexandre TIMBANE**

Resumo: A presente pesquisa discute a interação entre o léxico e a cultura no seio de uma comunidade linguística. A pesquisa tem por objetivos identificar traços léxico-culturais nos principais jornais de circulação em Moçambique e explicar a ligação entre o léxico e a cultura tendo em conta os contextos socioculturais. Baseado num *corpus* recolhido nos jornais “Notícias” e “Verdade” se conclui que os neologismos estão intimamente ligados à cultura e refletem o que acontece num determinado período do tempo e num dado lugar. A pesquisa conclui que alguns neologismos resistem ao tempo, alguns desaparecem e outros se atualizam dando a entender que as línguas são dinâmicas e se movimentam com base em variáveis sociais. Conclui-se ainda que o léxico do Português de Moçambique distancia-se das outras variedades do português devido à estreita ligação com a cultura dos falantes das diversas línguas bantu moçambicanas que interagem entre si e quando entram em contato com o português, por ser esta, a língua oficial de Moçambique.

Palavras-chave: Léxico; Cultura; Português de Moçambique.

Abstract: This study discusses the interaction between the lexicon and the culture in the language community. The research aims to identify lexical-cultural traits in major circulation newspapers in Mozambique and to explain the link between the lexicon and culture taking into account the socio-cultural contexts. Based on a corpus collected in the “Notícias” and “Verdade” newspapers, we conclude that neologisms are closely linked to culture and reflect what happens in a given period of time and at any place. The research concludes that some neologisms withstand time, some disappear and others are updated implying that languages are dynamic and move based on social variables. It was also concluded that the lexicon of Mozambique Portuguese distances itself from other varieties of portuguese because of the close connection with the culture of the speakers of the various mozambican bantu languages that interact with each other and when they come into contact with the portuguese as the official language of Mozambique.

* Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor titular na Universidade Academia de Ciências Policiais de Moçambique (ACIPOL) – Maputo – Moçambique. Contato: alextimbana@gmail.com.

Keywords: Lexicon; Culture; Portuguese of Mozambique.

Resumen: Este estudio discute la interacción entre el léxico y la cultura dentro de una comunidad lingüística. La investigación tiene como objetivo identificar los rasgos léxico-culturales en los principales periódicos en circulación en Mozambique y explicar la relación entre el léxico y la cultura, teniendo en cuenta los contextos socioculturales. Basado en un corpus recogido en los periódicos "Notícias" y "Verdade" se concluye que los neologismos están estrechamente vinculados a la cultura y reflejan lo que sucede en un determinado período de tiempo y en un lugar. La investigación concluye que algunos neologismos resisten al tiempo, algunos desaparecen y otros se actualizan señalando que las lenguas son dinámicas y se mueven en función de variables sociales. También se concluye que el léxico del Portugués de Mozambique se distancia de otras variedades del portugués debido a la estrecha relación con la cultura de los hablantes de diferentes lenguas bantúes mozambiqueñas que se interactúan y cuando están en contacto con el portugués, puesto que es la lengua oficial de Mozambique.

Palabras-clave: Léxico; Cultura; Portugués de Mozambique.

Introdução

Moçambique é um país multilíngue onde convivem mais de vinte Línguas Bantu¹ (doravante LB), o árabe e o hindu num território ocupado por pouco mais de 24,4 milhões de habitantes, segundo Moçambique (2013). A maioria da população moçambicana reside nas zonas rurais e fala as diversas LB distribuídas de forma desigual ao longo do país e o português tem o estatuto de língua oficial, segundo a Constituição da República (2004). O português é língua de prestígio e é usado na educação e na oficialidade.

O português em Moçambique (PM) já é dos moçambicanos e não pertence mais a Portugal, pois responde às necessidades comunicativas do povo moçambicano. O número de falantes de português como língua materna vem crescendo desde 1980 (1,2%) para 2007, chegando a atingir 10,7%. (TIMBANE, 2013b, p. 36). Cerca de

¹ Considera-se a existência de mais de vinte línguas porque estudos estão sendo feitos para identificação, classificação e integração das mesmas no Acordo Ortográfico. O Acordo Ortográfico da LB moçambicanas realizado em 2008 padronizou a ortografia de 17 línguas bantu moçambicanas que são: *kimwani*, *shimakonde*, *ciyaawo*, *emakhuwa*, *echuwabu*, *cinyanja*, *cinyungwe*, *cisena*, *cibalke*, *cimanyika*, *cindau*, *ciwute*, *gitonga*, *citshwa*, *cicopi*, *xichangana* e *xirhonga*. (NGUNGA; FAQUIR, 2011).

60% (2010)² dos cidadãos já falam português em Moçambique. O crescimento se justifica pelo deslocamento da população do campo para cidade, pela escolarização obrigatória, pela política e pelo planejamento linguístico implementado pelo Governo e pelo prestígio que o português tem a nível regional e internacional.

Tal como mostram Timbane e Berlinck (2012), o PM difere do português europeu a nível sintático, fonético-fonológico, morfológico e, sobretudo, a nível lexical. Discutindo sobre “a variação e mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique”, Timbane (2013b) mostra que o PM recebeu contribuição lexical de diversas línguas: do inglês, do afrikaans, do zulu, do árabe e das LB moçambicanas.

Nesta pesquisa, pretendemos mostrar como a língua está intimamente ligada à cultura. Sendo assim, as escolhas lexicais indicam a pertença cultural de quem escreve/fala. São marcas que permanecem porque a expressão de ideais está intimamente ligada às experiências que o indivíduo tem dentro da sua comunidade linguística. Antunes (2012) concorda com a ideia de que nos grupos em que atuamos ou naqueles com que interagimos, somos identificados também pela linguagem que usamos. Segundo Antunes (2012, p. 46), “é a forma de pronunciar as palavras; é a curva melódica de nossas entoações. São os tipos de combinações sintáticas que fazemos [...] e outros muitos itens que denunciam a nossa proveniência”.

Sendo assim, levantamos a seguinte questão: Que ligação existe entre o léxico e a cultura moçambicana? A hipótese é a de que a colonização trouxe um contributo maior no léxico do PM, mas agora, a variedade traça o seu próprio caminho colocando em evidência as características socioculturais do povo. A pesquisa tem por objetivo identificar traços léxico-culturais nos principais jornais de circulação em Moçambique; explicar a ligação entre o léxico e a cultura tendo em conta os contextos socioculturais.

1 O conceito léxico e cultura no contexto Moçambicano

Como vimos, Moçambique é um país multilíngue e cada língua carrega consigo a cultura do seu grupo étnico-linguístico. Por sua vez, o português recebe contribuições linguísticas de várias línguas. O

² Dado do Observatório da Língua Portuguesa (2010).

importante é discutirmos o que se entende por léxico de uma língua. O léxico de uma língua, segundo Correia e Barcellos Almeida (2012), é entendido como o conjunto de todas as palavras que fazem parte da língua, ou seja, seria o conjunto virtual de todas as palavras de uma língua incluindo os neologismos e os arcaísmos.

O léxico é a face mais marcante na língua e é “a matéria-prima com que construímos nossas ações de linguagem” (ANTUNES, 2012, p. 27). Para Antunes, o léxico é aberto, inesgotável, constantemente renovável. A sua variação e mudança provam que as línguas não são estáticas, quer dizer, elas evoluem tendo em conta as variáveis sociais. Um dos aspectos importantes a marcar é que o léxico varia de cultura para cultura, de comunidade linguística para comunidade linguística. Por isso que o léxico identifica uma determinada comunidade em seus aspectos socioculturais. Uma unidade lexical simples como *lobolo* ou *lovòlo* não é reconhecida no Brasil ou em Portugal, ou seja, ela ocorre no contexto de Moçambique e representa um evento cultural moçambicano – a cerimônia tradicional de entrega do dote. As unidades lexicais gol, escanteio, impedimento não são reconhecidas em Angola, em Moçambique etc., pois elas fazem parte do português brasileiro. O léxico “é o inventário das unidades significativas responsáveis pela conceituação e representação do universo empírico natural e do sociocultural produzido pela atividade dos homens em sociedade.” (COELHO, 2008, p. 14).

A lexicultura é uma palavra formada pelas unidades lexicais “léxico” e “cultura”. O conceito “léxico” já foi discutido nos parágrafos anteriores. Entendemos por “cultura” como o conjunto de padrões de comportamento, de conhecimento, de crença, da arte, da moral, da lei, dos costumes e de todos os outros hábitos e capacidades adquiridas pelo homem como membro da sociedade. Sendo assim, a cultura carrega consigo as suas especificidades, por isso que se pode notar a existência de significados e sentidos semânticos diferentes de uma comunidade linguística para outra.

Entendemos por **lexicultura** o conjunto de itens lexicais que caracterizam e especificam uma determinada comunidade linguística. Quer dizer, quando um falante pronuncia uma determinada palavra, nós o identificamos como membro pertencente ao grupo “X” ou “Y”. Em outras palavras, a lexicultura seria a identidade lexical de um indivíduo ou de uma comunidade linguística. Dividimos a lexicultura

em duas partes: A **lexicultura geral**, aquele conjunto de itens lexicais que são identificados por toda comunidade linguística, neste caso, a comunidade lusófona. A **lexicultura específica**³ se refere ao conjunto de itens lexicais que caracterizam uma variedade ou variante específica, ou seja, pertence a um grupo restrito. Pertencem a este grupo os angolanismos, os brasileirismos, os moçambicanismos etc.⁴. Há momentos da história da língua em que certas palavras deixam de pertencer a um grupo linguístico específico e generalizam-se por toda comunidade, passando assim do específico para o geral. Essas unidades lexicais podem ser encontradas em dicionários brasileiros, portugueses e moçambicanos (se vir a surgir). Isso significa que as palavras podem passar da fase específica para a geral e vice-versa. Isso acontece porque a língua é sempre dinâmica e muda constantemente motivado por fatores socioculturais e sociocognitivos (BAGNO, 2014).

É através desta concepção que debates sobre o uso dos dicionários entram em jogo. Porque o dicionário brasileiro, por exemplo, não é aceito em escolas portuguesas? A justificação se centra nas particularidades da variedade do português brasileiro, pois a lexicultura brasileira não é identificada em Portugal. Esse fenómeno não pode ser ignorado e ser considerado inexistente na Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A variedade existe, é real e deve ser encarada como um aspecto positivo na comunidade linguística lusófona. O importante aqui é reconhecer que cada um deve ou pode usar cada lexicultura específica sem preconceito e sem exclusão.

Timbane (2012a) e Timbane e Berlinck (2012) discutindo sobre a norma-padrão europeia e a mudança linguística na escola moçambicana mostram que a literatura moçambicana tem trazido muitos termos das diversas LB para o português. Os autores dão exemplos de *machimbombo* (ônibus ou autocarro ou toca-toca), *machamba* (horta), *madala* (indivíduo com mais idade), *nhamussorro* (curandeiro), *timbilas* (xilofones). A origem de estrangeirismos

³ Deixamos claro que a “lexicultura específica” não pode ser confundida com o **termo** que é estudado com muita propriedade em terminologia. Um dicionário do português brasileiro não satisfaz na totalidade um falante do português angolano ou moçambicano etc. Da mesma forma que o contrário podem provocar os mesmos problemas e isso tudo é provocado pela lexicultura específica.

⁴ Conferir mais exemplos em Timbane (2013a).

“necessários”⁵ não só é proveniente da literatura, mas também das diferentes áreas do saber cultural.

A língua xichangana (uma LB falada na região sul de Moçambique), por exemplo, acolheu contribuições do inglês para cobrir essa “necessidade” imediata fazendo surgir as palavras *buku* (do inglês *book* que significa “livro”), *ngini* (do inglês *engine*, que significa “máquina”), *xipunu* (do inglês *spoon*, que significa “colher”), *mubedu* (do inglês *bed*, que significa “cama”), *mhòvà* (do inglês *to move*, que significa “carro” em xichangana e não no sentido do verbo “mover/deslocar” do inglês), *bhòlwa* (do inglês *ball*, que significa “bola”) respectivamente. (TIMBANE, 2012b, p. 75).

2 A questão do neologismo na atualidade

Os estudos da neologia na atualidade mostram que o conceito de neologismo apresentado em vários estudos publicados no Brasil e no mundo merece ser discutido cada vez mais. Isso significa que precisamos enquadrar às realidades teóricas da realidade cultural de cada comunidade linguística. Todos concordamos que a palavra **neologismo** tem origem grega onde **neo-** significa “novo” e **-logos** significa “noção”. O que significa que estamos diante de uma “palavra nova”, uma “noção nova”. Entendemos que o neologismo não é necessariamente uma “palavra nova”, ou seja, pode ser uma palavra antiga e que ganhou novos valores semânticos, morfológicos, fonético-fonológicos, sintáticos, pragmáticos, etc.

Cotidianamente, falantes atribuem novos significados às palavras já existentes ou mesmo criam novas. Algumas passam a ser usadas com frequência, outras somem conforme o tempo. A criação neológica pode ocorrer a nível individual, a nível da comunidade linguística ou mesmo a nível de grupo de interesse, como é o caso dos termos. Podemos citar a terminologia da apicultura (GONÇALVES PERUCHI, 2013), terminologia das enfermidades (MURAKAWA, 2013), terminologia de futebol (TIMBANE, 2013c).

⁵ Os estrangeirismos “necessários” são aqueles que não têm equivalência na língua portuguesa. O estrangeirismo de “luxo ou de prestígio” é aquele em que a palavra equivalente existe na LP, mas os falantes preferem a palavra estrangeira pelo fato de ser mais bonita, ter mais estilo, ser mais chique ou por razões de identificação cultural. (TIMBANE, 2013b, p. 162-165).

Tal como mostra Sablayrolles (2007) quando discute neologismos, a “novidade” pode acontecer a nível interno da língua (matriz interna) ou a nível externo (matriz externa). Guilbert (1975), por exemplo, discute **neologia lexical** como a possibilidade de criação de novas unidades lexicais, em função das regras de produção incluídas no sistema lexical. Boulanger (1989) define como o processo de criação de unidades lexicais, gerais ou terminológicas, pelo recurso aos mecanismos de criatividade lexical de que uma língua dispõe. O que se observa na realidade é que para ser neologismo não precisa que seja palavra nova, mas também pode ser uma palavra já existente que ganha novos valores semânticos, novos valores fonológicos, morfológicos, etc. Por exemplo, da palavra “coxa”⁶, o português brasileiro formou o neologismo “encoxador” para se referir aquele que tira foto ou filma coxas de mulheres alheias no metrô, no ônibus, em lugares públicos etc. O “encoxador” não só é aquele que age dessa forma, mas também aquele que se aproxima intencionalmente a fim de tocar pessoas desconhecidas no ônibus, no metrô, na fila, etc. Há quem diga que haja “encoxatriz” se indivíduo for do sexo feminino, mas a imprensa brasileira pouco faz alusão. A imprensa brasileira define “encoxador” como sendo o ato de esfregar o pênis contra as coxas ou nádegas de alguém alheio para se excitar dentro de um meio de transporte lotado ou em filas.

Todos estes contextos são recentes e têm a ver com contexto real do Brasil (principalmente das grandes cidades), onde há problemas de transporte e os meios de transportes circulam muito lotados. Não significa que em Moçambique, por exemplo, não haja superlotação de passageiros em transportes públicos e privados. Mesmo que o fenômeno exista, a palavra “encoxador” não existe. “Encoxador” faz parte do acervo neológico do português do Brasil e representa um fenômeno específico do Brasil. Este fenômeno sustenta a ideia segundo a qual “a constante expansão do léxico da língua se efetua pela criação de novas palavras, pela incorporação de palavras de outras línguas, pela atribuição de novos sentidos a palavra já existentes” (ANTUNES, 2012, p. 31).

⁶ “Parte do membro inferir entre o quadril e o joelho”. (HOUAISS; VILLAR; MELLO FRANCO, 2009, p. 565).

A criatividade lexical, segundo Timbane (2013a), é motivada pelos contextos sociais de vária ordem, que vão desde os econômicos, os sociais, os culturais, os políticos, etc. Essa particularização espaço-territorial origina o que Timbane (2013a, b) designa por **moçambicanismos** (se ocorre em espaço-geográfico denominado Moçambique), **brasileirismos** (se ocorre em espaço-geográfico denominado Brasil), etc.

Hoje é possível saber com precisão quando um neologismo surgiu, onde e qual é o grupo social que criou. Ao tomarmos o exemplo do neologismo **rolé** ou **rolezinho**, por exemplo, pode-se observar que a unidade lexical surgiu entre 2013-2014, no Estado de São Paulo, pela camada de adolescentes e jovens (de classe social baixa e média) frequentadores de shoppings e parques. Rapidamente, a unidade lexical se espalhou pelas redes sociais em todo país e em todos estados brasileiros. A rápida expansão se justifica pelo uso da *internet* (redes sociais) principalmente em dispositivos celulares, *tablets*, *smartphones*, etc.

As pesquisas de Timbane (2013a) mostram que em muitos casos há unidades lexicais do PM que não têm equivalência no português brasileiro ou vice-versa e também há unidades lexicais em comum só que não possuem o mesmo significado semântico. Constatase que o contato de línguas (em toda lusofonia, exceto em Portugal) favorece o aparecimento de empréstimos e estrangeirismos nas variedades que ocorrem na comunidade. Para além do lugar geográfico, o léxico pode pertencer a um determinado período do tempo, tal como mostra Paula (2013) quando discute sobre o “inventário lexical sobre escravidão negra em Goiás em registros paroquiais.” O levantamento lexical feito na pesquisa da autora mostra que o léxico pode predominar numa determinada época, num determinado período de tempo conjugado a fenômenos histórico-culturais. Algumas dessas unidades lexicais resistem ao tempo, outras desaparecem, outras se recriam ou até se desneologizam.

Falando de neologismos no contexto sociocultural moçambicano, é importante ter em conta a história da comunidade linguística. Em Moçambique, por exemplo, surgiu recentemente a reentrada de caminhões e camionetas que transportam passageiros dentro e fora da cidade. Esses meios de transporte são chamados de “*my love*”, estrangeirismo lexical proveniente do inglês com evolução

semântica. Se formos a notar, “*my love*” em inglês significa “meu amor” e a frase foi escolhida por estar relacionado com “amor” ou “carinho” no qual se pode abraçar. O “abraço” é frequente nestes meios de transporte moçambicanos para evitar queda, o que levou os cidadãos a atribuir a frase “meu amor” (*my love*) para se referir a esse meio de transporte de passageiros.

Outra unidade lexical mais recente é **afinar** que significa tornar-se fino ou mais fino; adelgaçar-se, segundo Houaiss, Villar e Mello Franco (2009, p. 61). Das oito acepções apresentadas pelo dicionário de Houaiss, Villar e Mello Franco (2009) não existe uma acepção que significa “apertar pessoas no ônibus para caber mais”. Pois bem, no contexto do PM “afinar” também significa “apertar pessoas no ônibus para caber mais”. Houve uma extensão do significado da palavra, logo, é um neologismo semântico. Nota-se aqui, a extensão dos valores morfo-semânticos deste verbo. O dicionário prevê “afinar um objeto ou coisa” e jamais “afinar ser humano”. Este novo valor está intimamente relacionado às condições socioeconômicas de uma dada comunidade linguística. Uma unidade lexical mais recorrente entre os moçambicanos é a palavra *txopela*, estrangeirismo proveniente da língua xichangana. Vem do verbo *ku txopela* (rabeirar). Assim, no contexto moçambicano, *txopela* designa um tipo de moto-taxi coberto para proteger o passageiro do frio e da chuva e que muitas vezes está equipado de aparelho de som. Vejamos a seguir como os principais jornais moçambicanos tratam a lexicultura do PM.

3 O léxico nos jornais moçambicanos

A presente pesquisa se centra em dois jornais mais importantes em Moçambique: o Jornal “Notícias” (JN) e o Jornal “Verdade” (JV). A escolha dos dois jornais se justifica pelo fato de serem jornais de maior circulação. O JN é público, comercial e atinge a camada social média alta. O JV atinge a camada social média e baixa, é privado e é de distribuição gratuita. Sendo assim, foram escolhidas aleatoriamente 19 edições do JN e 15 do JV. O JN é diário e o JV é semanal. Todos os jornais analisados correspondem ao período entre 2011 e 2012.

Analisando os neologismos, tendo como base para o *corpus* de exclusão o “Dicionário Integral da Língua Portuguesa” (2008) e o “Dicionário Houaiss” (2009), constata-se que:

- (a) No JN foram identificados 2117 dados, dos quais 40,1% de estrangeirismos são provenientes das LB, 68,1% de outras línguas, 97,3% do inglês e 97,6% de palavras eruditas.
- (b) No JV, os resultados mostram que dos 999 dados coletados, 71,2% dos neologismos identificados provêm das LB, 88% de outras línguas, 87,6% do inglês e 91,9% das palavras eruditas.

Esses dados mostram que a criatividade lexical do PM é inevitável e está sempre presente na fala dos moçambicanos, inclusive na mídia. As unidades lexicais que são integradas no PM são na sua maioria palavra/sigla, tal como ilustra o Gráfico 1.

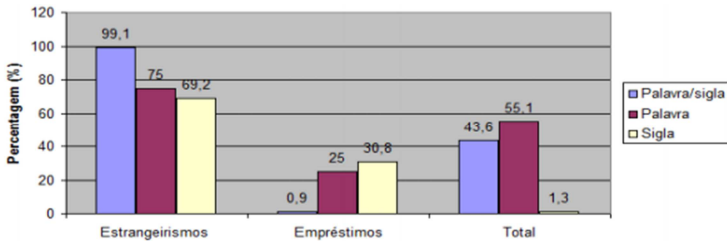


Gráfico 1 - Tipo de formação de empréstimos e estrangeirismos no JN e JV. **Fonte** - Timbane (2013b, p. 250)

Muitos estrangeirismos que entram no PM são substantivos e são “necessários” ou de “luxo”. Vejamos alguns casos de neologismos semânticos extraídos dos jornais:

- (1) “...ou seja, o *lambebotismo* um grupo sobre o qual [...] pior ainda, ele torna-se um *lambebotas* mesmo...”(JV, 16. mar. 2012).
- (2) “...estamos tão bem como apregoamos e nem sequer o *deixa-andar*, jargão amplamente...” (JV, 2. dez. 2011).
- (3) “...transportadores de semi-colectivos de passageiros vulgo *chapa 100* [...] o motorista do veículo automóvel, do *chapa 100*...” (JN, 28. abr. 2012).

A unidade lexical lambebotismo provém da composição por justaposição, em que as unidades lexicais lambe+bota se juntaram formando lambebota. Assim, lambebota é um indivíduo que é muito submisso ao seu chefe, mas com pretensão de ganhar vantagens do seu superior hierárquico. A mesma aglutinação apresentada anteriormente se verificou na formação da palavra “chapa 100” que é a junção de “chapa + 100”. O “chapa 100” é o meio de transporte privado de passageiros. Surgiu pelo fato de que esse transporte (geralmente van ou ônibus) trazia no para-brisa, uma placa com a tarifa do transporte que era (nos anos 1980) de 100 Meticais⁷.

No contexto do PM, deixa-andar significa “desleixo” ou “não tomar atitude positiva numa determinada situação”. É uma palavra que surgiu recentemente (ano 2005) com políticos para se referir aos governos anteriores que deixaram de tomar atitude perante situações político-econômicas importantes de Moçambique.

4 A variação e a mudança semântica do PM

As palavras ganham sentido segundo os contextos nos quais são usadas. Uma única palavra pode ter vários significados dependendo das variáveis sociais. Por vezes, o significado de uma palavra muda ao passar de uma língua para outra por meio do processo que denominamos por estrangeirismo e empréstimo. Vejamos os exemplos extraídos do *corpus*:

(4) “...o já que o seu *ten years* pega avarias quase cada dia que nasce ...” (JN, 6. abr. 2012, p. 29)

(5) “...mercadorias para revenda, na luta contra os *ninjas* e com os policcias...” (JN, 16. ago. 1997, p. 9)

(6) “... os populares cogitam ser uma *catorzinha* por sua vez...” (JN, 19. dez. 2011, p. 21)

As palavras estrangeiras destacadas nas frases acima perderam o seu sentido original. No contexto do PM, *ten years* /tenies/ significa “van” (no PB), *ninja* significa “ladrão”, e “*catorzinha*” significa mulher profissional do sexo (prostituta) independentemente da sua

⁷ Metical (MT) é a moeda em circulação no território moçambicano. 100 MT corresponde a R\$ 7,73.

idade. No princípio, a expressão era usada apenas para moças menores de 18 anos e, com o passar do tempo, o valor semântico se estendeu para qualquer mulher que pratica a prostituição, independentemente da sua idade.

Como pudemos constatar, as unidades lexicais *ten years*, *ninjas* e *catorzinha* perderam o seu valor semântico de origem que corresponde a dez anos, agente secreto (em filmes japoneses) e catorze respectivamente, já que no PM as palavras em itálico significam van, ladrão e prostituta.

Quando falamos de neologismos semânticos, estamos falando de novos significados atribuídos a unidades lexicais novas ou velhas. A palavra “calamidade” é antiga e bem conhecida na LP, mas no contexto do PM, para além do significado já conhecido na lusofonia, significa “roupa usada”. Vejamos a seguir neologismos semânticos no PM: **giro**: recarga de celular; **patrão**: dono de um empreendimento ou aquele que tem dinheiro; **cinzentinho**: polícia civil; **dubai**: qualquer carro importado; **deixa-sofrer**: saia muito curta; **mexe-mexe**: conjuntivite; **batedor**: ladrão.

Estes e muitos outros neologismos aparecem no PM com objetivo de responder ao que chamamos de lexicultura específica. Outras unidades lexicais identificadas nos jornais são: **cena** (coisa, algo, vagina), **damo** (menino que leva anel na cerimônia de casamento ou moços que cortejam um casamento), **casório** (local, lugar onde se realiza uma cerimônia de casamento), **puto** (moço, rapaz), **taco** (dinheiro), **rochar** (errar, falhar), **sograria** (casa dos sogros), **biscato** (trabalho temporário/bico), **babalaze** (ressaca), **infelicidade** (morte), etc.

Os neologismos semânticos são frequentes em português e os dicionários não conseguem dar conta. Uma unidade lexical simples como “chapa” pode trazer ambiguidades de interpretação num consulente moçambicano, tal como o “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa” mostra nas acepções 2, 4, 6, 7, 8, 15.⁸ Das 15 acepções apresentadas pelo dicionário na entrada “chapa”, 6 não fazem parte do

⁸ 2. *Terreno plano*; 4. *Insígnia honorífica feita em metal*; 6. *camada de substância pastosa que adere a uma superfície*; 7. *Ideia, frase, dito, sem originalidade*; 8. *Coisa trivial; repetição fastidiosa*; 15. *amigo, camarada* (HOUAISS; VILLAR; MELLO FRANCO, 2009, p. 447).

contexto moçambicano. Esse é um dado que mostra que o léxico é também uma “foto” da cultura de uma comunidade linguística.

Considerações finais

É importante remarcar que a lexicultura específica que se observa no PM demorará a pertencer à lexicultura geral. O grande impasse é que Moçambique ainda não tem seu próprio dicionário. Aliás, a dependência de dicionários brasileiros e portugueses não é só de Moçambique, mas sim de toda lusofonia, exceto Portugal e Brasil. A riqueza lexical e os *corpora* existem, mas falta um trabalho aprofundado para que se construa um dicionário das variedades africanas.

Entendemos que cada país lusófono precisa preparar e publicar seu dicionário local (lexicultura específica) utilizando os *corpora* escritos e orais locais e a partir deste se pode construir um tesouro da língua portuguesa. O PM, por exemplo, trará exemplos tais como: bichar (fazer a fila), esquinar (esperar alguém na esquina), boatar (propagar mentiras), depressar (andar/fazer rápido), estilar (exibir-se), bala-balar (correr, andar rápido), anelar (pagar dote, *lobolar*), panhar (contrair doenças sexuais), cabular (copiar na prova), barulhar (fazer barulho), cabritar (fazer corrupção), chimbar (bater fortemente), coisar (fazer sexo), engarrafar (fazer feitiço colocando-o/a na garrafa por forma a ter um/uma só parceiro/a), ferrar (dormir), marrar (estudar), mortar (perder no jogo da bolinha), nenecar (colocar o bebé no colo), gazetar (faltar à aula, “matar aula”). O prefixo **des-** tem muita produtividade no PM. É desse modo, que surgiram as palavras **desconseguir** (não conseguir), **despegar** (terminar uma jornada de trabalho), **destrocar** (dar troco em dinheiro), **descabelar** (**des**pentear), **desvestir** (tirar a roupa). O mesmo acontece com **desdeixar** (estar sujo), **deslobolar** (devolução do dote), **descasar** (divorciar) etc.

É muito frustrante (principalmente para alunos nas séries iniciais) procurar uma palavra no dicionário e não encontrar. Essa é a rotina de consulentes moçambicanos quando pesquisam palavras ou sentido das mesmas em dicionários brasileiros e portugueses. Terminamos este trabalho chamando atenção para a necessidade de elaboração e publicação de dicionário que mostre as particularidades

léxico-culturais do PM por forma a facilitar a consulta para os moçambicanos e não só.

Nesta pesquisa tentamos mostrar que a língua é composta pelo léxico que está intimamente ligado à cultura (lexicultura) e cada variedade tem as suas características próprias. Entendemos que o léxico é a face mais visível da língua e carrega consigo sempre a cultura de um povo. Se o léxico “é o reflexo do universo das coisas, das modalidades do pensamento, do movimento do mundo e da sociedade” (BARBOSA, 1989, p. 77), então carrega junto a identidade de um povo, suas crenças, seus costumes e hábitos que devem ser respeitado por todos.

Referências

ANTUNES, Irlandé. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, Marcos. *Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii*. São Paulo: Parábola, 2014.

BARBOSA, Maria Aparecida. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. São Paulo: Global, 1989.

BOULANGER, Jean. L'évolution du concept de neologie de La linguistiqueaux industrie de la langue. In: SCHAEZTEN, C. de. (Ed.) *Terminologie diachronique*. Paris: CILF, 1989, p. 193-221.

COELHO, Braz José. *Linguagem: lexicologia e ensino de português*. Catalão: Modelo, 2008.

CORREIA, Margarida; BARCELLOS ALMEIDA, Gladis Maria. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola, 2012.

DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. 3. ed. Maputo: Texto Editores, 2008.

GONÇALVES PERUCHI, Rosane Malusá. Os nomes de algumas abelhas e as definições de apicultura: quando a pluralidade das designações e as diferenças de sentido são reveladoras de um olhar histórico. In: MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz (Org.). *Terminologia: uma ciência interdisciplinar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 103-124.

GUILBERT, Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

HOUAISS, António; VILLAR, Mauro Salles; MELLO FRANCO, Francisco Manoel. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JORNAL NOTÍCIAS. Disponível em: <www.jornalnoticias.co.mz/>. Acesso em: 21 fev. 2011.

JORNAL VERDADE. Disponível em: <www.verdade.co.mz>. Acesso em: 21 fev. 2011.

MOÇAMBIQUE. *Cartas de dados sobre a população de Moçambique*. Maputo: INE/PRB, 2013. Disponível em: <<http://www.prb.org/pdf13/mozambique-population-datasheet-2013.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Vocabulário das enfermidades em documento do Brasil colonial: o relato de Prodigiosa Lagoa (1749). In: MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz. (Org.). *Terminologia: uma ciência interdisciplinar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 83-102.

NGUNGA, Armindo; FAQUIR, Osvaldo G. *Padronização da ortografia de línguas bantu moçambicanas*: relatório do 3º seminário. Maputo: AEA/UEM, 2011.

OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Falantes de português*. 2010. Disponível em: <<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/falantes-de-portugues-literacia>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

PAULA, Maria Helena de. Inventário lexical sobre escravidão negra em Goiás em registros paroquiais. In: PAULA, Luciane Guimarães de; PAULA, Maria Helena de (Org.). *Confluências na linguagem: língua, discurso e ensino*. Goiânia: América Ltda., 2013. p. 41-52.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Constituição da República*. (de 19 de novembro de 2004). Disponível em: <<http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2012.

SABLAYROLLES, Jean-François. Etudes neologiques en français de France. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS/Humanitas, 2007. p. 15-22.

TIMBANE, Alexandre António. O léxico nas crônicas de Arune Vally: uma identidade da moçambicanidade. *Revista língua e literatura*, v. 14, n. 23, p. 25-51, 2012a.

_____. Os empréstimos do português e do inglês na língua xichangana em Moçambique. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*, Catalão, v. 16, n. 1/2, p. 53-79, jan./dez. 2012b.

_____; BERLINCK, Rosane de Andrade. A norma-padrão europeia e a mudança linguística na escola moçambicana. *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 32, p. 207-226, 2012.

TIMBANE, Alexandre António. A criatividade lexical da língua portuguesa: uma análise com brasileirismos e moçambicanismos. *Revista Caligrama: revista de estudos românicos*, Belo Horizonte, v.18, n. 2, p. 7-30, jul./dez, 2013a.

_____. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. 2013. 318 f. il. Tese. (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013b.

_____. A variação terminológica dos termos de futebol moçambicano. In: MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz (Org.). *Terminologia: uma ciência interdisciplinar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013c. p. 145-166.

Recebido em: 14/07/2014

Aceito em: 10/10/2014

PALAVRAS-TESTEMUNHO¹ DO PERÍODO FRANQUISTA: UMA ANÁLISE DA UNIDADE LÉXICA PAZ²

WORD-WITNESS OF THE FRANCO PERIOD: AN ANALYSIS OF THE
LEXICAL UNIT *PEACE*

PALABRAS-TESTIGO DEL PERÍODO FRANQUISTA: UN ANÁLISIS DE
LA UNIDAD LÉXICA *PAZ*

Andréia C. Roder CARMONA-RAMIREZ*

Vanderci de Andrade AGUILERA**

Resumo: Por meio da pesquisa do léxico de uma língua, podemos ampliar nosso conhecimento sobre a cultura, história e sobre a identidade do povo que a fala. Com o objetivo de desenvolver mais pesquisas na área do léxico em Língua Espanhola, buscamos analisar neste artigo, os sentidos relacionados à unidade léxica *PAZ*, bem como o que refletem seus significados com relação ao contexto histórico (político-militar) expressos no vocabulário de publicação noticiosa em Língua Espanhola, ou seja, o jornal *La Vanguardia* dos anos de 1940 e 1975 da ditadura do General Francisco Franco, na Espanha. Para a elaboração deste estudo, nos embasamos na Linguística de *Corpus* (BERBER-SARDINHA, 2004; FROMM, 2003; PIÑOL, 2012) e para efeito de descrição e análise, orientamo-nos em princípios da Lexicologia (FERNÁNDEZ-SEVILLA, 1982; BIDERMAN, 1998, 2001; OLANO, 2004) e da Semântica Lexical (LOPES; PIETROFORTE, 2004; HENRIQUES, 2010-2011; ESCANDELL VIDAL, 2012; WACHOWICZ, 2013).

Palavras-chave: Lexicologia; Língua Espanhola; Vocabulário político-militar.

¹ Tomamos emprestada a expressão de Matoré (1953), pois essa se relaciona com a análise da unidade aqui analisada.

² Esse trabalho faz parte de minha tese de doutoramento que tem por objetivo a análise de unidades léxicas do campo léxico-semântico político-militar das décadas de 1940 e 1975, do período ditatorial de Francisco Franco. Esse estudo é desenvolvido no programa de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), sob a orientação da professora Dra. Vanderci de Andrade Aguilera.

* Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) - PR – Brasil. Contato: prof-andreia@bol.com.br.

** Bolsista produtividade CNPq. UEL – Universidade Estadual de Londrina. rograma de pós-graduação em Estudos da Linguagem. Londrina – PR - Brasil. Contato: vanderci@uel.br.

Resumen: Por la investigación del léxico de una lengua, podemos ampliar el conocimiento sobre la cultura, historia e identidad de una nación. Con el objetivo de desarrollar más investigaciones en el área del léxico en Lengua Española, buscamos analizar en este estudio, los sentidos relacionados a la unidad léxica *PAZ*, así como lo que reflejan sus significados con relación al contexto histórico (político-militar) expresos en el vocabulario periodístico en Lengua Española, es decir, el periódico “La Vanguardia” de los años de 1940 y 1975 de la dictadura del General Francisco Franco, en España. Para la elaboración de este estudio, nos apoyamos en la Lingüística de *Corpus* (BERBER-SARDINHA, 2004; FROMM, 2003; PIÑOL, 2012) y para la descripción y análisis de la unidad, utilizamos los principios de la Lexicología (FERNÁNDEZ-SEVILLA, 1982; BIDERMAN, 1998, 2001; OLANO, 2004) y de la Semántica Lexical (LOPES; PIETROFORTE, 2004; HENRIQUES, 2010-2011; ESCANDELL VIDAL, 2012; WACHOWICZ, 2013).

Palabras clave: Lexicología; Lengua Española; Vocabulario político-militar.

Abstract: By means of research of the lexicon of a language, we can increase our knowledge about the culture, history, and the identity of the people who speak it. With the goal of developing more research in the lexicon area in the Spanish Language, in this article we seek to analyze the meanings related to the lexical unit *PEACE*, as well as what the meanings reflect in relation to the (political-military) historic context expressed in the vocabulary of notable publishing in the Spanish language, the “La Vanguardia” newspaper from the 1940s and 1975 from the dictatorship of General Francisco Franco in Spain. For the elaboration of this study, we based ourselves on the *Corpus Linguistics* (BERBER-SARDINHA, 2004; FROMM, 2003; PIÑOL, 2012) and for the effect of description and analysis we oriented ourselves in the Lexicology principles (FERNÁNDEZ-SEVILLA, 1982; BIDERMAN, 1998, 2001; OLANO, 2004) and Lexical Semantics (LOPES; PIETROFORTE, 2004; HENRIQUES, 2010-2011; ESCANDELL VIDAL, 2012; WACHOWICZ, 2013).

Keywords: Lexicology; Spanish Language; Political Military Vocabulary.

Introdução

Consideramos que a partir da análise do léxico de uma língua natural também podemos conhecer a cultura e as mudanças sociais pelas quais passaram as diferentes sociedades, pois “língua e cultura estão intrinsecamente interligadas de modo que uma não pode se separar da outra sem a perda do significado da língua ou da cultura” (BROWN, 1994, p. 167).

Por conseguinte, ao pesquisar sobre o léxico de determinado período histórico, podemos entender com maior objetividade as escolhas e/ou rejeições de determinadas unidades léxicas por alguns grupos sociais, culturais, políticos, etc., pois as unidades léxicas são empregadas de acordo com a necessidade e escolhas de grupos socioculturais, demonstrando o conhecimento e a percepção de mundo que esses grupos possuem em determinadas épocas e situações políticas, econômicas. Assim sendo, “o discurso político e econômico cria sinônimos, para substituir palavras ou expressões que tem uma carga negativa” (FIORIN, 2004, p. 126).

Segundo as considerações de Isquierdo (2003, p. 165, grifo nosso),

o vocabulário de um grupo social atesta seus valores, suas crenças e também a forma como nomeia os referentes do mundo físico e do universo cultural em diferentes épocas da sua história. Em vista disso, o repertório lexical de uma comunidade linguística renova-se, transforma-se **à medida que atuarem sobre ele fatores históricos, geográficos, culturais.**

Desse modo, ao entendermos a língua como expressão de acontecimentos históricos, temos, neste artigo, o objetivo de analisar uma unidade léxica representativa de um período de confronto e resistência na Espanha ditatorial: *PAZ*. Analisamos essa unidade enfocando um período específico da história espanhola, pois, assim como Sevillano Calero (2003, p. 138), constatamos que uma pesquisa que investigue essa temática torna-se relevante, pois

se trata de un tema central no sólo para entender la naturaleza de la dictadura franquista en el contexto de los fascismos europeos en los años treinta, sino sobre todo para comprender gran parte de ese universo simbólico que un buen número de españoles todavía hoy recuerda en una España diferente.

O período Franquista compreende os anos de 1939 a 1975 e ficou assim conhecido por serem os anos em que o general Francisco Franco Bahamonde governou a Espanha sob um regime ditatorial. Nesses anos, verificamos que a língua utilizada na mídia escrita apresentava peculiaridades da época, e essas podem ter sido

influenciadas pela situação social (política-cultural-histórica) pela qual se encontrava o país. Dessa forma, observamos que,

em cada estudo da língua encontram-se *palavras-testemunho* que recebem a nova noção conceitual que uma coletividade tem sobre determinado aspecto de sua sociedade num certo momento de sua história” (MATORÉ, 1953, *apud* RECTOR; YUNES, 1980, p. 78).

Assim, o recorte histórico que faremos neste texto se refere a dois anos do período franquista, 1940 e 1975, respectivamente o início da concretização do poder do regime ditatorial militar do general Francisco Franco, e o ano de sua morte e recomeço da transição do regime político do país e da reconquista, pelos cidadãos, de direitos civis e políticos. Portanto, nosso estudo categoriza-se como uma pesquisa lexicológica sobre registro escrito – a partir de BIDERMAN (2001) –, de textos jornalísticos dos anos citados, sobre a sociedade espanhola de Franco.

1 Metodologia

Os trabalhos para o início desta pesquisa começaram pela escolha do material a ser analisado. Como este estudo está voltado para a análise do léxico utilizado no contexto jornalístico, considerou-se conveniente encontrar textos que já estivessem em formato *on-line* para que, a partir da utilização de programas computacionais de conversão de textos e formação de listas de palavras, pudéssemos trabalhar com a menor margem de erro de digitação possível.

Por meio da plataforma *Google*, deparamo-nos com vários jornais espanhóis, tais como “El Mundo”, “El País”, “La Voz de Galicia” e “La Vanguardia”. Esses jornais disponibilizam em suas páginas *on-line* várias décadas de informação impressa. O jornal “El País” foi criado no ano de 1976, “El Mundo” em 1989 e “La voz de Galicia” em 1982. Dessa forma, não pudemos utilizá-los, pois, como foram criados a partir da década de 70, não poderiam apresentar edições de anos anteriores como, por exemplo, de 1940, que é um dos anos por nós pesquisado. Desse modo, após análise dos jornais

disponíveis naqueles *sites*, verificamos que apenas “La Vanguardia”³ disponibiliza edições das décadas que neste trabalho estudamos.

Outro fator preponderante para a escolha desse jornal foi o fato de que esse é elaborado na região da Catalunha, e essa região é linguística e politicamente diferenciada, uma vez que busca a manutenção da língua e cultura catalã. Por essa valorização de sua cultura, esse foi outro fator que nos impulsionou a escolher o referido jornal, haja vista que durante o governo de Franco, as línguas e as culturas não castelhanas sofriam repressão por um aparato centralista e coercitivo (SEVILLANO CALERO, 2003). Dessa forma, devido à sua posição frente aos acontecimentos da época este jornal poderia informar e se dirigir a um grande número de pessoas porque “el diario *La Vanguardia Española* de Barcelona, con una tirada superior a los 200.00 ejemplares, se distribuía por toda Cataluña y llegaba a Madrid” (SEVILLANO CALERO, 2003, p. 94).

Após a escolha do jornal, passamos para a coleta dos textos *on-line*. Esses textos foram baixados do *site* do “La Vanguardia” e gravados em pastas separadas por ano e mês. Com a ajuda do programa computacional OCR (*Optical Character Recognition*, ou Reconhecimento Ótico de Caracteres), foi realizada a conversão dos textos do jornal de *.pdf* para *.doc*. Os textos, já convertidos em formato *.doc*, passaram por uma revisão de caracteres, pois ocorreram alguns erros durante a conversão dos formatos *.pdf* e imagem para *.doc*. Por fim, pela comparação com os textos convertidos, fizemos a revisão dos contextos trabalhados. Após a conversão, gravamos os textos que estavam em formato *.doc* em formato *.txt* para então os transferir para o programa Léxico 3⁴, para gerar as listas de frequência necessárias para a escolha das unidades léxicas que foram analisadas na pesquisa.

O período que escolhemos para a análise dos textos foi o de janeiro a dezembro de 1940 e de janeiro a dezembro de 1975, sendo 12 jornais referentes a cada ano pesquisado. Portanto, o *corpus* que

³ “La Vanguardia”, redigido em castelhano, com alguns conteúdos em catalão, é um dos jornais editados na cidade de Barcelona, região da Catalunha.

⁴ Este programa foi desenvolvido pela equipe universitária SYLED-CLA2T (*Centre de lexicométrie et d'analyse automatique des textes, da Université Sorbonne Nouvelle Paris 3*). Tal ferramenta fornece dados estatísticos da frequência das unidades do *corpus*.

compõe esta pesquisa é formado por 24 edições do jornal “La Vanguardia”. Com relação aos dias pesquisados, analisamos os textos relativos apenas ao primeiro dia da primeira semana de cada mês, sendo que os dias escolhidos para a coleta desses dados foram variados, englobando os sete dias semanais.

2 Seleção da unidade PAZ

O trabalho de seleção das unidades léxicas para a análise teve início com a leitura dos contextos que compõem o *corpus*. As listas são formadas por 100 unidades correspondentes a cada ano pesquisado, ou seja, para o ano de 1940 há uma lista de 100 unidades e para 1975 apresentamos uma lista com o mesmo número de unidades. Para a seleção das unidades léxicas, consideramos apenas os substantivos e adjetivos presentes nas listas de frequência, formando parte ou não de unidades mono ou pluriverbais. Não diferenciamos, pois, unidades que se apresentaram em maiúsculas ou minúsculas, bem como não diferenciamos as unidades que se apresentavam em singular ou plural.

Comparando os dados quantitativos com as primeiras observações feitas a partir da leitura dos contextos, pensamos que a investigação das unidades léxicas deveria partir das unidades relacionadas à atividade militar não apenas por sua alta frequência, mas também por serem importantes na sociedade política da época.

Como trabalhamos com textos jornalísticos, sua análise implica que

Se leve em conta não apenas o contexto, mas também a situação real de fala dos envolvidos no ato de enunciação, seus interesses e motivações históricas e sociais que podem ter influência na construção do sentido das unidades lexicais (BOTTA, 2011, p. 34).

Desse modo, um dos critérios de seleção das unidades léxicas para a formação do *corpus* foi o da frequência, por ser este um critério relevante para o desenvolvimento na área de análises linguísticas (FROMM, 2003) uma vez que “há uma ligação entre a importância da frequência a fenômenos relevantes, tais como as mudanças lingüísticas ao longo do tempo” (BERBER-SARDINHA, 2004, p. 163). Mas não apenas a frequência das unidades foi fator preponderante para a

escolha da unidade a ser analisada. Outro critério foi o de relevância social, pois entendemos que, mesmo algumas unidades não tendo frequência significativa na lista elaborada, esse fato não prova que elas não fossem frequentes na língua.

Dessa forma, a seleção das unidades estudadas foi realizada por meio de análises quantitativas e qualitativas, posto que esta dupla abordagem já se mostra frutífera em pesquisas de Lexicologia, como podemos verificar nos trabalhos de Adelstein (2004), Paula (2007), Botta (2011), entre outras pesquisas relevantes para a análise do léxico.

Por delimitações do tema e também por tratarmos de uma discussão voltada para a elaboração de um artigo, realizamos um recorte dos dados coletados e apresentamos a discussão enfocando apenas a análise da unidade *paz*, ratificando a informação de que esta análise faz parte de um trabalho mais amplo, englobando outras unidades léxicas e que ainda está em fase de elaboração.

3 Fundamentação teórica

Sabemos que, por meio da linguagem⁵, o homem entra em contato com o mundo a seu redor, conhece sua realidade e a deixa transparecer e, assim, aprendemos como ver o mundo de acordo com os conceitos que nos são transmitidos, muitas vezes linguisticamente, e, por conseguinte, após essa aprendizagem, reproduzimos as experiências vividas em nosso discurso. Deste modo, por ser a língua viva e expressar as mudanças ocorridas nas sociedades, verificamos que a todo o momento podemos encontrar palavras novas ou significados novos atribuídos a palavras já existentes no léxico.

Sobre léxico, entendemos ser o conjunto de unidades léxicas utilizadas pelas pessoas, ou grupos para se comunicarem dentro de sua comunidade linguística. Segundo Biderman (1996, p. 32), “léxico é o conjunto abstrato das unidades lexicais da língua”. De acordo com Trujillo (1988, p. 24), “forma el léxico un repertorio de valores e identidades ‘singulares’ a disposición de los hablantes, que eligen los

⁵ Entendemos por linguagem a “capacidad humana específica que se manifiesta en forma de conducta observable como lengua, consistente en signos verbales o de otro tipo, como los gestuales. (...) Esa capacidad es específica del hombre” (ALONSO-CORTÉS, 2002, p. 39).

distintos significados mínimos, para dar forma a sus pensamientos o a sus deseos”.

Assim, ao conhecermos as escolhas lexicais de determinados grupos, em determinado tempo ou região, podemos verificar o modo como esses grupos contextualizam as unidades escolhidas por eles, bem como analisar suas posições em relação ao que falam.

Benveniste (1989) também nos apresenta a ideia de que em determinadas escolhas lexicais podemos encontrar expressões práticas da cultura de determinado povo, pois com o passar do tempo alguns conceitos mudam, assim como os costumes, as instituições, regras, a moral etc.

Dessa maneira, ao trabalhar com o léxico, é preciso atentar para o fato de que “o sentido das palavras pode variar de pessoa para pessoa, de tempo para tempo, de contexto para contexto, e está sempre sujeito a ajustes” (BOTTA, 2011, p. 137). Portanto, tentar entender um enunciado apenas pelo significado literal das palavras, sem a busca pelo seu sentido social, pode implicar resultados não desejados, pois em algumas situações torna-se necessário compreendermos também a situação social dos sujeitos envolvidos no discurso.

Neste trabalho, observamos que ao estudar as unidades léxicas, faz-se necessário reportarmo-nos ao estudo histórico dessas unidades, pois tanto a palavra quanto o conceito são variáveis segundo a situação sócio-histórica em que são utilizadas. Diante do exposto, consideramos que ao pesquisarmos textos jornalísticos, encontramos nas páginas da imprensa exemplos relevantes da vitalidade dos procedimentos de formação de significado das palavras, pois durante o regime franquista a imprensa conviveu, forçosamente, com um sistema político ditatorial, castrador da opinião pública livre, encontrando-se, a imprensa, atada às condições de seus opressores para poder continuar a cumprir com seus objetivos empresariais.

Diante dessas considerações, com o fito de entender estas possíveis combinações da língua em uso, pautamo-nos, neste artigo para nosso embasamento teórico, em estudos que versam sobre a área da semântica, haja vista que esta área surgiu com o escopo de desvelar os significados adquiridos pelas palavras utilizadas em diferentes contextos.

A semântica é conhecida “como o estudo do conteúdo dos signos linguísticos” (VILELA, 1994, p. 9). Nas palavras de Fiorin

(2004, p. 114) “a questão do significado constitui uma interrogação permanente dos estudos sobre a linguagem desde seus primórdios”. Segundo Schaff (1968, p. 109) “a semântica estuda as relações de palavras e proposições com seus referentes, e nesta base estabelece sua significação e verdade”.

Escandell Vidal (2012) expõe que as mudanças léxicas não são totalmente livres de alguns fatores condicionantes e esses fatores, segundo a autora, são: (i) as necessidades de designação de novos objetos; (ii) necessidades de utilização de eufemismos; (iii) adjetivos sendo utilizados com um grau maior de expressão.

Portanto, observamos que sendo os significados elaborados segundo as informações culturais do falante e de sua comunidade, a semântica se relaciona aos fatos culturais representados pela língua, ligando o discurso à história, a ideologia, buscando também analisar o papel de quem utiliza e como utiliza as palavras nos enunciados.

E, portanto, por expressar essas características anteriormente citadas, consideramos que essa área de estudo se relaciona com nossos objetivos de análise para este presente artigo.

4 Análise

a) Unidade léxica *paz*

De acordo com o observado anteriormente neste texto, o *corpus* que serviu à nossa pesquisa é composto por textos jornalísticos retirados do jornal espanhol “La Vanguardia”, dos anos de 1940 e 1975.

No *corpus* referente a 1940, a unidade paz aparece como 21^a mais frequente, apresentando 67 ocorrências. No ano de 1975 essa unidade também consta em nossa lista, mas apenas com 33 ocorrências. A partir das análises dos contextos verificados, ressaltamos que essa unidade nos apresenta interpretações diferenciadas com relação à perspectiva de sentido de paz adotada em cada ano do jornal pesquisado.

Segundo Fernandes (2007, p. 19), dentro de um discurso podemos encontrar a “noção de sentido compreendida como um efeito de sentidos entre sujeitos em interlocução”. E este autor acrescenta ainda que cada “(...) palavra pode ter diferentes sentidos em

conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam” (FERNANDES, 2007, p. 21).

Estas considerações de Fernandes ratificam nossas análises quando, ao verificarmos os contextos de emprego da unidade, observamos que no ano de 1940 essa se referia a situações em que o governo pedia ajuda aos que ele denominava “verdadeiros espanhóis” para obter a paz contra os inimigos da Espanha livre. Ou seja, podemos entender que na década de 40 a unidade *paz*, se referia a situações em que o governo se posicionava como vítima de bandidos que estavam contra seu objetivo de “salvar” o país de mãos inimigas. Nessa década era muito evidente a imposição da força do regime ditatorial nos artigos jornalísticos, sendo esse meio de comunicação frequentemente manipulado pelas esferas reguladoras do regime ditatorial que enxergavam no jornal mais um veículo de poder de alcance para o convencimento do público. Nesse momento, podemos pensar que a unidade léxica é usada em sua perspectiva mais perigosa, convertendo-se em propaganda ideológica com o objetivo de imposição de ideologias.

Por meio dessa imposição linguística, vemos também expressa a violência cultural e intelectual por parte de determinados grupos em detrimento de outros, promovendo a ascensão e manutenção de ditadores, que objetivam monopolizar o poder, buscando intimidar, assustar o povo dominado, ratificando seu poder caluniando o adversário, difamando pessoas, países, grupos e suas culturas.

Assim, entendemos que os jornais podem ser considerados também como reflexos da realidade, pois por meio da linguagem utilizada por eles podemos reproduzir estereótipos e crenças solidificando as relações de domínio e poder. Desse modo, vemos que a ideologia franquista buscava, assim como os outros regimes totalitários, justificar-se e fazer com que seu “poder” fosse aceito, pois ao analisarmos o modo como o poder e a ideologia estão inscritos no discurso⁶, verificamos que as sociedades são estruturadas e dominadas por culturas e ideologias hegemônicas que, algumas vezes, limitam as oportunidades do homem (ELIAS; SCOTSON, 2000).

⁶ Apesar de utilizarmos-nos de diversos termos da área da Análise do discurso, este trabalho está voltado para a área do léxico e da semântica. Portanto, apenas tomamos emprestados alguns termos da área do discurso, que aqui se fizeram necessários para o desenvolvimento deste texto.

Podemos ratificar nossa exposição anterior com os excertos a seguir que desvelam como no ano de 1940 a unidade *paz* estava relacionada com a vitória do grupo de Franco, cujo espanhóis deviam ser merecedores de o terem como governo e, portanto, serem agradecidos e leais a suas conquistas.

Os adjetivos utilizados para qualificarem a unidade *paz* em 1940 são reveladores de um ponto de vista de afirmação do governo, de apoio à situação conquistada pelos militares para salvaguardar o bem do país. Unidades como *fecunda*, *segura*, *lealtad*, *régimen*, nestes contextos abaixo, demonstram a situação de imposição sob a qual estavam submetidos os espanhóis na referida década. A *paz* deveria ser mantida e sustentada, ainda que fosse imposta, mas esse era o dever de um cidadão de “bem” que primava pela benção de Deus e, conseqüentemente, do Caudillo. Depararmos-nos com unidades como *paz segura* e *régimen de paz* nos faz refletir sobre o exemplo de “pleonasma” que encontramos na primeira frase e de contradição na segunda, posto que um estado de paz supõe segurança, tranquilidade, bem estar, enquanto que a unidade *régimen* supõe jugo, observância a leis e obediência, haja vista ratificando a perspectiva do período ditatorial. A seguir, apresentamos alguns excertos do jornal de 1940:

Primer año de la *paz* fecunda sin duda, porque durante él -Dios lo querrá si los españoles, haciéndonos dignos del Caudillo, lo sabemos merecer- remontaremos dificultades, asperezas y crisis y nos haremos invictos de ellas en la *paz* todos los españoles, como fueron invictos de los enemigos los combatientes que ganaron la guerra (LA VANGUARDIA, 1940).

En este año en que toda España está redimida de la ignominia, de la ruina y de la muerte que fue para ella la República, queremos expresar igualmente, no el anhelo de ver perpetuada una *paz segura*, sino el voto solemne y el juramento firme de merecer igualmente esa *paz* con nuestra conducta de lealtad a España y al Caudillo (LA VANGUARDIA, 1940).

Ao constatararmos as unidades próximas a unidade *paz*, verificamos que a violência do regime ditatorial não se fazia presente somente no âmbito das ruas, dos militares, das leis. Concordamos com a proposição de León (2001, p. 3), quando relata que “lo que

caracteriza a una dictadura no es la carencia de opinión pública sino el intento del poder por suprimir, controlar o manipular la información, en definitiva, por condicionar la materia prima de la opinión pública”.

Foi com esse objetivo que o regime franquista fez dos jornais instrumentos para a legitimação de seu poder político. Os opositores ao regime governamental eram posicionados como inimigos a serem dizimados, sendo satanizados na maioria das ocorrências presentes em “La Vanguardia”. Dessa forma, com influência direta sobre seus leitores, o jornal possibilitava que determinadas acepções utilizadas por ele se prolongasse “en la lengua que utilizan los individuos, lo que por otra parte les condiciona su pensamiento” (BLASCO, 2006, p. 21).

Contudo, ao nos determos à análise da mesma unidade no ano de 1975, dentro das ocorrências verificadas, encontramos a unidade *paz* referindo-se não apenas a situações relacionadas à política da Espanha ou sua situação social, como encontrado em 1940. Observamos também informações sobre outros países, como a descrição de um possível acordo entre as nações de Israel e Egito buscando alcançar a *paz* no Oriente Médio. Constatamos também que apesar de apresentar menor frequência, encontramos contextos em que a unidade *paz* aparece em discursos religiosos quando o jornal apresenta as notícias referentes à igreja, realizados durante eventos políticos, bem como textos que objetivavam destacar o novo modelo de país que os espanhóis esperavam encontrar com o advento de um novo governo (ainda que monárquico, mas que poderia abrir os horizontes da Espanha para uma nova era de transformação e reconhecimento de direitos civis), a saber:

[...] de tal manera que la *diversidad de opiniones* dentro de un legítimo *pluralismo*, jamás se convierta en posturas irreconciliables que son siempre enemigas de la *paz* (LA VANGUARDIA, 1975).

[...] sin entrar en el fondo de si efectivamente ha sido esfuerzo permanente de Estado ofrecer a los españoles no solo los bienes esenciales de la *paz*, el orden y el progreso, sino también un ordenamiento fundamental y duradero, *flexible* y abierto al *futuro*, que se basara expresamente en el principio de que el destino político de España tiene que ser forjado por los españoles mediante una acción *democrática auténtica y progresiva*, y que los *derechos*

de la *persona humana* han de ser *estimulados y defendidos* en su ejercicio efectivo por todos los españoles (LA VANGUARDIA, 1975).

Em outros contextos observamos também que houve uma mudança de foco no sentido da utilização da unidade *paz*, pois em 1940 ela referia-se, como apresentado anteriormente, a luta contra determinado grupo contrário ao governo militar, enquanto que em 1975 há nessa unidade uma convergência de sentido com o que nos apresenta o “Diccionario de la Real Academia Española” (DRAE)⁷ de 1947 (17^a. edição) e de 1984 (20^a edição), ou seja, entendemos, por meio dos contextos analisados, que a unidade léxica *paz* apresenta o sentido de “sossego e uma boa convivência uns com os outros”.

Fernandes (2007, p. 26) considera que “as transformações históricas possibilitam-nos a compreensão da produção dos discursos, seu aparecimento em determinados momentos e sua dispersão”. E acrescenta ainda que “integrante da noção de discurso, encontra-se a noção de sentido compreendida como um efeito de sentidos entre sujeitos em interlocução (sujeitos se manifestando por meio do uso da linguagem)” (FERNANDES, 2007, p. 19).

Por conseguinte, entendemos que os sentidos que a unidade *paz* apresenta nos diferentes anos analisados “depende de las relaciones de la palabra con las otras palabras del contexto” (GUIRAUD, 1994, p. 27) e expressam a situação social e histórica vividas nas décadas estudadas.

Em suma, em 1975 unidades como *diversidad*, *pluralismo*, *flexible*, *derechos*, *democrática*, *futuro*, *defendidos*, *progresiva*, *personas*, são utilizadas no jornal para se referir ao novo sentido de paz que se buscava naquela nova Espanha que se forjava com o advento de um novo governo. A seguir, apresentamos quadros contendo mais alguns contextos analisados, do jornal “La Vanguardia”:

⁷ Essas edições da DRAE foram utilizadas como *corpus* de exclusão.

**Unidade paz
(1940)**

Substantivo	
<p>Ex. 1: ¿Con qué medios contamos para coronar esta labor? Con la movilización de nuestras riquezas naturales <i>bajo un régimen de paz</i>, de colaboración nacional de cuantos elementos integran el proceso económico. En el levantamiento, o mejor dicho, en la creación de nuestra economía encontramos con la subordinación de todo interés particular al supremo de la nación, con la racionalización de nuestras producciones y la labor protectora del Estado, con el estímulo de la iniciativa privada, y vigor de las actividades nacionales y con el aumento progresivo de la capacidad consumidora de nuestro pueblo. El bienestar económico de la colectividad nacional está íntimamente ligado a esta labor, que si se hubiera orientado y estimulado a tiempo hoy podríamos mejorar la base al acelerar el ritmo.</p>	67
<p>Ex. 2: No puede fundamentarse la continuación de la guerra en el desequilibrio que ocasiona la potencia bélica de una nación cuando surge un potente enemigo que precisamente exige que se contrapesen, ya que por su masa y sus doctrinas es la máxima amenaza para la civilización que necesitamos defender. Para nadie es un secreto las pugnas que en los Balcanes tratan de encender la guerra y extender el conflicto a países que <i>desean mantener la paz</i>.</p>	O C O R R Ê N C I A S

**Unidade paz
(1975)**

Substantivo	
<p>Ex. 1: Los periodistas deseamos vivamente la convivencia <i>pacífica</i> de todos los españoles, pero creemos que a la <i>paz</i> se llega también por la palabra, por la <i>libertad</i> de expresión sin trabas por la recia probidad informativa garantizada oralmente por una profesión y una prensa sobre la que rige una normativa legal múltiple y severa y cuyo comportamiento creemos que no justifica esta dureza. Una dureza que, por encima de incertidumbres y temores, no va a entibiar el caliente afán de los periodistas de servir desde su parcela propia, a la gran empresa común de una España justa, hermana y en <i>paz</i>.</p>	33 O C O R R Ê N C I A S

<p>Ex. 2: Ayer, en Madrid, mientras el centro hervía ya de fervor patriótico ante la magna concentración de homenaje a Franco, cuatro servidores del orden, de guardia en distintas sucursales bancarias, eran víctimas de otros tantos salvajes atentados. Si es que todavía hacía falta alguna fatídica muestra más del sanguinario proceder de la rama española del terrorismo internacional, para convencerse de las razones que asisten a nuestros gobernantes en la puesta en práctica de eficaces medidas de defensa de la <i>paz</i> y del orden, nos toca hoy contabilizar estos nuevos y espeluznantes asesinatos, resultado evidente de una siniestra operación perfectamente calculada.</p>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Após esta análise, constatamos que as (re) evoluções sociais e políticas implicam frequentemente em “profundas revoluções linguísticas, por lo menos en lo que concierne al vocabulario” (COSERIU, 1987, 72). Observamos que os momentos políticos explicitamente marcados pelos acontecimentos sociais da Espanha fizeram com que a língua fosse também marcada pela história e por seus acontecimentos. Nas palavras de Lagunilla, “los momentos de mayor renovación léxica se producen en períodos en los que la política tiene un protagonismo especial” (1999, p. 57).

Nessa perspectiva, Branca-Rosoff (2007, p. 15 *apud* BOTTA, 2011, p. 49) observa que

o estudo das escolhas lexicais possibilita verificar o modo como o locutor contextualiza as unidades das quais ele trata e também permite observar a forma como, fazendo isso, ele exprime sua posição em relação ao que fala

pois, pelas palavras escolhidas (ou recusadas) para se efetuar uma mensagem, podemos entender muito sobre a constituição interna de uma época.

Conclusão

Por meio da verificação das unidades mais frequentes, bem como por nossas pesquisas históricas sobre a área, pudemos ratificar nossa opinião inicial de que o tópico preferencial abordado no jornal em questão era o referente a assuntos políticos e militares.

A observação sobre o vocabulário utilizado pela imprensa espanhola nos permitiu conhecer parte dos modos de pensar de determinados grupos pertencentes àqueles períodos históricos. Por meio do levantamento dos dados quantitativos do *corpus* verificamos que as unidades com maior número de frequência nos determinados anos estudados se referiam à administração política, à designação de títulos e cargos, à política interna e externa e a exaltação exacerbada à área militar. A alta frequência de emprego de unidades como *España* e *Caudillo*, *Generalísimo*, *Falange*, entre outros, nos permite afirmar que no ano de 1940 a imprensa estava relacionada ao regime ditatorial franquista, já que esse era tema recorrente no jornal, ressaltando, assim, a importância do estudo das unidades desse campo semântico. Após essas considerações, verificamos que, com o passar dos anos, e a partir das transformações ocorridas no panorama político e social espanhol, algumas unidades léxicas que expressavam alguma relação com o regime franquista tinham sua frequência de uso rechaçadas com o intuito, talvez, de se relegar ao esquecimento o passado devastador.

A unidade léxica *paz*, analisada neste trabalho, é um dos vários exemplos para demonstrar como uma mesma unidade pode apresentar diferentes sentidos, se relacionada sua análise a fatores históricos e sociais. Constatamos que no ano de 1940 a unidade se referia a questões ligadas a manutenção do poder do grupo ditatorial franquista, enquanto que em 1975 a unidade em questão fazia menção à necessidade de convivência entre ideologias diferentes e objetivos contrários para o alcance de uma nação mais próspera e justa, para todos os grupos e pessoas.

Consequentemente, ratificamos nossa proposição de que por meio do estudo do léxico podemos afirmar que “a palavra comunica, cria, nomeia, refere, designa, delimita, **descreve, sugere, denuncia**” (KRIEGER, 2009, p. 167).

Referências

ADELSTEIN, Andreína. *Unidad léxica y valor especializado: estado de la cuestión y observaciones sobre su representación*. 470 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Intituti Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra. Barcelona, 2004.

ALONSO-CORTÉS, Ángel. *Linguística*. Madrid: Cátedra, 2002.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Pontes, 1989.

BERBER-SARDINHA, Tony. *Linguística de corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, São Paulo, v. 40, p. 27-46, 1996.

_____. Os Dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico*. v. 1, 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 131-144.

BLASCO, Juan Cantavella. El lenguaje autoritario del franquismo. In: MARTÍNEZ, Gregorio Bartolomé *et al.* *La lengua, compañera de la transición política española*. Madrid: FRAGUA, 2006. p. 19-39.

BOTTA, Mariana Giacomini. *O vocabulário político-ideológico da Gazeta de Lisboa no século XVIII: estudo do Léxico em Perspectiva Discursiva*. 2011, 264 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara-SP, 2011.

BROWN, H. Douglas. *Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall Regents, 1994.

COSERIU, Eugenio. *O Homem e sua linguagem: estudos de teoria e metodologia lingüística*. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

ELIAS, Norbert Elias; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

ESCANDELL VIDAL, María Victoria. *Apuntes de semántica léxica*. Madrid: U.N.E.D., 2012.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Clara Luz, 2007.

FROMM, Guilherme. O uso de corpora na análise linguística. *Revista Factus*, São Paulo, v. 1, p. 69-76, 2003.

GUIRAUD, Pierre. *La Semántica*. México: Fondo de Cultura Económico, 1994.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (Org.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora UFMS, 2003. p. 165-181.

KRIEGER, Maria da Graça. Lexicologia, lexicografia e terminologia: impactos necessários. OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico*. v. 1, 2. Campo Grande-MS: UFMS, 2001. p. 161-175.

LAGUNILLA, Marina Fernández. *La lengua en la comunicación política II: la palabra del poder*. Madrid: Arco Libros, 1999.

MATORÉ, Georges. *La Méthode en lexicologie*. Paris: Didier, 1953.

LEÓN, Baldomero Oliver. Poder político, prensa y opinión pública en el régimen franquista. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, Universidad de Granada, n. 35, p. 329-335, 2001.

PAULA, Maria Helena de. *Rastros de velhos falares: léxico e cultura no vernáculo catalano*. 2007. 521 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara-SP, 2007.

PIETROFORTE, Antonio Vicente Seraphim, LOPES, Ivã Carlos. Semântica Lexical. In. FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à*

Linguística II: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2004. p. 111-135.

SEVILLANO CALERO, Francisco. *Propaganda y medios de comunicación en el franquismo*. Alicante: Universidad de Alicante, Marlene Rodrigues BRANDOLT 2003.

Recebido em: 15/07/2014

Aceito em: 20/10/2014

INTERSECÇÃO ENTRE OS CAMPOS DO SABER: TOPONÍMIA, GEOGRAFIA E GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA

INTERSECTION BETWEEN THE FIELDS OF KNOWLEDGE:
TOPONYMY, GEOGRAPHY AND LANGUAGE GEOGRAPHY

INTERSECCIÓN ENTRE LOS CAMPOS DE CONOCIMIENTO:
TOPONIMIA CON LA GEOGRAFÍA Y LA GEOGRAFÍA LINGÜÍSTICA

*Anna Carolina Chierotti dos Santos ANANIAS**
*Márcia ZAMARIANO***

Resumo: O método empregado na Toponímia é o da investigação do pormenor tópiconomininal recolhido no registro de cartas geográficas (base documental) ou como variação, no exame do espaço ou do objeto, pelo próprio pesquisador (trabalho de campo). Em geral, a Toponímia é pensada de modo específico sobre sua natureza interdisciplinar, uma vez que essa disciplina se completa com a busca de informações nos campos temáticos de outras disciplinas. Este trabalho tem por objetivos discutir a questão dos princípios teóricos da Toponímia, da Geografia – ciência que tem como objeto principal de estudo o espaço geográfico que corresponde ao campo das realizações humanas, e da Geografia Linguística – que apresenta, em atlas linguísticos, o levantamento cartográfico das características dialetais, tiradas da língua oral.

Palavras-chave: Toponímia; Geografia; Geografia Linguística.

Abstract: The method employed in Toponymy is the detail investigation topic-nominal collapsed in the record of maps (documentary base) or as a variation, in the examination of space or object, by the researcher (field work). In general, the Toponymy is thought specifically about their interdisciplinary nature, since this discipline is completed with the search for information in thematic fields of other disciplines. This work aims to discuss the issue of the theoretical principles of Toponymy, the Geography – science has as its main object of study the geographical space that corresponds to the field of human achievements, and Linguistic Geography – which presents, in linguistic atlas, cartographic survey of the dialect features, taken from the oral language.

* Doutoranda pelo programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Londrina – Paraná - Brasil. Contato: annachierotti@yahoo.com.br.

** Graduada pelo curso de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina (2008), Especializada em Língua Portuguesa, Mestre em Estudos de Linguagens (UEL) - Londrina – Paraná - Brasil. Contato: m_zamariano@hotmail.com.

Keywords: Toponymy; Geography; Linguistic Geography.

Resumen: El método utilizado en Toponimia es la investigación del detalle del temainominal recogido en el registro de mapas geográficos (base de pruebas) o como variación, en el examen del espacio u objeto, por parte del investigador (trabajo de campo). En general, la Toponimia está diseñada de una manera específica en su naturaleza interdisciplinaria, ya que esta disciplina se completa con la búsqueda de información en los campos temáticos de otras disciplinas. Este artículo tiene como objetivo discutir la cuestión de los principios teóricos de la Toponimia, de la Geografía – ciencia que tiene como principal objeto de estudio el espacio geográfico que corresponde a la esfera de la realización humana; y la Geografía Lingüística – que presenta en los atlas lingüísticos, el mapeo de las características dialectales tomados de la lengua oral.

Palabras clave: Toponimia; Geografía; Geografía Lingüística.

Introdução

Os membros de qualquer comunidade nomeiam tudo, principalmente aquilo que de alguma maneira apresenta algum tipo de interesse para eles. O “batismo de lugares” é, pois, profundamente influenciado pela cultura do povo, da sociedade, por meio de eventos ocorridos em tempos passados.

O topônimo é sempre um depósito da memória coletiva; não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade, pois guarda estreita ligação com o solo, com o clima, com a vegetação abundante ou escassa e com as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida. Ele testemunha o passado no presente, razão pela qual permite recuperar sucessivas vivências humanas, sobretudo dos lugares onde povos de culturas e línguas diferentes se sobrepuseram. Logo, a memória toponímica faz perpetuar no tempo e no espaço o que uma comunidade viveu e as experiências que realizou.

Com relação à nomeação dos acidentes geográficos, Aguilera (1999, p. 125) atesta que “não é feita aleatoriamente pelo homem, mas o faz movido por alguma impressão sensorial e/ou sentimental que o acometa no momento da denominação”. Nesse sentido, o mecanismo da nomeação transparece em topônimos das mais diversas origens e procedências.

A investigação do léxico toponímico constitui o objeto de estudo da Toponímia, área de investigação que concebe o topônimo como uma expressão linguístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente. A Toponímia, que tem por objeto de estudo o exame da origem e do significado dos nomes dos lugares (topônimos), é um dos ramos da Onomástica ou Onomatologia – ciência dos nomes próprios – juntamente com a Antroponímia, que se ocupa do estudo dos nomes próprios de pessoas.

1 Geografia: fundamentos da Cartografia

A Geografia é uma ciência que tem como objeto principal de estudo o espaço geográfico que corresponde ao campo das realizações humanas. O estudo da Geografia no século XIX focalizava somente os elementos naturais; no século XX, pesquisas unindo aspectos físicos com sociais foram estabelecidas, focando também a ação antrópica sobre o espaço natural. Nessa fase, teve início também o estudo sistemático das sociedades, tais como a forma de organização econômica e social, a distribuição da população no mundo e nos países, as culturas, os problemas ambientais decorrentes da produção humana, além dos recursos dispostos na natureza que são úteis para as atividades produtivas (indústria e agropecuária) (DE MARTONNE, 1953, p. 02).

Segundo o autor, um estudo geográfico conduz ao levantamento de dados sobre os elementos naturais que atingem diretamente a vida humana como clima, relevo, vegetação, hidrografia, dentre outros. O caráter científico da Geografia provém de sua origem alemã, por meio dos trabalhos pioneiros do naturalista e viajante Alexander von Humboldt, e do filósofo e historiador Karl Ritter. A Geografia, como ciência da Terra, é um dos mais antigos ramos do saber humano.

1.1 Cartografia: origem e definições

O desenvolvimento da Cartografia acompanhou o progresso e a evolução da civilização. O desenvolvimento enquanto ciência foi incrementado com as guerras, pelas descobertas científicas, pelo desenvolvimento das artes e ciências, pelos movimentos históricos que

possibilitaram e exigiram, cada vez, maior precisão na representação gráfica da superfície da Terra.

Os primeiros fundamentos da ciência cartográfica foram lançados na Grécia Antiga, quando Hiparco utilizou métodos astronômicos para determinar as posições na superfície da terra e deu a primeira solução para o desenvolvimento da superfície da terra sobre um plano. O mapa mais antigo do mundo que se tem notícia é uma pequena placa de barro e data de 2500 a.C. (PONTES, 2002, p. 05).

Desde então, a Cartografia vem atingindo níveis mais precisos na confecção de mapas e cartas, contando com o aprimoramento da astronomia e outros métodos matemáticos, e mais recentemente o emprego da Aerofotogrametria e a introdução da eletrônica nos levantamentos (PONTES, 2002, p. 05).

O objetivo da Cartografia consiste em reunir e analisar dados e medidas das diversas regiões e representar graficamente em escala reduzida os elementos de configuração que possam ser claramente visíveis. (RAISZ, 1969, *apud* PONTES, 2002, p.05).

O vocábulo *Cartografia*, etimologicamente descrição de cartas, foi introduzido em 1839, pelo segundo Visconde de Santarém - Manoel Francisco de Barros e Souza de Mesquita de Macedo Leitão. A concepção inicial voltava-se para a ideia do traçado de mapas. Em seguida, passou a designar a ciência, a técnica e a arte de representar a superfície terrestre (IBGE, 1998, p. 09). Para Pontes (2002), Cartografia é um conjunto de operações científicas, artísticas e técnicas produzidas a partir de resultados de observações diretas ou de explorações de documentação, tendo em vista a elaboração de cartas, plantas e outros tipos de apresentação e também a sua utilização. Para Zimback (2003, p. 04), a Cartografia é um método científico que se destina a representar fatos e fenômenos observados na superfície da terra através de simbologia própria.

O conceito da Cartografia, aceito contemporaneamente sem maiores contestações, foi estabelecido em 1966, pela Associação Cartográfica Internacional (ACI) e, posteriormente, ratificado pela UNESCO, no mesmo ano. Assim, a Cartografia compreende desde os levantamentos e observações diretas no campo, análise de documentação, técnicas de representação, linguagem visual, até a impressão e publicação definitiva de todas as etapas para a elaboração de um mapa.

1.1.1 Cartografia no Brasil

A Cartografia, no Brasil, teve seu desenvolvimento a partir da Segunda Guerra Mundial, em função de interesses militares. Instituições como Instituto Cartográfico da Aeronáutica (ICA), Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (DSG) e Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) foram os principais responsáveis pela execução da Cartografia Sistemática do País.

Ao IBGE coube a formulação e a execução do conjunto de ações para uma política territorial, cujo objetivo estava centrado na revisão da administração territorial a partir de procedimentos técnicos e científicos. Também teve a sua atuação voltada para o levantamento e sistematização das informações do quadro territorial, de modo a atender a administração pública em todas as suas dimensões.

O Plano Cartográfico Nacional é composto pelos Planos Cartográficos Terrestre Básico, Náutico e Aeronáutico. O Plano Cartográfico Terrestre Básico contém o Geodésico e abrange as escalas vinculadas a abordagem sistemática do território nacional.

1.1.2 Mapas e Cartas

Os termos “Mapas” e “Cartas” não apresentam uma diferença rígida em termos de significado, podendo-se usar, grosso modo, tanto uma quanto outra nomenclatura. Segundo Perota (1991, p. 77),

pode-se chamar de mapa a carta geográfica em escala pequena, cobrindo um território mais ou menos extenso, representando a superfície da terra nos seus aspectos físicos e culturais e que se destina a fins **culturais** ou **ilustrativos**, não tendo, portanto caráter científico. A ‘carta’ é a representação dos aspectos naturais ou artificiais da terra, similar ao ‘mapa’, mas de caráter especializado, constituída com uma finalidade específica, e geralmente em escala grande (grifos do autor).

Para Oliveira (2004, p. 02), um mapa é uma forma de comunicação, que conjuga as propriedades da linguagem visual, expressa na imagem formada pelo arranjo de tonalidades, cores,

formas e texturas, com a linguagem verbal (escrita), presente no título, na legenda, na toponímia (os nomes dos lugares ou objetos) e em outras partes do mapa.

Ainda segundo esse autor, a construção de um mapa base (com as delimitações e localizações precisas), a partir do levantamento de campo ou interpretação de imagens (fotografias aéreas ou imagens orbitais), é tarefa para especialistas, já que depende de conhecimentos técnicos sobre os instrumentos necessários (OLIVEIRA, 2004, p. 02).

Archela (2008, p. 02), esclarece que o termo mapa é utilizado no Brasil de forma genérica, para identificar vários tipos de representação cartográfica. Mesmo que, em alguns casos, a representação não passe de uma lista de palavras e números, ou de um gráfico que mostre como ocorre determinado fenômeno, essa representação recebe o nome de mapa.

De acordo com o IBGE (1998, p. 19), um mapa apresenta as seguintes características: a) representação plana; b) geralmente em escala pequena; c) área delimitada por acidentes naturais (bacias, planaltos, chapadas, etc.), político-administrativos e, d) destinação a fins temáticos, culturais ou ilustrativos. Já carta, define-se pelas seguintes características: a) representação plana; b) escala média ou grande; c) desdobramento em folhas articuladas de maneira sistemática e, d) limites das folhas constituídos por linhas convencionais, destinada à avaliação precisa de direções, distâncias e localização de pontos, áreas e detalhes (IBGE, 1998, p. 19).

1.1.2.1 Classificação de cartas e mapas¹

De acordo com o IBGE (1998, p. 44-47), a classificação de cartas e mapas pode ser: **a) Geral:** documentos cartográficos elaborados sem um fim específico, visando fornecer ao usuário uma base cartográfica com possibilidades de aplicações generalizadas, de acordo com a precisão geométrica e tolerâncias permitidas pela escala. Podem ser classificadas em três categorias: i) **cadastral:** carta com representação em escala grande; ii) **topográfica:** carta elaborada a partir de levantamentos aerofotogramétrico e geodésico original ou

¹ As informações apresentadas na próxima seção foram obtidas na apostila elaborada pelo IBGE, órgão responsável pela divulgação das normas utilizadas nos processos cartográficos (IBGE, 1998, p.44- 47).

compilada de outras cartas topográficas em escalas maiores; iii) **geográfica**: carta em que os detalhes planimétricos e altimétricos são generalizados. **b) Temática**: cartas, mapas ou plantas produzidos em qualquer escala, destinados a um tema específico, necessários às pesquisas socioeconômicas, de recursos naturais e estudos ambientais. A representação temática, distintamente da geral, exprime conhecimentos particulares para uso geral. **c) Especial**: cartas, mapas ou plantas para grandes grupos de usuários muito distintos entre si, e cada um deles, concebido para atender a uma determinada faixa técnica ou científica (cartas náuticas, aeronáuticas, astronômico, meteorológico).

1.1.3 Elementos de representação²

Configurando-se uma carta ou um mapa como a representação, numa simples folha de papel, da superfície terrestre, em dimensões reduzidas, é preciso associar os elementos representáveis a símbolos e convenções. As convenções cartográficas abrangem símbolos que, atendendo às exigências da técnica, do desenho e da reprodução fotográfica, representam, de modo mais expressivo, os diversos acidentes do terreno e objetos topográficos em geral.

Outro aspecto importante é que o símbolo configura-se como elemento indispensável em qualquer tipo de representação cartográfica, razão pela qual a sua variedade ou a sua quantidade deva sempre ser definida em função da escala do mapa. Quando a escala da carta permitir, os acidentes topográficos são representados de acordo com a grandeza real e as particularidades de suas naturezas. O símbolo é, ordinariamente, a representação mínima desses acidentes.

A posição de uma legenda deve ser escolhida de modo a não causar dúvidas quanto ao objeto a que se refere. Tratando-se de localidades, regiões, construções, obras públicas e objetos congêneres, bem como acidentes orográficos isolados, o nome deve ser lançado, sem cobrir outros detalhes importantes. Já a escala é a relação entre as dimensões dos elementos representados em um mapa e aquelas medidas diretamente sobre a superfície. Deve estar presente em qualquer mapa e, em geral, também é apresentada na forma de escala

² Dados obtidos em: IBGE (1998, p.67).

gráfica. Na cartografia, os mapas têm características específicas que os classificam e representam elementos selecionados de determinado espaço geográfico, de forma reduzida, utilizando simbologia e projeção cartográfica.

2 A Geografia Linguística: interfaces com a Geografia

No século XIX, as investigações no campo da linguagem eram dominadas por ideias positivistas, que se desenvolviam segundo métodos histórico-comparativos, época em que se formaliza o estudo sistemático das variações - sobretudo as de natureza geográfica. Surge o interesse pelos dialetos, considerados, então, como fontes de conhecimento do modo como se teriam operado as transformações em fases anteriores das línguas. A Geografia Linguística é uma consequência do interesse pelos estudos dialetais levados a cabo de início por vários estudiosos europeus, entre os quais se destaca o italiano G. I. Ascoli. Contudo, a Geografia Linguística popularizou-se realmente na França, a partir do atlas produzido pelo linguista Jules Gilliéron, publicado, entre 1902 e 1910: Atlas Linguístico da França (ALF).

O ALF é considerado o marco pioneiro na história da Geografia Linguística. É a partir dessa obra que, segundo Coseriu (1982, p. 79-116) surge um método dialetológico e comparativo que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais), recolhidas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos distribuída em determinado território. O padrão para a realização de um atlas linguístico, ao se relacionar com a Geografia não só pelo emprego comum do instrumento cartográfico, mas também porque dividem um aspecto essencial das relações entre vida social e cultural do homem em seu ambiente, fez surgir a nova disciplina.

A Geografia Linguística (disciplina utilizada pela Dialetoлогия) e a Dialetoлогия têm como objeto comum de estudo os dialetos e a diferença entre elas está no modo de representar o resultado do estudo; por meio da Geografia Linguística são apresentados, em atlas linguísticos, o levantamento cartográfico das características dialetais, tirados da língua oral. Já a Dialetoлогия divulga o produto da pesquisa em forma de análise aprofundada das variantes registradas (fonéticas,

morfológicas, sintáticas, lexicais etc.), incluindo, não raras vezes, a apresentação de glossários das variantes lexicais estudadas. Os dois ramos de estudo não se excluem, mas sim se completam.

O Brasil a Geografia Linguística concretiza-se com a produção de Atlas Linguísticos em diferentes Estados brasileiros: APFB – Atlas Prévio dos Falares Baiano; EALMG – Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais; ALPB – Atlas Linguístico da Paraíba ; ALS I – Atlas Linguístico de Sergipe ; ALPR – Atlas Linguístico do Paraná ; ALS II – Atlas Linguístico de Sergipe II ; ALERS – Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul; ALISPA – Atlas Linguístico sonoro do Pará; ALMS – Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul ; ALECE – Atlas Linguístico do Estado do Ceará; ALiMA – Atlas Linguístico do Maranhão; ALiMAT – Atlas Linguístico de Mato Grosso; ALESP – Atlas Linguístico de São Paulo; ALiRN – Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte; ALIPA – Atlas Geo-sociolinguístico do Pará; ALAC – Atlas Linguístico do Acre; ALES – Atlas Linguístico do Espírito Santo; ALiRO – Atlas Linguístico de Rondônia³.

3 A Toponímia: interfaces com a Geografia Linguística e a Geografia

A elaboração de um atlas toponímico não difere, em princípio, da sistemática metodológica que conforma os atlas linguísticos. As diferenças entre eles situam-se nos seus objetivos e na natureza dos dados pesquisados, pois, enquanto os atlas toponímicos analisam os nomes de lugares de determinada localidade, registrados em folhas ou mapas topográficos oficiais da região em estudo, os atlas linguísticos voltam-se para dados da língua oral, recolhidos numa área geográfica previamente definida. Em se tratando da abordagem cartográfica, a Toponímia, utilizando o método da Geografia Linguística, busca conhecer as áreas de extensão ou os pontos principais de dispersão dos fatos toponímicos numa área geográfica, identificando, inclusive, resíduos lexicais, presentes nos nomes, principalmente aqueles resultantes de modelos extintos como ocorre com os grupos indígenas brasileiros já desaparecidos (exemplos do Tupi: *paranapiacaba* >

³ Dados obtidos por meio de consulta ao *site* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB): <<http://www.alib.ufba.br/atlasnacionais.asp>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

paraná-epiak-(h)aba = o lugar de onde se vê o mar; *ybytyra-una* > *ybyturuna* = a serra negra, considerados por Dick “fósseis linguísticos”) (DICK, 2007a, p. 464).

Os atlas linguísticos e os atlas toponímicos se inserem no campo da Cartografia Temática, visto que suas cartas veiculam dados linguísticos de natureza bastante diversa, espacialmente distribuídos. Em geral, são elaboradas por linguistas com o auxílio de algum cartógrafo e, atualmente, também de profissionais de Informática, familiarizados com a interface entre essas áreas e a Geografia.

A Cartografia Temática é um instrumento de expressão gráfica dos resultados obtidos por pesquisas diversas, não só da Geografia, como também de outros campos do saber. Esse tipo de cartografia, a partir de uma carta geográfica básica, sistemática, representa informações que foram objeto de outro tipo de estudo, no caso, estudos linguísticos. As cartas temáticas podem referir-se a uma enorme variedade de temas, mas raramente servem de base para outras representações. Por vezes são utilizados símbolos gráficos especialmente planejados para facilitar a leitura das informações mapeadas.

É conveniente mencionar que os mapas, interpretados tradicionalmente como uma representação simbólica dos contornos de uma paisagem física ou urbana, permitem também dois planos de interpretação: o verbal, expresso nos nomes dos acidentes e em outras informações linguísticas, e o não-verbal, caracterizado, de preferência, por símbolos convencionais distintos, segundo a natureza do acidente mapeado. Os mapas elaborados pela Cartografia para comunicação de diferentes temas (densidade demográfica, fitogeografia, hidrografia, mapa político), construídos para uso público, consoante Archela (2008, p. 20),

são julgados por sua aparência e utilidade. Por isso, buscar conceitos e conhecimentos cartográficos para sua elaboração é imprescindível, especialmente, quando se deseja revelar algo por meio da visualização. Conhecendo as regras cartográficas, é mais fácil superar os limites técnicos de produção, impostos pelo software escolhido. Isto é, a definição da escala, linhas, pontos, cores e textos, que só serão superados na medida em que o “construtor” de mapas domine o software. Geralmente, para resultados que envolvem mapas impressos, é necessário ainda, utilizar mais de um software e

incluir os de designer gráfico, fato que reforça a necessidade de melhor preparo do profissional pesquisador para a elaboração de mapas úteis.

A elaboração de mapas temáticos abrange as seguintes etapas: coleta de dados, análise, interpretação e representação das informações sobre um mapa base que geralmente é extraído da carta topográfica. Os mapas temáticos são elaborados com a utilização de técnicas que objetivam a melhor visualização e comunicação, distinguindo-se essencialmente dos topográficos, por representarem fenômenos de qualquer natureza, geograficamente distribuídos sobre a superfície terrestre. Os fenômenos podem ser tanto de natureza física como, por exemplo, a média anual de temperatura ou precipitação sobre uma área; de natureza abstrata, humana ou de outras características, como a taxa de desenvolvimento, indicadores sociais, perfil de uma população segundo variáveis tais como sexo, cor e idade, dentre outros (ARCHELA, 2008, p. 03).

Segundo essa autora, cada mapa possui um objetivo específico, de acordo com os propósitos de sua elaboração, por isso, existem diferentes tipos de mapas. O mapa temático (qualitativo ou quantitativo) deve cumprir sua função, ou seja, dizer o quê, onde e como ocorre determinado fenômeno geográfico, utilizando símbolos gráficos (signos) especialmente planejados para facilitar a compreensão de diferenças, semelhanças e possibilitar a visualização de correlações pelo usuário. O fato de os mapas temáticos não possuírem uma herança histórica de convenções fixas, a exemplo dos topográficos, se deve às variações temáticas e aos aspectos da realidade que representam, sendo necessárias adaptações diferenciadas a cada situação (ARCHELA, 2008, p. 03).

Conforme ainda a mesma geógrafa, a informação visual, para ser realmente compreendida, requer uma aprendizagem. Ela não é nem natural, nem espontânea porque possui uma linguagem própria que precisa ser apreendida. A linguagem gráfica como um sistema de signos gráficos é formada pelo significado (conceito) e significante (imagem gráfica). As três relações (similaridade/diversidade, ordem e proporcionalidade) consistem nos significados da representação gráfica e são expressas pelas variáveis visuais (tamanho, valor, textura, cor, orientação e forma), que são significantes (ARCHELA, 1999, p. 06).

Os processos de seleção e simplificação cartográfica exigem, portanto, do profissional que elabora mapas o bom senso quanto à decisão sobre quais informações serão ou não suprimidas numa representação gráfica. Um mapa com muitas informações pode se tornar visualmente poluído, inviabilizando a comunicação cartográfica. A ausência de uma informação importante também comprometerá a qualidade do mapa. Destarte, o conhecimento do profissional quanto aos conceitos da cartografia e do tema a ser representado é fundamental na elaboração da representação cartográfica.

Com relação à contribuição do cartógrafo, Teles e Ribeiro (2006, p. 209) afirmam que se dá

basicamente, em propiciar a representação espacial dos objetos de estudo dos pesquisadores, aos quais compete analisar os problemas, elaborar as sínteses e construir teorias. No entanto, com o desenvolvimento dos modernos procedimentos e com as novas concepções, o papel científico da Cartografia assume uma nova dimensão. O mapa não é apenas uma simples ilustração: é também um meio de armazenar e de tratar uma documentação espacial.

É oportuna a contribuição de Oliveira (2004, p. 02), quanto aos cuidados que devem ser tomados pelo construtor de um mapa, o profissional que possui conhecimentos necessários à compreensão dos processos que envolvem a construção de mapas temáticos, como a importância do título, dos referenciais de orientação e localização, da escala e, especialmente, da legenda.

Considerações finais

Os dados toponímicos tabulados podem ser exibidos tanto em forma de mapas e/ou cartas quanto em forma de gráficos. A diversidade de temas trabalhados num atlas, seja em visão estática, de caráter dinâmico, seja em raciocínio analítico, aproveita todo o espectro de métodos de representação oferecido pela Cartografia temática.

Este estudo comprovou que a interdisciplinaridade da Toponímia com diferentes áreas do saber, permite ao pesquisador comprovar o que é defendido por Dick (1990a, p.35-36): a Toponímia é considerada como “um imenso complexo línguo-cultural, em que os

dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. Podemos acrescentar que a elaboração de um atlas toponímico deve ser pensada basicamente para a leitura da cartografia oficial, diferindo, nesse ponto, dos Atlas Linguísticos concebidos como levantamentos das realizações fonológicas de um grupo selecionado e suas decorrências, em pontos escolhidos como adequados. E ainda, a metodologia conhecida e divulgada nos mais variados trabalhos da área, para uma eventual interpretação do sistema toponímico do Brasil, “não difere, assim, em sua base, do estabelecido por Dauzat para a apreensão da nomenclatura geográfica da França”. Podemos afirmar ainda que discorrer sobre a elaboração de um Atlas Toponímico é trazer, simultaneamente, à discussão, uma série de “questões ligadas a princípios teóricos que se encontram definidos em outras sequências de conteúdo, sob outros títulos, mas que se interligam nas tipologias dos topônimos”. O reconhecimento destes é o “objetivo de base da organização de um Atlas” (DICK, 1998, p. 189).

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Taxionomia de Topônimos: problema sem solução? *Signum*, Estudos de Linguagem, Londrina, v. 2., p. 125-138, 1999.

ARCHELA, Rosely Sampaio; THÈRY, Hervé. *Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos*. Confins, 23 jun. 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index3483.html>> Acesso em: 24 set. 2009.

_____. Imagem e representação gráfica. *Geografia*, Londrina, v. 8, n. 1, p. 05 -11, jan. / jun. 1999.

DE MARTONNE, Emmanuel. Noções gerais. *Panorama da Geografia*. Geografia Física. Lisboa: Edições Cosmos, 1953. p. 01-22.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

_____. A Terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. III. Campo Grande-MS: UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007a. p. 459 - 471.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Noções básicas de Cartografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. A linguagem dos mapas: utilizando a cartografia para comunicar. *UNICIENCIA*, Goiás, p. 01-19, 2004.

PEROTA, Maria Luiza Loures Pacheco Rocha (Org.). *Multimeios: seleção, processamento, armazenagem, empréstimo*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

PONTES, Marco Antonio G. *Cartografia*. Sorocaba: FACENS, 2002.

TELES, Ana Regina Torres Ferreira; RIBEIRO, Silvana Soares Costa. Apresentando a cartografia aos linguistas: o Projeto ALiB. In: CARDOSO, Suzana e MOTA, Jacyra (Org.) *Documentos 2 - Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto Editora, 2006. p. 207 - 226.

ZIMBACK, Célia Regina Lopes. *Cartografia*. Grupo de estudos e pesquisas agrárias Georreferenciadas. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Agrônômicas. Botucatu, junho 2003.

Diccionario de la Lengua Española. 17. ed. Madrid: Real Academia Española, 1947.

Diccionario de la Lengua Española. 20. ed. Madrid: Real Academia Española, 1984.

RECTOR, Mônica; YUNES, Eliana Lucia Madureira. *Manual de Semântica*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980.

SCHAFF, Adam. *Introdução a Semântica*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

TRUJILLO, Ramón. *Introducción a la semántica española*. Madrid: Arco Libros, 1988.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

Recebido em: 02/07/2014

Aceito em: 22/10/2014

OS NOMES DA TERRA SERIGY: OS TOPÔNIMOS DE SERGIPE DEL REY NAS CARTAS DE SESMARIAS (1594-1623)

THE SERIGY LAND NAMES: THE PLACE NAMES OF SERGIPE DEL REY IN SESMARIAS LETTERS (1594-1623)

LOS NOMBRES DE LA TIERRA SERIGY: LOS TOPÓNIMOS DE SERGIPE DEL REY EN LAS CARTAS DE *SESMARIAS* (1594-1623)

Cezar Alexandre NERI SANTOS*
Lêda CORRÊA**

Resumo: Este artigo investiga os nomes de lugares inscritos nas certidões de cartas de sesmarias da capitania de Sergipe Del Rey emitidas entre 1594 e 1623, coletados da transcrição paleográfica de Felisbello Freire (1891) e confrontados com os manuscritos destes documentos, abrangendo o período inicial de contato sociocultural entre europeus e indígenas na atual região do estado de Sergipe. Tal nominata é estudada por meio de sua etimologia, na busca por padrões motivadores dos nomes geográficos sergipanos no período colonial.

Palavras-chave: Toponímia; Sergipe colonial; Cartas de sesmarias.

Abstract: This paper studies the place names described in the *sesmarias* letters certificates in Sergipe Del Rey captaincy issued from 1594 to 1623. These toponyms are analyzed out of Felisbello Freire's paleographic transcription (1891), and compared with the manuscript documents, which cover the earliest period of the European territorial occupation in this territory. This nominata is studied through its etymology, in the search for semantic patterns in geographic names in Sergipe through the Brazilian colonial period.

Keywords: Place names; Colonial Sergipe; *Sesmarias* letters.

Resumen: Este trabajo investiga los nombres de lugares registrados en las certificaciones de cartas de *sesmarias* de la capitania general de Sergipe Del Rey

* Mestre em Letras. Professor Assistente da Universidade Federal de Alagoas – Curso de Letras/Português do Campus do Sertão – Delmiro Gouveia – Alagoas – Brasil. Contato: cezarneri@hotmail.com.

** Doutora em Letras. Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe - Departamento de Letras Vernáculas – São Cristóvão – Sergipe – Brasil. Contato: leda-correa@uol.com.br.

emitidas entre 1594 y 1623, recolectados de la transcripción paleográfica de Felisbello Freire (1891) y confrontados con los manuscritos de estos documentos, que cubre el período inicial de contacto sociocultural entre europeos e indígenas en la región actual del estado de Sergipe. Esta guía se estudia a través de su etimología, en la búsqueda de patrones motivadores de los nombres geográficos de Sergipe en el período colonial.

Palabras clave: Toponimia; Sergipe colonial; Cartas de *sesmarias*.

Considerações iniciais

Um estudo toponímico, por essência, se caracteriza por seu viés multidisciplinar. Assim, esta análise abarca o léxico toponímico do período colonial, na busca pela procedência e motivações de alguns nomes geográficos sergipanos, principalmente os de significado opaco, como os inscritos em línguas indígenas.

Este artigo nasce como parte da Dissertação de Mestrado de Neri Santos (2012), orientada por Corrêa, defendida no Programa de Pós-graduação de Letras da Universidade Federal de Sergipe em agosto de 2012, cujo estudo apresenta os nomes próprios de lugar numa perspectiva etnolinguística, por meio de elementos linguísticos (fonéticos e gráficos) e discursivos (semântico-históricos). O objetivo é classificar e interpretar o *corpus* sesmarial a partir da taxonomia proposta por Dick (1990), a fim de catalogar motivações toponímicas e reconhecer remanescentes lexicais presentes nos mapas geográficos sergipanos contemporâneos.

Como referências, partiu-se de leituras teóricas acerca da Toponímia, como Dick (1990, 1992), da historiografia colonial sergipana, como Freire (1891, 1995) e Nunes (2006), e de dicionários etimológicos da língua tupi, como Guaraná (1916), Sampaio (1901), Cunha (1998), Tibiriçá (1985) e Barbosa (1951).

1 Da ciência toponímica

O ato de nomeação de um lugar permite discussões nas esferas social, cultural, patrimonial, religiosa, filosófica, jurídica, ideológica, bem como linguística. A legitimação desse nome próprio pode ser entendida como um elemento com função de *espacialização*, “permit[indo] uma ancoragem histórica que visa a constituir o

simulacro de um referente externo e a produzir o efeito de sentido 'realidade'" (GREIMAS, 1985, p. 464).

Para além de uma aura de curiosidade, os estudos em Toponímia (*topos*: lugar; *onoma*: nome, em grego) têm promovido trabalhos acadêmicos que abarcam questões como a memória coletiva e seu aspecto de pertencimento. As primeiras investigações científicas datam do final do século XIX, eivadas pelo espírito natural-positivista, propiciaram estudos de cunho filológico com propósitos histórico-comparativos, principalmente na França e na Alemanha. Não foi diferente em Portugal, por meio de filólogos como Leite de Vasconcelos e Joseph Piel.

No Brasil, a influência de línguas indígenas e africanas, respectivamente substrato e superstrato do Português Brasileiro, perfazem os estudos mais profícuos. Tem-se Theodoro Sampaio, Carlos Drummond, Levy Cardoso e Maria Vicentina do Amaral Dick como alguns renomados toponimistas. É, por exemplo, desta última autora a classificação toponímica utilizada neste artigo (DICK, 1990).

Segundo Dick (1990), o signo toponímico é marcado por dois elementos, a saber: *genérico* (acidente geográfico ou unidade geoespacial) e *específico* (nome do lugar propriamente dito). Também o aspecto semântico deve ser o elemento-chave para categorização desse signo, ou seja, é a motivação externa que deve nortear o estudo toponímico.

1.1 Dos estudos toponímicos em Sergipe: uma seara desértica

É fato que os estudos toponímicos em Sergipe carecem de investigações científicas. Dos já realizados, deve-se boa parte desses a historiadores, que pintam cenários de época, pincelando tais realidades norteados por uma aura de curiosidade ou por forçosa marca identitária de pertencimento ao Estado, destacando-se nomes como Francisco José Alves e Luís Antônio Barreto. Há de se registrar trabalhos cujo *corpus* coincide com o deste trabalho, como Mott (2008), Goveia (2010) e Guaraná (1916). Na Onomástica, especificamente, subárea da Linguística que investiga os nomes próprios, nulas foram as incursões de acadêmicos da área de Letras em nível de pós-graduação em Sergipe, até a Dissertação de Mestrado de Santos (2012), defendida no PPGL-UFS.

A obra de referência da área é o “Glossario Etymologico dos nomes da Língua Tupi na Geographia do Estado de Sergipe”, de Armindo Guaraná, de 1916, que realiza um estudo morfossemântico-geográfico dos topônimos locais do início do século passado grafados nesse estrato linguístico. Passada quase uma centúria de sua publicação, este artigo com objetivo lexicográfico mantém-se singular pelo aprofundamento etimológico, sendo muitos destes étimos áridos e outros, controversos.¹ Existem ainda os topônimos cuja etimologia é motivo de impasse entre Guaraná e os revisores desta obra: Visconde de Beaurepaire Rohan e Theodoro Sampaio², o que torna inegável a dificuldade de decomposição etimológica deste *corpus*, mesmo no tupi, maior e mais bem documentado tronco linguístico das línguas autóctones brasileiras.

2 Da delimitação do *corpus* e da contextualização espaciotemporal

Este estudo se delimitou ao período inicial da ocupação europeia em Sergipe Del Rey, tempo relativamente harmônico de tais registros – menos de 30 anos (1594-1623). São as primeiras décadas da colonização de Sergipe Del Rey, consequência das buscas por trilhas terrestres que ligassem a capitania da Bahia de Todos os Santos a de Pernambuco, bem como o período da dominação espanhola sobre Portugal (1580-1640), da rivalidade luso-espanhola com a França e com a Holanda e do padronado. Também fazem parte da conjuntura enfrentada pelos colonos o contato interétnico com os gentios, detalhadamente descrito nas obras sobre Sergipe Colonial³.

¹ Guaraná (1916, p. 304) confessa serem várias as descrições etimológicas incertas, bem como a hipotética origem tupi de alguns topônimos. Por exemplo, lê-se na entrada para a entrada *Catolé*: “Há dúvida sobre ser de origem tupi”. Já em *Catambra*, encontra-se: “De significação incerta”.

² Como prova da inconformidade, em certos casos, entre Guaraná e seus revisores, destaca-se o verbete *Paramopama* (*ribeira, rio, várzea* ou *esteiro*), também encontrado no *corpus* sesmarial com uma dezena de grafias diferentes, assim descrito: “*pirá*: peixe; *mopoam*: enganar, iludir; o peixe enganou, phrase que serve para indicar a ausencia de pesca em certas marés, não obstante ser o rio abundante em peixes. O Dr. Th. Sampaio decompõe diversamente este vocábulo, dando-lhe a significação de – peixe que faz que bata, peixe ás pancadas: *pirá-mopoma*” (GUARANÁ, 1916, p. 316).

³ As alusões a Sergipe nas obras de História do Brasil colônia são circunstanciais. Como sugestões de leitura, *vide* Franco (1999); Hoornaert (1994) e Prado (1919).

Para diferenciá-la de Sergipe do Conde, na Bahia, que ainda hoje mantém essa designação, denominaram a capitania ao norte do Rio Real de Sergipe Del Rey, em menção ao rei espanhol Filipe II de Espanha (Felipe I de Portugal).

As certidões de doações de sesmarias desta capitania são uma série de registros cartoriais. Essas sesmarias designam

a propriedade que se destinou à ocupação do território, num sentido de extensão; destinava-se à grande lavoura, no caso a de cana-de-açúcar, e, em parte, a do algodão, e a criação de gado doada pelo Rei aos colonos (DIEGUES JR., 1959, p. 16).

Os registros destas doações em Sergipe, que atravessam todo o período colonial brasileiro, não se limitam às fontes do *corpus*. No entanto, as cartas aqui estudadas apresentam as mais remotas inscrições em língua portuguesa de nomes de lugares em Sergipe, conhecidas como ‘As sesmarias de Felisbelo Freire’⁴, que são 218 documentos presentes no Apêndice da obra “História de Sergipe” (1891)⁵.

As certidões das cartas de sesmarias, por serem documentos notariais, ficavam em posse dos escrivães e do capitão-mor no cartório da cidade de São Cristóvão, capital da capitania de Sergipe Del Rey.

Destarte, os principais motivos para a escolha destes documentos são por: (i) serem as fontes mais antigas e mais abalizadas

⁴ Sua relevância era tanta à época que seus manuscritos foram dos poucos, quiçá os únicos, preservados quando da extinção da estrutura administrativa da cidade de São Cristóvão e consequente fuga de seus moradores para Salvador, nas décadas de 1620-30.

⁵ É provável que Felisbelo Freire, então deputado federal, tenha tido contato com esses manuscritos na década de 1880. As transcrições freireanas devem remeter a essa década, já que data de 1891 a publicação da primeira edição de sua obra *História de Sergipe*, onde estão as transcrições do *corpus*. Alguns dos manuscritos transcritos não mais existem, tendo aqueles que se debruçarem sobre o *corpus*, nesse caso, de confiar na habilidade do trabalho paleográfico do historiador. Apesar da relevância incontestável de Freire por seu labor paleográfico, encontram-se erros substanciais em suas transcrições, que caso comportem os topônimos relatados no *corpus*, agravam, sobremaneira, este trabalho. Daí ser mister o confronto destes com os originais. Tais documentos encontram-se atualmente sob o poder do IHGSE, tendo sido digitalizados e catalogados pela equipe da instituição, liderada pelo historiador Jackson da Silva Lima, na década de 2000, passando a serem disponibilizados ao público em geral.

referentes ao processo de ocupação do solo sergipano, já que “a escassez de documentos é enorme na história deste período; (ii) necessidade de registro das primeiras e principais aglomerações – povoações e habitantes, quando houver topônimos com menções a nomes de personalidades – nos âmbitos sócio-geográfico-econômico; (iii) reconstrução do vocabulário referente aos acidentes geográficos e das características morfossemânticas dessa nominata.

A capitania de Sergipe Del Rey pertenceu ao donatário Francisco Pereira Coutinho e, após sua morte, a seu filho. Com a instalação do governo-geral em Salvador (1548), permaneceu, ainda assim, inexplorada. Somente em 1575 houve os primeiros contatos interétnicos entre portugueses e indígenas, numa incursão colonialista freada pelos líderes indígenas da capitania sergipana.

A colonização de Sergipe Del Rey, por ser estrategicamente rota intermediária entre as maiores capitanias no Brasil do século XVI – Bahia e Pernambuco –, era de extrema importância na consolidação dos planos luso-espanhóis. Para o sucesso, era preciso, entre outros intentos, pacificar os índios, afastar os corsários franceses da costa, criar um eficiente esquema de defesa da terra, distribuindo sesmarias e intensificando a produção na colônia. Pontue-se que a concessão maciça de glebas fez também com que a ocupação chegasse ao limite norte da capitania em poucos anos: “As doações são concedidas nas vizinhanças de [rio] São Francisco” (FREIRE, 1891, p. 41).

O território sergipano seria o limite norte desse domínio luso-espanhol contra um projeto de Brasil holandês⁶, comandado por Nassau. A colonização de Sergipe Del Rey se desenvolveu no sentido sul-norte, liderada por Cristóvão de Barros, e, quando da conquista do território, o governo luso-espanhol forçou a criação de uma estrutura burocrática na capitania já em 1590. Assim, a partir de então, Sergipe Del Rey passou a dispor de uma série de cargos administrativos (SALGADO, 1985, p. 66-69), todos lotados na então recém-fundada cidade de São Cristóvão. Junto às administrações militares, judiciárias, o clero fazia parte da trupe colonizadora.

À medida que os colonos baianos e portugueses iniciavam sua empreitada pelo litoral sul da capitania, os nativos iam sendo expulsos de suas terras para o norte e para o sertão, ocupando a zona ocidental,

⁶ Vide Nunes (2006, p. 71-103), capítulo III - “Os holandeses na capitania de Sergipe”.

“pela pobreza do solo, para atividade pastoril (...) que a colonização não sabia aproveitar, furtando à escravidão que se lhe queria impor”, pois a costa litorânea estava legada à invasão luso-espanhola (FREIRE, 1891, p. 91).

3 Da descrição e análise dos dados

3.1 Dos acidentes físicos e antrópicos coloniais

Embebidos pela beleza das formações geográficas do Brasil *selvagem* e ambiciosos pelas riquezas ainda desconhecidas ou inexploradas da região, como metais nobres, campos de pastagem e plantação, os sesmeiros colonizaram a região buscando no gentio local tanto mão-de-obra escrava quanto novas almas cristãs (FREIRE, 1891, p. 46). Deste contato interétnico, criaram-se unidades geoespaciais, muitas abalizadas pelo poder paralelo da Igreja Católica. Tais unidades, designadas *elementos genéricos* por Dick (1990), foram: **aldeia, arraial, cabedelo, campo, capitania, cidade, córrego, engenho, esteiro, ilha, lagoa, mar, outeiro, pedra, povoação, ribeira, rio, serra(ria), tapera, várzea, vereda, vigairaria, vila.**

Muitos destes elementos possuem atualmente acepções diferentes daquelas do período colonial, a exemplo de *cidade, povoação* e *vila*. Também divisões administrativas como **povoados, vila, cidades e estados** são heranças de unidades coloniais, mas as descrições vão além dessas partições administrativas, como sócio-étnico-econômicas (**arraial, capitania, tapera, aldeia, engenho**) e religiosas (**vigairaria**). Outras relatam acidentes naturais, com remissões a litônimos (**pedra, cabedelo**), proeminências geomorfológicas (**campo, ilha, outeiro, serra, serraria, várzea, vereda**) ou hidrônimos (**córrego, esteiro, lagoa, mar, rio, ribeira**).

Esta pluralidade de acidentes – físicos e antrópicos, nativos ou cosmopolitas – acabou por retratar o espírito de época e o contexto político-jurídico-ambiental. Por exemplo, os acidentes inscritos nos documentos sesmariiais tendem a requerer maior precisão geográfica. Em muitos topônimos foram adicionados pontos cardeais para melhor precisão de sua localização, principalmente após nomes de cursos d’água. Por exemplo, na carta de Manoel Rodrigues:

[...] pede a Vm. lhe fasa merse de huma llegoa de tera em coadro ao llongo do **rio cotimgiba da banda do sull** cormesando a medir rumo da **banda de comendaroba pello dito rio asima** a coall tera pede por divolluta por coanto não foi nunca aproveitada e pouoada de gente branca [...] (FREIRE, 1891, p. 382).

O mesmo acontece com antropotopônimos – lugares com menções a nomes de pessoas. Na carta de Christóvão Dias, há “**na testada de gaspar damorim da banda do noroeste** corendo para o rio piauhy con todas as madeiras e agoas que na dita terra se achar (...)” (*op. cit.*, p. 357, grifos nossos).

Os hidrônimos, especificamente, têm um papel imprescindível nos relatos do *corpus*, já que os focos de criação de gado em Sergipe necessitavam de trilhas hídricas para essa atividade. Isso faz serem frequentes demarcações mais precisas de rios, córregos, rios, ribeiras, mares, esteiros quando das concessões de terra, devido à extensão desses.

O número de topônimos estudado neste trabalho perfaz um total de oitenta e três nomes de lugares, considerando aqueles referentes ao território da então capitania de Sergipe Del Rey. Destes, apenas 20% são de origem portuguesa, sendo os outros 80% distribuídos entre nomes de estrato indígena ou híbrido – tupi e português. Os nomes indígenas são notadamente do tronco tupi (Tupinambá ou Tupi Antigo), língua usada na costa brasileira nos anos quinhentos e seiscentos, confirmando a tese de Sampaio (1903, p. 154), de que as denominações tupi prevaleceram e os nomes portugueses conservaram-se quase sempre nas regiões onde a colonização não havia começado. Também se ratifica a tendência toponímica em línguas nativas de natureza física (*vide* tabela nº 1).

3.2 Dos topônimos coloniais descritos

Dos setenta e três topônimos analisados, 78% (setenta e oito por cento) são de origem indígena, sendo o restante distribuído entre nomes portugueses – 20% (vinte por cento), e espanhóis e híbridos com 1% (um por cento) cada um, devido a suas ocorrências únicas no *corpus*. Vários topônimos relatados não fazem parte do atual território sergipano, em parte porque os sesmeiros em questão advinham principalmente das capitanias de Bahia de Todos os Santos e de

Pernambuco. São exemplos de topônimos estrangeiros relatados no *corpus* sesmarial: **Bahia** ~ **Baia** ~ **Baja** (capitania / cidade / Estado), **Brasil** ~ **Brazil** (Estado do), **Espirito Santo** (capitania), **Jaseoba** (Outeiro) – atual Penedo-Alagoas, **Porto Calvo** (povoação) – atual Alagoas, **Portugal** (Reino), **Salvador** (cidade), **San Vicente** (capitania) – São Paulo, **Tatuapara** (aldeia ou povoação) – Bahia.

É notório o número superior de topônimos de língua indígena, justificado, principalmente, pelo período temporal delimitado – as primeiras décadas de ocupação europeia –, quando a capitania ainda era incipientemente territorializada, sendo a maioria dos colonos reivindicante de terras devolutas. Percebe-se, dentre os nomes indígenas, que boa parte desses signos – no mínimo 85% – estão inscritos em língua Tupi. No entanto, ao mesmo tempo em que se testemunha esse contexto linguístico, atenta-se para a existência de nações falantes de outras línguas indígenas que não o Tupi, como a língua Kariri, falada pelos Kariri-Xocó, ao norte da capitania sergipana.

Alguns dos topônimos descritos podem ser encontrados em outras fontes do período colonial, como nas narrativas de Gabriel Soares de Souza, Martins Soares Moreno e Fernão Cardim. Por outro lado, mesmo havendo um número considerável de dicionários dedicados ao vocabulário Tupi, dado seus empréstimos lexicais à língua portuguesa do Brasil, há neste *corpus* um léxico toponímico inexistente em outras obras.

Destarte, configura-se que vários topônimos descritos neste trabalho são de singular ocorrência, o que faz de alguns desses nomes verdadeiros oráculos, como estes topônimos indígenas: **Abaipeua**, esteiro de **Agiopioba**, cabedelo **Ipelempe**, povoação **Jaraquatenema**, tapera **Pixapoam** e rio **Pixaxiapa**.⁷

Esses topônimos com étimo indecifrado, todos de origem indígena, representam 8,6% dos de procedência nativa e 7% da nominata coletada. Quanto aos nomes que admitiram incursões etimológicas, as naturezas toponímicas propostas por Dick (1990), divididas entre elementos físicos e antropoculturais, distribuíram-se assim:

⁷A falta de informações quanto às motivações semânticas e decomposição morfológica de seus signos não exime tentativas futuras de categorização dessa nominata.

Origem / Natureza toponímica	Indígena (57)	Português (14)	Híbrido (1)	Espanhol (1)
Física	48	2	1	0
Antropocultural	1	12	0	1
Não classificados	8	0	0	0

Tabela 1 - Distribuição de Topônimos por Origem/Natureza.

Fonte: (SANTOS, 2012).

O baixo número de topônimos híbridos permite concluir que, no período delimitado, as interações étnicas ainda não se concretizavam na marcação geográfica sergipana – geralmente inscrita em tupi ou em português. Ao contrário, essa característica se faz muito presente nos mapas brasileiros nos dois últimos séculos do período colonial – XVIII e XIX.

Há, outrossim, uma *toponímia paralela* (dupla ou mesmo tripla), principalmente quanto aos cursos d'água de maior dimensão. Dos topônimos portugueses, alguns já possuíam algum nome de lugar indígena, a saber: *Rio das Pedras ~ Paratigy*, *Rio Santa Maria ~ Água Petiba*, *Rio São Francisco ~ Opara*, *Rio Vasabaris ~ Irapiranga ~ Potipeba*.⁸

Da nominata coletada, cerca de vinte topônimos têm *variantes cartográfico-lexicais*, ou seja, nomes equivalentes para o mesmo acidente geográfico, por vezes em idioma tupi e em língua portuguesa ou uma dupla denominação em língua nativa.

Os topônimos de origem portuguesa encontrados no *corpus* estão dispostos na tabela abaixo:

Nº	Elemento genérico	Topônimo	Categoria
1	Rio / Engenho	Real	Animotopônimo
2	Tapera (dos) / Outeiro (dos)	Enforcados	Historiotopônimo
3	Rio	Vasabarris	Hidrotopônimo

⁸ Não há ocorrência, no *corpus*, dos nomes paralelos dos rios São Francisco e Vasabaris (Vaza Barris). No entanto, tais topônimos indígenas são registrados em Mott (2008, p. 142).

4	Serra	Negra	Cromotopônimo
5	Rio (das)	Pedras	Litotopônimo
6	Aldeia ou Povoação	Salgado	Litotopônimo
7	Povoação	Porto da Folha	Sociotopônimo
8	Povoação	Porto das Pedras	
9	Rio / Engenho	Porto de Santa Catarina	
10	Aldeia (dos)	Padres	Hagiotopônimo
11	Rio / Esteiro (de)	Santa Maria	
12	Cidade (de)	São Cristóvão	
13	Rio	São Francisco	
14	Aldeia (de)	São Tomé	

Tabela 2 - Topônimos de origem portuguesa.

Fonte: (SANTOS, 2012).

Destes nomes geográficos em língua portuguesa, a motivação toponímica mais frequente foi, como esperado para o contexto sociocultural estudado, de natureza religiosa. Os diversos nomes de santos do hagiológico católico romano, bem como a denominação *Aldeia dos Padres*, demarcam a forçosa catequização jesuíta e a influência desta instituição na conquista de Sergipe. Esse fenômeno, ainda hoje presente, expõe o espírito da época, marcado pela colonização, ao mesmo tempo, comercial, monárquica e católica⁹.

Já os **historiotopônimos** deflagram movimentos de cunho histórico, seus membros e datas comemorativas. *Enforcados* traz essa característica por memorializar a opressão dos primeiros colonos para com os nativos locais. O fato de essa localidade ser, atualmente, o município de *Nossa Senhora das Dores* expõe o apagamento de um fato histórico negativo, como um processo anamnético que precisa/merece ser silenciado das páginas da história sergipana.

O rio *Vaza Barris*, inscrito *Vasabaris* no *corpus*, de grande importância na hidrografia sergipana, parte de uma bacia hidrográfica, que hoje divide os municípios de Aracaju, Itaporanga da D'Ajuda e São Cristóvão, primeira capital de Sergipe, é o **hidrotopônimo** português relatado.

⁹ Vide Alves e Santos (2012).

A Serra *Negra*, o ponto mais alto do estado de Sergipe – 750 metros de altitude, atravessa a fronteira com a Bahia e se caracteriza como um **chromotopônimo** por sua referência à escala cromática.

O vocábulo *Porto* mostrou-se frequente como marca toponímica no *corpus*. Tendo como complemento (*Porto das Pedras, da Folha, de Santa Catarina*). Por designar: “1 Lugar construído à beira do mar, rio ou baía para embarcações atracarem; 2 Em mar, rio ou lago, lugar que oferece abrigo às embarcações”, tais topônimos são classificados como **sociotopônimos**, haja vista referências a um aglomerado humano, possível ponto de encontro social.

O topônimo Pedras reaparece em *Rio das Pedras*, que junto a *Salgado*, formam os **litotopônimos** lusitanos do *corpus*. Aliás, esse fóssil toponímico (DICK, 1992) ainda se apresenta frequente na nominata sergipana, seja em português, como em municípios como *Pedrinhas* ou *Pedra Mole*, seja no vocábulo equivalente *itá* em tupi, como em *Itaporanga* (pedra bonita).

Já os topônimos de origem indígena, majoritários no *corpus*, também possuem uma diversidade de categorias mais ampla. Apresentamos sua distribuição, na tabela a seguir, excluindo-se os **sem classificação**, assim postos por sua etimologia ainda indecifrada.

Nº	Elemento Genérico	Topônimo	Categoria
15	Povoado ou Aldeia	Abaiapé	Hidrotopônimo
16	Rio	Abahy	
17	Rio, Arraial	Caípe	
18	Rio	Cotegipe	
19	Tapera (de)	Guarujahy	
20	Rio	Hitanhy	
21	Córrego, Rio	Ibura	
22	Povoado ou Aldeia	Jacuípe	
23	Riacho	Maitacanema	
24	Rio	Japarátuba	
25	Rio	Paratigy	
26	Tapera (do), Aldeia (de)	Paranassu	

27	Rio, Mar, Serraria (do)	Piauí	Hidrotopônimo
28	Rio	Potigi Mirim	
29	Rio	Potihipeba	
30	Rio	Poxim	
31	Rio	Poxim Mirim	
32	Ribeira	Tapecahy	
33	Ilha	Tinharé	Fitotopônimo
34	Ribeira	Amdaijassu	
35	Rio	Aracaju	
36	Esteiro, Rio	Ariticuíba	
37	Rio	Beryba	
38	Povoação, Serra (da), Arraial	Cabuta	
39	Rio	Camboí	
40	Serra, Rio (de, da)	Cajaíba	
41	Rio	Comandaroba	
42	Rio	Cotinguiba	
43	Rio	Guanhamoroba	
44	Rio	Ibirarema	
45	Rio, Esteiro	Inajaroba	
46	Rio	Indiatuba	
47	Ilha	Patatiba	
48	Tapera	Tajoaba	Zootopônimo
49	Serra	Bogio	
50	Tapera (de)	Garaúna	
51	Lagoa	Jabotiana	
52	Rio	Jacaré	
53	Lagoa	Jacaré Mirim	
54	Rio, Ribeira	Mucuri	
55	?	Pirajá	
56	Ribeira, Rio, Várzea, Esteiro	Piramopama	
57	Outeiro (das)	Piranhas	
58	Rio	Tãomytiaiaia	
59	Rio	Urubutinga	

60	Povoação, Rio, Outeiro	Itabaiana	Litotopônimo
61	Pedra	Itaboca	
62	Rio	Itapicurá	
63	Vila	Itaporanga	
64	Serra	Tabangua	
65	Serra	Tabanhanassu	Cromotopônimo
66	Ribeira	Una	
67	Rio, Arraial	Pitanga	

Tabela 3 - Topônimos de origem indígena.

Fonte: (SANTOS, 2012).

Nº	Elemento Genérico	Topônimo	Categoria
68	Tapera	Manilha	Ergotopônimo

Tabela 4 - Topônimo de origem espanhola.

Fonte: (SANTOS, 2012).

Nº	Elemento Genérico	Topônimo	Categoria
69	Cidade, Capitania, Rio, Vigairaria	Cirigype Del Rey	Hidrotopônimo

Tabela 5 - Topônimos de origem híbrida (tupi+portuguesa).

Fonte: (SANTOS, 2012).

Entre os topônimos indígenas, predominam os nomes de natureza física, como relativos a acidentes hidrográficos, fauna e flora e recursos minerais. Pode-se notar que o contrário ocorre com topônimos de procedência europeia. Os **hidrotopônimos** são maioria nessa nominata, chamando a atenção a frequente marcação toponímica com nomes indígenas que significam *rio* em português, como o sintagma *-y* e os vocábulos *pará* e *paraná*. O primeiro, por exemplo, algumas vezes se justapõe à marca locativa *-pe (em)* *-y*pe (*no rio de*), presente em lexias como *Sergipe*, *Caípe*, *Cotegipe* e *Jacuípe*. Por vezes, a marcação de um braço de rio ou curso d'água é feita pelos termos *grande* e *pequeno*, respectivamente *-assu/-açu* e *mirim*, como entre nas serras *Itabaiana* e *Tabanhanassu*, ou entre os rios *Poxim* e *Poxim Mirim*.

As marcas da fauna local estão distribuídas, respectivamente, nos **zootopônimos** variadamente, com menções a mamíferos (*Bogio*, *Mocori*); aves (*Guaraúna*, *Maitacanema*, *Taperagua*, *Urubutinga*); peixes (*Piranhas*, *Pirajá*, *Piramopama*); répteis (*Jacaré ~ Tãomytiaia/Tãomytiaiaia*, *Jabotiana*).

Também a flora local é memorializada por meio dos **fitotopônimos**. São plurais as menções às árvores nativas, como se pode notar na tabela nº 3, fazendo destas um profícuo elemento motivador dos nomes geográficos locais inscritos no substrato indígena. Este fato não é exclusivo do *corpus* ou do território sergipano, mas pode ser facilmente observado na toponímia nacional.

O sintagma *itá- ~ ta-* demarca a totalidade de **litotopônimos** no *corpus*, que são aqueles relativos a minerais ou à constituição do solo.

Os **cromotopônimos** também estão presentes na toponímia de origem portuguesa com *Pitanga* (vermelho) e *Una* (preta). Além destes, a cor branca (*tinga*, em tupi) está inscrita em *Urubutinga*, que seria em português *urubu branco*. O dicionário de Barbosa (1951, p. 157) traduz o termo *Urubitinga* (*sic!*) como gavião-preto, cancan, o que nos leva a crer que esta seja uma espécie diferente do urubu mais comum.

Na tabela nº 4, a única ocorrência de um signo em idioma castelhano, demarca um **ergotopônimo**, relativo a elementos da cultura material – Manilha. Tal *lexia*, um hispanismo, se faz presente no vocabulário contemporâneo do Português Brasileiro.

Na tabela nº 5, destaca-se o único topônimo híbrido (em dois idiomas, no mínimo) do *corpus* – *Sergipe Del Rey*. O elemento de categorização é o primeiro sintagma. Assim, se tomada a classificação toponímica de Dick (1990), tem-se o **hidrotopônimo** “no rio dos siris”.

O fenômeno de toponímia híbrida, ou seja, nomes inscritos em duas línguas ou mais, como português e tupi, ainda não é comum, haja vista os incipientes contatos interétnicos à época entre colonos e nativos. Tal fenômeno torna-se bem frequente nos mapas locais a partir da segunda metade do século XVII. Em Sergipe, várias vilas passaram a ter inscrições ambas hagiográficas e indígenas, como, por exemplo, *Santo Antônio do Urubu de Baixo*, atual cidade de Propriá, ou *Nossa Senhora da Piedade do Lagarto*, hoje apenas Lagarto.

Ao contrário dos hibridismos, o fenômeno de toponímia paralela, ou seja, nomes duplicados ou até triplicados para o mesmo elemento genérico é bem mais comum e mais frequente no *corpus*. Este paralelismo ocorre geralmente entre os estratos linguísticos português e indígena, mas também foram observados acidentes geográficos denominados com dois topônimos indígenas, como é o caso do zootopônimo *Jacaré ~Tãomytiaia/Tãomytiaiaia*, cujas lexias ambas são usadas para o réptil (GUARANÁ, 1916). A tabela a seguir expõe os dados coletados:

Topônimos / Origem linguística	Total	Possuem variantes lexicais	Topônimos indígenas	Topônimos portugueses
Indígenas	57	15 (27%)	11	6
Portugueses	14	3 (22%)	3	0
Espanhóis	1	0 (0%)	0	0
Híbridos	1	0 (0%)	0	0

Tabela 6 – Toponímia paralela.

Fonte: (SANTOS, 2012).

O fenômeno de toponímia paralela ocorreu principalmente com os cursos d'água de maior dimensão, como, por exemplo, Rio das Pedras ~ *Paratigy*, Rio Santa Maria ~ *Água Petiba*, Rio São Francisco ~ *Opara*, Rio Vasabaris ~ *Irapiranga* ~ *Potipeba*¹⁰. Vale ainda registrar a dupla variação toponímica em língua substrata, o que demonstra que os colonizadores europeus permitiram inscrições em idiomas indígenas ou mesmo denominaram lugares por meio dessas línguas.

3.3 Das marcas toponímicas nos mapas contemporâneos de Sergipe

Por meio da análise dos topônimos descritos, notam-se remanescentes lexicais recorrentes na toponímia primitiva sergipana, quiçá, nacional. A marcação geográfica, e consequentemente a

¹⁰ Não foram encontrados no *corpus* os topônimos *Opara* e *Irapiranga*, ao contrário do que registra Mott (2008, p. 142).

motivação toponímica, parte predominantemente de hidrônimos, sendo os sintagmas tupi -y ou -ype, '(no) rio de', os de maior ocorrência morfológica na nominata relatada. Assim, como sugestão, espera-se encontrar futuramente estudos do sistema hidrográfico e da fauna e flora neste e em outros *corpora*, permitindo estudos mais aprofundados acerca da toponímia colonial num recorte temporal mais amplo, atentando também a nominata dos séculos XVIII e XIX.

Chama também a atenção a considerável permanência destes topônimos na rede toponímica contemporânea, visto a preservação de cerca de metade dos nomes tupi inscritos no *corpus* nos mapas contemporâneos sergipanos.

Listam-se, assim, as principais marcas lexicais (afixos e radicais tupi) presentes na toponímia apresentada, que também servem de base para estudos posteriores.

Nº	Radical / Afixo	Significado (BARBOSA, 1951)	Exemplo de Topônimo no <i>corpus</i>
1	-açu, -assu	Grande e grosso	Paranassu
2	-boca	Fender-se, rachar, fenda	Itaboca
3	-rema	Fedorento	Iburarema
4	-roba	Amargo	Comandaroba
5	-tinga	Branco	Urubutinga
6	-tyba, -tuba	Coletivo, abundancial	Japaratuba
7	-una(-)	Preto, escuro, negro	(rio) Una
8	-y	Água, rio	Itanhy
9	-ybá	Fruta, fruto (do pé de)	Cajaíba
10	-pe	No (ideia de locativo)	Sergipe
11	Mirim	Pequeno	Poxim mirim
12	Ita-	Pedra, ferro, metal	Itabaiana
13	Parana-, para-	Mar, rio caudaloso	Paranassu
14	Pira-	Peixe	Piramopama

Tabela 7 - Principais remanescentes lexicais Tupi.

Fonte: (SANTOS, 2012).

Assim, o estudo da morfologia do Tupi antigo, língua morta, é bastante auxiliado por meio de investigações toponímicas. Apresentando estrutura gramatical relativamente simples, em

comparação, por exemplo, com o Latim, seu vocabulário, no entanto, era vasto. Apesar da relativa simplicidade gramatical, pairam ainda muitas controvérsias dos especialistas em torno do idioma nativo brasileiro.

Não descritos nem classificados até então, os nomes de sesmeiros que faziam a vez de demarcação geográfica, por seu poder à época e consequente melhor definição de espaço, não são poucos. *Simão Dias* é o melhor exemplo desta motivação toponímica, mesmo não sendo o único: “Matas de Simão Dias” (FREIRE, 1891, p. LXIX); “tornavam-se conhecidos os sertões de Itabaiana e Simão Dias” (p. 65). Ainda como afirma Freire (1891, p.77),

[...] figurava como principal fazendeiro de então Simão Dias, morador em Sergipe desde 1599, e que no começo do século XVII tinha obtido sesmaria na Itabaiana. Daí vem o nome da atual cidade de Simão Dias, cujo local deve ser o mesmo do curral e fazenda desse criador de gado.

Alguns mapas da época, como o do holandês Gaspar Barleus, provavelmente de 1644, já traziam este sesmeiro como identificador locativo na região atual de Simão Dias, mesorregião de Lagarto-SE.

Como fato relevante, destaca-se que alguns dos caciques resistentes à conquista fazem hoje parte da memória coletiva sergipana, demarcando simbolicamente a bravura e o não subjugamento bélico-cultural à dominação europeia. *Boipeba*, *Aperipê*, *Serigy*, *Surubi*, sendo os três últimos caciques morubixabas – etnia indígena da região nordestina do Estado do Brasil, estiveram na linha de frente das trincheiras indígenas contra a ocupação dos colonos em 1575. Suas marcas simbólicas de guerreiros bravos, contrários à dominação ibérica, permeiam o imaginário coletivo sergipano. Suas figuras são recorrentes: a logomarca do judiciário, os postos de gasolina *Serigy*, os canais de TV e rádios locais *Aperipê*, o programa de TV local *Terra Serigy*, a lenda da maldição do índio *Serigy*. Exemplo maior desta influência é que um dos epítetos mais usuais para ‘sergipano’ também remete a esse tema, já que ser nativo ou radicado neste estado é ser ou estar *n’a terra do cacique Serigy*.

Considerações finais

É certo que os nomes de lugares sempre interessaram ao homem, mesmo quando não havia especialistas que os tratassem como objeto teórico. Os estudos acerca da toponímia indígena se configuram ainda tímidos, haja vista esta nominata se caracterizar semanticamente opaca. Ficou claro que nem sempre há certezas quanto ao significado destes topônimos, pois vários se demonstram com etimologias dúbias ou esdrúxulas. Portanto, esse é um campo de pesquisa aberto a novas incursões, dado, de um lado, à curiosidade, de outro, ao desconhecimento e/ou desencontro de informações acerca da sua origem e suas reais motivações.

O exame do léxico toponímico por meio de documentos do período colonial em Sergipe Del Rey leva a algumas conclusões, como o alto índice de permanência toponímica nos mapas do século XXI. Também os nomes de lugares de origem portuguesa tendem a designar alguns acidentes de relativa importância, como os rios limítrofes da capitania sergipana (Rio São Francisco e Rio Real). Notamos uma recorrência de termos lexicais tupi referentes a formas zoo e hidronímicas, a marcação da fauna e flora locais, bem como uma maciça inscrição hagionímica lusitana, por meio da participação ativa de topônimos religiosos, vista a participação maciça e protoganista da Igreja Católica no processo de ocupação da capitania de Sergipe Del Rey.

Portanto, este estudo acaba por recuperar parte da memória sergipana, compreendendo o presente pelo passado e servindo de fonte de documentação como glossário toponímico das sesmarias de Sergipe Del Rey no período delimitado.

Referências

ALVES, Francisco José. Contribuição à arqueologia de sergipe colonial. In: *Revista do IHGSE*, v. 34, p. 39-53, 2005.

ALVES, Francisco José; SANTOS, Cezar A. Neri. *Os nomes dos municípios sergipanos*. Disponível em: <<http://jornaldacidade.net/artigos-leitura/76/10998/os-nomes-dos->

municipios-sergipanos.html#.VTZdSyFViko>. Acesso em: 01 abr. 2012.

BARBOSA, P. Lemos. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

CUNHA, Antônio G. da. *Dicionário histórico das palavras de origem tupi*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: EdUNB, 1998.

DICK, Maria Vicentina P. Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2. ed., São Paulo: Serviços de Arte Gráfica da FFLCH/USP, 1992.

DIEGUES JR., Manuel. *População e propriedade da terra no Brasil*. Washington DC: União Pan-Americana, 1959.

FRANCO, Emmanuel. *A colonização da Capitania de Sergipe Del Rei*. Aracaju: J. Andrade, 1999.

FREIRE, Felisbelo. *História territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe / Secretaria de Estado da Cultura / FUNDEPAH, 1995.

_____. *História de Sergipe (1575-1855)*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891.

GUARANÁ, Armindo. Glossário Etimológico dos nomes da língua tupi na geografia do estado de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, ano II, vol. II, n. 5, p. 297 - 326, 1916.

HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil – Colonial (1550-1800)*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MOTT, Luiz R. B. Vida social e cotidiano em 'Sergipe o Novo' à época das Visitações do Santo Ofício e das Cartas de Sesmarias: 1591-1623. In: *Sergipe colonial e imperial: religião, família, escravidão e*

sociedade: 1591-1882. São Cristóvão: EdUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. 2. ed. São Cristóvão: EdUFS, 2006.

PRADO, Ivo do. *A Capitania de Sergipe e suas ouvidorias*. Rio de Janeiro: Pap. Brasil, 1919.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALOMÃO, Lilian da Fonseca. *As sesmarias de Sergipe d'El Rey*. 1981. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geographia Nacional*. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. *De Cirigype a Sergipe Del Rey: os topônimos nas cartas de sesmarias (1594-1623)*. 2012. 191 f.: il. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão-SE, 2012.

Recebido em: 15/07/2014

Aceito em: 20/08/2014

A METÁFORA NA TESSITURA SEMÂNTICA DOS COMPOSTOS CRIADOS POR JOÃO CABRAL DE MELO NETO

METAPHOR IN SEMANTIC FABRIC OF COMPOUNDS CREATED BY
JOÃO CABRAL DE MELO NETO

METÁFORA EN EL TEJIDO SEMÁNTICO DE LOS COMPUESTOS
CREADOS POR JOÃO CABRAL DE MELO NETO

*Gisele ALVES**

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar os resultados obtidos em uma pesquisa de doutoramento que, em linhas gerais, buscou levantar, descrever e analisar as palavras compostas criadas e empregadas pelo poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto em sua poesia. A análise desses itens lexicais pautou-se no exame dos processos semânticos invocados no sentido de estabelecer a coerência e unidade semântica das novas criações lexicais, surgindo com isso a instauração de efeitos de sentido originais e inéditos no interior da poesia de Melo Neto. Dentre os diversos mecanismos semânticos, a metáfora desponta como o recurso de maior potencial estilístico dentro do conjunto de compostos criados pelo poeta. O princípio da coindexação semântica, apresentado por Rio-Torto (2010), configura-se como a perspectiva de análise adotada para a descrição de nossos dados.

Palavras-chave: Poesia; Compostos; Criação; Metáfora; Coindexação semântica.

Abstract: The article aims to present the results of a doctoral research that has attempted to describe and analyze compound and created words and used by the poet João Cabral de Melo Neto in his poetry. Analyzes of these lexical items was based on the semantic processes used to establish consistency and semantic unit of new lexical creations, that appearing with the introduction of original and unpublished effects in the poetry of Melo Neto. In various semantic mechanisms, the metaphor emerges as the greater stylistic potential within the compounds set created by the poet. The co-indexing semantics principle, presented by Rio-Torto (2010), appears as the analytical perspective adopted by us to describe our facts.

Keywords: Poetry; Compounds; Creation; Metaphor; Semantic co-indexing.

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Araraquara-SP. Docente da Secretaria Municipal de Educação de Catalão – Catalão – Goiás – Brasil. Contato: gis_alves@yahoo.com.br.

Resumen: El objetivo de este trabajo es presentar los resultados de una investigación doctoral que, en términos generales, se ha intentado describir y analizar las palabras compuestas creadas y utilizadas por el poeta João Cabral de Melo Neto en su poesía. El análisis de estos elementos léxicos se pautó en el examen de los procesos semánticos usados para establecer la coherencia y unidad semántica de las nuevas creaciones léxicas, apareciendo con ello la instauración de efectos de sentido original e inédito en el interior de la poesía de Melo Neto. De entre los diversos mecanismos semánticos, la metáfora despunta como un recurso de gran potencial estilístico dentro del conjunto de compuestos creados por el poeta. El principio de la co-indexación semántica, presentado por Rio-Torto (2010), aparece como la perspectiva de análisis adoptada para la descripción de nuestros datos.

Palabras clave: Poesía; Compuestos; Creación; Metáfora; Co-indexación semántica.

Introdução

Este texto tem como proposta apresentar parte dos resultados obtidos durante a realização de minha pesquisa desenvolvida em forma de tese de doutoramento.¹ Tal pesquisa teve como objetivo central levantar e descrever as palavras compostas criadas e empregadas pelo poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto (1920-1999)² em sua poesia. Sendo assim, o estudo da obra literária de Melo Neto revela uma tendência bastante peculiar do poeta em criar novas palavras por meio do processo de formação de palavras conhecido como composição, evidenciando produtos composicionais cujas relações formais e semânticas processadas entre seus constituintes revela-se não prototípica, não esperada e inédita, residindo justamente nisso o aspecto inovador, criativo e original das estruturas compostas que, conseqüentemente, instauram no interior da poesia cabralina efeitos de sentido expressivos e inéditos.

Nessa linha de raciocínio, busca-se verificar o modo como se processam, tanto do ponto de vista formal quanto semântico, as relações entre os elementos que se articulam na estruturação das novas unidades vocabulares, destacando aquelas formações cuja relação

¹ Trata-se da tese de doutorado intitulada “O estudo dos compostos e fraseologismos criados por João Cabral de Melo Neto: proposta de estudo da coindexação semântica”, desenvolvida e defendida no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP – Campus de Araraquara-SP. Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq e CAPES.

² Doravante, Melo Neto.

semântica entre os constituintes revele traços de incompatibilidade semântica

Compreendido que o exame dos traços de incompatibilidade semântica entre os elementos que participam da formação das criações lexicais compostas de Melo Neto constitui um dos objetivos do presente estudo, nosso propósito consiste em analisar os processos semânticos desencadeados pela metáfora, entendida como o principal mecanismo a que o poeta recorre com o fim de assegurar a coerência de sentido entre os elementos que, concebidos isoladamente, denotam significados muito díspares.

Neste texto, elegemos os compostos formados pelos elementos substantivo + substantivo (S + S), levantados a partir da obra poética de Melo Neto, para amostra parcial da análise proposta e dos resultados obtidos.

Após o levantamento dos itens lexicais, procedemos à verificação do registro de cada dado nos dicionários de língua portuguesa, partindo do critério lexicográfico para a seleção daquelas formas que integrariam nosso acervo. Assim, nosso *corpus* de exclusão é constituído pelas seguintes fontes: “Novo dicionário da língua portuguesa” (1925), de Cândido Figueiredo; “Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa” (1941), de Laudelino Freire; “Dicionário da língua portuguesa” (1943), de Antenor Nascentes; “Dicionário contemporâneo da língua portuguesa” (1964), de Caldas Aulete; e “Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa” (1986), de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Realizada a seleção dos dados a partir do critério lexicográfico, os dados registrados nos dicionários foram excluídos, permanecendo no *corpus* para análise somente os dados não dicionarizados. Concluída a etapa de levantamento e seleção dos dados, foi possível constatar o predomínio das criações construídas via composição na obra do poeta pernambucano.

1 O papel da metáfora nos compostos do tipo S + S (substantivo + substantivo)

O termo metáfora vem do grego *metapherein*, que significa *transferência* ou *transporte*. Etimologicamente, é formada por *meta*, que quer dizer *mudança* e por *pherein* cujo significado é *carregar*. A

recorrência à etimologia nos permite enxergar que a definição de metáfora é baseada em uma comparação implícita, uma vez que dispensa o uso de conectores do tipo *que nem*, *tal qual* e *como*, entre duas coisas, entidades ou assuntos não relacionados entre si. Nesse sentido, tal figura de linguagem configura uma ruptura de isotopia, ou seja, emprega-se uma lexia cujo significado, de certa forma, não é compatível com o significado esperado. A instauração da metáfora se dá justamente quando se explora uma relação de oposição entre unidades léxicas pertencentes a universos diferentes, sendo que esse tipo de relação pode-se estabelecer entre dois objetos materiais, entre duas ações, uma abstrata e uma concreta, entre uma realidade material e uma abstrata etc.

Pode-se dizer, com isso, que a reutilização de palavras já existentes no acervo lexical da língua com novos significados constitui um dos mecanismos mais recorrentes no processo de inovação lexical. No caso do texto literário, mais do que conferir novos sentidos a palavras já existentes, o autor faz desses novos significados uma fonte inesgotável de expressividade, como também uma determinante de seu estilo. É importante lembrar que todo esse trabalho criador e inovador em torno do campo lexical reflete uma atividade consciente por parte do escritor que, ao conferir novos significados às palavras, altera sua estrutura semântica, enriquecendo, conseqüentemente, o universo lexical.

Sendo assim, no âmbito de nosso trabalho, compreendemos a metáfora como a figura de linguagem por meio da qual denominamos uma entidade por meio do nome de outra entidade, considerando aspectos como a semelhança entre elas no tocante ao formato, ao tamanho, à função, à cor etc.

A proposta de análise e descrição dos compostos do tipo S + S assenta-se no objetivo de explicitar o modo como se processa a construção do significado dessas unidades lexicais, tendo por base as contribuições de Rio-Torto e Rodrigues (2010),³ que apresentam o

³ O objetivo do estudo desenvolvido por Rio-Torto e Rodrigues (2010) consiste em analisar a forma como se constrói o significado nas palavras formadas por derivação e composição, ressaltando a forma como esses significados são gerados e se as regras de composição e derivação são sensíveis aos traços semânticos dos constituintes envolvidos no processo.

princípio da coindexação semântica como mecanismo capaz de explicar as relações semânticas instauradas entre os elementos constituintes das criações lexicais presentes na poesia cabralina. O fenômeno conhecido como coindexação semântica opera entre os significados denotados por cada constituinte formador de unidades vocabulares e entre os traços do quadro semântico associado a tais constituintes em particular. Em suma, trata-se de um mecanismo que age no sentido de assegurar a compatibilidade semântica necessária entre os elementos constituintes da nova palavra. “Este princípio impede a ligação caótica entre os recursos envolvidos, porque só permite a ligação daqueles que se encaixam melhor uns aos outros semanticamente” (RIO-TORTO; RODRIGUES, 2010, p. 02)⁴.

Parte-se do entendimento de que a cada constituinte de toda unidade lexical de estrutura complexa está associada uma teia semântica que comporta uma rede de conceitos relacionados às representações mentais ligadas à percepção, ação e experiência do falante com a linguagem e o mundo. Portanto, para a construção do significado nas palavras complexas, concorrem, além das unidades lexicais envolvidas, outras fontes de informação, tais como referencial e/ou pragmáticas. Conclui-se, com isso, que além de fatores linguísticos, outros de ordem extralinguística se fazem necessários nesse processo. Desse modo, os compostos na obra de Melo Neto configuram-se enquanto estruturas articuladas por componentes cuja conexão resulta numa relação de modificação, de modo que uma diversidade de relações semânticas passa a ser expressa.

No tocante às unidades lexicais investigadas neste trabalho, trata-se de inovações linguísticas fruto da criação de um poeta que intenciona conferir maior expressividade e realce estilístico à sua poesia. Portanto, acredita-se que, em grande parte dos compostos empregados na poesia de Melo Neto, tem-se a combinação de constituintes cujos quadros semânticos, tomados isoladamente, revelam incompatibilidade de significado entre os referentes denotados, revelando, dessa forma, combinações inesperadas, inéditas, inusitadas, capazes de manifestar efeitos de sentido bastante expressivos no plano da poesia.

⁴ Tradução nossa de: “This principle prevents chaotic linking between features, because it only allows the linkage of those that best fit semantically with each other” (RIO-TORTO; RODRIGUES, 2010, p. 02).

Dessa forma, dentro dos limites do presente texto, apresentamos a análise de compostos estruturados pelos elementos S + S em relações subordinativas, em que um elemento determina o outro⁵.

Isto posto, na análise propriamente dita, apresentaremos, em particular, o significado denotado por cada constituinte formador da nova palavra para, em seguida, explicitar o efeito de sentido expresso pelo composto no interior da poesia cabralina, verificando que a metáfora aparece como processo semântico invocado para intervir na estruturação semântica entre os elementos constituintes da nova palavra.

Temos, no grupo dos compostos do tipo S + S arrolados a seguir, a combinação de dois substantivos cuja estrutura equivale à de um sintagma nominal, pois a relação instaurada entre seus constitutivos é subordinativa, de modo que o segundo elemento assume funções próprias de adjetivo em virtude de seu funcionamento como determinante, especificador, predicador do conteúdo semântico denotado pelo primeiro elemento. O elemento determinado é identificado como o constituinte principal responsável pela ideia genérica de todo o composto; e o determinante é concebido como elemento secundário que contém a ideia específica. As formações vocabulares, cujo modelo de estruturação é determinado-determinante, são tratadas por Sandmann (1991) como compostos vernáculos de muita produtividade na língua portuguesa.

No que se refere às combinatórias composicionais de estrutura determinado-determinante, é possível verificar que o elemento determinante é representado por um substantivo que, no interior do composto, reveste-se de funções específicas da classe dos adjetivos que consistem em expressar as qualidades, características ou especificidades das entidades representadas pelo elemento determinado. A instituição do substantivo de funções adjetivas no conjunto das criações composicionais corresponde à particularidade de Melo Neto em ativar o potencial expressivo de suas criações, determinando, assim, a singularidade da poesia cabralina.

⁵ Em nossa pesquisa de doutorado, consta no *corpus* uma série de formações compósitas estruturadas por relações de subordinação e coordenação. Dadas as limitações deste tipo de texto, convencionou-se contemplar apenas as estruturas subordinativas.

A análise da poesia do poeta pernambucano inspira-nos à observação de sua sensibilidade e espírito inovador em relação à criação de compostos que correspondem a sintagmas nominais para nomear entidades e realidades novas. Nesse sentido, reportamo-nos à assertiva de Basílio (1987) que menciona o processo metafórico como um dos mecanismos da função denominadora dos compostos. No contexto da poesia objeto de nosso estudo, a metáfora aparece como o principal recurso figurativo operante nas formações via composição, o que justifica o caráter peculiar e inédito das criações de Melo Neto que, com vistas a conferir, intencionalmente, o máximo de contorno estilístico e expressivo à sua produção, explora a combinatória de elementos cujo quadro sêmico não apresenta nenhuma associação no plano do conteúdo. A figuratização favorece, pois, o estabelecimento do efeito de sentido pretendido pelo escritor na criação lexical no campo da literatura.

Dessa forma, deduz-se que, além do papel estilístico de que a metáfora e a metonímia se revestem, o recurso cognitivo também lhe é intrínseco, conforme desprende-se das palavras abaixo:

metáfora e metonímia, mais do que meros recursos estilísticos e discursivos, são entendidos como recursos cognitivos que facilitam a conceptualização da realidade, permitindo, portanto, apreender de forma mais eficiente estruturas conceptuais que nos são estranhas, ou pela sua abstracção, ou pelo nível de conhecimento que requerem (CORREIA; LEMOS, 2009, p. 48).

As metáforas são recursos retóricos poderosos e são conscientemente utilizadas pelos poetas em geral para dar mais cor e força à sua escrita, pois, eivadas de criatividade, configuram-se como criações inusitadas e pouco exploradas. A expressividade metafórica irradia-se pela capacidade de criar uma imagem inesperada na mente do leitor, de modo que, ao surpreender o leitor com algo diferente, o escritor quebra todas as suas expectativas. A definição de metáfora como recurso figurativo em si traduz a ideia de que se trata de um artifício para ornamentar, embelezar a linguagem. Na poesia de Melo Neto, entendemos que as expressões metafóricas são largamente exploradas segundo a intenção de expressar a visão de mundo, os sentimentos, emoções e pensamentos do poeta, instaurando, dessa maneira, sua maneira singular de fazer poesia, o que acaba por definir

seu estilo enquanto artista literário. Por isso, muitas vezes, as figuras de linguagem são chamadas de figuras de estilo.

2 Análise dos dados

Na presente seção, reportamos à análise de parte das palavras compostas criadas por Melo Neto e empregadas em sua poesia.

Tipo: S + S (substantivo + substantivo)

Estrutura: determinado – determinante

AR FORMIGUEIRO

Abonação: Ali esperam incuráveis e velhos, / que venha o objeto direto, / a esta sala de espera tão densa, / sem mais programas, sem agendas. / Juan de Manãra que o instalou / fez-se o Grande Torturador. / No *ar formigueiro* de Sevilha, / criou essa sala de visitas, / essa glorieta, tão diferente / das outras em que preguiça a gente. (PC, p. 167)⁶.

Análise: O substantivo *ar* designa a camada gasosa que envolve a Terra (atmosfera) e *formigueiro* expressa o sentido de multidão de pessoas, tumulto. Neste caso, o teor semântico do segundo elemento é transferido para o primeiro instaurando no contexto da poesia uma comparação implícita entre um cenário constituído de pessoas doentes e enfermas e o formigueiro que passa a impressão de tumulto e confusão. Tem-se em *ar formigueiro* o recurso ao processo metafórico com vistas a evidenciar o aspecto conturbado e tumultuado em que se encontra a cidade de Sevilha.

BRILHO PEIXE

Abonação: Nas praias do Nordeste, tudo padece / com a ponta de finíssimas agulhas: / primeiro, com a das agulhas da luz / (ácidas para os olhos e a carne nua), / fundidas nesse metal azulado e duro / do céu dali, fundido em duralumínio, / e amoladas na pedra de um mar duro, / de *brilho peixe* também duro, de zinco (PC, p. 25).

Análise: O substantivo *brilho* equivale à luz e *peixe* a animal vertebrado aquático coberto de escamas. Conforme a abonação, as

⁶ PC é a sigla adotada em referência à obra *Poesias completas* (1968).

praias nordestinas constituem paisagens caracterizadas por muita irradiação vinda da luz do sol, do azul metálico do céu e do azul metálico do mar, o que permite comparar o brilho do azul marítimo ao brilho das escamas do peixe cuja cor branco-acinzentada é realçada por uma cintilação metálica.

CANA LATIFÚNDIA

Abonação: E nelas (como nas usinas, / que de aço também se vacinam, / nas quais só a custo a ferragem / vive, azul, nos meses de moagem) / a *cana latifúndia* em volta, / com os cupins que ela cria e solta, / penetra ainda fundo: combate-as / até a soleira das fábricas (PC, p. 150).

Análise: O substantivo *cana* remete à planta cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar e álcool. E o substantivo *latifúndio* significa vasta propriedade rural pouco explorada e cultivada por trabalhadores agrícolas. No composto em questão, o segundo substantivo qualifica o primeiro atribuindo-lhe a noção de dimensão extensa, grande, ampla e vasta da plantação da cana de açúcar de onde derivam os cupins que se alastram até as cidades.

DEDO ISCA

Abonação: Vejo-o, uns anos mais tarde, / na ilha do Maruim, / vestido negro de lama, / voltar de pescar siris; / e vejo-o, ainda maior, / pelo imenso lamarão / fazendo dos *dedos iscas* / para pescar camarão (PC, p. 237).

Análise: O sentido de *dedo* refere-se aos prolongamentos das mãos e dos pés e o sentido de *isca* refere-se ao engodo posto no anzol para pescar. As funções inerentes à *isca* são impressas aos dedos e a nova palavra expressa a ideia de principal instrumento de trabalho a que certas crianças recorrem para trabalhar na pesca de camarão tida como uma possibilidade de subsistência para os moradores do interior de Pernambuco.

ESPAÇO LÍNGUA

Abonação: Ele foi um dos recifenses / de menos ondas e onde mais, / que em lisboas, madrids, paris, / andou no Recife, seus cais. / Como elas todas já sabia / não foi turista ou visitante; / não caminhou guias, programas: / viveu-as de dentro, habitante. / A guerra não o deixou

andar / outras que também lhe eram íntimas, / que conhecera no Recife, / habitando-as no *espaço-língua*. / Confiou-me que se anda igualmente / no cais do Apolo ou nos do Sena, / que foi na Europa (não à Europa) / como na Várzea ou Madalena. (PC, p. 167)⁷.

Análise: *Espaço* denota lugar mais ou menos delimitado que pode ser ocupado por algo ou alguém ou ser usado para certo fim. *Língua* é um substantivo que significa órgão muscular situado na cavidade bucal que serve para a degustação e articulação de sons. Recife é uma cidade que muito se assemelha às cidades europeias (Lisboa, Madri, Paris) principalmente no tocante à arquitetura das residências e estabelecimentos comerciais e à estrutura portuária edificada em seus respectivos rios. Trata-se de semelhanças que propiciam a Joaquim Cardozo⁸ a sensação de estar, de maneira indistinta, tanto no Recife quanto na Europa, o que acaba por lhe render uma relação muito familiar e íntima com o continente europeu. O composto em análise apresenta o elemento determinado *espaço* numa referência aos espaços circunscritos pelas cidades de Lisboa, Madri e Paris e o elemento determinante *língua* cuja função consiste em exprimir justamente esse grau de intimidade estabelecida entre o homem e as cidades europeias. O efeito de sentido evidenciado pela nova palavra reside na ideia de lugares que habitam o interior do recifense de maneira muito íntima, tal qual a língua.

FLAUTA CANA

Abonação: “Uma flauta: como / dominá-la, cavalo / solto, que é louco? / Como antecipar / a árvore de som / de tal semente? / daquele grão de vento / recebido no açude/ a *flauta cana* ainda? / Uma flauta: como prever / suas modulações, / cavalo solto e louco? (PC, p. 327).

Análise: *Flauta* é instrumento musical de sopro e *cana* é o caule de plantas como o bambu, a cana-de-açúcar e outras. O instrumento flauta é comparado ao caule da cana, pois ambos apresentam em comum a estrutura esguia, esbelta e altiva. Quando em atividade, a flauta atinge sua superioridade ao se movimentar de um lado a outro com tamanha

⁷ Cais do Apolo é uma rua comercial localizada na cidade do Recife. Sena designa o rio que banha a cidade de Paris, capital francesa. Várzea e Madalena são bairros da cidade de Recife.

⁸ Joaquim Maria Moreira Cardoso foi um poeta, contista, engenheiro civil, professor universitário e editor de revistas especializadas em arte e arquitetura.

leveza, propriedade e liberdade a ponto de se tornar praticamente impossível domá-la, o que justifica compará-la, também, a cavalo louco de difícil dominação.

GENTE AGRICULTURA

Abonação: Mas como a cana se cria ainda hoje, / em mãos de barro de *gente agricultura*, / o barrento da pré-infância logo aflora / quer inverno ou verão mele o açúcar (PC, p. 33).

Análise: O substantivo *gente* designa grupo de pessoas que têm características, profissão ou interesses em comum. O substantivo *agricultura* designa a arte de cultivar lavouras. Em *gente agricultura*, o segundo elemento imprime ao primeiro a ideia concreta do cultivo de lavouras, não apenas enquanto um tipo de trabalho que garante a subsistência de um povo, mas um trabalho cultuado como arte e cultura preservado por aqueles que trabalham com a cana de açúcar. O emprego do termo *agricultura*, elemento determinante do primeiro, atribui a essa gente, além da qualificação enquanto agricultores, a qualificação enquanto artistas que criam e recriam o cultivo da cana.

MORTE AZIA

Abonação: __ Aqui, ela é o vazio / que faz com que se murche a saca. / __ Que esvazia mais uma saca / aliás nunca plena. / __ Ela esvazia o morto, / a morte aqui, jamais o emprenha. / __ A morte aqui não indigesta, / mais bem, é *morte azia*. / É o que come por dentro / o invólucro que nada envolvia. (PC, p. 105).

Análise: *Morte* significa fim da vida e *azia* significa mal-estar estomacal. Nas regiões ao norte do Brasil, a seca é um problema constante que sacrifica muitas vidas. Segundo o contexto, são versadas as diferentes sensações provocadas pela cessação da vida e uma delas é a impressão da morte capaz de provocar reações semelhantes à de uma azia, ou seja, a morte é vista como algo que destrói e/ou corroi o ser humano por dentro.

PAISAGEM DEFUNTA

Abonação: Para que todo êste muro? / Por que isolar estas tumbas / do outro ossário mais geral / que é a *paisagem defunta*? / A morte nessa região / gera dos mesmos cadáveres? / Já não os gera de calíça? / Terão alguma umidade? (PC, p. 255).

Análise: *Paisagem* denota espaço de terreno que se abrange com um lance de vista e *defunto* possui o sentido figurativo de algo pálido, magro e denegrido. Trata-se de uma formação em que o elemento determinante especifica o elemento determinado conferindo-lhe a qualificação de lugar triste, sombrio e fúnebre. A mesma sensação deprimente provocada pelas tumbas destinadas ao sepultamento de cadáveres é também evocada pela paisagem ao redor.

PALHA SAIA

Abonação: Agora nos partidos, se entrevê pouco / do corpo da cana: / é demais a palha; / a folhagem das saias de que se cobre / e onde encobre porque se resguarda. / Se resguarda, multiplicando as saias, / a perna brunida ou o talhe esbelto, / ou se se resguarda ela, na *palha saia*, / para não assistir o que vai por perto (PC, p. 30).

Análise: O significado de *palha* é haste seca dos cereais e o significado de *saia* é peça de roupa, geralmente feminina, de comprimento variável, que se prende na cintura e cobre os membros inferiores. No composto *palha saia*, o segundo elemento especifica o formato da palha no revestimento do caule da cana de açúcar, ou seja, cria-se a imagem da palha revestindo, em forma de saia, o corpo da cana.

Considerações finais

O exame da formação de novas palavras no contexto da literatura traz à baila o perfil da criatividade da criação literária como o maior contributo para a composição poética. Nesse sentido, a análise de novas formas vocabulares deve fundamentar-se sob o prisma da perspectiva estilística, sendo compreendidas, sobretudo, como criações lexicais.

Considerando o levantamento e análise de parte dos compostos criados por Melo Neto e empregados em sua poesia, é possível compreender que a maneira pela qual se processam as criações lexicais na produção poética cabralina evidencia os próprios anseios da criação estilística por efeitos de sentido contornados de ampla expressividade, configurando-se como formas lexicais que despontam enquanto interessantes objetos de estudo, mesmo que permaneçam circunscritas apenas ao conjunto da obra literária do escritor em pauta.

No caso das formações dos compostos do tipo S + S, têm-se estruturas bastante particulares que desempenham relevante função no que diz respeito à intenção do poeta em designar novos seres, a realidade que os cercam e as relações estabelecidas entre eles. No entanto, observa-se em Meto Neto a tendência de renomeação da realidade vivida e percebida, recorrendo-se, pois, ao emprego de formas compósitas cuja relação entre seus constituintes é possibilitada pelo recurso da metáfora. Nesse sentido, conclui-se que o mecanismo de designação decorrente do processo metafórico traz para a estrutura superficial do texto aqueles elementos que oportunizam ao poeta condições de fazer com que essa nova realidade se expresse de modo mais concreto e objetivo.

Referências

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A., 1964.

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CORREIA, Margarita; LEMOS, Lúcia San Payo de. *Inovação lexical em Português*. Lisboa: Edições Colibri e Associação de Professores de Português, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Cândido. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sociedade Editora Arthur Brandão, 1925.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1941.

MELO NETO, João Cabral de. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

RIO-TORTO, Graça Maria de Oliveira; RODRIGUES, Alexandra Soares. Semantic coindexation: evidence from portuguese derivation and compounding. In: (Forthcoming) TEN HACKEN, Pius (Org.). *Meaning and lexicalization of word formation*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2010.

SANDBMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

Recebido em: 13/07/2014

Aceito em: 10/09/2014

FORMAS DE TRATAMENTO EM TRADUÇÕES DE “THE ADVENTURES OF TOM SAWYER”: RELAÇÕES SOCIAIS E AFETIVAS

FORMS OF ADDRESS IN TRANSLATIONS OF “THE ADVENTURES OF TOM SAWYER” INTO PORTUGUESE: SOCIAL AND AFFECTIVE RELATIONS

FORMAS DE TRATAMIENTO EN TRADUCCIONES DE “THE ADVENTURES OF TOM SAWYER”: RELACIONES SOCIALES Y AFECTIVAS

*Giselle Olivia Mantovani DAL CORNO**
*Fernanda Bondam SOPPELSA***

Resumo: Mark Twain, renomado autor realista, conhecido pelo seu estilo coloquial e pelo *local colorism*, representa com maestria a modalidade oral regional da língua inglesa na fala dos personagens do romance “The adventures of Tom Sawyer” (“As aventuras de Tom Sawyer”). As formas de tratamento empregadas pelos personagens principais ajudam a construir uma representação de como as relações sociais são marcadas na obra. A partir da análise de alguns diálogos do texto original em inglês e de suas respectivas traduções, observa-se não somente as marcas de oralidade, mas também como as escolhas lexicais para formas de tratamento podem revelar diferentes graus de afetividade e hierarquia social. Verificam-se alguns casos de perdas nas traduções brasileiras em relação ao uso das formas de tratamento, como também, em uma das traduções, um processo de domesticação, nos moldes de Venutti (1998).

Palavras-chave: Formas de tratamento; Relações sociais e afetivas; “As aventuras de Tom Sawyer”; Tradução; Domesticação.

Abstract: Mark Twain is a renowned realist author, known by his colloquial style and local colorism. In the novel “The adventures of Tom Sawyer”, he manages to depict oral regional language in the lines of his characters. Address forms used by characters contribute to the representation of social relations in the book. From the analysis of a

* Professora do Programa de Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul (UCS) – Caxias do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil. Coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Anpoll (biênio 2014-2016). Contato: gomdcorn@ucs.br.

** Mestranda em Letras, Cultura e Regionalidade, pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) – Caxias do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil. Bolsista da FAPERGS. Contato: fbsoppelsa@ucs.br.

few dialogs in the original text in English and their translations into Portuguese, this paper will discuss not only oral language indexes but also the ways how the choice of lexical items for addressing reveal different degrees of affectivity and social hierarchy. Some cases of loss in translation are registered as well as one case of domestication, in the terms of Venutti (1998).

Keywords: Address forms; Social and affective relations; “The adventures of Tom Sawyer”; Translation; Domestication.

Resumen: Mark Twain es un reconocido autor realista, conocido por su estilo coloquial y colorismo local. En la novela “Las aventuras de Tom Sawyer”, él logra representar el lenguaje regional oral en el habla de sus personajes. Las formas de tratamiento utilizadas por personajes contribuyen para la representación de las relaciones sociales en el libro. A partir del análisis de algunos diálogos en el texto original en inglés y sus traducciones al portugués, este artículo discutirá no sólo los índices de lenguaje oral, sino también las formas como la elección de los elementos léxicos usados para que una persona se dirija a otra revelan distintos grados de afectividad y de jerarquía social. Algunos casos de pérdida en la traducción se registran, así como uno caso de domesticación, en los términos de Venutti (1998).

Palabras clave: Formas de tratamento; Relaciones sociales y afectivas; “Las aventuras de Tom Sawyer”; Traducción; Domesticación.

Introdução

A língua faz parte de cada um de nós como indivíduos e é por meio dela que expomos nossa forma de pensar e nossa visão de mundo. Em seus aspectos verbais e não-verbais, a língua incorpora a realidade cultural. De acordo com Kramsch (1998, p. 76), “a língua é o mais sensível indicador da relação entre um indivíduo e um dado grupo social”¹. A autora destaca que falantes são identificados e se autoidentificam como membros de uma determinada comunidade de fala e de discurso por aspectos como língua, sotaque e vocabulário, e afirma que usar a mesma língua que o grupo a que pertencem, além de força e orgulho pessoal, lhes dá um sentimento de importância social e continuidade histórica (cf. 1998, p. 65-66).

Analisar a literatura de um determinado povo é também estudar a representação da sua cultura e a formação de suas identidades

¹ Do original em inglês: “language is *the* most sensitive indicator of the relationship between an individual and a given social group” (1998, p. 76, grifo do autor). Esta e as demais traduções de textos em inglês neste artigo são de nossa responsabilidade.

culturais. “The adventures of Tom Sawyer”, romance que serve de base para a análise aqui apresentada, é um exemplo excepcional dessa possibilidade de conhecer aspectos relevantes de um grupo social.

Publicado em 1876, “The adventures of Tom Sawyer” (traduzido como “As aventuras de Tom Sawyer”) é um romance do escritor norte-americano Mark Twain – pseudônimo de Samuel Langhorne Clemens –, famoso por suas obras que apresentam características regionalistas com matizes da cor local (*local color*). O personagem que dá título ao romance é um menino órfão, muito travesso, que vive com sua tia Polly, seu meio irmão Sid e a prima Mary em uma pacata cidade do centro-oeste dos Estados Unidos, numa época imediatamente anterior à Guerra Civil. Tia Polly tem um escravo, Jim, que muitas vezes acoberta as travessuras de Tom, compartilhadas com outros meninos da mesma idade. Uma das características mais marcantes da narrativa é o fato de Twain buscar uma aproximação ao inglês vernacular da época, com diálogos que tentam reproduzir marcas da oralidade. Essa verossimilhança se verifica também na forma como os personagens se dirigem ou fazem referência uns aos outros nos diálogos travados.

Neste artigo, procuramos verificar como as formas de tratamento empregadas podem indicar relações sociais e afetivas entre os personagens e revelar os níveis hierárquicos próprios da sociedade descrita. Selecionando três personagens como foco, iniciamos a análise pela obra original em inglês, para depois comparar com três traduções para a língua portuguesa (1934, 2000 e 2002). Procuramos, então, verificar de que forma as escolhas tradutórias feitas mantêm ou não as informações sobre a sociedade como representada pelo autor, bem como observar nas traduções traços de domesticação ou estrangeirização, conceitos de Venutti (1998).

1 Formas de tratamento como marcas das relações entre membros de um grupo social

A “Gramática Houaiss da Língua Portuguesa” nos diz que formas de tratamento são expressões através das quais “uma pessoa pode dirigir-se a seu interlocutor de diversas maneiras segundo a imagem que faz da relação social ou afetiva que os liga no momento em que acontece a interação” (AZEREDO, 2011, p. 264).

A influência de aspectos como hierarquia, *status* social, relações afetivas na comunicação interpessoal tem sido analisada desde os primeiros estudos linguísticos, psicológicos e sociológicos feitos, em meados do século XX, sobre formas de tratamento e referência em língua inglesa. Citaremos aqui, pela pertinência, a contribuição dada por três desses estudos.

Brown e Ford (1961) conduziram pesquisas com *corpora* consituídos por relatos, gravações de fala e diálogos em peças teatrais. Em seu artigo, os autores corroboram a ideia de que a relação entre os interlocutores rege a escolha das formas linguísticas usadas para tratamento e referência, e essa escolha não é previsível somente a partir de características do falante ou daquele a quem ele se dirige, mas sim de propriedades da díade (cf. p. 375). As duas formas de referência básicas no inglês americano, a saber, o uso do primeiro nome (em cuja categoria se incluem nomes abreviados ou diminutivos) ou o uso de um título (axiônimo) com o sobrenome, combinam-se binariamente nas interações levando-se em conta ainda duas dimensões da relação social: o grau de intimidade (a dimensão horizontal) e o *status* que subjaz o padrão de não reciprocidade (a dimensão vertical) (1961, p. 377). As relações de parentesco, mesmo que se verifiquem em díades, são em número bem mais restrito se comparadas aos muitos outros tipos de relações possíveis. Citando Schneider e Romans (1955), os autores lembram que, nas relações de parentesco, que são não recíprocas, membros da geração descendente (filhos, netos, sobrinhos) usam títulos de parentesco para referir-se aos membros da geração ascendente (pai, mãe, avô, tio), mas são tratados pelo primeiro nome ou por apelidos. Padrões de não reciprocidade ainda envolvem idade e *status* profissional (cf. 1961, p. 377-378).

Num estudo de cunho sociopragmático realizado a partir de cartas, Nevala (2004) analisa de que modo fatores como poder relativo e distância social influenciavam o emprego de formas de tratamento e referência na sociedade altamente estratificada da Inglaterra no período renascentista, baseada no “reconhecimento da desigualdade”, que, segundo a autora, se refletia em todos os aspectos da vida (2004, p. 2126-2127). Naquela sociedade, a identidade de uma pessoa era indissociável de seu nível e grau, reconhecidos de maneira mais óbvia pelo uso de formas de tratamento.

Holtgraves observou que o *status* em inglês é marcado por formas de tratamento (*address*), enquanto outras línguas gramaticalizam o *status*, como, por exemplo, nos verbos (cf. 2002, p. 172). Essa constatação é significativa se pensarmos, em termos comparativos, sobre o português: dirigir-se a alguém pelo uso dos pronomes de tratamento *tu*, *você*, *vocês* ou *o senhor/a senhora* faz diferença e o emprego da forma verbal correspondente é esperado; em inglês, todas essas formas são cobertas por *you* e o verbo permanece inalterado.

2 Formas de tratamento: da realidade à ficção

O enredo da obra escolhida para análise neste artigo se passa na primeira metade do século XIX, nos Estados Unidos. Evidentemente, não se encontram registros em áudio ou vídeo de como se dava a língua oral daquela época. Por isso, textos literários são muitas vezes usados como *corpora* para representar variedades da modalidade oral da língua em determinada época e local. Como diz Preti (2004, p. 117), “em todos os momentos da literatura, encontramos autores que se deixaram influenciar pela oralidade, levando para a escrita variantes que deveriam ter sido comuns em seu tempo”, e, como consequência, não só o narrador como também os “personagens tomaram o lugar de falantes reais, reproduzindo natural ou intencionalmente, a realidade linguística.”

Preti (2004, p. 120) assinala que a literatura começou a valorizar política e socialmente as classes mais populares com a “prosa de costumes” dos românticos, realistas e naturalistas, mesclando a narrativa com “uma descrição mais cuidadosa dos hábitos linguísticos dessas classes” e “caracterizando com maior realidade os diálogos de ficção” (2004, p. 118), o que Mark Twain conseguiu realizar com maestria.

Nos diálogos verificados entre os principais personagens de “As Aventuras de Tom Sawyer”, as relações sociais e afetivas entre os interlocutores são manifestadas por meio de lexias correspondentes a formas de tratamento. Compreender como se organiza essa sociedade é fundamental para poder analisar as formas de tratamento empregadas.

A cidade ficcional de St. Petersburg, onde se passa a trama, foi inspirada em Hannibal, Missouri, onde Twain passou sua infância, uma

sociedade estratificada muito em função da escravatura. Dividida entre a corrente separatista e escravocrata e a antiescravagista durante a Guerra da Secessão (1861-1865), essa sociedade era organizada nos moldes do sul *antebellum*, e, assim, “política, cultural, econômica e espiritualmente construída em torno da instituição da escravatura”, sobre a qual a “rigorosa hierarquia sulista se baseava” (MULLIGAN, 2012, p. 1). No topo da escala, homens brancos donos de escravos; na base, as mulheres negras escravas. Mulligan lembra ainda que ter escravos era uma forma de elevar o *status* tanto de homens quanto de mulheres, “dando às mulheres brancas mais poder dentro do sistema escravocrata” (2012, p. 1).

Esse pano de fundo é importante para compreender a personagem Aunt Polly (tia Polly), responsável pela educação dos três sobrinhos e pela condução da casa. A posse de um escravo, Jim, não só proporciona ajuda nas tarefas domésticas, mas também aumenta sua autoridade e respeitabilidade, com um “sentido ampliado de poder em casa e na sociedade sulista”, nas palavras de Mulligan (2002, p. 2).

São relativamente poucas as situações em que os personagens se dirigem a outros de nível hierárquico superior com o uso de formas de tratamento. Basicamente, temos nessa posição o Juiz Thatcher, que está numa relação de superioridade para com todos os habitantes da cidade. Todos se dirigem a ele usando o título *Judge* (=Juiz), acompanhado ou não do sobrenome, e pelo axiônimo *sir*, traduzido simplesmente como *senhor*. Apenas na situação mais formal do julgamento é empregada a forma *Your Honor*, que corresponde a *Meritíssimo* em português. Essas formas não serão objeto de nossa análise, e tampouco as formas de tratamento ou referência empregadas entre as crianças, já que, por estarem no mesmo nível hierárquico, não apresentam variação significativa nas escolhas feitas pelo autor. Vale registrar que Tom só é chamado pelo nome pleno *Thomas* se estiver sendo repreendido; nos demais casos, a forma abreviada *Tom* é usada por todos para referência a ele. Nosso foco recairá sobre as formas de tratamento empregadas entre personagens de níveis hierárquicos diferentes, por serem mais significativas para expor valores da sociedade em que se passa a trama. Observaremos, assim, as formas de

tratamento e referência empregadas de Tom para com Tia Polly; do escravo Jim para com Tom e do escravo Jim para com Tia Polly².

2.1 Formas de tratamento de Tom para com tia Polly

A relação de parentesco tia-sobrinho é não recíproca em termos de emprego de formas de tratamento. Nos diálogos com tia Polly, Tom geralmente se dirige a ela usando a forma *Aunt* (= *tia*), acompanhada ou não do primeiro nome. A grafia em inglês é sempre com inicial maiúscula, o que reforça a diferença de *status* ou hierarquia inerente à relação. No entanto, por ser usado exatamente o substantivo que exprime essa relação de parentesco, consideramos essa forma, em termos de afeto, neutra. Vários exemplos são observados ao longo do texto, e citaremos apenas alguns para ilustrar.

I don't know, Aunt. (Cap. I, p. 7)

Look behind you, Aunt! (Cap. I, p. 8)

Pela descrição da sociedade apresentada acima, pode-se compreender por que tia Polly está em posição hierárquica superior em relação aos sobrinhos. Isso faz com que, para marcar o respeito em relação à tia, em algumas respostas a perguntas Tom acrescente a forma de tratamento ‘*m*’, uma forma contraída de *ma’m*, que por sua vez é uma contração de *madam*, ambos usados como uma forma respeitosa de se dirigir a uma senhora, especialmente por parte de homens jovens (cf. BROWN e FORD, 1961, p. 378). É importante ainda registrar que ‘*m*’ é uma marca de oralidade.

Emoção e afeto são registrados no emprego da lexia *Auntie*, forma diminutiva ou carinhosa de *Aunt*, que corresponderia basicamente a *titia*. Verifica-se esse emprego em dois tipos de situação: a) quando Tom, em posição desfavorável, com medo ou receio, dirige-se à tia em súplica; ou b) quando Tom procura expressar seu carinho à tia. Ambas as situações são exemplificadas a seguir.

a) Oh, please, Auntie, don't pull it out! (Cap. VI, p. 44, quando tia Polly ameaça arrancar-lhe o dente que está doendo)

² Os exemplos em língua inglesa citados são retirados da edição de 1994 da série editora Penguin, cujas referências completas encontram-se ao final.

b) Why, yes, I did, Auntie – certain sure. (Cap. XX, p. 130, quando Tom, arrependido da fuga, confessa à tia que a beijou porque a ama)

Segundo Brown e Ford (1961), esse emprego poderia ser justificado pelo fato de que a pessoa de *status* inferior (neste caso, Tom) teria mais motivo para propor intimidade e, assim, usaria uma forma de tratamento que indica maior proximidade.

2.2 Formas de referência de Jim para com tia Polly

Nesta obra, não temos a reprodução de diálogos entre Jim e tia Polly, mas o escravo se refere a ela conversando com outros personagens, como no exemplo a seguir:

But, Ma'rs Tom, I's powerful 'fraid ole missis. (Cap. II, p. 16)

A forma *missis* é uma variante de *mistress*, usada para referir uma mulher com poder e ascendência sobre empregados e serviçais. Já *ole* é uma corruptela de *old* (=velha), novamente numa tentativa de reprodução da oralidade. O emprego das duas formas combinadas marca duplamente a hierarquia superior de tia Polly, indicando o reconhecimento do respeito devido à senhora tanto pela idade quanto pela posse do escravo.

2.3 Formas de tratamento de Jim para com Tom

Mesmo sendo Tia Polly a dona do escravo, Jim refere-se ao sobrinho com marca de respeito pela hierarquia ao usar a forma *Ma'rs Tom*, em que *Ma'rs* procura reproduzir na escrita a pronúncia regional de *Master* (= amo, senhor), neste caso indicando a posição inferior do escravo em relação a Tom.

Can't, Ma'rs Tom. (Cap. II, p.15)

3 Escolhas lexicais para formas de tratamento e referência em traduções para o português

No âmbito dos estudos da tradução, muito se tem dito sobre a importância e, ao mesmo tempo, a dificuldade de se traduzir de modo a manter representações culturais. Venuti (1998, p. 174) afirma que a tradução “tem o enorme poder de construir representações de culturas estrangeiras.” Eco (2011, p. 180) afirma que “uma tradução não diz respeito apenas a uma passagem entre duas línguas, mas entre duas culturas, duas enciclopédias.” Assim, para que essa representação ocorra a cultura deve ser interpretada. Não obstante, duas línguas nunca serão suficientemente iguais para serem consideradas representativas de uma mesma realidade cultural. Como consequência, podem-se observar duas atitudes tradutórias distintas: ou o tradutor opta por adaptar a tradução à realidade cultural do país de recepção ou por caracterizar o texto traduzido de tal modo que leve o leitor à cultura do autor. Essas duas atitudes correspondem, respectivamente, aos conceitos de domesticação e de estrangeirização de Venuti (1998). Ainda associada à domesticação, Venuti (cf. 1998, p. 174) discute a noção de *invisibilidade* do tradutor, que usaria de estratégias voltadas para o apagamento das especificidades culturais e linguísticas de um texto fonte, com o propósito de aproximá-las à estética dominante e aos valores políticos e ideológicos da língua alvo e, assim, promover a ilusão de que o texto traduzido reproduz com precisão o significado do texto original.

A fim de observar de que forma a sociedade e a cultura retratadas na obra original são representadas nas traduções do romance para a língua portuguesa, comparamos a tradução das formas de tratamento e referência dos exemplos destacados como realizadas por três tradutores diferentes, verificando os sentidos das lexis empregadas no “Novo Aurélio Século XXI” (FERREIRA, 1999), doravante aqui referido como “Aurélio”, e no “Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa” (HOUAISS; VILLAR, 2002), doravante aqui referido como “Houaiss”.

A tradução “As aventuras de Tom Sawyer” de Monteiro Lobato, de 1934, foi a primeira feita para a língua portuguesa e publicada no Brasil. Em quase uma década de atuação como tradutor, Lobato disponibilizou ao público leitor brasileiro dezenas de obras da

literatura ocidental, tanto para o público adulto quanto infanto-juvenil. Sua bem conhecida posição nacionalista se refletiu em suas publicações. Para este artigo, tomamos a edição da Abril Cultural (coleção “Clássicos da Literatura Juvenil”) de 1972, que será referida como T-1. A segunda tradução escolhida para a comparação foi feita pelo tradutor e poeta William Lagos para a coleção L&PM *Pocket*, em 2002, e será referida como T-2. A terceira tradução escolhida foi a (controversa) edição da editora Martin Claret, de 2000, feita por Jean Melville³, da coleção “*A obra prima de cada autor*”, e será referida como T-3.

3.1 Escolhas lexicais e estratégias tradutórias nas formas de tratamento de Tom para com tia Polly em português

Uma primeira distinção perceptível nas três traduções é que as formas empregadas para equivaler a *Aunt* não vêm com inicial maiúscula. Assim mesmo, a relação não recíproca tia-sobrinho é mantida. A escolha pelo substantivo que refere de forma neutra a relação de parentesco, *tia*, não é a preferida pelos tradutores, a menos que acompanhado do nome Polly. Somente a T-1 reproduz em alguns casos essa correspondência entre *Aunt* e *tia*, como vemos no exemplo a seguir:

Tia, por que não faz o mesmo a Sid? (Cap. III, p. 28, quando é pego roubando açúcar e a tia lhe bate nos dedos)

Pode-se advogar nesse caso a invisibilidade do tradutor. Entretanto, nesse mesmo diálogo, os outros dois tradutores optam por traduzir *Aunt* como *titia*, que o “Aurélio” traz como uma variante informal familiar, o que se repete na maioria dos demais casos, por parte dos três tradutores, independentemente da especificidade da situação. A variante *titia* é empregada em T-1 e T-3, inclusive, no lugar de ‘*m*’, em que, mais do que afetividade, o texto original marca a relação hierárquica de superioridade da tia. A T-2 traz *siora*, uma corruptela de *senhora*, marcando tanto a diferença de *status* quanto a oralidade. Nos diálogos ocorridos em situações de maior emotividade,

³ Nosso objetivo aqui é analisar o texto publicado, não discutir questões editoriais, já amplamente debatidas em outros fóruns, como o blog da tradutora Denise Bottmann disponível em: <www.naogostodeplagio.blogspot.com.br>.

já descritos em 2.1, observa-se que a marca afetiva aparece no original em inglês na lexia *Auntie*. No entanto, como a maioria das traduções optou pelo uso quase que indiscriminado de *títia*, inclusive em contextos neutros, pode-se considerar que o resultado é uma relativa perda na tradução, já que a afetividade não é realçada nos mesmos casos em que o inglês a marca.

O quadro 1 a seguir apresenta de forma comparativa os exemplos comentados (o número romano indica o capítulo e o arábico, a página em que ocorrem).

Original	T-1	T-2	T-3
I don't know, Aunt. (I-7)	Não sei, titia. (I-10)	Eu não sei, titia. (I-8)	Não sei, titia. (I-16)
Look behind you, Aunt! (I-8)	Olhe atrás, titia! (I-10)	Olhe para trás, titia! (I-8)	Olhe para trás, titia! (I-16)
Yes, 'm. (I-9)	Sim, titia. (I-11)	Sim, “siora”. (I-10)	Sim, senhora. (I-17)
No, 'm. (I-9)	Não, titia... (I-11)	Não, “siora”. (I-10)	Não, titia... (I-17)
Aunt, you don't whack Sid when he takes it. (III-23)	Tia, por que não faz o mesmo a Sid? (III-28)	Ai, titia, você não bate nos dedos de Sid quando ele pega açúcar!... (III-28)	Por que não faz o mesmo ao Sid, quando ele rouba açúcar, titia? (III-29)
Oh, please, Auntie, don't pull it out [...]. (VI-45)	Oh, por favor, não o arranque, titia! (VI-52)	Oh, por favor, titia, não arranque meu dente! [...] (VI-58)	Não, tia Polly, não tire. [...] Não, titia... (VI-48)
Why, yes, I did, Auntie – certain sure. (XX, p. 130)		Ora, mas é claro que eu fiz, titia. Garantido. (XX, p. 171)	Tenho, sim, titia, certeza absoluta. (XX, p. 124)

Quadro 1 - Diálogos com formas de tratamento: Tom para com Tia Polly.

3.2 Escolhas lexicais e estratégias tradutórias nas formas de referência de Jim a tia Polly e de tratamento de Jim para com Tom

As poucas falas de Jim ao longo do romance revelam também nas traduções o reconhecimento de que tia Polly se encontra em um nível hierárquico superior a ele. *Ole missis* é traduzido na T-1 como *Sinhá*, forma de tratamento usada pelos escravos brasileiros para se dirigirem à figura feminina correspondente ao senhor, conforme o “Aurélio” e o “Houaiss”. Nas duas traduções mais recentes, tem-se o apagamento dessa marca de servidão característica da relação entre o escravo e seu senhor. Na T-2, o tradutor optou por usar *dona veia*, numa associação do sentido do axiônimo *dona*, empregado diante do nome próprio de senhoras, e *sinhá-velha*, que era a forma de tratamento que os escravos usavam para senhoras idosas. Já o terceiro tradutor optou por *senhora*, expressando mais formalmente a hierarquia de Tia Polly sobre ele, mas não necessariamente a relação senhor-escravo (ver quadro 2).

Original	T-1	T-2	T-3
Ole missis tole me I got to go an' git dis water. (II- 15)	Sinhá me mandou carregar água. (II-19)	A dona véia ela me disse que eu tinha de ir buscar a água duma vez só [...] (II-18)	A senhora disse pra eu ir buscar esta água [...] (II- 23)
But, Ma'rs Tom, I's powerful 'fraid ole missis. (II- 16)	Mas olhe, Sinhôzinho, que estou com medo da velha. (II-19)	Só que tem, seu Tom, que eu tenho uma medunça das braba da dona véia... (II-19)	Mas, Tom, eu tenho medo dela. (II-23)

Quadro 2 – Diálogos com formas de referência: Jim para com Tia Polly.

Essa mesma submissão aparece na forma através da qual Jim se refere a Tom. A T-1 apresenta, para equivaler a *Ma'rs Tom* do original, a forma *Sinhôzinho*; modo de um escravo se referir ao filho do senhor (cf. FERREIRA, 2010; HOUAISS e VILLAR, 2004). Já na T-2, o sujeito é traduzido como *Seu Tom*. A forma substantiva *Seu*

equivale ao axiônimo *Senhor*, que é uma marca de respeito, mas apaga completamente a relação senhor-escravo. Esse apagamento é maior ainda na T-3, em que o tradutor sequer usa um axiônimo, com o personagem Jim referindo-se ao interlocutor apenas pelo primeiro nome na forma reduzida, Tom, indicando proximidade e reciprocidade. Perde-se, assim, toda a informação cultural sobre a relação de hierarquia entre os escravos e os senhores que a obra original se empenha em reafirmar. Observe-se o exemplo no quadro 3 abaixo.

Original	T-1	T-2	T-3
Oh, I dasn't, Ma'rs Tom. (II-15)	Cadê coragem, Sinhôzinho? (II-19)	Ai, eu num tenho coragem, seu Tom. (II-18)	Não posso, Tom. (II-23)

Quadro 3 – Diálogos com forma de tratamento: Jim para com Tom.

Considerações finais

A afirmação de que a “tradução é uma inevitável domesticação” (VENUTI, 1998, p. 174) parece encontrar eco nas traduções que Lobato faz dos diálogos em que Jim, o escravo, se refere a tia Polly. Em uma tradução deve-se levar em conta o universo do autor original e a quais grupos sociais representativos ela será dirigida, pois como corrobora Eco (2011, p. 197), “[...] os casos de domesticação são indispensáveis justamente porque se deve tornar o texto consoante com o gênio da língua de destino.” Por essa razão, podemos dizer que, em boa parte das situações tradutórias, é muito difícil que haja uma tradução sem domesticação, e é através dessa que valores de determinados grupos sociais são promovidos em detrimento de outros.

Referências

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.

BROWN, Roger; FORD, Marguerite. Address in American English. *Journal of abnormal and social psychology*, v. 62, n. 2, p. 375-385, 1961.

ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa: experiências de tradução*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Totalmente revista e ampliada. RJ: Nova Fronteira, 1999.

HOLTGRAVES, Thomas M. *Language as social action: social psychology and language use*. Mahwah, New Jersey; London: Lawrence Erlbaum, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. New York: Oxford University Press, 2001.

MULLIGAN, Erin R. Paternalism and the Southern hierarchy: how slavery defined antebellum Southern women. *Armstrong undergraduate journal of History*, v. 2, n. 2, 2012.

TWAIN, Mark. *The adventures of Tom Sawyer*. London: Penguin, 1994. [1876]. (Penguin Popular Classics series).

_____. *Aventuras de Tom Sawyer*. Tradução de Monteiro Lobato. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1972 [1934].

_____. _____. Tradução de Jean Melville. Ed. revisada e com nova diagramação em uma coluna. São Paulo: Martin Claret, 2000.

_____. _____. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2002. Coleção L&PM Pocket, v. 276.

VENUTI, Lawrence. A tradução e a formação de identidades culturais. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 173-200.

Recebido em: 03/08/2014

Aceito em: 30/08/2014

FREQUÊNCIAS DE VERBOS EM *CORPORA* DE JORNAIS POPULARES: DADOS PARA ATIVIDADES ENSINO COM OS JORNAIS “DIÁRIO GAÚCHO” E O “THE SUN”

VERB FREQUENCIES IN POPULAR NEWSPAPERS CORPORA: DATA FOR DIDACTIC ACTIVITIES WITH THE “DIÁRIO GAUCHO” AND “THE SUN”

FRECUENCIAS VERBALES EN CORPORA DE LA PRENSA POPULAR: DATOS PARA ACTIVIDADES DIDÁCTICAS CON LOS DIARIOS “DIARIO GAUCHO” Y “THE SUN”

*Maria José Bocorny FINATTO*¹

*Aline Maciel PEREIRA*²

Resumo: Frente à percepção de pouca repercussão das pesquisas com *corpora* nos cursos de Letras do Brasil, apresenta-se um exercício de pesquisa, de caráter didático, para observar frequências de uso de verbos em textos de jornais seguindo princípios da Linguística de Corpus. Relata-se uma observação de verbos mais empregados em amostras de textos do jornal popular *Diário Gaúcho* (DG) e do tabloide britânico *The Sun* em contraponto com usos em *corpora* gerais. Os dados levantados podem servir como ideias para atividades contrastivas inglês-português para estudantes brasileiros de Letras.

Palavras-chave: Linguística de Corpus; estatística lexical; uso de verbos; jornal popular brasileiro; tabloide britânico.

Abstract: Given the lack of repercussion of Corpus Linguistics research in Linguistics undergraduate programs in Brazilian universities, we present a didactic exercise involving the observation of the frequency of verbs in newspapers. For this study, we use text samples from the popular Brazilian newspaper *Diário Gaúcho* (DG) and the British tabloid *The Sun*, and we compare uses of verbs through Corpus Linguistics methodologies. We believe that the data collected and the methodology described may be reproduced in English and Portuguese contrastive and comparative activities developed with Linguistics undergraduate students.

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS. Pesquisa realizada entre 2013 e 2015 com apoios dos órgãos CNPq, CAPES, FAPERGS e SEAD-UFRGS. Pesquisadora PQ-CNPq. E-mail: mfinatto@terra.com.br.

² Acadêmica da UFRGS, Licenciatura em Língua Inglesa e Língua Portuguesa. Ex-bolsista do programa PIBIC-UFRGS e do Programa de Português para Estrangeiros (PPE) da UFRGS. Bolsista 2015-16 do Programa Inglês sem Fronteiras da UFRGS e UFCSPA. E-mail: aline_mp_ml@hotmail.com.

Keywords: Corpus linguistics; lexical statistics; uses of verbs; Brazilian newspapers; British tabloids.

Resumen: Dada la pequeña repercusión de la investigación lingüística basada en corpus en los programas de licenciatura en Lingüística y Letras en universidades brasileñas, presentamos un ejercicio didáctico con observación de frecuencia de verbos en periódicos populares. Para esto, utilizamos muestras de texto de un diario popular brasileño, el *Diário Gaúcho* (DG), y del tabloide británico *The Sun* y comparamos los usos de verbos a través de las metodologías de la lingüística de corpus. Creemos que los datos recogidos y la metodología descrita pueden ser provechosos en actividades contrastantes y comparativos portugués-inglés para estudiantes universitarios .

Palabras-Clave: Lingüística de Corpus; estadísticas léxicas; usos de verbos; periódicos brasileños; tabloides británicos.

1 Introdução

Quando levamos em conta o cenário pedagógico dos cursos de Letras no Brasil, seja da formação em língua materna ou em língua estrangeira, vemos que ainda pouco se exploram as potencialidades dos estudos lexicológicos, especialmente aqueles de base quantitativa advindos de qualquer viés teórico ou metodológico. No cenário da Linguística Aplicada brasileira, conforme percebemos ainda hoje, muitos dos trabalhos que lidam com *a face quantitativa da linguagem*³, especialmente os que aproveitam princípios teóricos ou mesmo apenas algumas das ferramentas da Linguística de Corpus (LC), ainda tendem a repercutir pouco entre nossos cursos de Letras, no dia a dia das salas de aula. Esse baixo impacto, que se transforma em quase nada no âmbito da escola pública em que atuarão a maioria dos nossos egressos de cursos de Letras, possivelmente relaciona-se à ainda hoje escassa presença da LC na maioria dos tópicos das atividades de ensino dos currículos (parecendo permanecer a situação já relatada por Berber Sardinha, 2010, p. 345-349).

Embora na pós-graduação em Letras haja, hoje, um impacto bastante significativo da LC em termos de número de pesquisas e de disciplinas, esses trabalhos ainda pouco conseguem chegar às salas de aula do ensino superior, e menos ainda às salas de aula do Ensino

³ *A face quantitativa da linguagem* é justamente o título de um dos trabalhos sobre o tema no Brasil, de autoria da pioneira M.T.C. Biderman (BIDERMAN, 1998).

Médio ou Fundamental. Mas, a despeito de diferentes fatores condicionantes, a lacuna, na área da formação superior em Letras, é paradoxal frente à existência atual de obras como, por exemplo, *Corpora no Ensino de Línguas Estrangeiras* (VIANA, TAGNIN, 2010). Isso porque, nela, há várias experiências e atividades facilmente replicáveis em sala de aula – com atividades em diferentes idiomas.

Com tal percepção, trazemos aqui mais uma iniciativa de divulgação de trabalhos com *corpus*⁴ para subsidiar o professor de línguas. Para tanto, recorreremos à apresentação de um singelo exercício inicial de pesquisa sobre verbos mais empregados em jornais populares do Brasil e da Inglaterra. A idéia é mostrar, de um modo relativamente simples, o quanto as metodologias de observação da linguagem em uso, com apoio de algumas poucas técnicas estatísticas e de ferramentas e de dados de acesso gratuito, podem ser úteis para diferentes atividades de ensino com línguas materna e estrangeiras. O foco foi a geração de dados ou de insumos para oportunidades de reflexão e de pesquisa sobre estruturas de língua e seu funcionamento. As atividades associadas à ideia o nosso exercício de estudo podem ser conjuntas, envolvendo, simultaneamente, alunos e professores de cursos de Letras e, com algumas adaptações, podem ser aproveitadas em salas de aula do ensino regular ou de cursos livres de língua inglesa. Essa dinâmica de ensino, que parte da coleta direta de dados de uso de língua, denominou-se, há bastante tempo, de *observação* em uma *abordagem lexical* do ensino de línguas (cf. LEWIS, 1997).

2 Alguns exemplos de trabalhos com *corpora*

Antes do relato do nosso exercício, revisamos e indicamos, ao leitor interessado, dois trabalhos de maior fôlego que lidaram com *corpora* com algum contraste inglês-português. Um trabalho de Linguística e LC e um outro da área de Jornalismo. Com eles, desenhamos um cenário no qual nos inserimos como pesquisadoras.

⁴ Aqui *corpus* significa uma coleção de textos, criteriosamente reunida, armazenada em formato digital, que visa representar um dado tipo de uso de língua. Essa coleção deve ser passível de exploração com apoio informatizado, conforme Berber Sardinha (2004).

2.1 Textos de Ciências da Saúde em português e em inglês

Conforme Rajagoplan (2008), a LC trouxe uma contribuição significativa para os Estudos da Linguagem no Brasil. Fora de Letras/Linguística, pesquisas baseadas em LC já foram muito bem acolhidas e reconhecidas. Esse é o caso, para apenas um exemplo recente, do ótimo trabalho de Lima (LIMA, 2013). Sua pesquisa reuniu e estudou um extenso *corpus* de textos em português e em inglês que tratavam sobre o tema da *anemia falciforme*⁵, um importante tópico de Saúde Pública no Brasil e nos Estados Unidos. Com apoio estatístico, computacional e aporte de um enfoque linguístico-textual específico, foram examinados, extensivamente, artigos científicos, manuais e cartilhas e *folders* de divulgação para leigos dos dois países. Um dos pontos de partida de Lima foram constatações de maior dificuldade de acesso e de compreensão da informação textual por parte de brasileiros usuários desses materiais, enquanto a população norte-americana inglesa parecia estar melhor atendida em termos de acessibilidade de textos a ela oferecidos.

De modo muito simplificado⁶, esse trabalho de Lima (2013): **a)** atestou a relevância de se levar em conta o que apontam os estudos estatísticos de texto com base em *corpora* e discriminou diferenças importantes desses materiais nos dois países; **b)** integrou Medicina e Letras em torno do objeto texto e da comunicação em ciências, seja entre especialistas ou entre especialistas e leigos – salientando o tema da acessibilidade da informação; e, **c)** trouxe propostas de redação para alguns tipos de texto serem mais eficientes no Brasil, sem contar o contraste com o perfil de materiais semelhantes em língua inglesa – cuja funcionalidade e eficiência comunicativas confirmaram-se ser maiores.

⁵ Doença hereditária caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue, tornando-os parecidos com uma foice, daí o nome falciforme. Têm sua membrana alterada e rompem-se mais facilmente, causando anemia. Condição mais comum em indivíduos negros. No Brasil, acomete cerca de 8% da população negra, mas, devido à intensa miscigenação histórica, observa-se também em brancos ou pardos. Fonte: Ministério da Saúde do Brasil, <<http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/dicas/127anemiafalci.html>>.

⁶ Uma notícia da repercussão do trabalho de Lima (2013) confere-se em <http://www.geledes.org.br>.

2.2 Jornais populares: Brasil e Inglaterra

O jornal popular, no Brasil, é um gênero jornalístico novo, um tipo intermediário ou híbrido, colocando-se entre o jornal sensacionalista e o jornal tradicional (AMARAL, 2006) o qual tem atraído um público de menor poder aquisitivo e menor hábito de leitura. Esse público de menor hábito de leitura tende a não ser muito mobilizado pela leitura de textos de jornais tradicionais à venda, cujo preço, em geral, pode parecer elevado. Conforme Oliveira (2009, p. 8), com preços baixos, planejamento gráfico atraente, linguagem acessível e anúncios de produtos e serviços voltados ao público de renda menor, esse tipo de jornal conquistou novas audiências, que até então não tinham o acesso nem o hábito da leitura de publicações diárias tradicionais. Colocou-se, assim, no cenário da comunicação jornalística do Brasil, um tipo de publicação de forte apelo popular e com um texto bastante moldado por temáticas mais familiares às camadas economicamente menos privilegiadas da sociedade urbana e suburbana brasileira.

Em Porto Alegre-RS, no ano 2000, o jornal *Diário Gaúcho* (doravante **DG**) serve como um marco muito importante desse novo gênero jornalístico no nosso país, até então inédito, pois que não tratava de mera publicação sensacionalista e, sim, de algo popular. Já há 15 anos, segue buscando o diálogo com seu leitor, o cidadão e o consumidor das classes econômicas C, D e E. O **DG** circula sem oferecer assinatura; é vendido apenas em bancas e por jornaleiros ambulantes, com preço em torno de R\$ 1. Esse **jornal** também oferece brindes pela compra sucessiva de exemplares e incentiva ações comunitárias.

De 2000 até 2015, o **DG** mostra circulação muito expressiva, centrada na região metropolitana de Porto Alegre. Chega a vender quase 150 mil exemplares/dia, mesmo com a chegada dos jornais gratuitos distribuídos em estações de trem e metrô. Enquanto isso, um jornal tradicional da mesma região, tal como o ZH – editado na mesma cidade e pela mesma empresa do **DG**, voltado para um público bem mais escolarizado, fica em torno de 60 mil/dia, mas com venda em todo um Estado.

No cenário britânico, o jornal popular, do tipo tablóide, não é nada recente. O *The Sun* (doravante **TS**) existe desde a década de 60 e

é considerado um dos jornais mais lidos do mundo. Segundo o *National Readership Survey*, é um dos jornais da Inglaterra que tem mais leitores. Em agosto de 2013, segundo o *site The Guardian*, baseado em dados da ABC, o **TS** teve uma circulação de 2.258.259 jornais/ano. Considerando 365 dias/ano, tem-se uma média de circulação 6 mil jornais/dia, imaginando-se que circule todos os dias da semana. Esse número parece pouco diante dos 150 mil/dia do **DG**, que não circula aos domingos.

Com esses dados em mente e tendo-se em vista os diferentes perfis de leitores e de jornais, inferimos que a condição de “jornal popular” não deve ser a mesma nessas duas culturas. Justamente por isso, o **TS** e o **DG** tornam-se boa escolha para atividades didáticas com jornais brasileiros e ingleses. Afinal, já foram tratados tanto no âmbito dos estudos de Comunicação Social quanto em pesquisas linguísticas. Conhecer esses estudos pode ser bem útil para o professor interessado em explorar esse material com seus alunos.

Além do acesso livre desses jornais em suas versões *on-line* (ver o **TS** em <http://www.thesun.co.uk> e o **DG** em <http://diariogaicho.clicrbs.com.br>), torna-se valioso saber que o **TS** já foi pesquisado e comparado, justamente com o **DG** (BERTHIER, SILVA, 2012). Esse trabalho salientou possíveis correspondências temáticas e de estilo entre ambos, identificando temas, *layout*, conteúdos, formatos, abordagens, texto e linguagem de cada uma das publicações em uma amostra de edições do ano de 2011.

Nesse estudo de Jornalismo, conforme também se pensa em LC, acolheu-se o pensamento de que

é importante uma amostragem considerável de textos, capaz de ser representativa do funcionamento de um tipo de discurso em um período determinado, pois, a tendência hoje é compreender de forma mais exaustiva os mecanismos de construção do discurso jornalístico (BENETTI; LAGO, 2007, p. 121).

Segundo confirmam Berthier e Silva (2012), o **TS**, como o **DG**, seria um jornal “do povo”, barato, custando apenas 60p (o que corresponde a 60 centavos de *pound*). Além disso, conforme as autoras, o **TS** tende a aproximar-se do leitor, com narrativas construídas com dramaticidade, linguagem simples, popular e de fácil

compreensão. Forte em temas de entretenimento, o **TS** também expressa engajamento e revolta com os problemas políticos da atualidade e as desigualdades sociais. Seu diferencial, em relação aos jornais tradicionais ingleses, assim como vemos no **DG**, é o de ilustrar suas notícias com fotos bastante apelativas.

Na comparação, as autoras verificaram especificidades não apenas por serem fruto de culturas e de países diferentes, nem por manterem tipos distintos de público, mas *porque se expressam de um modo diferente* (grifo nosso) em relação aos jornais tradicionais. Percorrer e reconhecer os caminhos dessas diferenças entre jornais tradicionais e populares pode, justamente, ser uma boa ideia para aulas de língua e cultura em inglês e português num curso de Letras.

3 Frequências de verbos em jornais populares brasileiros e britânicos

No nosso exercício, buscamos depreender, partindo do léxico, uma expressão diferenciada do **DG** e do **TS**. Quisemos, assim: **a)** verificar em que medida os textos do **DG** e do **TS** se diferenciariam ou se aproximariam no que se refere ao uso de variedades de verbos; **b)** identificar os verbos mais utilizados em cada jornal; **c)** observar padrões de emprego de verbos mais frequente desses jornais em relação ao uso em outros tipos de texto, com apoio de registros de frequência de grandes *corpora* do inglês e do português do Brasil.

Para nos subsidiar, recorremos a trabalhos com dados sobre verbos em *corpora* e que tratassem de vocabulário. A seguir, destacamos alguns.

3.1 Trabalhos de Biderman sobre verbos em *corpora*

Em 1998, Biderman (BIDERMAN, 1998) já destacava os 20 verbos mais frequentes do português brasileiro, que foram pesquisados a partir de um *corpus* de 5 milhões de palavras compilado por ela. Naquele *corpus*, estavam presentes textos de literatura romanesca, literatura dramática, literatura técnico-científica, literatura jornalística, e literatura oratória (discursos e palestras transcritos). Todos esses textos foram publicados entre 1950 a 1990. Naquele *corpus*, havia uma

tendência de os textos, independentemente dos gêneros envolvidos, apresentarem um mesmo *ranking* de 20 verbos mais frequentes:

[...] Além disso, esses 20 verbos mais frequentes situam-se na escala decrescente de frequência em posições quase idênticas; isso confirma também que distribucionalmente eles operam de maneira muito similar na língua, não importando o tipo de variáveis linguísticas consideradas, a saber: língua falada ou escrita, linguagem literária, técnico-científica, jornalística etc. [...] (BIDERMAN, 1998, p. 171).

Outra importante conclusão da autora foi que “Por enorme que seja o léxico de uma língua, é reduzido o repertório desse acervo [de verbos] efetivamente utilizado pelos falantes do idioma”. (BIDERMAN, 1998, p. 178). Isso acontecia mesmo na língua escrita, na qual se poderia esperar um vocabulário mais diferenciado do que o da fala espontânea. Além disso, a autora também apontava (*op. cit.* p. 1) que, naquele seu grande *corpus*, o vocabulário jornalístico era o mais neutro e o menos temático, constituindo uma espécie de média entre os outros gêneros de linguagem.

3.2 Vocabulário em jornais populares e tradicionais brasileiros

Oliveira (2009) examinou, com apoio de recursos e de técnicas estatísticas da LC, o vocabulário dos jornais brasileiros *O Dia* (um jornal popular) e *O Globo* (jornal tradicional), ambos da cidade do Rio de Janeiro. Essa pesquisa visou a identificar, nos seus textos, de que maneira as diferenças de abordagem dos fatos e de conteúdo transpareceriam no seu léxico. Pretendeu encontrar, via léxico, elementos caracterizadores do jornal popular frente ao tradicional. Foram utilizadas apenas as edições *on-line* desses jornais.

Um tópico do estudo foi a observação da variedade do vocabulário ou riqueza lexical, uma medida em estatística lexical denominada *types/token ratio*. Essa medida envolve uma proporção entre o número total de palavras de um texto (*tokens*) e o número de palavras diferentes nele empregadas (*types*). Quanto maior a proporção (sendo o número de *types* dividido pelo de *tokens*), mais variado ou menos repetitivo é o vocabulário. Assim, por exemplo, um texto que tenha 200 palavras sendo essas 200 formadas pela repetição das mesmas 25, a proporção será de 12,5%. Conforme Oliveira, o jornal

popular apresentava uma porcentagem ligeiramente maior de variedade de vocabulário do que a do jornal tradicional. Esse traço, conforme concluiu, não seria um bom diferenciador do vocabulário de ambos. Por outro lado, a autora constatou que *O Dia* aparentava um léxico mais padronizado do que o de *O Globo*, o que verificou em termos do número de sequências de palavras recorrentemente associadas, formando feixes fixos de palavras em agrupamentos (*clusters*) que tendem a se repetir. Ainda assim (grifo nosso) **o grande diferencial do vocabulário entre ambos fica por conta do número de verbos empregados**: no jornal popular, 29,6% das palavras eram verbos, enquanto que no jornal tradicional havia apenas 14,5% (OLIVEIRA, 2009, p. 16).

Considerando essas indicações, iniciamos nosso exercício exploratório. É que relatamos a seguir.

4 Materiais e procedimentos do exercício

Como amostra do **DG**, recorreremos às edições completas desse jornal do mês de janeiro de 2008. São textos de temáticas variadas – Futebol, Notícias, Celebidades, Horóscopo etc., que perfizeram um conjunto de 150.977 palavras (*tokens*). Um extenso *corpus* do **DG** – com mais de 1 milhão de palavras – acessa-se, gratuitamente, no site do projeto PorPopular <<http://www.ufrgs.br/textecc/porlexbras/porpopular/>>. Nesse mesmo site, também é oferecido material do jornal popular baiano *Massa!*. Nosso *corpus* amostra do **TS**, por sua vez, é bastante pequeno, com apenas 105 textos, de edições de meses variados de 1999 a 2000. As temáticas envolvem *courts* (tribunais) e *showbiz* (celebidades). Nosso conjunto de textos ficou composto por 24.642 palavras (*tokens*), e integra o *THE METER Corpus*, disponível gratuitamente para *download* em <<http://nlp.shef.ac.uk/meter/>>.

De cada amostra de textos, **DG** e **TS**, foram produzidos, com apoio de ferramentas específicas e bem conhecidas em LC – tais como as ferramentas geradores de contextos ou *concordanciadores* e os geradores de listas de palavras ou *wordlists*, dados sobre as palavras mais frequentes em cada conjunto de textos. No site PorPopular, por exemplo, é possível gerar automaticamente essas listagens, sem necessidade de se baixar nada (veja o site antes citado). Para o *corpus*

TS, uma vez escolhidos e salvos os textos a examinar, pode-se também usar as mesmas ferramentas na opção *upload*.

Gerada a *wordlist* de cada *corpus* – o que não dispensou leitura de **muitos** contextos de ocorrência, chegamos a um levantamento preliminar dos 20 verbos mais frequentemente empregados em cada amostra de jornais e organizamos esses dados em listas. Em seguida, buscamos cotejar nossos dados com os de trabalhos ou levantamentos de dados pré-existentes – em português e em inglês, tentando obter informações sobre quais verbos seriam os mais utilizados em cada língua/jornal, independentemente dos tipos e temáticas de texto.

4.1 Comparando listas de frequências de palavras mais usadas

Tendo explorado esses *corpora* e recorrido a algumas fontes de apoio que trataram do assunto, obtivemos quatro pacotes de dados diferentes: **a)** uma lista dos 20 verbos mais frequentes na amostra do **DG**. Nela, descontamos os verbos de ligação ou auxiliares; **b)** uma lista de 20 verbos mais frequentes no português do Brasil realizada por Biderman (1998) na construção do seu *Dicionário de Frequências* do léxico do português brasileiro contemporâneo; **c)** uma lista dos 20 verbos mais frequentes do *corpus* amostra **TS**; **d)** uma lista de palavras mais frequentes do inglês em geral – independentemente de tipos de textos – produzida pela editora Oxford na pesquisa *Facts about language* (<http://www.oxforddictionaries.com/words/the-oec-facts-about-the-language>).

A lista feita por Biderman (1998) foi baseada no seu *corpus* de 5 milhões de palavras antes citado, o que foi referência para o seu *Dicionário de Frequências do léxico do português brasileiro contemporâneo*. Não foram excluídos dela verbos auxiliares ou verbos de ligação, de modo que essa diferença teria que ser administrada no nosso exercício.

A lista de 20 verbos mais frequentes do inglês segundo o estudo da Editora Oxford está disponível *on-line* no *site*: <http://www.oxforddictionaries.com/words/the-oec-facts-about-the-language>. Para uma comparação inicial, utilizamos apenas os 20 primeiros verbos da lista. Essa lista Oxford visa subsidiar materiais didáticos para o ensino de inglês como língua estrangeira, especialmente dicionários para aprendizes. Não há, entretanto,

referências detalhadas sobre como o levantamento foi produzido. Portanto, cabe alguma cautela no seu uso.

4.2 Resultados iniciais, problemas e indícios

Apesar de o recorte temático do *corpus* amostra do **TS** ser específico para os assuntos *courts* e *showbiz*, seu vocabulário aproxima-se muito do inglês num âmbito geral, representado esse âmbito aqui apenas pela lista Oxford. Por outro lado, na amostra do **DG**, com textos de temas bem mais variados do que os do **TS**, há uma diferença grande dos verbos mais utilizados em relação ao levantamento de Biderman – sem deixarmos de ter em mente a diferença entre ter-se ou não verbos auxiliares nas contagens – visto que são muito frequentes no português. Esse conjunto de dados iniciais é que tentamos representar no Quadro 1 a seguir.

Ranking	Amostra DG	Biderman	Amostra TS	Lista Oxford
1	ACOMPANHAR	SER	BE (1)	BE (1)
2	FALAR (1)	TER (5)	HAVE (2)	HAVE (2)
3	ESCREVER	IR (7)	SAY (3)	DO (4)
4	GOSTAR	ESTAR	DO (4)	SAY (3)
5	CONHECER	PODER	TELL (5)	GET (7)
6	ACONTECER	DIZER	GO (6)	MAKE (8)
7	QUERER (2)	HAYER	GET (7)	GO (6)
8	SABER (3)	FAZER (6)	MAKE (8)	KNOW
9	VER (4)	DAR	CLAIM	TAKE (10)
10	OCORRER	VER (4)	FIND (9)	SEE (15)

11	COBRAR	SABER (3)	TAKE (10)	COME (11)
12	TER (5)	QUERER (2)	COME (11)	THINK
13	FAZER (6)	FICAR	WANT (12)	LOOK
14	ASSISTIR	ACHAR	USE (13)	WANT (12)
15	IR (7)	DEVER	GIVE (14)	GIVE (14)
16	ENVIAR	FALAR (1)	SEE (15)	USE (13)
17	ESTREAR	CHEGAR	ACCUSE	FIND (9)
18	AJUDAR	PRECISAR	DENY	TELL (5)
19	ESCOLHER	COMEÇAR	LEAVE	ASK (16)
20	ENTRAR	OLHAR	ASK (16)	WORK

Quadro 1- Comparação de listas de 20 verbos mais frequentes em inglês e português

Nesse Quadro 1, estão os 20 verbos em quatro colunas. O verbo FALAR (1), por exemplo, está negrito indicando item comum entre o **DG** e o levantamento de Biderman. FALAR está em 2º lugar no *ranking* dos mais usados no *corpus DG* e traz um número (1) entre parênteses ao seu lado. Percorrendo a coluna ao lado, é possível encontrar FALAR na 16ª posição em Biderman. Vale o mesmo para as colunas do inglês, que têm mais itens negritados, que são também os verbos em comum entre o **TS** e a Lista Oxford.

Neste ponto, uma sugestão de atividade com nossos estudantes seria propor a eles um contraste entre padrões de FALAR e de TO SAY – sendo justamente muito importante observar também situações de uso com TO TELL, cuja frequência de usos parece ser bem diferente entre a *Lista Oxford* e o jornal. Nessa atividade, considerando-se a tarefa de examinar muitos contextos nesses *corpora*, teríamos, por exemplo, as seguintes situações de uso entre o **DG** e o **TS** apresentadas no **Quadro 2**.

A sua meta é falar sobre a necessidade de promover a paz entre os povos.	Tagg said the man in front insulted and tried to provoke her by accusing her of being drunk.
Encerrado o show, ela foi embora sem falar com ninguém!	I have the right to say anything on the death of my son.

Quadro 2- Exemplos de FALAR/TO SAY nos *corpora*

Preliminarmente, apenas **sete** verbos se repetiram nas duas primeiras listas em português, enquanto, nas listas do inglês, **dezesseis** verbos são comuns. Este indicativo, muito *grosso modo*, contrariaria Biderman (1998), pois os seus 20 verbos mais frequentes tenderiam a se confirmar como os mais empregados **em qualquer tipo de texto** (grifo nosso). Mas, como em qualquer viés quantitativo de descrição de dados, é preciso muita cautela e contextualização dos elementos ou tendências que se revelam, fugindo-se do perigo da generalização apressada. Aqui, muito possivelmente, é necessário ponderar sobre os verbos auxiliares e de ligação presentes na lista de Biderman, excluídos da nossa do **DG**. Sem a exclusão desses verbos da lista do **DG**, os resultados entre ambas seriam mais próximos, tal como se vê no inglês. Um dado interessante, no inglês, é que os verbos mais frequentes do **TS**, nos quais as seções abordam apenas os temas *courts* e *showbiz*, são igualmente tão utilizadas no vocabulário geral da língua, representado pela *Lista Oxford*.

Em síntese, o português mostraria mais diferenças entre verbos mais usados no jornal e num português, em tese, mais geral. Por outro lado, o material em inglês traz maiores coincidências entre o espectro de verbos do jornal e de um *corpus* geral, embora a temática seja mais restrita que a dos textos em português. Esses dados nos levam a uma nova pergunta: se fossem resgatados os verbos auxiliares e de ligação em português, haveria uma homogeneidade geral nas duas línguas? Aqui mais uma ideia para explorar em sala de aula.

Ainda que o nosso exercício seja metodologicamente irregular, pela exclusão *a priori* de um dado tipo de verbo, e também pela dimensão heterogênea dos corpora **TS** e **DG** (respectivamente, com cerca de 50 mil e 150 mil palavras), colocam-se, partindo-se do Quadro 1, interessantes temas de estudo contrastivo com verbos entre o português e o inglês. Nesse caso, justamente, poder-se-iam explorar

dados, com os estudantes de Letras Inglês-Português, sobre o papel e a distribuição frequencial de verbos auxiliares e de ligação em cada língua. Além de dados de *corpora*, naturalmente, é importante contar com o apoio dados de dicionários e de gramáticas das duas línguas. Valeria, especialmente, conhecerem-se os *sites* que nos oferecem os *corpora* de referência de cada língua, como o *BNC (British Nacional Corpus)* e o *Corpus Brasileiro*.

5 Perspectivas e considerações finais

Para uma investigação cuidadosa sobre prováveis diferenças ou semelhanças entre o repertório verbal de jornais populares brasileiros e britânicos, é preciso, frisamos, incorporar vários ajustes ao nosso método inicial. Entre eles, destacamos o que se poderia: **a)** buscar suporte metodológico em trabalhos de Linguística Contrastiva, que partem de uma validação de elementos comparáveis entre línguas tão diferentes como o inglês e o português; **b)** buscar mais suporte de investigações sobre características da linguagem nesse tipo de jornal nessas duas culturas; **c)** estabelecer um *corpus* comparável, com textos de temática semelhante entre o **DG** e **TS** – apenas com textos sobre esportes, por exemplo, visto que são bem abundantes na internet; **d)** realizar contagens de frequência com e sem categorização dos verbos por tipos nas duas línguas (auxiliares, verbos-suporte, verbos de ligação, verbos equivalentes, modais, etc.); **e)** centrar a observação em apenas um tipo de verbo, mais comum ou mais semelhantemente funcional aos dois idiomas ou mais significativo para o tipo de jornal em foco, e que tenha mostrado índices de frequências mais ou menos semelhantes; **f)** observar associações recorrentes com os verbos, aproveitando trabalhos pré-existentes sobre *subcategorization frames*, papéis semânticos, ou registros de dicionários específicos sobre usos de verbos e seus sujeitos e complementos mais usuais; **g)** escolher um par de verbos semântica e sintaticamente semelhantes entre as duas línguas, como, por exemplo, poderiam ser os verbos **TO KILL** e **MATAR**, e observar o seus comportamentos de uso e de distribuição nos dois jornais.

Como é fácil perceber, um simples exercício inicial de observação sobre o uso de verbos em textos de jornais demandaria toda uma série de procedimentos e de cuidados metodológicos. O rigor

metodológico é uma condição da pesquisa científica, mas poderia ser relativizado e até usado como tema de estudo em uma atividade didática pré-científica, que visasse justamente atrair o estudante para a pesquisa e reflexão sobre os funcionamentos das línguas. Não basta ter um *corpus* e apenas contar palavras sem ponderação. Até porque as palavras aparecem como seres quase vivos, inquietos, que sempre demandam que levemos em conta as suas especificidades, tal como vimos com a consideração ou não das categorizações ou tipologias de diferentes verbos que se queiram ou prefiram observar. Ainda assim, o nosso exercício de construção de um “método” inicial, o contato do estudante com *corpora*, a percepção de falhas e de dificuldades do quantitativo frente ao qualitativo da língua – ainda que sejam as duas faces de uma mesma moeda - têm um papel fundamental para a aprendizagem da pesquisa linguística em geral. Afinal, muito se pode fazer, em termos do estudo de e com textos, com o apoio de técnicas e/ou de princípios da LC. Os textos de Literatura de Língua Inglesa e de Língua Portuguesa mais populares entre os alunos de Letras, nesse sentido, por exemplo, seriam ótimos territórios para diferentes exercícios contrastivos.

Agradecimentos

Ao programa PIBIC-CNPq da UFRGs e ao CNPq pelos constantes apoios à pesquisa linguística no âmbito universitário.

Referências

AMARAL, Márcia Franz. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Contexto, 2006.

BENETTI; Márcia. LAGO, Cláudia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de Corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

_____. Como usar a Linguística de Corpus no ensino de Língua Estrangeira. Por uma Linguística de Corpus educacional Brasileira. In: VIANA, V.; TAGNIN, E. O. *Corpora no ensino de línguas estrangeiras*. São Paulo: Hub Editorial, 2010. p. 301-356.

BERTHIER, Camilla Afonso; SILVA, Paola. Jornalismo popular: não necessariamente sensacionalista. *Revista Científica do ITPAC*. Araguaína, n. 2, abr. 2012.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do português. *Alfa*, São Paulo, v. 42, p. 161-181, 1998.

LIMA, Kelen Cristina Sant'Anna de. *Caracterização de registros orientada para a produção textual no ambiente multilíngue: um estudo baseado em corpora comparáveis*. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

LEWIS, Michael. *Implementing the lexical approach*. Rove- England: Language Teaching Publications, 1997.

OLIVEIRA, Márcia Regina Alves Ribeiro. Jornal Popular X Jornal Tradicional: Análise léxico-gramatical da notícia a partir da Linguística de Corpus. Um estudo de casos dos jornais cariocas “O Globo” e “O Dia”. *Revista de estudos linguísticos Veredas*, Juiz de Fora, v.13, n.2, p. 07-19, 2009. Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/11/ARTIGO-M%C3%A1rcia-Regina-Alves-Ribeiro-Oliveira1.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

RAJAGOPALAN, Kanavalil. A Linguística de Corpus no tempo e no espaço: visão reflexiva. In: GERBER, Marcia. R.; VASILÉVSKI, Vera (Org). *Um percurso para pesquisas com base em corpus*. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, Florianópolis, 2008. p.23-44.

VIANA, V.; TAGNIN, E. O. *Corpora no ensino de línguas estrangeiras*. São Paulo: Hub Editorial, 2010. p. 301-356.

Recebido em: 08/07/2014

Aceito em: 30/10/2014

ADJETIVOS COM FORMAÇÃO EM “-VEL”: A PROPOSTA DE VERBETE PARA UM DICIONÁRIO BILÍNGUE

THE ADJECTIVES FORMED ON “-VEL”: A PROPOSAL OF AN ENTRY FOR A BILINGUAL DICTIONARY

ADJETIVOS CON FORMACIÓN EN “-VEL”: LA PROPUESTA DE ENTRADA PARA UN DICCIONARIO BILINGÜE

*Vivian ORSI**

*William Tacone BERGAMINI***

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo geral estudar os adjetivos, tanto na língua portuguesa quanto italiana e seus sufixos de forma a visualizar as diferenças existentes entre as duas línguas, no que se refere à derivação sufixal “-(á)vel” e “-(í)vel” no português e os equivalentes no italiano: “-(a)bile” e “(i)bile”, e, como objetivo específico, além de constatar a frequência de cada uma das formas sufixais, pretendemos verificar se esses adjetivos sufixados são formados a partir de verbos transitivos. Tendo como base a Lexicologia e a Lexicografia, apresentamos exemplos e as traduções dos mesmos em língua portuguesa. A partir deste estudo oferecemos um pequeno vocabulário composto de doze verbetes, contendo um adjetivo em português e nossa proposta de correspondente em italiano, assim como um exemplo-contexto dos usos em ambas as línguas.

Palavras-chave: Adjetivos; Lexicografia; Lexicologia.

Abstract: This research aims at studying the adjectives, in Portuguese and Italian languages and their suffixes, in order to view the differences between the two languages regarding the suffixal derivation “-(á)vel” and “-(í)vel” in Portuguese, and their equivalents in Italian: “-(a)bile” and “(i)bile”, and as a specific goal, besides certifying the frequency of each one of the suffixal forms, we intend to verify if these suffixal adjectives are formed from transitive verbs. Based on the Lexicology and Lexicography, we present examples and translations of the items in Portuguese. From this study we offer a small vocabulary formed by twelve entries, containing an adjective in Portuguese and our corresponding proposal in Italian, as well as an example-context of the uses in both languages.

* Professora Doutora da Universidade Estadual Paulista, Câmpus São José do Rio Preto (IBILCE/UNESP) – São José do Rio Preto – São Paulo – Brasil. Contato: vivian@ibilce.unesp.br.

** Graduando da Universidade Estadual Paulista, Câmpus São José do Rio Preto (IBILCE/UNESP) – São José do Rio Preto – São Paulo – Brasil. Contato: tatotacone@gmail.com.

Keywords: Adjectives; Lexicography; Lexicology.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo general el estudio de los adjetivos, tanto en portugués cuanto en italiano y sus sufijos con el fin de examinar las diferencias entre los dos idiomas, lo que respecta a la derivación de sufijos “-(á)vel” y “-(í)vel” en portugués y los equivalentes en italiano: “-(a)bile” y “-(i)bile”, y, como un objetivo específico, además de determinar la frecuencia de cada una de las formas de sufijos, tenemos la intención de verificar que estos adjetivos con sufijo se forman a partir de verbos transitivos. Con base en la Lexicología y Lexicografía, presentamos ejemplos y sus traducciones en portugués. A partir de este estudio, ofrecemos un pequeño vocabulario compuesto por doce entradas, con un adjetivo en portugués y nuestra propuesta correspondiente en italiano, así como un ejemplo-contexto de los usos en ambos idiomas.

Palabras clave: Adjetivos; Lexicografía; Lexicología.

Considerações iniciais

No presente artigo optamos por abordar os adjetivos, dentre o grupo de palavras gramaticais, devido ao fato de ocuparem lugar de destaque na exteriorização da visão de mundo do falante (DI FELIPPO; DIAS-DA-SILVA, 2005) e por ser por meio deles que vêm a ser expressas as opiniões de um locutor (BORBA, 1996).

Neste trabalho buscamos focar os adjetivos com derivação sufixal “-vel”, em português, e “-bile”, em italiano, com suas vogais temáticas “-ável” e “-ível”, e “-abile” e “-ibile”, respectivamente, e propor um pequeno modelo de verbete para um vocabulário bilíngue português-italiano que contemple essa tipologia adjetival. Pretendemos, outrossim, verificar, também, se esses adjetivos sufixados são formados a partir de verbos transitivos. Assentamos nossas reflexões na Lexicologia e na Lexicografia.

Adjetivos

O adjetivo, conforme apresenta Bechara (2001, p. 142-143), é:

uma classe de lexemas que se caracteriza por constituir uma delimitação, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma parte ou um aspecto do denotado.

Segundo o autor, nas línguas flexivas, a estrutura constitucional dos adjetivos é formada na combinação “de um signo lexical expresso pelo radical com signos morfológicos expressos por desinências e alternâncias, ambas destituídas de existência própria dessas combinações” (BECHARA, 2001, p. 142-143).

Em Cunha e Cintra (2010, p. 260), os adjetivos são descritos como, em sua maioria, constituídos por aqueles que derivam de um substantivo ou um de um verbo, com os quais continuam a relacionar-se do ponto de vista semântico. O adjetivo é essencialmente um modificador do substantivo que serve para: caracterizar os seres, objetos ou as noções nomeadas pelo substantivo, ou estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência etc.

Os adjetivos que elegemos como objeto de estudo são comumente caracterizados como deverbais, ou seja, formados a partir de verbos transitivos aos quais se adiciona o sufixo *-vel*, antecedido pelas vogais *-a* ou *-i*. O significado passivo resultante é geralmente expresso pela perífrase ‘que pode’ ou ‘capaz de’. No entanto, pretende-se aqui verificar se tal fato pode ainda se mantêm nas línguas pesquisadas.

Embasamento Lexical

Os estudos preliminares sobre Lexicologia e Lexicografia trouxeram-nos subsídios para o trabalho prático. Assim, pudemos refletir sobre a importância do conhecimento lexicológico. Para tal, tomamos como definição de léxico o conjunto de representações da realidade em palavras que uma língua possui. Com base nesta definição entendemos por Lexicologia como a ciência que se dedica ao estudo desse conjunto.

Observamos em Rey-Debove (1984) que para a codificação e descodificação de uma frase é necessária a junção da gramática e do léxico. A partir dos estudos da mesma autora, concluímos que há duas maneiras de se aprender uma língua, e ambas se baseiam na aquisição do léxico, podendo ser de forma natural, que segundo a autora acaba sendo “acelerada e aperfeiçoada com o uso de gramáticas e um dicionário”, e de forma artificial, geralmente “sustentada por

verificações de experiência prática de comunicação” (REY-DEBOVE, 1984, p. 45).

Ressaltamos que o léxico é aqui concebido, ademais, como dois conjuntos: o das palavras gramaticais e das palavras lexicais, “que fazem a conexão entre o sistema e o mundo dos objetos, traduzindo-o ou representando-o em termos linguísticos” (BORBA, 2006, p. 82).

Como explica Bizzocchi (2013, p. 26)

Há dois tipos de palavras: as lexicais, ou palavras “cheias”, e as gramaticais, ou “vazias”. Palavras lexicais são aquelas que apontam para fora da língua, isto é, representam o mundo à nossa volta, nos permitem pensar a realidade e dar conta da nossa própria vivência. Já as palavras gramaticais apontam para dentro da língua, são meras ferramentas na formação de frases e textos. Se as palavras cheias são os tijolos do discurso, as vazias são o cimento.

As palavras gramaticais – dentro das quais se encontram os adjetivos que são nosso objeto de estudo – existem nas línguas em número limitado, funcionando dentro do sistema linguístico e servindo à sintaxe.

O trabalho apresentado exigiu que explorássemos também a Lexicografia, e como tal foi necessário buscarmos uma possível definição dessa ciência do léxico, chegando ao trabalho desenvolvido por Hwang (2010), que define a Lexicografia como uma das ciências do Léxico, pareada à Lexicologia e a Terminologia. O teórico acrescenta, também, que “enquanto disciplina científica, ela pode ser definida como a ciência que tem como objeto de estudo os problemas teóricos e práticos relativos à elaboração e produção de dicionários.” (HWANG, 2010, p. 33). No entanto, podemos observar no trabalho desenvolvido pelo autor acima citado que o conceito de Lexicografia é mais amplo que o de desenvolvimento de dicionários, conforme podemos observar em Hwang:

Diferentemente de seu sentido usual, esse conceito estrito de Lexicografia engloba todo trabalho de levantamento, descrição, análise, tratamento e armazenagem de dados lexicológicos sob a forma de banco de dados lexicográficos disponibilizados para a

produção de obras lexicográficas, podendo resultar ou não na produção de um dicionário. (HWANG, 2010, p. 44).

No dicionário encontramos registrados e definidos os itens lexicais que se referem a conceitos elaborados e cristalizados na cultura da língua em questão. Entende-se, em suma, a Lexicografia como a ciência capaz de descrever o léxico e responsável por fornecer as bases para a elaboração de dicionários.

De acordo com Biderman (2001) existem vários tipos de dicionários: o padrão, o escolar, o infantil, o bilíngue, entre outros.

Já que fazemos uma proposta de elaboração de equivalentes em nosso dicionário bilíngue, não podemos deixar de abordar das teorias de Tradução.

Lembrando que as denominações de uma língua frequentemente não dispõem de equivalência exata em outras línguas, acreditamos que

é verdade que não é possível determinar com exatidão qual o significado único e preciso de um determinado texto, nem tampouco identificar um tal significado com a intenção consciente do autor (BRITTO, 2003, p. 45).

Porém, para a tradução de alguns textos, para fins práticos, só se pode oferecer resultados se forem adotados alguns pressupostos (como o uso ponderado de noções de equivalência), que embora possam não pertencer à realidade, são fundamentais. É por tal razão que, ao descrever uma unidade lexical em nosso dicionário, almejamos uma pretensa estabilidade e fixidez de significado, como se as traduções sugeridas fossem equivalentes do original e pudessem substituí-lo.

Assim, com base nos estudos desenvolvidos por Xatara (2001), observamos que o trabalho do lexicógrafo na tradução de uma entrada, nos dicionários bilíngues, é difícil, pois nem sempre se consegue encontrar um equivalente na língua a ser traduzida, devendo, portanto, estudar como e em que casos tal item aparece e se é possível a correlação com o outro item objeto. Para Xatara (2001) os dicionários bilíngues poderiam, também, conter combinações idiomáticas ou não, combinações sintático-semânticas frequentes e fixas, expressões metafóricas não cristalizadas. Desse modo, favoreceriam a construção

de enunciados na língua estrangeira, e, ressalta a autora, que seria interessante se os dicionários de língua bilíngue contivessem informações como: nível de linguagem, frequência, marca cronológica, sentido figurado e equivalência zero.

Considerações metodológicas e proposta lexicográfica bilíngue

Para o dicionário, especificamos que o total de adjetivos levantados e que formaram o *corpus* com os sufixos selecionados para nossa pesquisa foi de 1535, em língua portuguesa. Enquanto que o total de adjetivos sufixados em língua italiana foi de 1571. Ressaltamos que para a coleta em língua portuguesa utilizamos o dicionário Houaiss (2011) e para a língua italiana o dicionário eletrônico Zingarelli (2012).

Adotamos o seguinte modelo de verbete:

ENTRADA (adjetivo em português, caixa alta) – **EQUIVALENTE** (correspondente em italiano, itálico, caixa alta): definição em português

Exemplos: Português (frase extraída da internet, link de origem – entre parênteses, com o adjetivo em negrito).

Italiano (frase extraída da internet, link de origem – entre parênteses, itálico, com o adjetivo em negrito).

Apresentamos para a palavra gramatical contemplada como entrada em língua portuguesa uma sugestão de equivalente em italiano e abonações com os contextos-exemplos, retirados do *corpus web*, capazes de proporcionar uma compreensão cultural mais aprofundada relativa às línguas a que nos dedicamos e que pudessem contextualizar o item nas duas línguas e suas fontes.

Sobre a definição das unidades selecionadas, adotamos a concepção de que ela deve conter aquilo que é universal e indispensável para a compreensão do consulente. Em nossa proposta, as definições lexicográficas consistem numa paráfrase explanatória analítica (BUGUEÑO MIRANDA, 2009) dos lemas em língua portuguesa, língua que adotamos como partida¹. Destarte, para definir

¹ Mister se faz lembrar que a paráfrase explanatória analítica, além de almejar representar o “conteúdo de significação”, independentemente do modelo semântico

as palavras-entrada, procuramos seguir o que se postula mais comumente em Lexicografia, a saber, a recomendação de que os adjetivos devem ser definidos por meio de uma oração adjetiva (BIDERMAN, 1984).

Advertimos ainda que a escolha das entradas dá-se em função da contextualização, vale dizer que sugerimos como entrada para os verbetes a palavra gramatical para a qual encontramos um exemplo possível de contextualizá-la, sem contabilizar o número de suas ocorrências.

Análise e comentários dos dados

Apresentamos a seguir uma amostragem do resultado final de nosso trabalho com doze (doze) verbetes, na direção português-italiano, com o intuito de exemplificar nossa proposta lexicográfica.

AMÁVEL – AMABILE: que pode ser amado, afável, gentil, simpático, que causa impressão agradável.

Uma mulher **amável** e calma / um abraço ela me deu. (<http://www.luso-poemas.net/modules/news/article.php?storyid=94289>).

*Il Cuore del nostro divin Maestro non ha legge più **amabile** di quella della dolcezza, dell'umiltà e della carità.* (S. Pio da Pietrelcina) (<http://luirig.altervista.org/aforismi-ricerca/index.php?title=amabile>).

BIODEGRADÁVEL – BIODEGRADABILE: que pode ser decomposto por microrganismos vivos até desaparecer por completo.

O deflagrar da guerra na Crimeia tem atrasado a instalação da empresa NGCR – tecnologias químicas e inovações, detida pelo empresário Constantin Makhov. A unidade vai produzir extintores e líquido **biodegradável** para encher dispositivos utilizados no combate a incêndios. (<http://www.rcb-radiocovadabeira.pt/pag/22951>)

*Inoltre la maggior parte delle b. è **biodegradabile** e necessita quindi di tempi assai ridotti per lo smaltimento.* (<http://www.treccani.it/enciclopedia/bioplastica/>).

adotado, consiste na reescrita do conteúdo de uma unidade léxica por meio de uma proposição que possa explicitar o mesmo (BUGUEÑO MIRANDA, 2009).

DEFENSÁVEL – DIFENDIBILE: que pode ser defendido.

Se fosse outro goleiro, não seria uma bola **defensável**. Mas acho que era defensável para mim, mesmo observando todas as circunstâncias. (<http://www.hojeemdia.com.br/esportes/cruzeiro/fabio-admite-erro-em-bola-defensavel-contr-a-ponte-1.18978>).

*Il castello è un complesso architettonico composto di uno o più edifici fortificati, tipico del Medioevo, costruito per ospitare una guarnigione di soldati, con il loro comandante (il castellano) e i suoi familiari. Esso sorge solitamente in un luogo strategico, in posizione elevata o rialzata e facilmente **difendibile**.* (<http://it.wikipedia.org/wiki/Castello>).

HORRÍVEL – ORRIBILE: que causa horror, desagradável, medonho, horrendo, malvado, cruel.

E uma compulsão **horrível** de quebrar imediatamente qualquer relação bonita que mal comece a acontecer. (<http://pensador.uol.com.br/frase/NTkxMDA1/>).

*Così, al suo risveglio, Titania si innamora di Bottom, un **orribile** uomo dotato di una testa d'asino. Alla fine Oberon si rende conto di esser stato fin troppo crudele con Titania, la bella regina delle fate, e si riconciliano felicemente.* ([http://it.wikipedia.org/wiki/Titania_\(mitologia\)](http://it.wikipedia.org/wiki/Titania_(mitologia))).

ILEGÍVEL – ILLEGGIBILE: que não se pode ler ou que é de difícil leitura.

Além disso, tem-se ainda o Código de Ética Médica, que em seu terceiro capítulo trata da responsabilidade profissional, proibindo o médico de receitar ou atestar de forma secreta ou **ilegível**. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Prescri%C3%A7%C3%A3o_m%C3%A9dica_ileg%C3%ADvel).

*ma espresse in un formato **illeggibile** dagli esseri umani o dai computer senza un determinato meccanismo per decifrarlo: a chi non è in grado di leggerlo, dovrebbe apparire come una sequenza di caratteri senza senso.* (<http://it.wikipedia.org/wiki/Cifrario>).

LOCALIZÁVEL – LOCALIZZABILE: que se pode ou se consegue localizar.

A identificação do artigo **localizável** deve ser atribuída, o mais tardar, quando ocorre a criação física do artigo. Os parceiros de rastreabilidade devem acordar qual o nível comum de rastreabilidade do artigo e, para esse nível, qual o conjunto de dados de rastreabilidade que serão trocados. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Rastreabilidade>).

*Il termine findability, neologismo d'origine inglese talvolta tradotto con trovabilità, indica la capacità di un'informazione, risorsa od oggetto di essere **localizzabile** o (in ambito web) fruibile.* (<http://it.wikipedia.org/wiki/Findability>).

MALEÁVEL – MALLEABILE: que se deixa convencer ou apiedar, suscetível de ser estendido a martelo ou dócil, brando.

O elemento conhecido mais **maleável** é o ouro, que se pode malear até dez milésimos de milímetro de espessura. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Maleabilidade>).

*Il metallo più **malleabile** è l'oro, seguito dall'alluminio.* (<http://it.wikipedia.org/wiki/Malleabilit%C3%A0>).

NOTÁVEL – NOTABILE: que pode ser notado, importante, extraordinário, relevante.

A ideia é que, através desse projeto, a cooperação entre departamentos seja estimulada. Assim, quando alguém faz algo **notável** para ajudar um colega ou outro setor, esse sentimento se multiplica. (<http://blog.usereserva.com/post/90547494680/o-banco-de-sonhos-da-reserva#sthash.rxuUzScy.dpuf>)

*La scarpa è un'opera difensiva, facilmente **notabile** in castelli e fortezze, che consiste nell'accostamento di un muro inclinato alla base di una cinta muraria o di una torre.* ([http://it.wikipedia.org/wiki/Scarpa_\(architettura\)](http://it.wikipedia.org/wiki/Scarpa_(architettura))).

RECUSÁVEL – RIFIUTABILE: que pode ou deve ser recusado.

No seguro de automóveis, as seguradoras, a seu critério e segundo sua estratégia, define os riscos **recusáveis** ou cuja aceitação é considerada restrita.

(http://www.vivatranquilo.com.br/seguro/seguro_automovel/vistoria_previa/mat7.htm).

*Nonostante la vita sfortunata di Flik è incontenibile, esso si dimostrerà anche un carattere coraggioso, **rifiutabile** ed egoista; dopo molti*

sforzi, inoltre, Flik riuscirà a salvare la colonia dall'oppressione delle cavallette. (<http://it.wikipedia.org/wiki/Flik>).

SACRIFICÁVEL – SACRIFICABILE: que se pode sacrificar.

Escravos eram um bem necessário, mas **sacrificável**, para os rebeldes. O Rio Grande do Sul teve percentuais elevados de negros e escravos, em sua maioria homens de menos de quarenta anos. (http://www.viapolitica.com.br/sonhos/06_os_farrapos_negros.php).

Ha funzione frenante se necessario, e in caso di incidente è considerata "sacrificabile" in modo da ridurre i danni al resto del convoglio. A volte viene usata per collegare elementi con accoppiamenti non standard. (http://it.wikipedia.org/wiki/Carrozza_scudo).

TERRÍVEL – TERRIBILE: que causa terror, assustador, medonho, muito mau.

Eu sou **terrível** / E é bom parar / De desse jeito / Me provocar / Você não sabe / De onde eu venho / O que eu sou / E o que tenho. (<http://letras.mus.br/roberto-carlos/48598/>).

*Una grande e **terribile** bellezza è il primo romanzo della trilogia con protagonista Gemma Doyle, creata da Libba Bray. In Italia il libro è stato pubblicato da Elliot Edizioni nel 2008. (http://it.wikipedia.org/wiki/Una_grande_e_terribile_bellezza).*

VACINÁVEL – VACCINABILE: que se pode vacinar.

Finalmente a cobertura ideal seria de no mínimo 90%, considerando-se que 48,16% da população é suscetível e 34,17% é **vacinável**. (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101976000100002&script=sci_arttext).

*Nei libri ne vengono citate alcune, oltre alla licanropia, quali il vaiolo dei draghi (ora largamente **vaccinabile**) e la spruzzolosi. (http://it.wikipedia.org/wiki/Creature_magiche_di_Harry_Potter).*

Da pequena amostragem apresentada, pode-se depreender que adjetivos são sim formados a partir de verbos transitivos com uma leitura passiva.

Todavia, apesar de o sufixo “-vel” atribuir com maior frequência esse valor passivo a adjetivos deverbais, muitos deles podem ter recebido acréscimos ou terem perdido ao longo dos anos esse valor, segundo Pereira, Silvestre e Villalva (2013, p. 45).

A partir da leitura dos verbetes vemos que, por exemplo, amável possui, além da acepção de ‘que pode ser amado’, um significado desligado de verbo, o de ‘agradável’, ‘gentil’ em português e igualmente em italiano.

O mesmo acontece com horrível e *orribile*, no português e no italiano, respectivamente, que, como deverbais, pode ser algo que causa horror, mas também algo desagradável e/ou medonho.

Assim como em notável e *notabile*, com as acepções de ‘que pode ser notado’ e com a ligação perdida com verbo significando importante ou extraordinário, relevante.

Outrossim, em palpável (*palpabile*) e terrível (*terribile*) percebe-se ainda o nexo semântico ligado ao verbo, mas vemos o acréscimo da acepção relacionada a adjetivos não deverbais.

Apresentamos a seguir, apenas a título ilustrativo, que, no decorrer do desenvolvimento de nossa pesquisa encontramos uma alta produtividade para os adjetivos com vogal temática em “a” (-ável, em português, e *-abile*, em italiano) para ambas as línguas, conforme podemos observar nos gráficos a seguir:

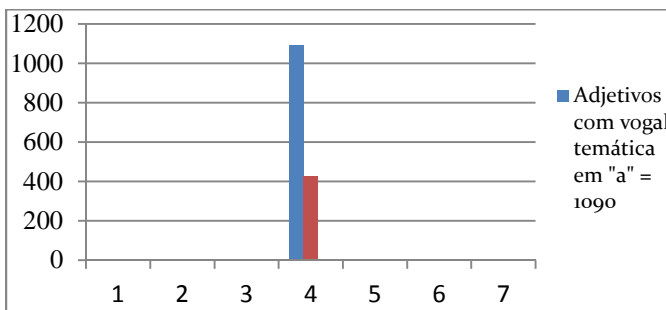


Gráfico 1 – Adjetivos em português (total: 1535).

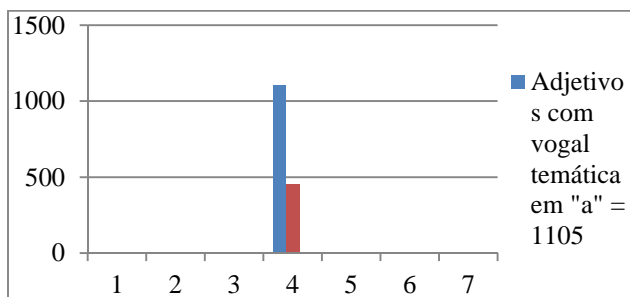


Gráfico 2 – Adjetivos em italiano (total: 1571).

Considerações finais

Este trabalho teve como um de seus objetivos acrescentar nossa colaboração aos estudos lexicográficos referentes ao que diz respeito aos adjetivos. Com base nos resultados obtidos, e em Borba (2003), pudemos confirmar que os sufixos “-vel” e “-bile”, português e italiano respectivamente, conferem ao radical ao qual se unem o traço semântico de possibilidade.

Porém, vemos que além desse valor, a alguns deles foram adicionados valores não ligados a verbos e que se fundam em outros adjetivos.

Parece-nos plausível a afirmação de Pereira; Silvestre; Villalva (2013, p. 45, grifos dos autores):

Estes adjetivos registam mudanças semânticas na história da língua latina. O sufixo *-bil(is)* podia atribuir um valor passivo a adjetivos derivados de verbos transitivos, mas alguns perderam progressivamente esse valor. [...] As línguas românicas em formação incorporaram o resultado dessa evolução. [...] Considerando a origem latina e a sua estrutura no Português, palavras como *afável*, *horrível*, *plausível*, *terrível* ou *visível* não podem ser interpretadas como formações em Português, dado que as hipotéticas bases não correspondem a temas verbais. São decalques das formas latinas e, portanto, o reconhecimento de um sufixo *-vel* é, nestes casos, ilusório (...).

Para atestar efetivamente tal dado, é preciso, no entanto, que façamos mais pesquisas e comparemos mais a fundo as línguas envolvidas.

Enfim, consideramos importante a possibilidade de pesquisas como esta virem a representar uma contribuição aos estudos linguísticos e ao mercado das obras de referência brasileiras, uma vez que existe carência de pesquisas nesse formato, especialmente concernente às línguas em questão.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O dicionário padrão da língua. *Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 27-43, 1984.

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico*. Lexicologia Lexicografia, Terminologia. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 131-144.

BIZZOCCHI, Aldo. O cimento das palavras. *Língua portuguesa*, São Paulo, ano 8, n. 88, p. 26-27, 01 fev. 2013.

BORBA, Francisco da Silva. Léxico e herança social. In: MARCHEZAN, Renata Coelho; CORTINA, Arnaldo. (Org.). *Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito*. Araraquara / São Paulo: FCL-Unesp Laboratório Editorial / Cultura Acadêmica, 2006. p. 81-96.

_____. *Organização de dicionários: uma proposta lexicográfica*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

BUGUEÑO MIRANDA, Félix Valentim. Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias. *Alfa*, São Paulo, v. 53, n. 1, 243-260, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DI FELIPPO, Ariani; DIAS-DA-SILVA, Bento Carlos. Os adjetivos valenciais do português e sua representação linguístico-computacional. *Revista do GEL*, v. 02, p. 55-81, 2005.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

HWANG, Álvaro David. Lexicografia: dos primórdios à nova lexicografia. In: HWANG, Álvaro David; NADIN, Odair Luis (Org.). *Linguagens em interação III: estudos do léxico*. Maringá: Clichetec, 2010. p. 33-45.

PEREIRA, Rita Valadas; SILVESTRE, João Paulo; VILLALVA, Alina. Os adjetivos em -vel formados em português: estrutura argumental, estrutura temática e aspeto da base verbal. *ReVEL*, v. 11, n. 20, 2013. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/0c49b67bf8ef7a46e23ec3321d5eb87b.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2014.

REY-DEBOVE, Josette. Léxico e Dicionário. Tradução de Clovis Barleta de Moraes. São Paulo: *Alfa*, v. 28 (supl.), p. 45-69, 1984.

XATARA, Claudia Maria. Os dicionários bilíngues e o problema da tradução. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico*. Lexicologia Lexicografia, Terminologia. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 181-188.

ZINGARELLI, Nicola. *Lo Zingarelli 2012: vocabolario della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 2012.

Recebido em: 14/07/2014

Aceito em: 14/09/2014

O QUE TORNA UMA ANÁLISE DISCURSIVA? PERCURSO HISTÓRICO DE COMPREENSÃO¹

WHAT MAKES AN ANALYSIS DISCURSIVE?
HISTORICAL JOUR OF UNDERSTANDING

¿QUÉ CONVIERTE UN ANÁLISIS EN DISCURSIVO?
RECORRIDO HISTÓRICO DE COMPRENSIÓN

*Carine Fonseca Caetano de PAULA**
*Antônio FERNANDES JÚNIOR***

Resumo: Em meio a outros tipos de análise das linguagens – como, por exemplo, as análises de conteúdo, análise semiótica, literária ou das imagens – a necessidade de compreender a Análise do Discurso (doravante AD) como um campo teórico-metodológico e buscar pela especificidade daquilo que a torna propriamente discursiva, diferenciando-a de outros tipos de análise, é o objetivo de desenvolvimento deste artigo. Para isso, optou-se por traçar um breve percurso de compreensão acerca do modo de operar da análise discursiva, como ela se constitui epistemologicamente em um campo científico, na perspectiva pecheutiana, para, ao final, apresentá-la como uma análise “crítica” da linguagem, dando ênfase à relação entre Discurso e História.

Palavras-chave: Análise de Discurso; História; Michel Pêcheux.

Abstract: Among other types of language analysis – such as, for instance, content, semiotic, literary or image analyses – the need for understanding Discourse Analysis

¹ Este artigo apresenta uma versão modificada de parte do capítulo 1 da dissertação “Sobre saberes e verdades” (PAULA, 2014) defendida no Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem, PMEL, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão e disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3816>>; é também parte dos estudos realizados em Estágio de Pós-Doutoramento na Universidade Federal de São Carlos com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.

* Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Estudos da Linguagem, linha Texto e Discurso, pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão – Catalão – Goiás – Brasil. Contato: cacacaetano@bol.com.br.

** Doutor em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão – Catalão – Goiás - Brasil. Contato: tonyfer@uol.com.br.

(henceforth DA) as a theoretical-methodological field and seek for the specific element that characterizes it as discursive, apart from other types of analysis, is the goal of this article. In this order, this text decided to draw a brief course to understand how a discursive analysis works, how it is epistemologically created in a scientific field, in Pecheux's perspective, to finally present it as a "critical" language analysis, focusing on the relation between Discourse and History.

Keywords: Discourse Analysis; History; Michel Pêcheux.

Resumen: En medio a otros tipos de análisis de los lenguajes – como, por ejemplo, los análisis de contenido, análisis semiótico, literario o de las imágenes – la necesidad de comprender el Análisis del Discurso (en adelante AD) como un campo teórico-metodológico y buscar por la especificidad de aquello que la convierte en algo propiamente discursivo, distinguiéndola de otros tipos de análisis, es el objetivo de este artículo. Para eso, se optó por trazar un breve recorrido de comprensión alrededor del modo de funcionamiento del análisis discursivo, como se constituye epistemológicamente como un área científica, en la perspectiva de Pecheux, poniendo énfasis en la relación entre Discurso e Historia.

Palabras clave: Análisis del Discurso; Historia; Michel Pecheux.

1 Análise discursiva: primeiras considerações

Se partirmos de uma necessidade de compreensão mais imediata, a análise discursiva indica ter um caráter fortemente instrumental, configurando-se como uma metodologia aplicável a quaisquer objetos, sejam eles textos literários, jornalísticos, produtos midiáticos ou mesmo imagens, corpos e acontecimentos sócio-históricos, todos eles passíveis de uma análise discursiva mediante a aplicação de alguns "conceitos operatórios". Impressão inicial que não deixa de ser pertinente mas, à medida que se busca estabelecer com o campo da Análise do Discurso (doravante AD) uma relação menos pragmática e mais historicamente crítica, essa impressão cede espaço à uma compreensão mais criteriosa, principalmente a partir da leitura de autores como Gregolin (2007, 2013), Fernandes (2008), Sarfati (2010) e Maldidier (2003). Para esses autores, o caráter aplicativo da AD se justifica pelo modo específico de operar da própria análise discursiva, num cotejar incessante entre teoria/objeto/análise e numa transdisciplinaridade inerente ao próprio campo, tendo como principal característica, conforme Ferreira (2005, p. 41), o fato de a AD ser "uma teoria crítica da linguagem". Se há uma dimensão instrumental

inerente à análise discursiva, é bom reforçar, desde o início, que ela não prescinde à dimensão histórica de constituição do campo em suas nuances epistemológicas e teóricas que são muitas; e é sobre esta última dimensão que recairá a ênfase deste artigo para, ao final, reforçar a perspectiva crítica que a AD pode oferecer aos estudos das linguagens em geral.

Maldidier (2003) menciona que nas implicações entre teorias, procedimentos analíticos e objetos, teoria e análise de discurso são dimensões distintas, de modo que o campo, desde sua constituição histórica, “se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento” (MALDIDIER, 2003, p. 16). Essa particularidade confere à AD a característica de ser uma ciência

em que a análise precede, em sua constituição, a própria teoria. Ou seja, é porque o analista tem um objeto a ser analisado que a teoria vai-se impondo. Não há uma teoria já pronta que sirva de instrumento para a análise [...] (MALDIDIER, 2003, p. 10).

A linguagem materializada em um objeto discursivo e os sentidos que nela se inscrevem, seja essa materialidade verbal ou não-verbal, requer um dispositivo analítico e ele é dado pelo objeto da análise e não, *a priori*, pela teoria, desde que, obviamente, as especificidades teórico-metodológicas que caracterizam o campo da AD sejam resguardadas. Em fala proferida em minicurso, Gregolin (2013) afirma que “são os objetos que reclamam as teorias; a teoria é sempre um pouso provisório; é o objeto que exige, conforme sua natureza, que nos desloquemos para outras teorias”, de modo que trabalhar com materialidades não-verbais, por exemplo, exige ênfase em alguma teoria semiológica das imagens, mais do que em teorias linguísticas; ou investigar um objeto discursivo a partir de sua “espessura” sócio-histórica, pede ênfase nas condições sociais e históricas de produção desse objeto.

Nesse sentido, Gregolin (2013) ainda lembra que é necessário efetuar deslocamentos de teorias já institucionalmente pensadas em outros campos do saber para o campo da análise discursiva, o que confere à AD também a característica de ser um campo transdisciplinar. Sarfati (2010, p. 105-106) coloca o exercício da

transdisciplinaridade por parte dos analistas do discurso como uma tendência essencial ao campo, quase uma exigência, “uma vez que seu objeto (o discurso) estabelece imediatamente diversos pontos de contato com um conjunto de disciplinas conexas (história, filosofia, sociologia, psicologia, literatura etc)”, conferindo um caráter móvel às fronteiras do campo da AD.

Se essas especificidades no modo de operar da análise discursiva conferem a ela uma ampla aplicação, o alerta quanto ao rigor metodológico e conceitual feito por Courtine (FERNANDES, 2010), Piovezani e Sargentini (2011), Gregolin (2007) e Ferreira (2005) é outro ponto importante a ser colocado, uma vez que se corre o risco de fazer o uso indiscriminado dos conceitos e procedimentos analíticos. Ferreira (2005, p. 45), ao escrever sobre o quadro atual da Análise do Discurso no Brasil, afirma que o deslocamento da AD da Linguística e sua maior circulação “nas áreas-fronteiras das ciências humanas como a História, a Filosofia, a Sociologia e a Psicanálise” configuram-se num “perigo”, já que “alguns de seus conceitos (podem) ser banalizados e seu aparato teórico ser reduzido a ‘método de análise do discurso’”. Piovezani e Sargentini (2011, p. 24) também comentam sobre o risco que toda “ampla circulação de uma disciplina” traz consigo, especificamente naquilo que diz respeito à “banalização das noções”, aos “descuidos metodológicos” e à sua “vulgarização”, principalmente se as pesquisas discursivas se ativerem à “reprodução de práticas e pensamentos” e “recitação de conceitos”, e não avançarem no emprego efetivo de suas noções.

Em entrevista ao professor Cleudemar Fernandes, Courtine também alerta acerca da banalização metodológica da AD, ao lembrar que os conceitos discursivos precisam ser experimentados de forma “mais consistente e sistemática” no *corpus*:

é preciso que se questione o valor heurístico desses conceitos não os colocando à prova de três ou quatro panfletos políticos, enunciados publicitários ou recortes de imprensa, mas colocando à prova materiais históricos amplos, densos, complexos (FERNANDES, 2010, p. 24).

Gregolin (2007), numa direção parecida com a de Courtine, atenta para a necessidade de se “interrogar o solo epistemológico e

político” dos conceitos, refazendo as historicidades do campo para que o “percurso de construção conceitual” não seja banalizado. Para a autora, “[...] há um esquecimento da história que leva, hoje, à aparente confusão entre propostas, à ideia de que tudo e qualquer coisa que se faça é ‘análise do discurso’” (GREGOLIN, 2007, p. 9).

Em um campo marcado pela transdisciplinaridade e a existência de várias analíticas dedicadas às linguagens, num entrecruzamento de abordagens provenientes de matrizes epistemológicas e teóricas distintas, respeitar o percurso histórico dos conceitos indica uma preocupação metodológica necessária ao campo da AD. Adotar esse percurso metodológico na pesquisa discursiva pode ser importante para, conforme Ferreira (2005, p. 41), não se “cair na tentação de encará-la como disciplina de caráter meramente instrumental, sem especificidade própria. E isso definitivamente ela não é”, completa a autora.

Para além da mera aplicação de conceitos, a Análise do Discurso é um campo com fundamentos epistemológicos e teóricos, uma análise com especificidades no modo de operar e ainda, internamente, o campo se constitui a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas². Piovezani e Sargentini (2011, p. 11) lembram que no Brasil há uma heterogeneidade de orientações teóricas e métodos “vindos de alhures” e, além da análise do discurso de linha francesa, citam também “[...] a Análise do discurso anglo-saxã, a Análise da Conversação, a Linguística Textual e a Semiótica greimasiana”. Embora não seja objetivo construir um quadro teórico de exposição das diferentes abordagens discursivas, um mapeamento do campo da AD, sem a pretensão de fazer analogias e aprofundamentos, pode ser útil na identificação das diferentes tradições teóricas que o comportam, além de orientar as pesquisas, conforme coloca Ferreira (2008):

Esse zoneamento espacial da Análise do Discurso, da forma como vem se estruturando entre nós, mostra também em que direção nos

²Em grande medida, essa compreensão de que o campo da AD se constitui de diferentes abordagens teóricas se deve à participação no *IV Encontro em Análise do Discurso: fundamentos epistemológicos e abordagens metodológicas* realizado na UNESP/Araraquara, em agosto de 2013, evento que reuniu pesquisadores de diferentes abordagens discursivas.

movemos, quais são as nossas referências primordiais, em que consiste nossas escolhas, onde se situam as diferenças de objetos, conceitos e métodos que produzimos, com nossa prática, em nosso próprio campo teórico (FERREIRA, 2008, p. 37).

Na tarefa de indicar esse breve “zoneamento espacial” das tradições e abordagens teóricas, Gregolin (2013) é providencial ao mencionar três tradições e os autores em torno dos quais os estudos discursivos se organizam: a tradição francesa de Michel Pêcheux, Michel Foucault e, mais recentemente, Dominique Maingueneau; a AD de filiação aos postulados do russo Mikhail Bakhtin, atualmente conhecida como “Círculo de Bakhtin”; e, por fim, a tradição anglo-saxã que se auto-intitula Análise Crítica do Discurso (ACD) centrada, principalmente, nas pesquisas do norte americano Norman Fairclough. Essas diferentes tradições e abordagens teóricas podem ser mais detalhadamente exploradas nas produções científicas realizadas pelos grupos de pesquisa já consolidados que formulam, em torno de cada um desses autores, suas problematizações³.

Apesar das nuances epistemológicas e teóricas dessas diferentes abordagens discursivas, de acordo com Gregolin (2013), há uma especificidade que as une e ela está na concepção de que: “só há análise de discurso se houver articulação entre uma teoria da linguagem, uma teoria do histórico-social e uma teoria do sujeito”; e os discursos, objetos da análise, se caracterizam por serem “produção e recepção de efeitos de sentidos elaborados por sujeitos sócio-históricos e materializados em algum tipo de linguagem”, contemplando tanto objetos verbais/textuais quanto objetos não-verbais, como as imagens, ou ainda longas formações histórico-discursivas, como as ciências, por exemplo.

³ No Brasil, existem vários grupos de pesquisa em Análise do Discurso e seus integrantes seguem distintas orientações teórico-metodológicas, seja no campo dos estudos linguísticos ou em áreas afins, tais como a Educação, a Sociologia etc. Ao acessar a base de dados do CNPq, o leitor poderá efetuar uma busca mais ampla de grupos de AD de áreas distintas ou, se preferir, pesquisar por grupos vinculados aos estudos linguísticos. Para a primeira opção, seguir o *link*: <http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf>; a segunda opção está disponível no seguinte endereço: <http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf>.

Interessante é perceber que, nessa especificidade e independente da orientação discursiva, o propósito de ser a Análise do Discurso uma “teoria crítica da linguagem” (FERREIRA, 2005) ou “uma prática que permite agir sobre os mecanismos da ideologia e que autoriza a expressão rigorosa de um olhar crítico” sobre os discursos, se faz presente. (SARFATI, 2010, p. 115). Sob uma perspectiva mais contemporânea, pode-se pensar a AD como uma analítica crítica da linguagem que permite agir sobre os mecanismos de produção, circulação e apropriação dos sentidos inscritos e naturalizados nos discursos; um mecanismo para descortinar as formas de dominação inscritas e atuantes nas e pelas discursividades, como nos sugere Gregolin (2013).

2 Constituição do campo da AD: entre a História e a Linguística

Pensando que cada campo do conhecimento científico tem um modo específico de constituir e tratar sua problemática, fazer o percurso histórico de formação do campo da AD é buscar pelos pensamentos e autores que o constituíram enquanto campo científico, tendo em Michel Pêcheux sua figura fundadora. Gregolin (2007, p. 10) coloca a necessidade de “recuperar a historicidade da constituição” do campo da AD, procurando

revolver o solo que possibilitou o aparecimento de uma *teoria do discurso* dentro de um campo de pesquisas que convencionalmente denomina-se *análise do discurso de linha francesa* e que tem em Michel Pêcheux o seu centro de gravitação.

Sob a coordenação de Pêcheux, organizou-se um grupo de pesquisadores que muito contribuíram para o projeto de constituição de uma teoria do discurso, na perspectiva da AD. A leitura de Maldidier (2003) deixa bem claro que as pesquisas eram feitas coletivamente. Nas palavras da autora, Michel Pêcheux era um “filósofo que se tornou linguista, sem deixar de ser filósofo” (MALDIDIER, 2003, p. 97) e juntamente com ele, outros pesquisadores foram imprescindíveis nos rumos que as pesquisas tomaram, principalmente, nos anos finais do projeto pecheutiano: alguns linguistas e psicólogos simpáticos à

informática, nos primeiros anos⁴; outros importantes na “reviravolta da conjuntura teórica” dos anos 1976-1979⁵; e ainda aqueles que nos anos 1980 introduziram reformulações teóricas tanto do ponto de vista histórico, caso de Jean-Marie Marandin e Jean-Jacques Courtine, quanto do ponto de vista linguístico como, por exemplo, Jacqueline Authier-Révuz⁶.

Ferreira (2005, p. 39) conta que o início da AD na França “coincide com o auge do estruturalismo, como paradigma de formatação do mundo, das ideias e das coisas para toda uma geração da intelectualidade francesa”. Também Gregolin (2007) lembra que foi num momento histórico em que os paradigmas das ciências humanas passavam por uma grande transformação que o campo da AD se constituiu. A autora fala de uma “aventura estruturalista [...] que sacudiu as ciências humanas do século XX” (GREGOLIN, 2007, p. 19), firmando-se soberana a partir dos anos 1950 até o final da década de 1970, entrando em crise a partir de 1980. A linguística fundada por Saussure teve, então, relevância primordial na difusão das ideias estruturalistas, sendo seu “Curso de Linguística Geral”, de 1916, um marco teórico que faz da linguística a ciência renovadora das ciências humanas, com a introdução de novas problemáticas tais como a concepção de linguagem na perspectiva da comunicação, a formalização das relações, a relação com a História e a própria noção de discurso.

Além do estruturalismo, nessa mesma época, o marxismo, numa releitura via Althusser, também obteve forte presença nas

⁴ No tempo das grandes construções, alguns nomes tais como Paul Henry, matemático e linguista, Michel Ploin, psicólogo, e ainda Jacqueline Léon, Antoine Culioli, Catherine Fuchs, Claudine Haroche.

⁵ Nos anos que Maldidier (2003) caracteriza como mais de fala do que de escrita, seminários contribuíram para as pesquisas com a participação, por exemplo, da psicanalista Elisabeth Roudinesco, Françoise Gadet, Claudine Normand, Régine Robin, a própria Denise Maldidier, entre outros nomes.

⁶ Embora não seja aqui objeto de problematização, seria negligência não mencionar a contribuição de Authier-Révuz na elaboração das noções de heterogeneidade discursiva (AUTHIER-RÉVUZ, 2004). Maldidier (2003, p. 84) narra que “o encontro de Michel Pêcheux e Jacqueline Authier é um verdadeiro encontro intelectual” [...] A heterogeneidade constitutiva de Jacqueline Authier acenava [...] para o interdiscurso de Michel Pêcheux.”

ciências humanas⁷ e em particular no campo da AD, uma vez que o pensamento althusseriano, conforme Gregolin (2007, p. 52), dá “sustentação filosófica e política” à obra de Michel Pêcheux, em especial na busca pelas ideologias presentes nos discursos. Conforme a autora:

o encontro teórico e político entre o estruturalismo e o marxismo, na França dos anos 1960, representou uma tentativa anti-positivista que visou apreender e explicar o entrecruzamento entre a linguagem e a história (GREGOLIN, 2007, p. 33).

Portanto, é sob essa influência marcante do estruturalismo e do marxismo, estabelecendo diálogos com os pensamentos de Marx, Freud, Nietzsche, Saussure, e a partir de releituras críticas desses autores feitas respectivamente por Althusser, Lacan, Foucault e o próprio Pêcheux que o campo da AD se constitui enquanto campo teórico-metodológico:

O final dos anos 60 é, portanto, uma época de releituras de Saussure, Freud e Marx. Pêcheux refere-se a eles como a “Tríplice Aliança” que estará na base do desenvolvimento da análise do discurso (GREGOLIN, 2007, p. 31).

Sousa (2006) também comenta sobre a influência de alguns pensadores na proposta discursiva de Pêcheux, incluindo nesse rol também Mikhail Bakhtin:

Althusser com sua releitura de Marx; Foucault com a noção de formação discursiva, a partir da qual outros conceitos são elaborados, como os de interdiscurso, memória discursiva, práticas discursivas etc; Lacan com suas leituras das teses de Freud sobre o inconsciente que o coloca como estruturado pela linguagem; Bakhtin com seu princípio dialógico da linguagem que serve de base para a

⁷ Gregolin (2007) relata essa influência teórica de Althusser afirmando que alguns jovens intelectuais brilhantes dos anos 1960-1970, mesmo com suas diferenças teóricas, como Lacan, Foucault, Derrida, Bourdieu, Deleuze, Michel Serres, André Comte-Sponville, foram alunos ou frequentaram os cursos de Althusser, como também Dumézil, Barthes, Braudel, Canguilhem, em que Nietzsche e Spinoza também eram lidos.

tese de que o discurso é constitutivamente heterogêneo (SOUSA, 2006, p. 11).

A partir dessas referências e das considerações de Eni Orlandi (PÊCHEUX, 2008; MALDIDIER, 2003), fica evidente o caráter de “entremeio” do pensamento de Pêcheux na construção do discurso como objeto de investigação. Ferreira (2005, p. 41) também retoma Eni Orlandi dizendo que a autora “imputa à AD a condição de *disciplina de entremeio*, uma vez que sua constituição se dá às margens das chamadas ciências humanas”, deslocando conceitos de outras áreas do saber tais como a psicanálise, a linguística e o materialismo histórico para o campo da AD, num trabalho inquietante de Pêcheux em fundar uma nova forma de conhecimento. Conforme Maldidier (2003):

Diante desse novo objeto, a reação foi, muitas vezes, a de tentarem forçar o autor a abrir mão desse objeto, seja integrando-o à linguística, ou à psicanálise ou à história. Não por acaso, mas porque era no campo dessas regiões teóricas e suas contradições que Michel Pêcheux pressentia a importância da instalação desse seu “objeto”, o discurso. [...] era pensando essas regiões do conhecimento, colocando questões delas para elas mesmas, que ele ia estabelecendo um novo território de conhecimento da linguagem, da história (e do sentido), do sujeito (MALDIDIER, 2003, p. 11).

A partir disso, podemos ter uma noção do solo teórico em que as questões relativas ao discurso se desenvolveram. É deste entremeio, solo pouco “firme”⁸, sujeito a deslocamentos e correções teóricas e analíticas que “o projeto de Michel Pêcheux nasceu [...] sob o signo da articulação entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise” (MALDIDIER, 2003, p. 16). Vale lembrar que cada uma dessas matrizes teóricas em separado traz consigo diferentes problematizações teórico-metodológicas e filosóficas, além de suas revisões críticas, feitas nos anos 1960, derivarem diferentes concepções sobre a língua, o sujeito e a história. Gregolin (2007, p. 14) afirma que nenhuma dessas “paragens é tranquila [...] afinal, como poderia ser pacífico o encontro

⁸ Expressão emprestada de Maldidier (2003, p.15): “Michel Pêcheux não construiu no firme”.

entre três pensadores geniais e suas diferentes maneiras de situarem-se frente ao discurso, aos sujeitos e à História?”.

Dessas três matrizes, o materialismo histórico, a partir de Althusser, e o estruturalismo linguístico de Saussure são aqui mais relevantes, pois a partir deles é possível compreender como se opera a articulação entre Linguística e História, contato que, segundo Eni Orlandi, “constitui a materialidade específica do discurso” (PÊCHEUX, 2008, p. 8). Dessas três matrizes, Courtine (2008) também enfatiza a relação entre Linguística e História ao lembrar que

[...] a Análise do discurso na França estabeleceu como seu objetivo, convocando para tanto a Linguística e a História, produzir leituras “objetivas” da ideologia na materialidade dos discursos. A História garantia a constituição de seus *corpora* e a Linguística legitimava as manipulações efetuadas sobre os enunciados. Essa reunião de dispositivos científicos tinha, além disso, uma perspectiva crítica, concebida sob os auspícios do marxismo (COURTINE, 2008, p. 12).

No que diz respeito à Linguística, Malidier (2003) relata a força que o projeto linguístico de Saussure exerce sobre a problemática do discurso elaborada por Pêcheux, de modo que a centralidade da língua mantém-se invariante ao longo de suas pesquisas. Mesmo com o passar dos anos e das interlocuções com outras áreas do saber, a autora lembra que nos seminários dos anos 1980, a questão da Linguística ainda era essencial, embora colocada sob a perspectiva das discursividades e não mais do tratamento formal da língua.

Desde os primeiros tempos, com a elaboração da “Análise Automática do Discurso”, de 1969⁹, Pêcheux marca firmemente sua entrada no campo da Linguística. Para o autor, além do “funcionamento das línguas em relação a elas mesmas” com sua morfologia, fonologia, sintaxe, há um nível a mais que não deriva da língua e é também constitutivo das significações: “o laço que liga as significações de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de forma alguma secundária, mas constitutivo das próprias significações”. (MALDIDIER, 2003, p. 31). Nesta primeira fase, as

⁹Para Malidier (2003, p. 19) este é o livro “esboço, o laboratório de uma teoria ainda por vir”, em que se ligam “todos os fios constitutivos de um objeto radicalmente novo: o discurso.”, ao mesmo tempo inaugurador e incessantemente corrigido e criticado.

noções de “pré-construído” e “interdiscurso” são pensadas; a articulação entre Linguística e Discurso torna-se mais explícita e a língua passa a ser condição de possibilidade para o discurso. Em 1975, com “Semântica e Discurso”, livro em que há um aprofundamento dos conceitos, Maldidier (2003, p. 45) lembra que a teoria do discurso já se estabelece e “de fato, o discurso é a figura central do livro. Ele liga todos os fios: da linguística e da história, do sujeito e da ideologia, da ciência e da política”.

Em “O Discurso: estrutura ou acontecimento”¹⁰, já na época da “desconstrução” do projeto pecheutiano, após várias reformulações teóricas e analíticas, Pêcheux ainda reitera o primado do linguístico, afirmando que uma das exigências para se trabalhar com o discurso na perspectiva da estrutura e do acontecimento, é a descrição da materialidade discursiva a partir do real da língua:

a primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. [...] essa concepção da descrição supõe [...] o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua. [...] Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como a condição de existência (de princípio) [...] (PÊCHEUX, 2008, p. 50).

Se, conforme Possenti (2009, p. 69), “a questão (do linguístico) é posta como crucial” para Pêcheux, tornando-se permanente ao longo dos anos de pesquisa, o contexto histórico e político de crise do marxismo provocou uma reviravolta na concepção de História até então operada por Pêcheux e seu grupo. Maldidier (2003) menciona que no colóquio “História e Linguística” de 1983, já no ano final dos trabalhos do autor, os reajustes propostos dizem respeito mais a conceitos provenientes da História do que da Linguística. Neste colóquio, o materialismo histórico¹¹ e a “antiga

¹⁰A publicação deste livro acontece em 1988, após a morte do autor, tendo sido proferido por Pêcheux na Conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições”, na Universidade de Illinions Urbana-Champaign, entre 8 e 12 de julho de 1983 (PÊCHEUX, 1997).

¹¹Tendo por referências as noções de “ideologia” e “contradição na luta de classes”, a perspectiva materialista da história força uma “sobredeterminação” da teoria sobre os

concepção de condições estáveis e homogêneas de produção vindo determinar ‘o que pode e deve ser dito’” a partir de um saber histórico exterior ao *corpus* da análise, são concepções que passam a ser problematizadas (MALDIDIER, 2003, p. 92-93).

Uma concepção histórica interna ao próprio campo discursivo, sendo possível traçar “trajetos temáticos”, construir sequências discursivas e analisar os deslocamentos enunciativos na própria materialidade discursiva, em momentos históricos distintos, começam a fazer parte das análises. Sargentini (2010) e Maldidier (2003) relatam a importância de alguns linguistas e historiadores do discurso nesta mudança de concepção histórica: Regine Robin, com sua obra “História e linguística”, Jacques Guilhaumou e Jean-Jacques Courtine. No caso da noção de “trajeto temático”, o texto de Guilhaumou e Maldidier (1994), “A análise do discurso no lado da História”, ilustra essa perspectiva de inscrição da história no interior dos discursos. Courtine ocupa um lugar específico neste percurso, pois é ele quem, nas palavras de Gregolin (2007), “traz Foucault para a análise do discurso” e com ele a concepção de uma “nova história” começa a adentrar o campo da AD.

Como é sabido, o marxismo, na releitura de Althusser, é uma das bases epistemológicas de constituição do campo da AD. Sarfati (2010, p. 108) afirma que, “de maneira dominante, o marxismo althusseriano, cujos questionamentos (ideologia) e objetos (teoria do poder, lutas sociais e políticas) constituem o fundamento comum dos teóricos franceses”, foi o pano de fundo teórico não só para Pêcheux, mas também para outros autores franceses como Michel Foucault, e tinha por objetivo “a desconstrução racional da dimensão discursiva das ideologias” (SARFATI, 2010, p. 114). Gregolin (2007) corrobora essa tríplice relação teórica e traça um “triângulo” de influências e apropriações diferenciadas da teoria de Althusser por parte de Pêcheux e de Foucault, sendo o primeiro professor dos dois últimos.

É principalmente no artigo de Pêcheux intitulado “Língua, linguagem e discurso” de 1971 que, conforme Maldidier (2003, p. 32), “o materialismo histórico e a teoria das ideologias [...] dá seu verdadeiro fundamento ao discurso”, sendo a relação entre língua,

objetos da análise discursiva, de modo que ganha relevância a concepção de que os discursos são formas de dominação (MALDIDIER, 2003; SARGENTINI, 2010).

discurso e ideologia fundamentada, em grande medida, a partir do texto de Althusser, “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas a uma pesquisa)”, de 1970¹². De acordo com Gregolin (2007), os anos de 1976-1979 vão de um percurso ainda fortemente marcado por uma “militância” de Pêcheux no revigoramento das ideias marxistas em seus textos, a um desencantamento do autor com a política do Partido, muito em função da exposição dos crimes cometidos pelo regime stalinista, o que resulta em um período de autocrítica e reajustamento do projeto político da AD.

Nos textos pecheutianos desse momento, seus “lugares de fala” estão atravessados pela paixão dos debates entre marxistas sobre as questões da linguagem e da política. Seguindo alguns desses textos, podemos verificar que eles apresentam uma grande ruptura: o contraste é evidente entre os anos 1976-1977 (ainda dentro de uma perspectiva do Programa Comum das esquerdas e de um marxismo “inabalável”) e os anos 1978-1979 (quando se expressa o desencanto com a política do Partido) (GREGOLIN, 2007, p. 118).

Na esteira desses acontecimentos, a partir dos anos 1980, inicia-se uma “desconstrução” das bases epistemológicas e teóricas do projeto que vinha sendo construído desde os anos 1969. Gregolin (2007) pergunta-se:

quais eram os grandes problemas teóricos do projeto althusseriano dos quais Pêcheux tinha que se desembaraçar para poder dar conta das grandes mutações que ocorriam na França no início dos anos 1980? (GREGOLIN, 2007, p. 153).

Dentre eles, a autora dá ênfase à necessidade de se distanciar da leitura marxista que, nas palavras de Courtine, reduz “o histórico ao político, o político ao ideológico, o ideológico ao discursivo, o discursivo ao sintático” (COURTINE, *apud* GREGOLIN, 2007, p. 153).

Além desses problemas teóricos, há também fatores sociais, políticos e econômicos que propiciaram a “desconstrução” do projeto pecheutiano. Gregolin (2007) e Courtine (2008) lembram que durante

¹² No que diz respeito ao marxismo althusseriano e sua influência na AD, ver Sarfati (2010) e Gregolin (2007).

os anos 1980, um conjunto de fatores favoreceu o “refluxo e, depois, a derrocada do marxismo na vida intelectual na França (o que) contribuiu para apagar a perspectiva histórica e crítica, em proveito exclusivamente da técnica linguística”. (COURTINE, 2008, p. 12). Dentre esses fatores, Courtine (2008, p. 13) refere-se ao “declínio da classe operária tradicional e, com ela, do Partido com o qual ela estava historicamente ligada, o recuo do marxismo no universo intelectual, a falência do regime soviético e a onda propagada pela queda do muro de Berlim [...]”. Gregolin (2007) acrescenta a esse cenário o

estilhaçamento do saber que se produziu a partir dos anos 1980, definido pela nova geografia política, o fim das grandes narrativas, a crise dos paradigmas, a formação dos grandes blocos econômicos, a globalização, o desenvolvimento dos meios digitais, a Internet etc. (GREGOLIN, 2007, p. 11).

À crise do marxismo, somam-se o declínio do estruturalismo e a morte de autores, nos anos 1980, que participaram direta ou indiretamente da fundação de um projeto discursivo tais como Pêcheux, Althusser, Foucault, Barthes, Lacan, também contribuiu para a reconstrução do projeto. Acontecimentos que inclusive favoreceram também a diversificação das análises – além do discurso político, objetos discursivos de outras naturezas também passaram a ser analisados, já que as “condições de produção dos discursos no espaço ocidental” haviam sido profundamente modificadas¹³. (COURTINE, 2008, p. 13). Ferreira (2005, p. 45) também comenta sobre a diversificação de interesses por parte dos analistas do discurso na escolha de seus objetos, ao colocar que “temas sociais (imigração, movimento sem terra, greves), “diferentes tipos de discurso (religioso, jurídico, científico, cotidiano)” ou “questões estritamente teóricas (hiperlíngua, autoria, sujeito do discurso)”, passaram a integrar a análise discursiva, extrapolando bastante a análise do discurso político, indicando aí mudanças de concepção em seu projeto inicial.

Toda essa conjuntura acentua o processo de “abertura” e renovação teórica por que passa a AD nos anos 1980. Sargentini

¹³ O livro “Análise do discurso: heranças, métodos e objetos” (2008) organizado por Sargentini e Gregolin é uma boa referência para tratar desses deslocamentos de objetos na AD.

(2010) comenta que nestes anos, na França, houve uma redução da “espessura histórica” nos trabalhos de AD, com o risco de o campo ter suas questões reduzidas à “descrição gramatical”, num rompimento do diálogo entre historiadores e linguistas. Para Gregolin (2007),

A saída do althusserianismo, o início de uma desconstrução teórica e o desaparecimento de seus principais formuladores (Pêcheux, Althusser, Foucault) levou a análise do discurso francesa a uma guinada para o lado da ‘gramaticalização’, isto é, desmarxizando a sua base, os trabalhos passaram a fixar-se no intradiscursivo, deixando em suspenso aquilo que se anunciara no período de 1980-1983, isto é, a possibilidade de pensar o discurso no interior de um feixe de relações entre a língua e a história. (GREGOLIN, 2007, p. 183).

Sargentini (2010, p. 99) lembra, no entanto, que os trabalhos foucaultianos abrem uma “fresta” nesse diálogo interrompido entre a Linguística e a História e, “ao mesmo tempo rejeitado por uns e admirado por outros, (Foucault) combate uma história de causalidade e continuidades, questiona os dogmas, duvida da verdade dos fatos.”. A entrada do pensamento de Michel Foucault no campo da AD acontece, portanto, num período de “desconstrução-reconstrução” do projeto pecheutiano e promove uma nova maneira de se pensar as discursividades, principalmente, a partir de uma perspectiva arqueológica que dialoga com os postulados da Nova História.

Em Paula (2014), uma tentativa de explanação de como o pensamento de Foucault adentra o campo da AD é desenvolvida e, embora este seja um outro percurso de compreensão o qual desdobra-se na inflexão arqueológica das análises e na conseqüente descrição histórica dos acontecimentos discursivos, objeto de problematização para uma outra ocasião, o estreitamento entre Discurso e História reserva uma perspectiva crítica de análise e para isso o pensamento de Foucault muito contribui à análise discursiva.

De acordo com Gregolin (2003), dentre os quatro nomes fundamentais que vão influenciar as propostas discursivas de Michel Pêcheux – Althusser, Lacan, Bakhtin e Foucault – este último, com “A Arqueologia do Saber”, “assinala várias questões que serão incorporadas à Análise do Discurso” e, mesmo com algumas diferenças teóricas e ideológicas, as noções de *formação discursiva*,

acontecimento discursivo e a perspectiva da Nova História são importantes influências para o projeto pecheutiano. A parte dessas influências e incorporações, a questão importante é perceber, ainda que Foucault “não teve o intento de se colocar como fundador de um campo disciplinar – como a Análise do Discurso – e suas pesquisas não caminharam nessa direção”, (FERNANDES, 2012, p. 13), que sua obra teve forte influência nos anos finais do projeto pecheutiano, somando-se à análise linguística uma perspectiva histórica bastante profícua para a construção das noções presentes no interior do campo da AD, ampliando a abrangência da análise discursiva e sua dimensão crítica.

3 Perspectiva crítica da análise discursiva: últimas considerações

Além de compreender as bases epistemológicas e o modo de operar do campo da AD, mapear suas diferentes abordagens teóricas, fazer o percurso das matrizes epistemológicas que fundamentam a análise discursiva de Michel Pêcheux e ressaltar a relação Discurso/História, indicando a proficuidade do pensamento de Michel Foucault às análises, foi indispensável para compreender algumas nuances relativas ao próprio campo dos estudos discursivos. Embora as abordagens teóricas sobre o discurso transitem nos entremeios da Linguística, da História e das teorias do sujeito, ocorre de elas gravitarem com maior ênfase em torno de um desses eixos, como é o caso, por exemplo, da proposta de Michel Pêcheux que não abandona, mesmo após muitas reformulações teóricas de seu projeto, a primazia da Linguística; ou de Michel Foucault que, com a perspectiva da Nova História, influencia as análises em uma maior “espessura” sócio-histórica (SARGENTINI, 2010). Saber disso pode ser, para iniciantes no modo discursivo de exercer o pensamento, um percurso facilitador à compreensão, uma vez que adotar posicionamentos teórico-metodológicos em um campo científico transdisciplinar e de “entremeio”, como é o campo da AD, pode ser uma tarefa não tão simples.

Feita essa consideração e buscando um estreitamento da relação entre Discurso e História, uma crítica aos estudos discursivos que conferem relevância à dimensão meramente aplicativa de conceitos operatórios a objetos, negligenciando a dimensão sócio-

histórica dos discursos, se configura e reforça a problematização preliminar do início deste artigo: a ênfase na constituição histórica do campo e na relação Discurso/História alerta no sentido de não reduzir a AD a uma metodologia utilizada meramente para fazer análises instrumentalizadas de “panfletos políticos”, “enunciados publicitários” ou “recortes de imprensa”, numa tentativa pouco criteriosa de partir para análise dos objetos discursivos sem compreender as nuances epistemológicas e teóricas que constituem um campo científico caracterizado como “de entremeio”. Esse apontamento crítico deriva da percepção de que relegar a segundo plano a dimensão histórica e crítica que a análise discursiva pode conferir aos estudos das práticas sociais, sejam elas discursivas ou não, é deixar de contribuir com a desconstrução dos estereótipos que modelam pensamentos e práticas e se mantêm enquanto regimes de verdade, sendo reproduzidos sem um posicionamento crítico diante das práticas sociais e acadêmicas.

Ao comentar sobre a noção de discurso numa interlocução com o pensamento foucaultiano, Veyne (2009) apresenta o discurso como quadros sócio-históricos formais, fenômenos singulares, ideias gerais acerca de objetos discursivos, construídos conforme as concepções, os saberes e os regimes de verdade característicos de cada época. Na metáfora dos discursos como “aquários transparentes”, o autor lembra que “Cada um só pode pensar como se pensa no seu tempo” (VEYNE, 2009, p. 18), o que promove certa “ilusão tranquilizante” da realidade uma vez que, ao ignorar essa condição, as singularidades dos discursos ficam por vezes desconhecidas já que elas permanecem, em grande medida, invisíveis, implícitas, inconscientes, não ditas, funcionando como pressupostos estereotipados, apresentando-se como verdadeiros: “As falsas generalidades e os discursos variam através do tempo; mas, em cada época, passam por verdadeiros. De tal modo que a verdade é reduzida a dizer a verdade” (VEYNE, 2009, p. 19).

Se a dimensão analítico-operacional se faz necessária ao campo da AD, num cotejar entre teoria/objeto/análise, (GREGOLIN, 2013), não se restringir a ela e ampliar o recorte da análise à dimensão histórica, oferece ao pesquisador a possibilidade de efetuar a dimensão crítica tão relevante às ciências humanas e sociais. Sendo também esse o propósito do campo da AD em sua constituição histórica, tal proceder crítico é uma escolha mais assertiva na direção daquilo que propõe Gregolin (2013) quanto ao objetivo da AD: o de identificar os

sentidos inscritos nas e atuantes pelas materialidades discursivas, sejam elas verbais ou não-verbais, estando presentes nos ditos ou escritos, nas crenças, práticas, saberes e/ou nos mecanismos e procedimentos institucionais e, nessa identificação, desconstruí-los por meio da crítica aos discursos naturalizados, essas “ideias gerais” construídas conforme “as concepções, os saberes e os regimes de verdade característicos de cada época” (VEYNE, 2009).

Dar ênfase à “espessura” sócio-histórica dos discursos e efetuar leituras mais críticas e menos operacionais dos discursos é uma maneira de denunciar o caráter arbitrário, autoritário, estratégico e dominante de se exercer poder por meio das discursividades. Tomando por referência o pensamento arqueológico de Michel Foucault, Veyne (2009) sugere, na mesma direção de uma análise crítica da linguagem, que esse pensar por meio de estereótipos, de falsas generalidades que se passam por verdadeiras, pode ser desnudado por meio de uma analítica. Os discursos são objetos passíveis de análise até que suas singularidades sejam captadas, seus estereótipos sejam apagados, suas historicidades sejam descritas, seus efeitos de sentidos inscritos na materialidade linguística sejam esquadrihados, até que o conjunto de “elementos dispostos em seu redor: costumes, palavras, saberes, normas, leis, instituições [...]” (VEYNE, 2009, p. 15) seja mapeado e suas diferenças últimas identificadas.

Porque cada vez que se atinge essa *differentia ultima* do fenômeno que consiste no discurso que o descreve, descobre-se infalivelmente que o fenômeno é bizarro, arbitrário, gratuito. [...] Balanço: quando se foi assim até ao fundo de um certo número de fenômenos constata-se a singularidade de cada um e a arbitrariedade de todos [...] (VEYNE, 2009, p. 18).

Referências

AUTHIER-RÉVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução de Heloisa Monteiro Rosário. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. Tradução de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p. 11-19.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

_____. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

_____. Discurso, história e arqueologia (entrevista com Jean-Jacques Courtine). In: MILANEZ, Nilton; GASPARG, Nádea Regina (Org.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 17-30.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da Análise do Discurso no Brasil. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.) *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 39-46.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso, herança e filiações: uma questão mal resolvida. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p. 37-46.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.

_____. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Cleudemar; SANTOS, João Bosco (Org.). *Teorias Linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: UFU, 2003.

_____. J-J Courtine e as metamorfoses da Análise do Discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p. 21-36.

_____. As bases epistemológicas da AD face aos objetos da mídia. (minicurso) IV Encontro em Análise do Discurso: fundamentos epistemológicos e abordagens metodológicas. UNESP/Araraquara: agosto de 2013.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da História. Tradução de De Suzy Lagazzi e José Horta Nunes. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Tradução de Betânia S. C. Mariani [et al]. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994. p. 163-181.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso - (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. In: MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso - (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi - Campinas: Pontes, 2003. p. 9-13.

PAULA, Carine Fonseca Caetano de. *Sobre saberes e verdades: as discursividades científica e feiticeira no livro-enunciado de Carlos Castañeda*. 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica especial de Letras e Linguística, Catalão-GO, 2014.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 5. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2008.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: _____. *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. Tradução de Carlos Piovezani e Vanice Sargentini. São Paulo: Contexto, 2011. p. 7-38.

POSSENTI, Sírio. Sobre língua e discurso. In: _____. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SARFATI, Georges-Eliá. *Princípios da análise do discurso*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Ática, 2010.

SARGENTINI, Vanice. As relações entre a Análise do Discurso e a história. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina (Org.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 95-102.

SOUSA, Kátia Menezes de. Um nó na trama discursiva: a constituição da Análise do Discurso na Faculdade de Letras/UFG. *Signótica Especial*, n. 2, p. 9-19, 2006.

VEYNE, Paul. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Tradução de Luís Lima. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

Recebido em: 15/07/2014

Aceito em: 30/07/2014

A LINGUAGEM E A CONTINGÊNCIA DO HUMANO

THE LANGUAGE AND THE HUMAN CONTINGENCY

EL LENGUAJE Y LA CONTINGENCIA DEL HUMANO

*João Paulo AYUB**

Resumo: O artigo pretende discutir o caráter *não fixado* da natureza humana a partir de considerações sobre o domínio contingente da linguagem. O tema da não fixação do humano numa natureza pré-determinada repercute de modo central nas preocupações teóricas do campo de estudos da antropologia filosófica. O texto deve mostrar, contudo, que a reflexão acerca da linguagem abre um leque considerável de opções para o aprofundamento desta investigação. Para tanto, serão destacadas algumas contribuições dos campos de estudo da literatura, da educação e da antropologia.

Palavras-chave: Natureza humana; Linguagem; Poesia; Educação; Experiência.

Abstract: The paper discusses the character of human nature not fixed from the contingent nature of language. The theme reflected in the theoretical concerns of the field of study of philosophical anthropology. The text should show that reflection on language opens a considerable range of options for the further development of this research. For this, we highlight some contributions from the fields of study of literature, education and anthropology.

Keywords: Human nature; Language; Poetry; Education; Experience.

Resumen: El artículo aborda el carácter no fijado de la naturaleza humana y el carácter contingente de la lengua. La cuestión de la no fijación de una naturaleza humana predeterminado refleja en las preocupaciones teóricas del campo de estudio de la antropología filosófica. El texto debe mostrar, sin embargo, que la reflexión sobre el lenguaje abre una considerable gama de opciones para el futuro desarrollo de esta investigación. Para ello, destacamos algunas contribuciones de los campos de la literatura, la educación y la antropología.

Palabras clave: Naturaleza humana; Lenguaje; Poesía; Educación; Experiencia.

* Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas – São Paulo – Brasil. Contato: joaoayub@gmail.com.

1 A pergunta pela natureza humana

Questionar-se acerca da natureza humana é um gesto que acompanha a trajetória dos homens desde o seu nascimento – muitas vezes, um engajamento angustiado na difícil tentativa de autocompreensão. O nascimento de um novo ser e, num âmbito maior, a emergência da cultura – e da civilização –, inauguram o movimento inevitável de um olhar constante sobre si mesmo: um olhar perscrutador interessado naquilo que o homem é ou pode vir a ser. Esse olhar, contudo, emerge a partir de um arranjo complexo: o registro do *mesmo* encontra-se irremediavelmente atravessado por uma dupla perspectiva. A imagem de si advém, como um estranho reflexo, do olhar lançado em direção ao *outro*. Este olhar do outro, contudo, não determina para sempre o ente do ser olhado; ao contrário, inaugura um movimento permanente, para sempre inconclusivo, de mútua conversação. O estranhamento do mesmo, a aceitação e o conflito provenientes do encontro com este olhar interessado em lhe dizer se fazem presentes neste processo marcado por uma constante transfiguração dos termos em relação. Em resumo, pode-se dizer que a inserção dos homens no interior deste jogo de espelhos configura a condição primeira deste ser profundamente comprometido com as vicissitudes de sua natureza.

Nesta trajetória de caminhos infindáveis, duas respostas se destacam em meio a um emaranhado de experiências quase infinitas: à concepção do humano enquanto natureza pré-determinada, demarcada por leis e regras universais – e aqui podemos pensar no conceito de natureza fundado na matriz kantiana, que entende a “existência das coisas enquanto determinadas por leis universais, ou a conexão dos fenômenos segundo regras necessárias ou leis” (GIACOIA, 2013, p. 32)¹ – contrapõe-se a tese antropológica segundo a qual o animal humano caracteriza-se pela não fixação de uma natureza determinada por leis universais, e que, junto “a uma redução do patrimônio

¹ “No que se refere ao gênero humano, essa regularidade e constância de relações entre determinações objetivas estaria ligada à identidade, universalidade e necessidade de determinadas propriedades ou atributos essenciais, independentes de variações empíricas observáveis no tempo e no espaço, como por exemplo as diferenças de raça, sexo, idade, cultura, condições climáticas, econômicas, sociopolíticas etc.” (GIACOIA, 2013, p. 32).

genético-instintual”, corresponde “um excesso de forças pulsionais não definitivamente fixadas, polimorfos, deslocáveis” (GIACCOIA, 2013, p. 32).

2 A linguagem e a natureza não fixada do humano

No horizonte aberto pelos dois registros citados, este artigo defende a ideia de que a linguagem, ou melhor, a possibilidade do homem constituir-se através da palavra – e, em certo sentido, constituir seu próprio mundo –, corrobora a perspectiva segundo a qual a natureza humana se encontra marcada por uma contingência implacável. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a linguagem adquire uma posição central no conjunto de respostas interessadas no entendimento da condição humana, um universo riquíssimo de perguntas se abre em torno dos fenômenos que atravessam a – ou que são atravessados pela – palavra. Na medida em que os seres humanos se encontram desde sempre lançados na tarefa de sua própria construção, uma natureza definitivamente não fixada, caracterizada fundamentalmente pelos contornos imprecisos de sua contingência, o gesto que consiste em dizer o mundo – e a si mesmo – através da palavra passa a ser crucial: a existência humana singulariza-se no instante em que a experiência da linguagem se confunde com a linguagem da experiência.

Nesta perspectiva, a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer adquire importância fundamental. Inspirado principalmente na filosofia existencial de Heidegger, o também filósofo alemão partiu do princípio de que a existência humana é um acontecimento essencialmente linguístico. Grosso modo, tal princípio significa que, ao invés de conduzirem a linguagem no repertório de tarefas cotidianas levadas a cabo no exercício de sua existência, os homens são, ao contrário, conduzidos pelas palavras através das quais dão sentido ao mundo em que vivem. As palavras projetam os homens para além de si mesmos. A linguagem, de acordo com Gadamer, se constitui no registro primordial da existência humana, uma dimensão ontológica, dado que a conversação infinita dos homens entre si e com as coisas ao redor “‘desvela’ e deixa surgir algo que é a partir de então”. Ainda segundo Gadamer,

A linguagem não é somente um dentre muitos dotes atribuídos ao homem que está no mundo, mas serve de base absoluta para que os homens tenham *mundo*, nela se representa *mundo*. Para o homem o mundo está aí como mundo numa forma como não está para qualquer outro ser vivo que esteja no mundo. Mas esse estar-aí do mundo é constituído pela linguagem (GADAMER, 2005, p. 571).

A linguagem que eleva as potencialidades dos homens quando imersos em estados de conversação com o mundo é de um tipo especial: trata-se de um movimento de ascensão sobre o universo natural onde a vida se encontra submetida a um conjunto limitado de determinações inescapáveis. Nesse sentido, podemos pensar a capacidade humana de linguagem referida por Gadamer em oposição à condição estritamente natural a que estão sujeitos os animais. Não se trata, aqui, de um simples comunicar-se – algo de que são dotados também os animais. Muito além, a palavra essencialmente humana configura um gesto de superação criativa dos modos de existir confinados às limitações do ambiente natural. Se não estranhamos a eterna configuração dos modos de ser específicos entre os animais, algo muito diferente ocorre entre os homens. Estes habitam a esfera efêmera do sentido – habitação intangível.

Enfim, *o mundo* a partir do qual as coisas e o meio externo podem vir a existir e constituírem-se no dado “real” é essencialmente linguagem, o que nos obriga a uma perspectiva antropológica de longo alcance: como nos diz Gadamer, a linguagem é condição fundamental para que os homens *tenham* mundo. Portanto, faz-se necessária a compreensão da diferença entre o mundo constituído pela dimensão humana da linguagem e o “mundo circundante” que reúne o conjunto das condições sobre as quais os seres vivos extraem a sua existência.

Ter mundo significa comportar-se para com o mundo. Mas comportar-se para com o mundo exige, por sua vez, manter-se tão livres, frente ao que nos vem ao encontro a partir do mundo, que se possa colocá-lo diante de nós tal como é. Essa capacidade representa ao mesmo tempo ter mundo e ter linguagem. Com isso, o conceito de mundo se opõe ao conceito de mundo circundante (Umwelt), que se pode atribuir a todos os seres vivos do mundo (GADAMER, 2005, p. 572)

A partir desta perspectiva lançada por Gadamer, podemos pensar também a natureza humana como uma espécie de salto sobre um

estado de coisas cuja “queda” não deixa de se apresentar enquanto um risco permanente: no “mundo circundante” habita também o que costumamos chamar de animalidade do homem. Ainda segundo o autor,

num sentido mais amplo, esse conceito do mundo circundante pode ser aplicado a todos os seres vivos para reunir num conjunto as condições de que depende sua existência. Mas é exatamente isso que esclarece a diferença entre o homem e todos os demais seres vivos, a saber, que o homem tem “mundo”, na medida em que aqueles que não têm uma relação com o mundo no mesmo sentido, ficando de certo modo confiados ao seu mundo circundante (GADAMER, 2005, p. 572, grifo do autor).

Revelada, portanto, a posição da linguagem no interior do projeto existencial que demarca a qualidade diferencial e contingente da natureza humana, resta pensar os caminhos – ou descaminhos – nos quais os homens são atravessados pelas palavras que lhes dão sentido. Noutros termos, a partir do exposto sobre a dimensão ontológica da linguagem entre os homens, cabe agora situarmos o acontecimento humano no interior da linguagem que o constitui. Contudo, dada a amplitude de significados atribuídos à noção de linguagem, de que linguagem exatamente se trata?

A linguagem se presta a uma infinidade de abordagens e perspectivas de estudo: desde análises interessadas em surpreendê-la em estado de objeto, uma espécie de registro sistêmico, sincrônico, dotado de leis e regularidades intrínsecas a partir das quais o indivíduo é capaz de engendrar uma mensagem de caráter individual, situada num tempo e espaço específicos; até estudos voltados para o caráter estritamente processual da língua, sua interface com as esferas cultural e política. De acordo com Paul Ricoeur, em sua “Teoria da Interpretação”, faz-se necessário, juntamente aos estudos dos códigos, sistemas e subsistemas da língua, sua dimensão estrutural, investigar também a natureza da língua a partir de sua realidade discursiva. O que isso quer dizer? Ricoeur compreende o discurso enquanto dimensão factual da língua, ou seja, a partir de sua qualidade inexpugnável de evento inserido num contexto de significação. Ora, em oposição ao anonimato do código linguístico, pertencente a uma determinada

comunidade linguística, o discurso se apresenta como um evento dotado de significação própria, singularizado.

A linguagem enquanto evento, mensagem intencionada de alguém, segundo Ricoeur, revela uma de suas potencialidades mais ricas, qual seja, a de circunscrever – ou desvelar –, para aquele que se insere no interior da palavra, um “modo de estar-no-mundo”. Algo que a dimensão estrutural da língua é incapaz de proporcionar na medida em que representa a dimensão estática da língua, anônima e, por isso mesmo, separada do sujeito que fala. A dimensão temporal da língua – do discurso – testemunha a capacidade que os homens têm de agir sobre si mesmos, transformando-se no instante em que se arriscam na aventura de significar sua condição.

Passemos então à análise de três registros em que se percebe a relação inextricável entre a dimensão humana essencialmente não fixada e a linguagem que a constitui.

2 O “estado poético”: Manoel de Barros e o delírio do verbo

Manoel de Barros, autor de um “Livro sobre Nada”, é mais do que um poeta: o escritor cuiabano é também um mestre do pensamento:

No descomeço era o verbo. Só depois é que veio o delírio do verbo. O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos. A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som. Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira. E pois. Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos — O verbo tem que pegar delírio (BARROS, 2013, p. 301).

A poesia nos convida a sempre novos nascimentos: tal como a criança do poema de Manoel de Barros, é preciso escutar a cor dos passarinhos, ignorando, para tanto, que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som. A poesia é dada a partos de um tipo que faz surgir de dentro de seus domínios, de suas entranhas, seres delirantes, verbos insubordinados, capazes de pegar delírio. Obviamente, a linguagem em que se situa o poeta – linguagem de verbos delirantes – deve ser capaz de subverter certas funções cristalizadas e, o mais

importante, romper os limites que nos condicionam, e nos condenam, a ser aquilo que somos.

Tudo isso não seria possível se não fosse o caráter contingente da linguagem: para Valery, essa “estranha condição de nosso material verbal”. O escritor francês não poderia estar num outro lugar que não ao lado do poeta cuiabano: Paul Valery, ao debater-se sobre a natureza da linguagem, da poesia e do pensamento abstrato, encontra no “estado poético” o laço estreito entre a vida e a palavra. Sob esse estado, tal como diz Valery,

estamos insensivelmente transformados e dispostos a viver, a respirar, a pensar de acordo com um regime e sob leis que não são mais de ordem prática – ou seja, nada do que se passar nesse estado estará resolvido, acabado, abolido por um ato bem determinado. Entramos no universo poético (VALERY, 1999, p. 209).

A palavra, desde que suspensa de sua função codificada, reencontra em seus interstícios a matéria efêmera do significado. Mas esse significado é tão complexo e tão diverso quanto somente a experiência vivida pode ser. Por exemplo, vejamos o que diz Valery sobre a palavra “tempo”:

vocês já notaram, certamente, este fato curioso, de que tal *palavra*, perfeitamente clara quando a ouvem ou empregam na linguagem *normal*, não oferecendo a menor dificuldade quando comprometida no andamento rápido de uma frase comum, torna-se magicamente problemática, introduz uma resistência estranha, frustra todos os esforços de definição assim que vocês a retiram de circulação para examiná-la à parte, procurando-lhe um sentido após tê-la subtraído à sua função momentânea? É quase cômico perguntar-se o que significa ao certo um termo que se utiliza a todo instante e obter satisfação total. Por exemplo: escolhi durante o voo a palavra Tempo. Essa palavra era totalmente límpida, precisa, honesta e fiel em seu serviço, enquanto desempenhava sua parte em um propósito e era pronunciada por alguém que queria dizer alguma coisa. Mas e-la sozinha, presa pelas asas. Ela se vinga. Faz-nos acreditar que tem mais sentidos que funções. Era apenas um meio e e-la transformada em fim, transformada no objeto de um terrível desejo filosófico. Permuta-se em enigma, em abismo, em tormento para o pensamento... (VALERY, 1999, p. 202-203).

A ideia de que o significado – quando contaminado pelo estado poético identificado por Valery – deve romper as barreiras que limitam e restringem a palavra a um repertório limitado de funções, nos permite situar o escritor francês e o poeta cuiabano num mesmo plano. Ambos os escritores, seja através da proposição de um verbo delirante (“a criança muda a função de um verbo, ele delira”), seja a partir da cartografia do universo poético, recuperam no emaranhado da escritura um modo de ser da linguagem que ressoa a condição contingente da natureza humana. O ser humano feito palavra também pode transgredir as funções que o situa num determinado registro funcional. Em resumo, o que importa – e nesse sentido recuperamos a discussão inicialmente proposta sobre a relação inextricável entre a palavra e a natureza humana não fixada –, é que tanto Manoel de Barros quanto Paul Valery testemunham um caso explícito em que a linguagem adquire uma irreduzível centralidade nos estados de mutação inerentes aos seres humanos.

3 A palavra e o saber de experiência

Este segundo registro diz respeito à relação indissolúvel entre a linguagem e a experiência. Pode-se dizer que a predominância da *relação* sobre os *termos* citados é de tamanha grandeza que acaba por transfigurá-los um no outro: a linguagem da experiência tende a confundir-se com a experiência da linguagem, num sentido pleno em que a palavra condensa o próprio ato de existir. De acordo com o filósofo espanhol Jorge Larrosa Bondías – em ressonância à perspectiva filosófica de Gadamer apresentada nas primeiras linhas deste artigo –, “todo o humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras”: as palavras produzem sentido, criam realidade e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos têm sido ensinado algumas

vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que se nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso. Todo mundo sabe que Aristóteles definiu o homem como *zôon lógon échon*. A tradução desta expressão, porém, é muito mais “vivente dotado de palavra” do que “animal dotado de razão” ou “animal racional”. Se há uma tradução que realmente trai, no pior sentido da palavra, é justamente essa de traduzir *logos* por *ratio*. E a transformação de *zôon*, vivente, em animal. O homem é um vivente com palavra. E isto não significa que o homem tenha a palavra ou a linguagem como uma coisa, ou uma faculdade, ou uma ferramenta, mas que o homem é palavra, que o homem é enquanto palavra, que todo o humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra e como palavra. Por isso atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, eleger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras, etc. não são atividades ocas ou vazias, não são mero palavrório. Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos, e de como vemos ou sentimos o que nomeamos (BONDÍAS, 2002, p. 21)

A reflexão de Bondías sobre a dimensão humana tecida de palavras se dirige à natureza da relação entre a linguagem e a experiência. Segundo ele, é preciso pensar o sentido ou estatuto da linguagem no mundo moderno tendo em vista a importância da palavra no contexto de experimentação – verdadeira – do mundo. A verdade – é preciso dizer – não no sentido de adequação da palavra ao “real”, mas no sentido de revelação do “real” através dos sentidos multiplicados da linguagem: aqui, mais uma vez, estamos com Gadamer, quando diz que a linguagem “‘desvela’ e deixa surgir algo que é a partir de então”.

O saber de experiência e o sujeito da experiência correspondem a uma problemática presente no campo da educação. Na verdade, pode-se dizer que a reflexão proposta por Jorge Larrosa

Bondías parte de um contexto de discussões inerentes à prática de produção e transmissão do saber, alcançando também outros domínios da atividade social, como a política e os processos de subjetivação na modernidade.

Os escritos de Walter Benjamin sobre a perda e a pobreza da experiência no mundo moderno são de extrema importância para pensarmos a inscrição da linguagem nos modos de existência contemporâneos. Como se sabe, Walter Benjamin é um filósofo e escritor cuja crítica à dimensão da experiência na atualidade repercute sobre diversos campos da ação humana. Desde a esfera da arte até os campos da história e da política, Benjamin argumenta que a experiência no mundo atual sofreu um processo de esvaziamento e expulsão progressiva do âmbito das relações entre os sujeitos. Sua argumentação atinge um plano consistente onde se pode vislumbrar uma crítica da cultura como um todo. Do que exatamente se trata na crítica de Benjamin? De que modo a linguagem atravessa o plano da experiência e se torna um de seus pontos nevrálgicos? Dada a irrevogável implicação da linguagem no destino dos homens, de que modo a palavra constitui a experiência e o próprio sujeito da experiência?

Em primeiro lugar, Walter Benjamin identifica a ascensão e prevalência do modo de produção capitalista no mundo moderno como um dos fatores de desagregação do trabalho artesanal, pautado pela inserção criativa do indivíduo em seu ambiente natural. Juntamente com a alteração do processo de transformação da natureza – a crescente centralidade das máquinas e automatismos de toda espécie, a produção de mercadorias, o monopólio dos meios de produção etc. –, mudanças de ordem até então inimagináveis reconfiguraram as relações sociais e, no limite, a própria disposição do espaço e do tempo. Até aqui, Benjamin se insere no conjunto da crítica social de inspiração marxista preocupada com as mudanças e alterações profundas verificadas no mundo do trabalho. Contudo, ao direcionar sua crítica às transformações operadas no âmbito da experiência dos indivíduos e grupos sociais – a partir de sua leitura singular da crise das narrativas, da perda da aura nas obras de arte, da ascensão do gênero literário do romance etc. –, um horizonte ampliado de perspectivas sobre os modos de existir no mundo contemporâneo se

abre no sentido de uma constatação de crise da cultura e, por que não, da própria linguagem.

A linguagem, deslocada da experiência, assume cada vez mais a condição de objeto portador de informação. Um modo de ser objetivo da palavra indiferente à experimentação singular do sujeito – ou de uma comunidade – no mundo em que vive: a experiência, no sentido de algo que *nos passa*, e não algo que *se passa*, traduz o evento singular da existência humana. A palavra objetivada e desvinculada do contexto da experiência jamais pode traduzir o sentido particular que enseja o ato de existir. Nesse sentido, quando Benjamin se arrisca a pensar a modernidade como um processo de individualização crescente e esvaziamento das relações sociais, e mais uma vez lembramos sua análise – inspirada em Lukacs – do herói do romance moderno como alguém destinado a vagar pelo mundo em busca de um sentido para sua própria vida, ele nos ajuda a entender o estatuto da linguagem num contexto de socialização atravessado por arranjos técnicos universalizantes. A modernidade obriga o sujeito a uma série de vivências destituídas das palavras que lhes dão sentido: muita coisa acontece, não significando necessariamente que algo *nos* aconteça.

3 A linguagem e o “perspectivismo ameríndio”

O terceiro caminho explorado neste artigo refere-se aos escritos de um grande antropólogo brasileiro, Eduardo Viveiros de Castro. A perspectiva segundo a qual o trabalho de Viveiros será estudado aproxima este autor do universo poético de Manoel de Barros, de sua criança que delira o verbo e assim é capaz de escutar a cor dos passarinhos. A “ficção antropológica” praticada por Viveiros inaugura o registro de uma certa antropologia, também denominada “nova antropologia”, que aponta para a fecundidade do “perspectivismo ameríndio”. Nas linhas que seguem será destacada a importância da noção de perspectivismo elaborada por Viveiros em sua investigação dos “pronomes cosmológicos” indígenas, ressaltando o papel constituinte da linguagem para a própria dinâmica da cultura. A noção de “perspectivismo”, tal como a apreende Viveiros de Castro, reinsere a questão da transmutação do mundo via (re)inscrição do significado num regime distinto – ou “simultâneo”, em suas próprias palavras – de linguagem. Sobre a noção de “perspectivismo”, diz Viveiros de Castro:

Todo ser que se atribui um ponto de vista será assim sujeito, espírito; ou melhor, ali onde estiver o ponto de vista, também estará a posição de sujeito. Enquanto nossa cosmologia construcionista pode ser resumida na fórmula saussureana: *o ponto de vista cria o objeto* – o sujeito sendo a condição originária fixa de onde emana o ponto de vista –, o perspectivismo ameríndio procede segundo o princípio de que *o ponto de vista cria o sujeito*; será sujeito quem se encontrar ativado ou “agenciado” pelo ponto de vista (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 126).

O elogio e a afirmação da perspectiva – “do ponto de vista” –, não poderiam deixar de ser lembrados neste artigo, tendo em vista a proposta de uma recusa do homem enquanto “província ontológica”, fonte universal de todo sentido. Tudo o que foi dito até aqui, vale lembrar, aponta para a necessidade de ressaltar a dimensão temporal da língua, sua contingência, para o entendimento da condição não fixada da natureza humana. O “perspectivismo ameríndio”, se assim pode-se dizer, adere fortemente a essa proposta.

A antropologia praticada por Viveiros de Castro, ao propagar e “levar a sério” o pensamento ou as “imagens do pensamento” praticadas pelos índios, põe em jogo – e cada vez mais, vale lembrar, como um caminho possível para uma espécie de salvamento epistemológico e ambiental dos humanos – a ampliação do horizonte a partir do qual experimentamos o mundo em que vivemos. Nesse sentido, “à antropologia, por direito, cabe não explicar o mundo de outrem, mas multiplicar o nosso mundo, povoando-o de todos esses exprimidos que não existem fora de suas expressões” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 132).

Do mesmo modo a linguagem deve ser capaz de dizer o humano a partir dos significados – e das possibilidades de significado – que estão em jogo em seu *modo de dizer*, algo que só é possível na medida em que o verbo delira as “funções” que participam da fala. A superação da crise da linguagem – e da cultura – no mundo moderno passa pela transfiguração da fala do sujeito senhor de si que apenas instrumentaliza a linguagem com o objetivo de referir-se ao que está dado na natureza. É preciso recuperar o poder da linguagem de construir o mundo a cada vez que um sentido é compartilhado e não somente de espelhar esse mesmo mundo: uma forma de delírio

semelhante ao que ocorre no cultivo do “não saber” da criança como possibilidade existencial.

Mais uma vez com Viveiros de Castro, percebemos que o modo de enunciação das coisas, do mundo e dos animais implica irremediavelmente a própria qualidade das coisas, do mundo e dos animais – e dentre estes uma categoria como a de humanidade não escapa a esse jogo infinito no qual a relação contamina os termos e os inscrevem numa condição específica. Algo como escutar a cor dos passarinhos...

Por fim, segundo Eduardo Viveiros de Castro, num de seus exemplos sobre a realização dos possíveis nativos como virtualidades:

a ideia de que os pecaris são humanos é parte do sentido dos conceitos de pecari e de humano naquela cultura, ou melhor, é essa ideia que é o verdadeiro conceito em potência – o conceito que determina o modo como as ideias de pecari e de humano se relacionam. Pois não há primeiro os pecaris e os humanos, cada qual de seu lado, e depois sobrevém a ideia de que os pecaris são humanos: ao contrário, os pecaris, os humanos e sua relação são dados simultaneamente (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 135).

Conclusão

Muito longe de afirmar um registro consagrado, imutável da espécie humana, a linguagem propõe uma resposta à pergunta pela condição humana no sentido de algo que é preciso ser feito: seja mediante o delírio de um verbo, verdadeiro nascimento; seja através do paciente esperar de um “estado poético” que subverte as funções da palavra em proveito da multiplicação inesperada de significados; seja através do exercício de um olhar antropológico reafirmando as potencialidades “outras” da cultura; ou então, através de uma reinserção da palavra no domínio da experiência...

Neste trabalho, a partir de uma proposta de leitura dos autores Manuel de Barros, Paul Valery, Jorge Larrosa Bondías, Walter Benjamin e Eduardo Viveiros de Castro, buscou-se vislumbrar o fenômeno da linguagem entremeado ao “delírio” da existência. A palavra: uma espécie de mágica que ilumina o próprio existir. Mostrou-se, ainda, que a singularidade que acompanha a existência humana no sentido de uma natureza imprecisa – porque não

determinada por leis e regras universais – não pode ser dita sem que a própria natureza da linguagem seja problematizada em sua multiplicidade característica. Gadamer e Ricoeur, cada um a seu modo, também aproximam a linguagem do gesto impreciso que caracteriza a existência humana. Enquanto Ricoeur enfatiza a natureza “não referencial” do texto literário, sua capacidade de criar um mundo ao invés de simplesmente refleti-lo, Gadamer identifica na experiência da obra de arte o convite inevitável da linguagem a um novo modo de ser/estar no mundo. A natureza humana reafirma seu ser contingente na linguagem da arte que se configura como possibilidade de “abalo e derrocada do habitual”:

a familiaridade com a qual a obra de arte nos toca é ao mesmo tempo abalo e derrocada do habitual. Não é apenas o “É isso que tu és” que ela descobre em um espanto alegre e terrível – ela também diz: “Tu precisas mudar a tua vida” (GADAMER, 2010, p. 9).

Referências

BARROS, Manoel de. *Poesia Completa*. São Paulo: Editora Leya Brasil, 2013.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>>. Acesso em: 22 maio 2014.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, SP: Vozes, 2005.

_____. *Hermenêutica da obra de arte*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

GIACOIA, Oswaldo. *Nietzsche, o humano como memória e como promessa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 2009.

VALÉRY, Paul. *Variedades*. Organização e introdução de João Alexandre Barbosa. Tradução de Maiza Martins de Siqueira. São Paulo: Iluminuras, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, out. 1996 .

_____. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, abr. 2002.

Recebido em: 14/07/2014

Aceito em: 30/08/2014

O SUJEITO FEMINISTA PELA NARRADORA DE LYA LUFT

THE FEMINIST SUBJECT BY LYA LUFT'S NARRATOR

EL SUJETO FEMINISTA POR LA NARRADORA DE LYA LUFT

*Marlene Rodrigues BRANDOLT**

Resumo: Tomo a obra de Lya Luft “O rio do meio” (1996), para discutir uma narrativa reveladora das transformações do sujeito feminista e do ato de criação. Procuro traçar uma perspectiva da construção do eu no feminismo, que pode ser identificado pelo leitor por meio da voz da narradora e sua relação com os possíveis eus. Ao analisar as diversas nuances assumidas pelo eu da narradora, abordo a forma como ele é contado, numa relação dialética, baseada em Hegel e na recepção de Wolfgang Iser e Paul Ricoeur. A abordagem do problema, feita por meio de uma narrativa caracterizada pela escolha de uma visão de mulher, vale-se de críticas ligadas aos estudos feministas de Claudia de Lima Costa, Rita Terezinha Schmidt, Vera Queiroz e Maria Célia Detoni, entre outras.

Palavras-chave: Dialética; Sujeito feminista; Possíveis eus; Narradora.

Abstract: The Lya Luft’s masterpiece “O rio do meio” (1996) is discussed through the revealing narrative of the feminist subject transformations and of act’s creation. A perspective of the construction of the self in feminism is drawn, which can be identified by the reader through the narrator’s voice and his relationship with the possible selves. After analyzing several nuances assumed by self of the narrator, the way how it is told was discussed, in a dialectical relationship, based on Hegel and the reception of Wolfgang Iser and Paul Ricoeur. The problem approach, made by a narrative characterized by the choice of a woman’s view, related to the women’s studies critical and linked to Claudia de Lima Costa, Rita Terezinha Schmidt, Vera Queiroz and Maria Célia Detoni, among others.

Keywords: Dialectic; Feminist subject; Possible selves; Narrator.

Resumen: Considero la obra literaria “O rio do meio” (1996) de Lya Luft, para discutir un relato revelador de la transformación del sujeto feminista y el acto de la creación. Tratando de crear una perspectiva de la construcción del yo en el feminismo, que puede ser identificado por el lector a través de la voz del narrador y su relación con las posibles identidades. Mediante el análisis de los diversos matices asumidos por el yo de el narrador, discuto cómo se dice, en una relación dialéctica, sobre la base de Hegel y recepción de Wolfgang Iser y Paul Ricoeur. El enfoque del problema tomada

* Doutoranda em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil. Contato: mbrandolt@yahoo.com.br.

por una narrativa que se caracteriza por la elección de una visión de una mujer, es fundamental para los estudios de las mujeres vinculadas a Claudia de Lima Costa, Rita Terezinha Schmidt, Vera Queiroz y Maria Célia Detoni, entre otras.

Palabras clave: Dialéctica; Sujeto feminista; Posibles mismos; Narradora.

A consciência-de-si é um retorno a partir do seu outro, o ser da certeza sensível e da percepção - que é trazido para o sujeito pelo desejo (MENESES, 2003, p. 11).

A escritora Lya Luft iniciou sua carreira, em 1960, como tradutora de literatura alemã e inglesa. A vida literária propriamente dita tem início com os primeiros poemas reunidos no livro “Canções de limiar” (1964). A ficção é pontuada pelo lançamento de “As parceiras”, em 1980, romance em que a narradora demonstra sua força criadora, fazendo uma leitura do mundo inconsciente, lugar onde se escondem os segredos. Nessa obra e em outras seguintes, entre elas, “Exílio” (1987), a forma de narrar utiliza um discurso que mantém estreita ligação com a visão do reprimido. Por tal metáfora, mostra a vida como um jogo de azar, no qual a mulher¹ desempenha os papéis que a sociedade patriarcal lhe destinou. Em 1988 publica seu primeiro livro de viés autobiográfico explícito: “O lado fatal”, pois, para a autora, o restante da sua produção literária é invenção.

Pode o leitor² concordar com a afirmação da autora, mas considero que na sua arte há um jogo de duas faces, que sempre surpreende com a presença do vivido e do inventado. Essa forma de relatar está presente nas obras de Lya Luft e quem a acompanha percebe, a partir de “A sentinela”, uma escrita distanciada da tentativa de controle da hegemonia patriarcal. No enredo da obra citada, o pai, Mateus, não exerce dominação sobre as filhas e é dominado pela esposa: “Elsa e Mateus formavam um estranho par: nada combinava,

¹ Segundo Judith Butler (1998, p.14), o uso do termo mulher e mulheres suscita um debate interno sobre o conteúdo descritivo da palavra no singular e no plural. Ela não contesta o fato de que o feminismo parece ter uma necessidade política de falar enquanto mulher e pelas mulheres.

² Para uma leitura linear, os termos leitor, escritor, receptor, na maioria das vezes, serão referidos no masculino, apesar de reconhecer a diversidade de gênero dessas palavras.

nem fisicamente [...] Mas meu pai lhe era submisso, diante dela perdia a força [...]” (LUFT, 1994, p. 15).

O texto “A sentinela” abre espaço à esperança e às preferências, entre elas a de se permitir as coisas positivas que a mulher possa ter – abordagem retomada em “O rio do meio”, livro em sete capítulos, ligando a ficção e a realidade do mundo, numa narrativa marcada pelo **eu** da narradora. No Capítulo I, é discutida a criação literária, e o leitor já percebe que o texto é a representação de uma escritura feminina³: “Nele caminha quem, como eu, ofuscada pela luz que vem de cima [...]” (LUFT, 1996, p. 17). Considero que a enunciação de Lya Luft é representativa da escrita de mulher, cujo discurso⁴ não é apenas centrado apenas na memória e na imaginação, mas também passa a discutir o seu estar no mundo.

Para a constância da literatura de representação feminina, a narradora de “O rio do meio” recria uma personagem menina, no Capítulo II, que lê e escreve, e por meio dessa personagem ela se vê e reavalia o contar e o viver. Essa sensibilidade é vista sob a ótica de uma narradora que, no Capítulo III, traz à tona uma escrita cujas experiências são bem administradas, o que “resultou nessa rica produção da arte feminista, muitas vezes de mulheres em plena maturidade” (LUFT, 1996, p. 39-40). Isso porque a trajetória da narradora é reconstruída a partir do conhecimento que ela ganha na apreensão do outro.

1 “O Rio do meio” numa relação dialética

³ Segundo Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira (2002), “A escritura feminina constitui o olhar diferenciado, o olhar das minorias. A temática da escritura feminina é resultante do ‘estar’ no mundo, abordando o retrato das vivências da mulher no seu dia a dia”.

⁴ Uso tanto o termo narrativa quanto discurso com base no que estabelece Paul Ricoeur: “a narrativa não se limita a fazer uso de nossa familiaridade com a trama conceitual da ação. Acrescenta a esta os traços *discursivos* que a distinguem de uma simples sequência de frase de ação. Esses traços não pertencem mais à trama conceitual da semântica da ação. São traços sintáticos, cuja função é engendrar a composição das modalidades de discurso dignos de serem chamados de narrativos, quer se trate de narrativa histórica, quer de narrativa de ficção” (1994, p. 90, grifo do autor).

Quem lê “O rio do meio”, de Lya Luft, fica diante de um texto que se estende à maturidade da vida e à elaboração do ato criativo, que traz no seu desenrolar a personagem mulher, cuja aspiração prevê “algum espaço de agenciamento e resistência” (COSTA, 2002, p. 61). Paralelo ao olhar feminino, aliado às perspectivas do movimento feminista⁵, “com base na materialidade das experiências que as mulheres têm do social” (COSTA, 2002, p. 62), são discutidas outras questões como, por exemplo, a solidão, que não é uma exclusividade da mulher, uma vez que a narrativa promove articulações entre as diversificadas posições de sujeito nas práticas relacionadas às especificidades históricas do gênero e de classe.

Além disso, o discurso de Lya Luft retoma elementos lúdicos, a exemplo do cenário do porão e do sótão, panoramas utilizados também em seus livros anteriores. Com referências ao imaginário e ao vivido, a literatura de Lya Luft experimenta os sentimentos e as diversas atividades sociais representadas numa escrita cujo sentido remete ao conceito de arte, formulado pela escritora: “penso que arte é uma prática de liberdade, sim... Não tenho uma definição do que seja arte. Para mim, é o território da minha liberdade... Para mim, é o meu território...” (LUFT, 1999, p. 15). Pelo viés desse argumento, é possível entender por que a autora Lya Luft mostra uma narradora que representa a si mesma e à medida que o discurso vai se formando, favorece a identificação da troca com novos eus.

A troca em “O rio do meio” está configurada pelo eu da narradora, “a qual percebe a identidade como um lugar de posições múltiplas e variáveis dentro do campo social” (COSTA, 2002, p. 67). É possível dizer que o sujeito feminista não surge de uma ação caracterizada pelo narcisismo, pois ele busca reconhecer-se a partir da visão que tem das personagens, daí surge a representação do sujeito não limitado a uma única condição, o que me leva a constatar que o texto de Lya Luft nasce dos contrapontos entre o desejo de se redescobrir e do que ainda permanece latente na formação da mulher. E esse sujeito assume importância sobretudo numa escrita que “perfaz o processo dialético do saber reflexivo, aquele saber que persegue o

⁵ Ver outras contribuições em Claudia de Lima Costa, por exemplo, *O tráfico do gênero*. Cadernos Pagu, nº 11, p.127-140, 1998. Disponível em: <www.cppnac.org.br/wp.../07/O-Tráfico-do-gênero-Claudia-Costa.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2014.

interesse emancipatório do conhecimento, o qual, por sua natureza, é inimigo de todo processo colonizador” (SCHMIDT, 1994, p. 30).

Segundo a narradora de Lya Luft, a poesia e a ficção foram até poucas décadas passadas feitas pelos homens. Na contemporaneidade, o discurso dessa escritora propicia uma literatura em que a mulher é inventada e escrita por uma narradora, e pode ser definida “através de uma ótica que questiona a forma específica do cânone da tradição literária, com o objetivo de se redefinir e incluir o que se julga relevante, do ponto de vista literário” (SCHMIDT, 1988, p. 119).

Em “O rio do meio”, a postura crítica da narradora, fundada numa interpretação do mundo, garante a autonomia da mulher num espaço, antes, próprio do homem. Propõe, assim, uma solução convincente para o dilema comentado e conquista o estatuto artístico, isto é, o reconhecimento e o prestígio junto à produção literária: “Eu quis escrever romances desde que me lembro de mim” (LUFT, 1996, p. 130).

Tal condição propicia ao eu feminista assumir condições que o autorizam a experimentar, conforme o pensamento de Rita Terezinha Schmidt, “realidades alternativas àquela que nos é imposta” (SCHMIDT, 1994, p. 31). Para tanto, personagens e narradora são desafiados a reconhecerem a si e a identificar o espaço que por seleção devem ocupar, uma vez que “Deixar de realizar-se numa profissão por medo, para manter a paz doméstica, por exemplo, há de ser a lenta morte de muitas capacidades pessoais” (LUFT, 1996, p. 98).

Em outras palavras, a escritura de Lya Luft enfatiza um novo modo de falar, o que pode ser visto, segundo Rita Schmidt, como o lugar “para se repensar a literatura tanto em termos de revisão dos paradigmas tradicionais quanto em termos da restauração da perspectiva da mulher” (SCHMIDT, 1988, p. 133). Sem o desconhecimento de que a determinação das ações feministas é dificultada pelo caráter de sujeição ao mundo patriarcal, uma das saídas que a narrativa encontra é oferecida pela articulação poética, por meio de um “amoroso jogo com palavras, frases, poemas inteiros, com imagens e invenções” (LUFT, 1996, p. 22), o que rompe com o espaço restrito às habilidades domésticas, conforme determina a personagem: “Nunca seria uma dessas meninas que bordavam lindamente” (LUFT, 1996, p. 21).

A partir da articulação proposta, o texto procura legitimar a literatura feminista, provocando “o fim da supremacia de uma concepção de sujeito que privilegia o centramento e a origem do sentido (e da verdade) num poder da razão definida e ocupada prioritariamente pelo homem” (QUEIROZ, 1997, p. 40).

E o leitor deve evidenciar no texto que as personagens mulheres, particularmente, têm papel essencial na organização do enredo; mesmo conduzidas pela narradora, elas se permitem às ações, vivem-nas e lhes dão sentido, “onde se lê uma severa contabilidade dos gastos e lucros” (LUFT, 1996, p. 37).

Em síntese, a narração aponta desde o início uma narradora-artista que decide falar como mulher. Tal momento ocorre quando ela tece comentário sobre o fazer literário, caracterizando-se como “mãe desses que dormem dentro de mim” (LUFT, 1996, p. 14). Apesar de a narradora estar ligada à figura da mãe, cuja simbologia suscita o aprisionamento da mulher à família, ela escreve com liberdade e apresenta-se por meio de “uma linguagem de mulheres” (LUFT, 1996, p. 90). Mais: diz escrever sobre mulheres sem limitar-se a tal experiência, pois “falamos por outros, por muitos, por todos” (LUFT, 1996, p. 40).

Nesse sentido, “O rio do meio” confere à literatura um sentido de escrita de experiência, não como simples documento de algo que existiu, mas como envolvimento ao saber de outras mulheres, em quem “a natureza [...] impôs marcas duradouras” (LUFT, 1996, p. 64). A narração⁶ entrelaça esses sujeitos, não excluindo as ambiguidades, nem as explicações, sem perder a verossimilhança, baseada no efeito de emoções, as quais repousam nos sentimentos da narradora e das personagens, pessoas ficcionais, cujas referências surgem do cotidiano e não de seres com características de heroínas.

Delimito a diversidade no exercício da escrita feminina, uma vez que, para a produção de Lya Luft, a mulher não deve abdicar de uma função em favor de outra, conforme diz no Capítulo IV (LUFT, 1996, p. 69), onde pondera a respeito de uma profissional competente que deixa de seguir sua carreira para agir apenas na função de mãe. A

⁶ Utilizo esse termo como o ato narrativo produtor, pois dele dependem não somente a existência do discurso, como a ficção de existência das ações que “transmite”, conforme estabelece Gerard Genette ([s/d], p. 24).

personagem se dá conta dessa sujeição quando percebe que os seus conceitos deviam ter a aprovação do marido.

A escritura parte do episódio citado para comentar a dificuldade que as pessoas têm em saber o que desejam e o que pode intervir no encontro com elas mesmas. No caso da personagem em questão, ela dá prosseguimento a uma outra forma de existir, pois “deu-se conta do absurdo que vivia, e com esforço quase sobre-humano decidiu separar-se para não sufocar” (LUFT, 1996, p. 75).

Em consequência, a forma artística de Luft propõe uma escritura baseada na valorização do todo. A obra considera que a mulher, frente às escolhas sociais, não abandona a identificação maternal. E tal condição interfere na opção de liberdade, pois além da maternidade ela assume outros papéis: de esposa e de profissional, daí a realização pessoal, paradoxalmente, pode ocasionar novas formas de aprisionamento.

A narrativa revela então uma mulher não menos livre que a de épocas passadas, mas a liberdade tem um preço alto e ela se vê presa a outras imposições materiais e emocionais. Logo, a capacidade que a mulher tem de agir segundo a própria determinação é questionável, pois ao poder escolher “Corre perigo de ficar tão aprisionada nas máquinas e organizações quanto às vezes se sentem os homens que as construíram” (LUFT, 1996, p. 64).

Por esse ângulo, a forma poética de Lya Luft mantém, com “O rio do meio”, o fio que entrecruza as margens: uma, determinada pelo passado patrilíneo; outra, por um presente ainda preso a essa referência, daí o texto de Luft situar-se entre esse espaço/tempo para constituir-se em um sujeito feminista que não se detém no passado e nem no presente. Assim, o enredo decorre de conflitos interiorizados, representados nos traços indefinidos que formam a figura da capa da obra “O rio do meio”, de 1996⁷. Nela, a fotógrafa mescla tonalidades, as quais caracterizam o movimento difuso da correnteza do rio, de onde a narradora inscreve-se em um enredo que assume desde o primeiro capítulo um duplo sentido, quando expressa: “Fazer ficção é vagar à beira do poço interior observando os vultos no fundo,

⁷ Disponível em: <www.estantevirtual.com.br/b/lya-luft/o-rio-do-meio>. Acesso em: 05 dez. 2014.

misturados com minha imagem refletida na superfície” (LUFT, 1996, p. 13).

Com a citação escolhida, a narrativa se permite percorrer um caminho de descoberta sem apagar as experiências anteriores, porque, conforme a dialética hegeliana⁸, o botão permanece implícito na construção da flor e do fruto: “uma é tão necessária quanto a outra, significa a vida do todo” (LUFT, 1996, p. 9). A obra é elaborada a partir dessas diferenças, sendo que o sujeito no feminismo é visto em sua unidade-contraditória.

O texto mostra que o conhecimento e as ações são experiências que não se esgotam, como também não se repetem. Existe, sim, o seu deslocamento para outro momento quando a narradora menina busca afirmação e a mulher narradora faz um balanço da sua trajetória, cuja vontade é a de ser melhor. O leitor sabe então que a narradora impulsiona sua existência à ação: “Dorme em mim o que será meu, esperando que eu o encontre e queira decifrar, que o tome nos braços e faça dele a voz das minhas entrelinhas” (LUFT, 1996, p. 133).

A beleza da literatura de Lya está nesse jogo, que “não emerge de águas tranquilas” (LUFT, 1996, p. 14). Eis alguns fatores a comprovar que o discurso em “O rio do meio” vale-se também de uma dialética, conforme ensina Wolfgang Iser (1979, p. 90), “movida pelo que se mostra e se cala”. O caráter fragmentário da narrativa produz sobretudo os vazios, assinalando que há alguma coisa a ser preenchida, liberando a entrada do leitor no universo ficcional. Desse local, o leitor dá continuidade a uma série de experiências narrativas, com a qual acompanha o eu feminista, que não se apresenta como uma figura pronta, pois é sacudido por constantes inquietações: de existir sem temor, de manter a esperança, de buscar a si mesmo. Ele inscreve um discurso, o qual se distingue pelo não-acabamento, porque se detém no que o silêncio traduz.

⁸ Uma das definições da dialética de Hegel é apreendida neste sentido: “Dialética da relação entre ser, essência e conceito: [...] a essência é a primeira negação do ser, o qual desta forma se torna aparência; o conceito é a segunda, ou a negação desta negação, i.e., o ser recuperado, porém enquanto infinita mediação e negatividade do mesmo em si próprio” (1996, p. 344). Junto a essa ideia acrescento o pensamento de Paulo Meneses que tem por referência à dialética hegeliana: “O pensamento de Hegel, [...] é um pensamento construtivo, pois as contradições são mediações para uma realização mais plena” (2003, p. 8).

Pela sugestão indicada, a escrita propicia o encontro de quem lê com as diversas figuras que o eu narrativo assume, o qual, integrado aos outros sujeitos estéticos, é organizado, segundo a presente análise, sob uma dialética **altamente mediada** (RICOEUR, 1976). Os sujeitos são levados de um espaço a outro, cada um gerando uma nova narrativa, mas todos ligados pelo efeito artístico que pretende imprimir a narradora. A escrita de Lya Luft experimenta o jogo entre o sentido de unidade e o de diversidade, concedendo ao sujeito ficcional uma série sucessiva de experiências que se prolongam conforme a passagem do rio e da vida. Tais mecanismos provocam efeitos de surpresa e motivam a ficção, manifestada por meio de uma dialética em que a narradora se autorrefere e se discute.

Além dessa posição, o sujeito que narra se autoriza não só a proferir o próprio discurso, como também finge ceder lugar a outra voz, até porque na compreensão do outro está a configuração de si mesmo. Por essa razão, do mesmo modo, quando a narradora utiliza o *nós*, o leitor pode perceber, na forma gramatical, não o distanciamento do que narra, mas uma aproximação, pois vivencia a ação⁹: “Sobre isso, também, escrevo: sobre dívidas e sobre nos cobrarmos mais do que devemos” (LUFT, 1996, p. 24). Como as personagens não contam os fatos, o leitor não acompanha o olhar delas, o que reforça o caráter enigmático dos sujeitos, pois sua percepção está ligada à fala da narradora, que deve alcançar “novos modos de estar-no-mundo, de aí viver e de nele projetar as nossas possibilidades mais íntimas” (RICOEUR, 1976, p. 72).

Pelo desdobramento da experiência, o eu narrativo abandona a imagem de apenas uma “linda mãe” (LUFT, 1996, p. 66), para registrar-se no campo literário, assumindo o escrever aos quarenta anos, tomando para si várias funções, enquanto algumas personagens exercem apenas a função de rainha do lar. No entanto, a narração revela que cada uma das particularidades é significativa desde que a mulher abandone o ressentimento, pois, segundo a narradora, ele é “O segundo demônio mais perigoso” (LUFT, 1996, p. 135). Isso propicia

⁹ Sirvo-me de uma das interpretações de Ronaldo Costa Fernandes em relação à presença do pronome *nós* na narração: “Em vários relatos o *nós* é apenas uma ampliação da primeira pessoa do singular: é uma ação coletiva e conjunta do personagem-narrador” (1996, p. 55).

dizer que o texto de Luft representa a voz da mulher na dos sujeitos que sugerem, quase sempre, formas otimistas de repensar o feminismo.

Em suma, o discurso abre-se a um **eu** constituído por várias posições, que está aprendendo a lidar com a sua trajetória. Segundo a narração, grande parte está descobrindo novos caminhos capazes de subverter a ordem da mulher vencida. Há no posicionamento da narradora um modo de enfretamento a uma censura que possa manipular a condição feminista. Para ela, a mulher precisa agradar-se, fazendo valer o desejo de viver e de se libertar, para pensar a realidade com menores restrições.

Pelo discurso de Lya, é possível observar que a mulher não ocupa mais um lugar silencioso, porque se apresenta como falante, o que assegura a continuidade num espaço alternativo da autorreferência. A sua capacidade de se desdobrar e lidar com a contradição resulta da interação de uma existência autônoma e dependente ao mesmo tempo e por isso contraditória. Em relação ao desenvolvimento do sujeito de “O rio do meio” permito-me fazer uma observação, entre outras, sobre o sentido da palavra “meio”, que está integrada à metáfora do rio. Por essa razão, reporto-me à análise psicanalítica de Maria Cecília Detoni (2004), que comenta a obra “O rio do meio” e questiona: “O que é o meio?”.

Conforme a ideia de Detoni, há um meio representado pela memória pessoal e ainda outro que pode ser visto como a casa de uma criança, lugar de onde ela inicia a própria trajetória, carga semântica dotada de uma duplicidade de sentidos que contraria a ideia de passividade que possa ter a localização feita no “caminho do meio”.

Sob similar aspecto, a palavra “meio” no texto de Lya Luft é aberta às transformações do sujeito feminista, cuja demarcação atribui um novo lugar em que ele não apenas sofre interferência, mas também vai interferindo, num jogo discursivo de renovação: “Nas casas lançam raiz futuras lembranças que, somando-se ao que já trazemos ao nascer, vão nos deixar mais fortes ou mais vulneráveis” (LUFT, 1996, p. 106).

Portanto, a interpretação de Detoni (2004), identificando “a clínica não como um recanto sagrado, mas um lugar que provoca novos focos capazes de fazer bifurcar a existência enriquecendo sua relação com o mundo”, aproxima-se do caráter de mutação a que alude a arte de Lya Luft, cujo discurso percorre um território em movimento, pois há um pensamento que diz respeito às omissões das mulheres e

outro que ultrapassa essa linha de fronteira. Com essa referência, a escrita luftiana traduz a presença da mulher, cuja figura é representativa do processo de diversidade que a coloca numa posição de assumir novas atividades e novas formas de pensar a realidade, sem esquecer

as que foram tolhidas pelas obrigações, pela grosseria do pai ou do companheiro. Incapazes de administrar sua própria existência, tangidas como animais comprados a preço inferior, sem tempo sequer de olhar no espelho – ou com medo da amargura que ele lhes revelaria (LUFT, 1996, p. 33).

Na obra não há superação desses confrontos, mas antes a compreensão do sujeito por uma realidade mutável. Para tanto, a representação da mulher de Lya começa a experimentar mudanças que a fazem vivenciar o sentido de gênero formado por um sujeito não-unitário, cujas escolhas ainda são conflituosas. O sujeito em questão traz, na figura da narradora/escritora, uma bagagem própria das: “inquietas buscadoras” (LUFT, 1996, p. 35). Sem apresentar os problemas de ordem interior – medo, ansiedade, desejo, incomunicabilidade – como resolvidos, “O rio do meio” discorre através de uma dialética que traduz a luta de oposição que o eu feminista enfrenta com ele mesmo e na relação com a vida que só acaba quando se deserta dela, quando se deixa de amar, ou quando se renuncia à felicidade. O enredo apresenta-se aberto para o cotidiano, que compreende o sentido transitório da pessoa, aliás, ele intui que, pelo movimento contínuo, há sempre um começar de novo: “Tímida, a semente se entreabre como quem desperta e boceja; lança um caule muito fino que sobe até a superfície, e um dia sabemos que a vida é de novo possível” (LUFT, 1996, p. 126).

Nas diferentes fases da vida, a oposição presente nas atitudes é carregada de um rico conteúdo, produzindo a representação do sujeito sobre si mesmo. Por exemplo, para a narradora, o ser é estimulado a valorizar a vida, principalmente por não se afastar da morte. O movimento dialético produz o conhecimento do próprio **eu**, sem eliminar um e outro processo em discussão que “perambula nesses aposentos adormecidos que vão crescendo dentro de nós quando amadurecemos” (LUFT, 1996, p. 122).

Com tal procedimento, a obra de Lya Luft, sem prender-se a um conceito hermético, sinaliza uma abordagem aberta à criação de novas realidades e de novas formas de olhar além das aparências, vivendo as transformações em curso no mundo. Portanto, o trabalho artístico de Lya Luft é, segundo a presente análise, resultado de um pensamento dialético, modelado por meio de oposições que entrecruzam o lugar da mulher no cenário da escritura literária principalmente das “mais otimistas [que] abrem a socos a porta da sua casa simbólica, e saem para o campo de batalha” (LUFT, 1996, p. 100). E o leitor pode intuir que “O rio do meio”, por revelar em seu interior ambivalências comuns ao enredo da vida, tem elementos suficientes para contribuir com um projeto feminista mais amplo.

Referências

GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Maria Alzira Seixo. VEJA, s/d.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-moderno. Trad. [s.n.] *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11- 42, 1998.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo. *Cadernos Pagu*, n. 19, p. 59-90, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2011.

DETONI, Maria Célia. *Artesania que tece com muitos fios: por uma clínica em devir*. Disponível em: <<http://www.campogrupal.com/textos.html>>. Acesso em: 16 dez. 2004.

FERNANDES, Ronaldo Costa. *O narrador do romance*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

HEGEL, Georg Wilhelm. *Estética: a idéia e o ideal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1952.

ISER, Wolfgang. In: LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LUFT, Lyá. *Exílio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *As parceiras*. 5. ed. São Paulo: Siciliano, 1990.

_____. *O lado fatal*. São Paulo: Siciliano, 1991.

_____. *A sentinela*. São Paulo: Siciliano, 1994.

_____. *O rio do meio*. São Paulo: Mandarim, 1996.

_____. Duplo olhar sobre o mundo. *Revista Palavras*, n. 2, p. 15, 1999.

MENESES, Paulo. *Hegel & a fenomenologia do espírito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

QUEIROZ, Vera. Crítica feminista e a construção do sujeito sob o Modernismo e o Pós-modernismo. *Gragoatá*, n. 3, p. 35-46, 1997.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1976.

_____. *Tempo e Narrativa*. Tomo. I. Campinas: Papyrus, 1994.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulher e literatura. In: SCHÜLER, Donaldo *et al.* *Mulher em prosa e verso*. Porto Alegre: Movimento, 1988.

_____. Da ginolatria à genologia: sobre a função teórica e a prática feminista. In: FUNCK, Susana Bornéo. *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. A escritura feminina: Lyá Luft e o sujeito no espaço literário. *Mulheres e Literatura*, v. 6, 2002.

Disponível em: <<http://litcult.net/site/category/uncategorized/revista-mulheres-e-literatura-vol-6-2002/>>. Acesso em: 29 jan. 2005.

Recebido em: 04/07/2014

Aceito em: 30/09/2014

NORMAS PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. Todos os trabalhos encaminhados à revista **LINGUAGEM – estudos e pesquisas** se submeterão à apreciação dos Conselhos Editorial e Consultivo. O(s) autor(es) será(ão) comunicado(s) sobre a apreciação.
2. Os artigos serão avaliados por dois pareceristas membros do Conselho Consultivo, após apreciação do Conselho Editorial e, caso haja um parecer contrário à publicação, encaminhados a um terceiro avaliador.
3. Os artigos deverão ser digitados em espaço simples, no Programa Word 6.0 (ou equivalente), fonte Times New Roman (tamanho 11), e deverão conter entre 15 e 20 páginas, em papel A5. O encaminhamento dos artigos deverá ser feito em duas (02) vias (uma com identificação e outra sem identificação do autor) para o endereço revistalinguagem@gmail.com. O(s) autor(es) deverá(ão) encaminhar ainda uma rápida biografia e o contato eletrônico.
4. O título do artigo deverá vir em letras maiúsculas (caixa alta), negrito, centralizado no alto da primeira lauda, em português, inglês e espanhol, seguido, logo abaixo, à direita, do(s) nome(es) do(s) autor(es), com letras minúsculas e em itálico. A identificação da Instituição deverá, seguido do endereço eletrônico do(s) autor(es), vir em forma de nota de rodapé no final da primeira página e marcada com o símbolo personalizado (*).
5. O texto deve ser antecedido por um Resumo de cinco (05) linhas, em português, inglês e espanhol. Após o Resumo, deverão vir até quatro palavras-chave em português, inglês, francês ou espanhol.
6. As notas explicativas deverão ser enumeradas automaticamente em algarismos arábicos no final da página, como nota de rodapé. As citações no interior do texto deverão vir em fonte menor que a utilizada no texto (fonte 10), obedecendo à mesma paragrafação (1,25 cm de recuo), com recuo total de toda a citação e sem itálico. Recomenda-se, para as citações, o sistema de chamada autor-data. Ex.: (SILVA, 2005, p. 35).
7. Ilustrações deverão ser originais ou cópias nítidas passíveis de reprodução e as fotografias em branco e preto, com a devida autorização.
8. Todas as citações do texto, documentais e bibliográficas, deverão ser elencadas nas “referências”, em ordem alfabética, com dados completos (sem abreviação do nome do autor), de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas (cf. NBR 6023).
9. As normas tipográficas são de responsabilidade da revista.
10. São de responsabilidade do(s) autor(es) a correção gramatical do texto e a exatidão das referências bibliográficas. Os editores, porém, podem fazer ligeiras adaptações nos textos que, aprovadas pelos autores, serão incorporadas à versão final.
11. Maiores informações, acessar: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/lep>, em “Submissões”, “diretrizes para Autores”.

**PARECERISTAS QUE COLABORARAM COM A
LINGUAGEM – ESTUDOS E PESQUISAS NESTE NÚMERO**

Doutora **ANA PAULA TRIBESSE PATRÍCIO DARGEL** (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul / UEMS/Cassilândia)

Doutor **CELSO FERNANDO ROCHA** (Universidade Estadual Paulista / UNESP/São José do Rio Preto)

Doutora **GLADIS MARIA DE BARCELLOS ALMEIDA** (Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR)

Doutor **ISMAEL FERREIRA ROSA** (Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão – UFG/RC)

Doutora **KÊNIA MARA DE FREITAS SIQUEIRA** (Universidade Estadual de Goiás / Pires do Rio)

Doutora **LUCIANA BORGES** (Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão – UFG/RC)

Doutora **MARIA HELENA DE PAULA** (Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão – UFG/RC)

Doutor **ODAIR LUIZ NADIN DA SILVA** (Universidade Estadual Paulista / UNESP/Araraquara)

Doutor **PAULO JOSÉ ANDRELINO** (Universidade Estadual de Maringá / UEM)

Doutora **REGIANI APARECIDA SANTOS ZACARIAS** (Universidade Estadual Paulista / UNESP/Assis)

Doutora **VANESSA REGINA DUARTE XAVIER** (Universidade Federal de Goiás / Regional Jataí – UFG/RJ)